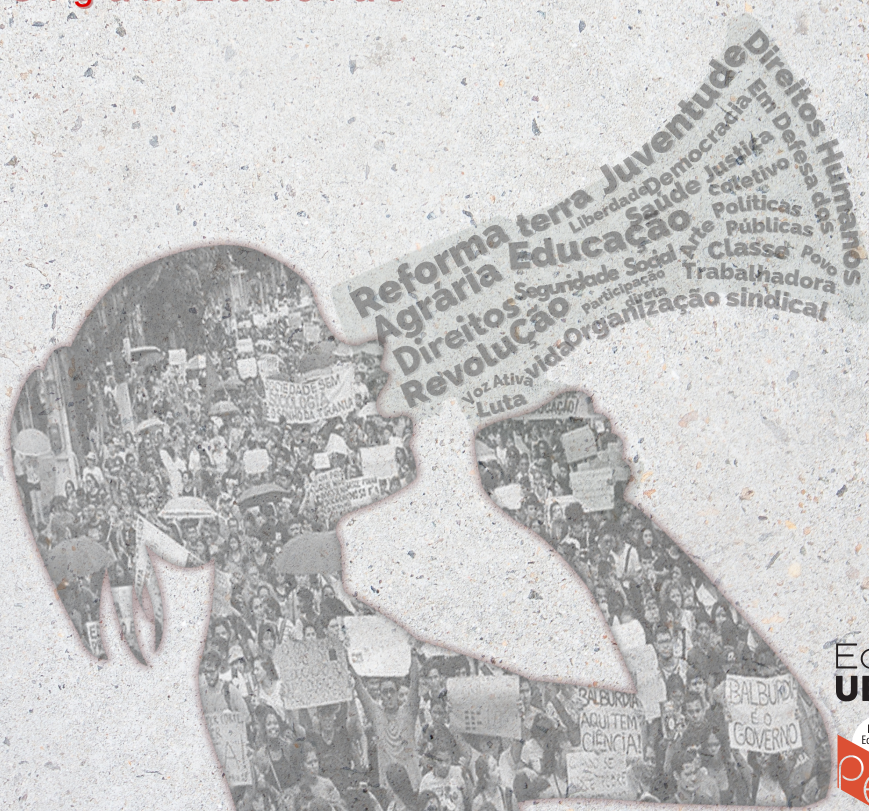


SERVICO SOCIAL, INSTRUMENTALIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS

Danielle Coelho Alves
Eleria Sobral do Vale
Tainara Alexandre
Organizadoras



Reforma terra
Agrária
Direitos
Revolução
Luta
Voz Ativa
Segurança Social
participação
direta
organização sindical
Trabalhadora
Classe
Políticas
Públicas
Saúde
Coletivo
Justiça
Democracia
Liberdade
Juventude
Direitos Humanos
Em Defesa dos

COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

Editores

Lia Machado Fiuza Fialho | Editora-Chefe

José Albio Moreira Sales

José Gerardo Vasconcelos

CONSELHO EDITORIAL EXTERNO

Conselho Nacional Externo

Charliton José dos Santos Machado, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Emanoel Luiz Roque Soares, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento, Universidade Tiradentes, Brasil
Jean Mac Cole Tavares Santos, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Brasil
José Rogério Santana, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Lia Ciomar Macedo de Faria, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Lúcia da Silva Nunes, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Norberto Dallabrida, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
Robson Carlos da Silva, Universidade Estadual do Piauí, Brasil
Rosângela Fritsch, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Samara Mendes Araújo Silva, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Shara Jane Holanda Costa Adad, Universidade Federal do Piauí, Brasil

Conselho Internacional

Antônio José Mendes Rodrigues, Universidade de Lisboa, Portugal
Catherine Murphy, University of Illinois, Estados Unidos da América
Cristina Maria Coimbra Vieira, Universidade de Coimbra, Portugal
Dawn Duke, University of Tennessee, Estados Unidos da América
Hugo Heredia Ponce, Universidad de Cádiz, Espanha
Nancy Louise Lesko, Columbia University, Estados Unidos da América
Oresta López Pérez, El Colegio de Michoacán, México
Ria Lemaire, Universidade de Poitiers, França
Susana Gavilanes Bravo, Universidade Tecnológica Metropolitana, Chile
Emilie Zola Kalufuak, Université de Lubumbashi, Haut-Katanga, Congo

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR – Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR – Dárcio Ítalo Alves Teixeira

EDITORA DA UECE

COORDENAÇÃO EDITORIAL – Cleudene de Oliveira Aragão

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes • Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes • Emanuel Angelo da Rocha Fragoso
Francisco Horacio da Silva Frota • Francisco Josênio Camelo Parente • Gisafran Nazareno Mota Jucá
José Ferreira Nunes • Liduína Farias Almeida da Costa • Lucili Grangeiro Cortez • Luiz Cruz Lima
Manfredo Ramos • Marcelo Gurgel Carlos da Silva • Marcony Silva Cunha • Maria do Socorro Ferreira Osterne
Maria Salete Bessa Jorge • Sílvia Maria Nóbrega-Therrien

Danielle Coelho Alves
Erlenia Sobral do Vale
Tainara Alexandre
Organizadoras

Serviço Social, Instrumentalidade e Movimentos Sociais

ALBANY MENDONÇA SILVA	LUIZ ANDRÉ BARROSO MOREIRA
ANDRÉA ALICE RODRIGUES SILVA	MARIANA BESSA GURGEL
ANDRÉA PACHECO DE MESQUITA	MIRLANIA LEMOS PEIXOTO
ANDRÉ DE MENEZES GONÇALVES	NARA GABRIELLY OLIVEIRA CRUZ
ANTÔNIA ROZIMAR MACHADO E ROCHA	NATANAEL NOGUEIRA
BETIZA SANTOS TOMAZ	NEYLA PRISCILA DE ARAÚJO CASTRO
CÍCERO RENATO RIBEIRO JACOB	PAULA RAQUEL DA SILVA JALES
DANIELLE ARAÚJO MONTEIRO	RAQUEL FERREIRA CRESPO DE ALVARENGA
DANIELLE COELHO ALVES	RÉGIA MARIA PRADO PINTO
ELIVÂNIA DA SILVA MORAES	RENATO VELOSO
ERLENIA SOBRAL DO VALE	RICHELLY BARBOSA DE MEDEIROS
EVELINE CHAGAS LEMOS	ROBERTA MENEZES SOUSA
GABRIELLY VIANA SOUZA	SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS
INGRID LORENA DA SILVA LEITE	SOLANGE MARIA TEIXEIRA
IRENE JUCÁ PAIVA AGUIAR	SUÉLLEN BEZERRA ALVES KELLER
JORDIANNE MOREIRA GUEDES	TAINARA ALEXANDRE
JULIANA IGLESIAS MELIM	TERESA CRISTINA ESMERALDO BEZERRA
JULIANA PAIVA GRANGEIRO	



1ª EDIÇÃO
FORTALEZA | CE
2023

SERVIÇO SOCIAL, INSTRUMENTALIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS

© 2023 *Copyright* by Danielle Coelho Alves, Erlenias Sobral do Vale e Tainara Alexandre (Organizadoras)

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva dos autores. O *download* e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos aos autores. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – *Campus* do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel.: (85) 3101-9893 – Fax: (85) 3101-9893
Internet: www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br



COORDENAÇÃO EDITORIAL
Cleudene de Oliveira Aragão

PROJETO GRÁFICO
Carlos Alberto Alexandre Dantas
carlosalberto.adantas@gmail.com

CAPA
Luara Thuany Pereira do Nascimento

REVISÃO VERNACULAR E NORMALIZAÇÃO
Felipe Aragão de Freitas Carneiro
felipearagaofc@hotmail.com

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

A474s Alves, Danielle Coelho

Serviço Social, Instrumentalidade e Movimentos Sociais [livro eletrônico] / Danielle Coelho Alves, Erlenias Sobral do Vale, Tainara Alexandre (org.). – Fortaleza: EdUECE, 2023.

470p. il.

ISBN: 978-85-7826-890-9

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9>

1. Serviço social. 2. Movimento social. 3. Instrumentalidade.
4. Alves, Danielle Coelho. 5. Vale, Erlenias Sobral do. 6. Alexandre, Tainara. I. Título

CDD 370

Sumário

APRESENTAÇÃO - 9

Danielle Coelho Alves
Erlenia Sobral do Vale
Tainara Alexandre

PREFÁCIO - 13

Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva

PARTE I

Trabalho, Instrumentalidade
do Serviço Social e Movimentos Sociais

- 1 TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS DA ARTICULAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS - 27**
Silvana Mara de Moraes dos Santos
Erlenia Sobral do Vale
- 2 DIALOGANDO COM A EXPERIÊNCIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO
MST E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ABORDAGEM COLETIVA
DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL - 46**
Erlenia Sobral do Vale
Nara Gabrielly Oliveira Cruz
Natanael Nogueira
- 3 TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL E A
ARTICULAÇÃO COM OS SABERES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS:
A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA ORGANIZATIVA DO MOVIMENTO DE
MULHERES - 76**
Mariana Bessa Gurgel
Luiz André Barroso Moreira
Gabrielly Viana Souza

4 O CONTEXTO PANDÊMICO E O TRABALHO REMOTO: DEFESA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO ARTICULADA ÀS LUTAS SOCIAIS ▪ 112

Juliana Iglesias Melim
Roberta Menezes Sousa
Juliana Paiva Grangeiro

5 O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COM MÃES E FAMILIARES VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO:

PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS E SUBVERSÕES
COTIDIANAS ▪ 129

Ingrid Lorena da Silva Leite
Neyla Priscila de Araújo Castro
Betiza Santos Tomaz

PARTE 2

A Dimensão Ético-Política da Instrumentalidade do Serviço Social:
Desafios Contemporâneos do Trabalho e da Formação

6 PROJETO PROFISSIONAL E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: QUESTÕES POSTAS À FORMAÇÃO, AO ENSINO E AO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL ▪ 155

Andréa Pacheco de Mesquita
André de Menezes Gonçalves

7 A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DA INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS: DESAFIOS COTIDIANOS NO CONTEXTO DE AVANÇO DO CONSERVADORISMO ▪ 181

Suéllen Bezerra Alves Keller

8 A ROMANTIZAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL ▪ 201

Danielle Coelho Alves
Tainara Alexandre
Antônia Rozimar Machado e Rocha

9 A PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: RAZÃO INSTRUMENTAL VERSUS RAZÃO DIALÉTICA ▪ 222

Paula Raquel da Silva Jales
Solange Maria Teixeira

10 A INSTRUMENTALIDADE E A MULTIDIMENSIONALIDADE DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO DA ESPANHA E DO BRASIL - 245

Elivânia da Silva Moraes

Eveline Chagas Lemos

PARTE 3

A Dimensão Técnico-Operativa da Instrumentalidade do Serviço Social:
Indicações Críticas e Experiências Reflexivas

11 O DEBATE DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES DO CONJUNTO CFESS/CRESS NA AFIRMAÇÃO DA DIREÇÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO - 273

Albany Mendonça Silva

Andréa Alice Rodrigues Silva

Mirlania Lemos Peixoto

12 O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO SOCIAL DO INSS: UMA ANÁLISE CIRCUNSCRITA AO CONTEXTO DO GOVERNO JAIR BOLSONARO - 289

Cícero Renato Ribeiro Jacob

Danielle Araújo Monteiro

Irene Jucá Paiva Aguiar

13 ESTUDO SOCIAL, LAUDOS, RELATÓRIOS E PARECER SOCIAL - INSTRUMENTOS TÉCNICOS DO COTIDIANO PROFISSIONAL: REFLEXÕES E DESAFIOS PRESENTES - 323

Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga

14 O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL - 344

Renato Veloso

15 O USO DO CINEMA NO TRABALHO SOCIAL COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM MARACANAÚ - 373

Régia Maria Prado Pinto

16 RESSIGNIFICARTE: A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO 1º JUIZADO DA MULHER DE FORTALEZA - 396

Jordianne Moreira Guedes

Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra

17 O USO DA LITERATURA NAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL - 428

Richelly Barbosa de Medeiros

APRESENTAÇÃO

DANIELLE COELHO ALVES

Doutoranda e mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da UECE. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: daniellecoelhoalves@gmail.com

ERLENIA SOBRAL DO VALE

Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente é professora adjunta da UECE e coordenadora do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros).

E-mail: erlenia.vale@uece.br

TAINARA ALEXANDRE

Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), com bolsa pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Membro do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da UECE.

E-mail: tainaraalexandre2@gmail.com

Livro três da Instrumentalidade: o fechamento de uma trilogia

E no contexto de um país dilacerado, em que a educação é a área mais atingida por cortes orçamentários, que chegamos ao final da trilogia de livros sobre *trabalho e instrumentalidade do Serviço Social* pelas graças e marcas da produção coletiva, com ênfase na articulação da universidade pública com outros espaços sócio-ocupacionais.

Desde o ano de 2017, quando do primeiro seminário Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social, realizado pelo Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), alternamos a construção do seminário com a produção desta série de livros. A pesquisa iniciada em 2013, com o apoio da Iniciação Científica da instituição, foi publicada em parceria com estudos e pesquisas de diversos/as assistentes sociais de outros espaços sócio-ocupacionais. Este diálogo foi e permanece sendo a grande potência do material desta tríade. Não podia ser diferente, dada a temática da instrumentalidade que transversaliza todos os textos publicados; tampouco caberia apenas ao ambiente acadêmico uma produção sem o fundamento das experiências e reflexões cotidianas nos diversos espaços laborais dos/as assistentes sociais.

Com arrimo nessa perspectiva, temos no primeiro livro, intitulado *Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social* (2018), uma coletânea de textos que mescla a exposição dos resultados iniciais da pesquisa empírica e bibliográfica realizada pelo Cetros com diversos textos produzidos por pesquisadores/assistentes sociais das áreas da educação, previdência, jurídica e assistência que pautam as particularidades da instrumentalidade mediada nas instituições. Nessa primeira produção, tivemos o privilégio de contar com um prefácio realizado pela pesquisadora referência na temática, professora Yolanda Guerra, que participou também do seminário. Muito nos emocionaram a generosidade e a empolgação expressas na apresentação do livro.

O segundo livro, *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios para uma instrumentalidade mediada* (2020), foi fruto da continuidade de nossas pesquisas e das reflexões coletivas originárias do II Seminário, realizado em 2019. Além de marcar o debate das condições históricas do trabalho e da reprodução da vida social, o livro abarca pontuações fundamentais sobre linguagem, formas e conteúdo de instrumentos e técnicas que envolvem visita, reunião e entrevista no cotidiano institucional. Conta ainda com o prefácio de outra grande pesquisadora, a professora Silvana Mara de Moraes dos Santos, com quem interagimos sobre a profissão e a sociedade capitalista.

Por fim, temos o presente livro, *Serviço Social, instrumentalidade e movimentos sociais* (2022), que agora chega à fase de recepção da comunidade acadêmica e social. É a outra ponta da riqueza deste conjunto de trabalhos publicados, o momento da interação e crítica dos pares que nutrem nossa vontade de aprofundar e revisitar reflexões que, orientadas pela realidade, estão abertas à dinâmica histórica e se colocam não como posições fechadas, senão abertas ao diá-

logo e ritmo da vida social. Aqui maturamos importantes reflexões sobre a categoria trabalho, o contexto pandêmico, a universidade, a dimensão ético-política da instrumentalidade, com a exposição de ricas experiências da prática profissional em articulação com a realidade das tecnologias e das artes. Além da presença da assistente social e pesquisadora Sálvea Campelo (referência no debate do envelhecimento da classe trabalhadora) no III Seminário, contamos com seu generoso prefácio, o que torna ainda mais rico o fechamento desta coletânea.

Demarcamos mais uma vez a compreensão do trabalho e da instrumentalidade numa direção crítica e de totalidade social, reconhecida no contexto da dinâmica da luta de classes e da luta por direitos sociais. É a marca desta coletânea que tem no legado das produções críticas da nossa profissão e nos desafios e enfrentamentos cotidianos envidados pelos/as assistentes sociais nossas melhores referências.

Queremos agradecer a cada autor/a que emprestou um pouco de seus conhecimentos em textos que hoje já são referências na sala de aula da UECE e de outras universidades, bem como nos cursos de formação e atualização de assistentes sociais em vários lugares do nosso Brasil. Não só emprestaram seus conhecimentos como compartilharam com o Cetros parte do autofinanciamento dessas coletâneas, afinal estamos num país em que fazer livro é bem mais oneroso que comprar uma arma de fogo. Nenhum esforço, contudo, é análogo à alegria de um trabalho coletivo bem-feito, nem diminui o legado que fica e se reproduz.

PREFÁCIO

SÁLVEA DE OLIVEIRA CAMPELO E PAIVA

Assistente social sanitarista. Coordenadora-geral do Núcleo de Articulação e Atenção Integral à Saúde e Cidadania da Pessoa Idosa do Hospital Universitário Oswaldo Cruz da Universidade de Pernambuco.

E-mail: salvea.campelo@upe.br

Nesse tempo tão difícil de se viver, de trágica gestão governamental federal comprometida com os ditames do ultraneoliberalismo, do avanço do conservadorismo, da pandemia da Covid-19, da vigência da Emenda Constitucional nº 95/2016... há de se celebrar a persistência da equipe coordenada pela professora Erlenias Sobral do Vale pela realização do *III Seminário Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social*, entre os dias 27 e 29 de outubro de 2021, promovido pelo Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) e pelo Grupo de Pesquisa Trabalho e Instrumentalidade, atuante desde 2013 na Universidade Estadual do Ceará (UECE), na modalidade *on-line*, em razão das exigências colocadas pelas autoridades sanitárias durante a pandemia da Covid-19.

Tal realização se deu com o apoio e a participação de pesquisadores e pesquisadoras da UECE, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp-Franca) e da Universidade de Pernambuco (UPE), momento em que foi lançada a coletânea intitulada *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*, organizada por Danielle Coelho Alves, Erlenias Sobral do Vale e Renata Albuquerque Camelo, devendo também ser registrada a importante programação cultural que permeou todo o Seminário.

Fruto do referido Seminário, esta coletânea, intitulada *Serviço Social, instrumentalidade e movimentos sociais*, à qual

dedico este Prefácio, consiste numa obra organizada pelas assistentes sociais pesquisadoras Danielle Coelho Alves, Erlenía Sobral do Vale e Tainara Alexandre, que vem completar a tríade publicada pela Editora da UECE (EdUECE), cujos 17 capítulos contam a história de vários níveis de aproximações aos diversos objetos de estudo, ora apresentados, dando conta de aprofundar e ampliar o debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social, processo este iniciado a partir da edição da primeira coletânea, intitulada *Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social*, organizada por Erlenía Sobral do Vale, Raquel de Brito Sousa e Renata Albuquerque Camelo e lançada em 2018.

Ao vasculhar a minha memória episódica, a primeira explicação que recebi a respeito do que vem a ser um Prefácio, dada por um professor que tanto admiro, foi a de ser um convite à leitura da obra prefaciada. Eis um dos motivos que me fizeram aceitar o convite feito pela professora Erlenía Sobral do Vale, tendo em vista o quanto essa assistente social me inspira desde que nos conhecemos durante o nosso processo de doutoramento em Serviço Social no âmbito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), nos idos de 2008. De imediato, eu sabia que não seria difícil elaborar um convite a uma obra por ela e suas colegas organizada. Na verdade, o convite provocou uma miscelânea de sentimentos, desde a gratidão pela confiança até o receio de não atender às expectativas, mas, sobretudo, prevaleceu o fato de saber, *a priori*, que eu muito aprenderia quando estivesse imersa na leitura destas páginas, mesmo sendo curto o tempo que me foi dado para essa honrosa missão.

E assim aconteceu, pois esta terceira coletânea é a continuidade de um processo de longa data, cujas publicações simbolizam vários momentos de um projeto constituído a partir da criação do Cetros e de sua trajetória a envolver

profissionais, docentes e discentes, entre outras categorias, numa dinâmica dialética de aproximações à complexa e contraditória realidade norteada pelo método de Karl Marx.

Nesta obra, o debate sobre a instrumentalidade no Serviço Social, profissão que se situa na divisão social e técnica do trabalho, fortalece-se, ganhando as importantes contribuições refletidas e produzidas a partir da pesquisa junto a movimentos sociais. Estes se organizam em torno do enfrentamento a expressões da questão social, objeto da intervenção e da produção de conhecimento do Serviço Social. Tal conteúdo foi abordado durante a programação do III Seminário Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social, quando, na inesquecível Conferência de abertura, fomos convocadas/os pela professora Silvana Mara de Moraes dos Santos a refletir sobre as questões colocadas numa perspectiva “de valorização da cultura crítica da nossa profissão”.

Essa perspectiva foi constatada na visita aos capítulos desta coletânea, em que verificamos pelo menos duas situações transversais dignas de registro neste Prefácio, quais sejam: (I) o explícito cuidado no trato da discussão da instrumentalidade refletido na opção pelo nível da mediação, como nos ensinou Yolanda Guerra em sua importante obra *A instrumentalidade do Serviço Social*, a nos guiar no movimento fundamental à compreensão da categoria da totalidade social. Nesta coletânea, vamos constatar a via da relação orgânica existente entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa, unidas na diferença, e o empenho no desvelamento das relações sociais de produção e reprodução da vida como ponto de partida para as análises dos fenômenos estudados, em que se adota a teoria social crítica de Marx para nortear esse processo, como indicador – escrevamos assim – da transversalidade observada nos 17 capítulos; (II) a afirmação e o

compromisso das autoras e autores com o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, que vem sendo defendido hegemonicamente nas últimas décadas, dando conta de testemunhar a favor da vertente que intenta romper com o conservadorismo subjacente à trajetória da nossa categoria profissional, enfrentando os pressupostos de uma racionalidade formal abstrata dada pela razão moderna e propondo a racionalidade dialética.

Sem a intenção de repetir o que se acha tão bem colocado na Apresentação à obra, mas no intuito de formalizar o convite à leitura desta coletânea, convém destacar que o conteúdo está organizado pedagogicamente de modo que possamos compreender a exposição dos resultados das aproximações, em seus vários níveis, que envolvem a pesquisa (observacional, documental, bibliográfica, de campo, etc.), as reflexões, mediante a contação da história dos movimentos e das lutas, e os principais resultados obtidos até então.

Como veremos, *na primeira parte*, intitulada “Trabalho, instrumentalidade do Serviço Social e movimentos sociais”, identificamos certa ênfase na abertura de espaços para o diálogo. Ou seja, na visita aos cinco capítulos, seremos provocadas/os no sentido de refletir sobre os movimentos de lutas e de resistência protagonizados por diferentes sujeitos em suas organizações coletivas no enfrentamento à *exploração da força de trabalho, ao desemprego e à violação de direitos*, colocando a Universidade pública no polo de resistência pela via da produção de conhecimento crítico em sua relação de troca com os movimentos sociais. Cabe destacar nesses escritos a louvável preocupação da autoria em trazer a história de cada um deles, fazendo a mediação com o sistema do capital e a sua relação com as expressões da questão social.

Portanto, dando conta dessa via de resistência, somos convidadas/os a aprender com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com o Movimento de Mulheres (representado por: Movimento de Mulheres Olga Benário, Rede de Mulheres Negras, Movimento Marcha Mundial das Mulheres e Coletivo Rosas que Falam) sobre as suas experiências político-pedagógicas, devidamente abordadas a partir das “falas” transcritas após as entrevistas realizadas junto a integrantes/lideranças desses movimentos, o que nos traz importantes contribuições ao debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social. Dando visibilidade à intervenção profissional alicerçada no nível de instrumentalidade pela via da mediação e fechando essa primeira parte, transitamos pelo *trabalho do/a assistente social no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente no Ceará, com mães e familiares vítimas da violência do Estado* (organizadas em três grupos especificamente: Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional, Movimento Mães do Curió e Mães da Periferia). Devem-se levar em consideração processos como: *análise de conjuntura, resgate do histórico de lutas, articulação entre o saber e o fazer, planejamento e gestão das ações, participação em momentos de formação, apropriação de ferramentas tradicionais e atuais de comunicação e mobilização, bem como a merecida atenção a aspectos subjetivos e à leitura da realidade numa perspectiva de interseccionalidade*. Sem perder de vista o contexto pandêmico, há importantes contribuições ao debate sobre o impacto do trabalho remoto no exercício profissional do/a assistente social.

Bem mais que resultados, há nesses cinco capítulos a menção à troca e ao aprendizado que se estabelecem entre os sujeitos envolvidos no processo de conhecimento, elevando o debate para além da polarização entre o que se pesquisa

e o que é pesquisado, que, em outras perspectivas vinculadas à racionalidade instrumental, no movimento da produção de conhecimento, são transformados em meros objetos das nossas investigações. Nesse sentido, veio ao meu pensamento uma das belas passagens encontradas no livro intitulado *Conscientização*, do patrono da educação no Brasil, o professor Paulo Reglus Neves Freire, o crítico do método bancário, ao afirmar que o diálogo só pode existir numa relação de profundo respeito entre os sujeitos. Diante do que estamos recebendo com a edição desta coletânea, sem dúvida, constatamos a vivência de espaços abertos ao diálogo, pois, bem mais que apresentar resultados, está sendo apresentado o potencial de aprendizado no campo.

Na *segunda parte*, intitulada “A dimensão ético-política da instrumentalidade do Serviço Social: desafios contemporâneos do trabalho e da formação”, há mais cinco capítulos dedicados ao compromisso com o direcionamento crítico do Projeto Ético-Político do Serviço Social, com ênfase na tríade *educação, ensino e trabalho*, no sentido de afirmar a racionalidade dada pela razão dialética. Tais escritos nos trarão importantes contribuições ao debate por analisar a formação em Serviço Social, considerando e contextualizando as contrarreformas na educação, bem como as consequências da mercantilização dessa política social, com o merecido destaque para a modalidade do ensino a distância (EaD) e para a tendência de aligeiramento nos processos formativos, contudo, sem perder de foco os movimentos de resistência e enfrentamento a essas consequências. Esses não podem ser apreendidos fora da discussão a respeito do avanço do conservadorismo e do ultraneoliberalismo, a incidir na tríade *educação, ensino e trabalho* na contemporaneidade.

Ainda no tocante ao debate sobre a instrumentalidade do trabalho docente na graduação em Serviço Social, tere-

mos a oportunidade de conhecer um estudo comparativo entre situações vivenciadas no Brasil e na Espanha, realçando, entre outros elementos, “o sentido crítico” como objetivo principal da formação pedagógica do professor da educação superior.

Decerto, a submissão à lógica da razão instrumental interdita a superação da aparência dos fenômenos, movimento do pensamento que nos permite analisar a realidade, desvelar e apreender as suas múltiplas determinações e encaminhar respostas profissionais qualificadas que operem na esfera da vida da classe trabalhadora. E assim, nessa linha de pensamento que endossa a leitura crítica da realidade, transitaremos por estudos que nos levam a refletir sobre “o confronto entre a razão dialética e a razão instrumental” no trabalho do/a assistente social na Política de Assistência Social; no enfrentamento “à romantização da desigualdade social”, tendo em vista que, no contexto da pandemia da Covid-19, coube também ao Serviço Social fazer a crítica às manifestações do atual Governo Federal. Este, diante da crise econômica, política, social e sanitária, disseminou discursos negacionistas e atuou de modo descomprometido com a vida das nossas populações. Eis outro conteúdo abordado na coletânea, a enfatizar o poder de organização da classe trabalhadora e a necessidade de se dar visibilidade às desigualdades sociais refletidas na exclusão de estudantes aos meios para assistirem às aulas na modalidade remota.

A terceira parte, intitulada “A dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social: indicações críticas e experiências reflexivas”, com sete capítulos, evidencia a preocupação da autoria com o acesso das nossas populações aos serviços e recursos que compõem o conteúdo das políticas sociais. Apenas para organizar melhor

o meu convite, como se houvesse uma divisão pedagógica, convém informar que os conteúdos dos quatro primeiros capítulos nos permitem refletir sobre a importância das contribuições do conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS-CRESS) à afirmação da direção política da nossa profissão, com ênfase no debate sobre a instrumentalidade, desenvolvido a partir dos anos 1990, no contexto da consolidação do Projeto Ético-Político e da produção de parâmetros, resoluções e demais publicações imprescindíveis à consolidação do *ethos* profissional e à qualificação desse debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social. Também seremos contemplados/as com um conteúdo que versa sobre *estudo social, laudos, relatórios e parecer social*, que, embora façam parte do exercício profissional cotidiano, são defendidos como instrumentos de poder para a garantia de direitos a indivíduos e populações.

Em tempos da pandemia da Covid-19, teremos acesso a um relato analítico de experiência sobre o atendimento do/a assistente social à pessoa com deficiência, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no contexto do atual Governo Federal, em pleno cenário de “retrocessos normativos e programáticos”. Observamos o sinal de alerta dado para o ideal de transposição de modelos da administração empresarial, pautado pela eficiência e eficácia, para o âmbito governamental, exemplificados pela teleavaliação, com sérias implicações ao sigilo preconizado pelo nosso Código de Ética e à condição de acesso das nossas populações aos meios para exercerem os seus direitos.

Ainda no contexto pandêmico, dando continuidade à análise sobre o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) no processo de trabalho do/a assistente social, sem prescindir da criticidade, dado o

acirramento do processo de exclusão, seremos levados/as ao questionamento da apropriação dessa tecnologia nos moldes dos ditames do sistema do capital. E, ao contestar o mito de maior eficiência e eficácia a encobrir “o aumento da exploração, do controle, do alcance das metas e da extração máxima da mais-valia”, o autor acabou trazendo ao Prefácio a história da vida de trabalhador do meu pai e me remeteu ao drama *Eu, Daniel Blake*, personificado por Dave Johns, dirigido por Ken Loach e lançado no Reino Unido em 2016.

Os três últimos capítulos expõem projetos realizados por assistentes sociais que recorreram ao cinema, à música e à literatura para o desenvolvimento das atividades com públicos bem diversificados. Temos, assim, a oportunidade de conhecer os projetos Cine Pop e Curta Meio Ambiente, realizados desde 2012 pela Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará, junto à população em situação de rua, que promovem a “interface entre o cinema e a instrumentalidade no trabalho do/a assistente social”; o ResignificArte, que constitui, desde 2015, uma estratégia metodológica que contempla a música na instrumentalidade do Serviço Social, direcionado a “mulheres em situação de violência que demandam do 1º Juizado o arquivamento dos seus processos e das medidas protetivas”; e o que traz a literatura às ações socioeducativas do Serviço Social, a partir de uma experiência vivenciada no projeto Encontros: arte, saúde e cidadania, vinculado à Divisão de Apoio Psicossocial (Diaps) da Coordenadoria de Qualidade Vida no Trabalho, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Capítulos que provocam importantes reflexões ao debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social, com ênfase na dimensão técnico-operativa pela via das ações socioeducativas, a partir da promoção

do acesso à arte às pessoas convidadas a participar desses projetos.

A leitura dos 17 capítulos também me proporcionou várias reflexões e a recorrência constante à minha memória semântica. Foi assim que visitei mais uma vez a bela obra de Umberto Eco, *A ilha do dia anterior*, em que a questão da sobrevivência passa pela contação de história. Arriscaria dizer que a própria história só sobrevive se for contada. Reencontrei, nos escritos de Carlos Nelson Coutinho, mais especificamente em *O estruturalismo e a miséria da razão*, a essencial discussão sobre os núcleos das categorias filosóficas do pensamento revolucionário burguês: *o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética*. Historicismo concreto a afirmar o caráter ontologicamente histórico da realidade; em György Lukács, a sua obra *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista* vem nos dizer da categoria totalidade como ponto de vista adotado por Marx na explicação da história; e o próprio Karl Marx a nos contemplar com um método de análise da realidade que não se aparta da teoria nem da história.

Portanto, sem renunciar à licença poética garantida em todos os espaços criados pelo Cetros, *para não dizer que não falei da arte*, gostaria de reunir poetas/cantores e trechos de seus poemas poesias e canções para então concluir este Prefácio, pois, neste tempo tão difícil de se viver, quando “Um rei mal coroado não queria [a canção] em seu reinado¹”, “Porque cantar parece com não morrer, é igual a não se esquecer que a vida é que tem razão²”, resistimos, “Caminhando e cantando e seguindo a canção, aprendendo e ensinando uma nova lição³”, pois, em resposta à questão

¹ Canção da Despedida (Geraldo Azevedo).

² Enquanto eu engomo a calça (Ednardo).

³ Pra não dizer que não falei das flores (Geraldo Vandré).

“E a vida, e a vida o que é? Diga lá, meu irmão⁴”, entoamos “A VIDA É TÃO RARA⁵”, eis o nosso refrão!

Após escrever estas linhas, resta-me agora formalizar o convite e desejar a todos/as uma boa leitura da coletânea *Trabalho, instrumentalidade do Serviço Social e movimentos sociais*.

Recife, 6 de maio de 2022.

⁴ O que é o que é? (Gonzaguinha).

⁵ Paciência (Lenine).

PARTE 1

Trabalho, Instrumentalidade
do Serviço Social e Movimentos Sociais



1 **TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS DA ARTICULAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap1>

SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS

Professora dos cursos de graduação e de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED) da UFRN.

E-mail: silvana.mara.morais@ufrn.br; @geptedufrn

ERLENIA SOBRAL DO VALE

Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente é professora adjunta da UECE e coordenadora do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros).

E-mail: erlenia.vale@uece.br

Instrumentalidade e movimentos sociais: questões introdutórias

Este capítulo foi elaborado como primeiro resultado da pesquisa sobre “Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social: desafios de articulação com os movimentos sociais”, desenvolvida no âmbito do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros), vinculado à Universidade Estadual do Ceará (UECE)¹, bem como a partir da síntese das discussões realizadas por ocasião da primeira mesa temática – que obteve o mesmo tema da pesquisa – realizada no III Seminário sobre trabalho e instrumentalidade do Serviço Social: instrumentalidade e movimentos sociais, organizado pelo Cetros/UECE². A definição desse tema derivou, portanto, da continuidade da pesquisa sobre instrumentalidade desenvolvida no âmbito do referido grupo, que, neste momento, tem como foco analítico as reflexões sobre instrumentalidade na relação com os movimentos sociais.

De saída, parece oportuno questionar: qual a relação entre instrumentalidade e movimentos sociais no uni-

¹ Esta pesquisa é coordenada pela professora doutora Erlenias Sobral (UECE) e realizada pelo grupo de pesquisa abrigado no laboratório Cetros.

² Tal seminário foi realizado entre os dias 27 e 29 de outubro de 2021, no formato, remoto devido ao contexto pandêmico. Na primeira mesa temática, realizada em 27 de outubro 2021, as autoras deste capítulo dividiram a mesa.

verso dos debates acumulados na área de Serviço Social? Partindo da concepção de instrumentalidade, amplamente socializada na produção intelectual da área e nos dois seminários anteriores, que resultaram na publicação de dois livros (ALVES; VALE; CAMELO, 2020; VALE; SOUSA; CAMELO, 2018), entendemos ser esta “[...] uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico” (GUERRA, 2014, p. 1).

Os avanços na reflexão crítica no âmbito do projeto ético-político do Serviço Social e em particular sobre instrumentalidade têm possibilitado desmistificar uma série de formulações que reproduzem, de certo modo, fundamentos conservadores e que circulam no universo da formação e do trabalho profissional, a exemplo da abordagem antidialética da relação teoria-prática; simplificações no entendimento entre o cotidiano e as determinações societárias e entre a própria formação e o exercício profissional. Nas discussões presentes nos livros anteriormente citados, essas questões foram teoricamente enfrentadas. Graças a esse processo de amadurecimento sobre trabalho e instrumentalidade que a pesquisa tem possibilitado é que se descortinou o movimento teórico-político de articular as reflexões sobre instrumentalidade muito além da clássica tendência de remeter o debate aos desafios da dimensão técnico-operativa, ainda que de forma articulada com as dimensões teórico-metodológica e ético-política.

Temos procurado aprofundar no debate sobre instrumentalidade outras dimensões e problemas postos na dinâmica da realidade, a exemplo do que foi realizado por Alves, Vale e Camelo (2020) ao tematizarem, no campo dos desafios postos à instrumentalidade, a questão da luta contra a violência em relação à mulher; a questão do suicídio e as inte-

rações com a população em situação de rua, dentre outros temas e questões. Assim, a articulação com os movimentos sociais se impôs como objeto de pesquisa, considerando, como afirma Mota (2014, p. 26), que:

[...] a relação entre os movimentos sociais e o Serviço Social não é apenas necessária; ela foi e é determinante da construção do que hoje denominamos como projeto ético-político profissional. [...] Desde então, a mediação dos movimentos sociais foi definitiva para o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, que inaugura uma tendência radicalmente nova na profissão ao superar a sua função pedagógica tradicional em favor da construção de uma cultura (no sentido gramsciano) emancipatória das classes subalternas.

Importante ressaltar que optamos, considerando os limites deste capítulo, por não adentrarmos nas discussões sobre os movimentos sociais no que se referem ao significado político especialmente das lutas e sujeitos que movimentaram a agenda política a partir da década de 1960 do século XX e às polêmicas históricas que circunscrevem o tema. Reafirmamos como pressupostos: a necessária crítica ao ideário dos novos movimentos sociais que foram pensados em contraposição à luta de classes; a razão dialética e a perspectiva de totalidade como suporte teórico-metodológico na apreensão da realidade; e o entendimento de que as lutas de classe se efetivam nas condições concretas da sociedade capitalista, heteropatriarcal, racista e destruidora da diversidade humana. As organizações coletivas representadas em diferentes sujeitos e lutas buscam resistir ao cotidiano de exploração da força de trabalho, do desemprego e da violação de direitos.

Aspectos sócio-históricos da relação Serviço Social e movimentos sociais

O Serviço Social no Brasil, desde seu processo de Reconceitualização, redefiniu sua orientação ético-política, tendo arrimo nas transformações sócio-históricas que constituíram a redemocratização nacional. Dentre os pilares que sustentaram a mudança, consta a aproximação com os movimentos sociais que constituíram as lutas sociais desde os anos de 1970/1980, que culminaram também com a criação de partidos políticos e centrais sindicais do campo da esquerda.

No presente capítulo, identificamos alguns aspectos do trabalho e instrumentalidade da profissão, elencando desafios da articulação da profissão com os movimentos sociais. A aproximação Serviço Social e movimentos sociais fomenta também a perspectiva crítica de análise da vida social e é com os movimentos sociais que o/a assistente social muitas vezes se orienta para defender princípios, atualizar bandeiras e linguagens na relação com a situação dos/as usuários/as como sujeitos de direito.

A questão social é teorizada no campo crítico do Serviço Social, a exemplo de Yamamoto (2000), nas suas duas faces: o empobrecimento da classe trabalhadora e sua expressão de resistência. Essa dupla face exige uma leitura do/a assistente social que tome a individualidade contextualizada na sua condição de classe, raça, gênero e diversidade sexual e no terreno histórico que funda a desigualdade social, terreno contraditório em que nasce também o sujeito coletivo organizado, que luta, reivindica e ocupa a arena pública.

Quanto mais atendimento é realizado no cotidiano do/a assistente social, maior o contato com a miséria material e cultural a que é submetida a classe trabalhadora,

portanto maior potencial para reconhecer a legitimidade de seus apelos e lutas. Certamente que não é a mera sensibilidade que espontaneamente potencializa esse reconhecimento, mas a mediação da formação e qualificação para o desvendamento do aparente. À medida do desenvolvimento da compreensão da natureza social da desigualdade na sociedade capitalista que uma formação com princípio de totalidade nos proporciona, reconhecemo-nos também como parte dos que vivem da venda da força de trabalho. As orientações de nossa entidade de formação apontam diretrizes curriculares que são guia nesta direção crítica na leitura da vida social.

Desta forma, entende-se que a efetivação de um projeto de formação profissional remete, diretamente, a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em Núcleos de Fundamentação constitutivos da Formação Profissional. São eles: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2- Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades. (ABEPSS).

Em que pese a todas as condições de precarização da formação e exercício profissional nos anos recentes de restauração do capital, permanece hegemônico o proje-

to ético-político do Serviço Social com fundamentos nas orientações de nossas entidades, expressos nas diretrizes curriculares, no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da profissão.

A universidade pública tem sido um dos polos de resistência da produção crítica com orientação social que dialoga com os movimentos sociais, o que tem contribuído para a superação de uma formação elitista e exclusiva de poucos. A pesquisa³ do grupo Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social, abrigado no grupo Cetros, traz uma sistematização importante sobre o diálogo com os saberes coletivos dos movimentos sociais que podem ser referências para a dimensão pedagógica e ética do exercício profissional. Ainda em andamento, a pesquisa já sinaliza aspectos importantes dessa relação.

Dentre esses aspectos, destacam-se: a identidade histórica do projeto ético-político com o projeto societário socialista, a resistência anticapitalista, os princípios de justiça e democracia. Ademais, a organização coletiva construída pelos movimentos entrelaça práticas sociais de planejamento, registro, memória, troca de saberes entre os pares, qualificação para análise de conjuntura da realidade, interação e aprendizado com as lutas das mulheres, dos/as negros/as, da neurodiversidade, da diversidade sexual e de gênero, enfim, o reconhecimento da diversidade humana.

Do ponto de vista da dimensão técnico-operativa, os instrumentos e técnicas dos movimentos sociais envolvem dinâmicas, jogos e vivências de pertencimento da individualidade com o projeto coletivo. Os debates e reflexões

³ A pesquisa objetiva identificar os saberes coletivos produzidos pelos movimentos sociais que têm potente contribuição para o fazer profissional do/a assistente social, ressaltando a diferenciação entre prática militante e prática de uma profissão.

sobre a violência e suas implicações subjetivas alertam para as indicações referentes às estratégias de resistência construídas em grupo e aos processos de judicialização; a linguagem de gênero imposta pelo patriarcado e o aprendizado da escuta especialmente nos movimentos feministas e dos movimentos em defesa da diversidade sexual e da livre identidade de gênero; o uso de místicas, a exemplo, dentre outros, do Movimento dos Sem Terra (MST) e a capacidade de reinventar estratégias de luta e de intervenção presentes em praticamente todo o conjunto dos movimentos sociais. A relação teoria e prática emancipatória é parte orgânica da formação dos/as militantes que se formam revendo ideologias capitalistas arraigadas em suas individualidades. O uso de práticas coletivas de reflexão – com seminários, oficinas, usos da arte – fomenta esses processos.

Não deixa de ser pedagógica a relação do militante com seu movimento social à medida que este realiza práticas coletivas de formação. Ainda que devam ser ressaltadas as reais diferenciações entre prática militante em geral e prática do/a assistente social em seu cotidiano de trabalho, os aprendizados com os saberes dos movimentos sociais se manifestam antes de tudo como políticos, pois a relação com as demandas dos/as usuários/as pode passar pela mediação do sujeito coletivo organizado. Nessa interação, que pode ser provocada ou não, o/a assistente social tem contato com práticas, reflexões, linguagens próprias dos movimentos sociais. Já nessa relação, podem ser desenvolvidas diferentes trocas de saberes, a depender das identidades e orientações do Serviço Social e do movimento.

Se hoje a categoria do/a assistente social organizada consegue sistematizar reflexões críticas sobre a situação de violência doméstica como expressão do patriarcado, é graças ao acúmulo do movimento feminista em suas ações

e produções públicas; se pudemos acompanhar uma campanha das entidades da categoria contra o racismo⁴, é graças ao movimento negro, que socializa e amplia suas pautas; se nos reconhecemos como trabalhadores/as, é, pois, graças à nossa aproximação histórica com os sindicatos e as lutas do trabalho. Foi aliando a aproximação do Serviço Social com o campo crítico e marxista e ainda a interação com o acúmulo político-organizativo dos movimentos sociais que fomos maturando uma posição ético-política de cunho emancipatório. O rigor e densidade histórica construídos pela profissão passam por essas mediações, seja no sentido mais orgânico de articulação com um determinado movimento social, seja na relação com o/a próprio/a usuário/a, que pode estar como um sujeito coletivo organizado.

Nesse processo, vários temas comparecem no nosso cotidiano que vão exigir abordagens fundamentadas no trato com as expressões da questão social. Não foi somente com o olhar crítico da produção intelectual da vanguarda da profissão que adquirimos a capacidade de arguir a realidade com referência nos interesses da classe trabalhadora. Se o debate sobre o usuário com contexto, classe, etnia, gênero e sexualidade foi fomentado por um princípio de totalidade na leitura da vida social, a particularidade das pautas também foi e é tensionada pela dinâmica dos movimentos sociais. A articulação com a face da resistência da questão social é uma necessidade histórica e permanente que não é estática nem envelhece; ao contrário, é esta relação que fomenta nossa atualidade e uma das nuances de um atendimento realizado com competência, entendida a partir da

⁴ O Conjunto organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), durante o triênio 2017-2020, promoveu a campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, incentivando debates e ações da categoria no enfrentamento ao racismo no cotidiano profissional.

direção social do projeto ético-político profissional. Assim, a chamada “escuta qualificada” da população usuária revela seu real significado.

A fonte de saberes dos movimentos sociais não se esgota, entretanto, na sua dimensão ético-política quando pensamos na potência de contribuição para o universo da instrumentalidade. Anteriormente tomamos alguns exemplos da prática organizativa dos movimentos sociais que podem nos inspirar para a abordagem coletiva com o/a usuário/a no cotidiano das instituições. Na utilização de práticas coletivas, muitos movimentos acionam instrumentos e técnicas que são utilizados em trabalhos sociais. Aliando as técnicas ao juízo ético do *telos* das organizações, muita riqueza intelectual podemos encontrar nessas formações que pautam a própria dinâmica das relações sociais e da relação do indivíduo com a sociedade. Em cada tempo histórico, a experiência/vivência do povo – seus sentimentos e sofrimentos –, aliada com os saberes acumulados pela humanidade, tem um potente valor cultural.

É importante frisar que, na experiência histórico-social, os movimentos sociais têm direções políticas diversas que dependem de multifatores e do próprio contexto e ascenso ou descenso da luta de classes. Portanto, os processos de aprendizado, com seus princípios e práticas, também passam por escolhas dos/as pesquisadores/as e profissionais sobre as interações teórico-políticas e as relações que mantêm com as diferentes construções dos movimentos. Assim, temos desde posições mais radicalizadas, que insistem nos conteúdos de classe, até movimentos que possuem um certo pragmatismo instrumental na relação com o Estado e a sociedade. Desde sua Reconceituação, o Serviço Social possui uma vanguarda intelectual que persiste na leitura da realidade, desvendando os determinantes estruturais da so-

cidade capitalista. A ambiência cultural pós-moderna se revela destoante e questionadora dos fundamentos da abordagem marxista da vida social. Exibe, entretanto, uma aproximação com temas relevantes da vida cultural que tomam evidência no cotidiano de uma classe explorada, mas também oprimida por um padrão eurocêntrico, misógino, racista, capacitista, heterossexista e avesso ao reconhecimento e valorização da diversidade sexual e humana.

O trato dessas questões no cotidiano do trabalho do/a assistente social pode dialogar com esses diferentes conteúdos culturais, sem perder de vista o princípio da totalidade social como elemento central para o reconhecimento dos fundamentos da realidade. Não é uma tarefa simples, dada a mediação de uma cotidianidade que tende a alcançar e se prender à aparência das relações sociais em sua imediatividade e pressão por resolutividade. O/A profissional imerso/a na realidade de alienação vigente na sociedade capitalista, que evidencia uma articulada engrenagem fundada na divisão social, técnica, racial e sexual do trabalho, tende a cumprir seu papel sem necessariamente levantar reflexões e questionamentos quanto à estrutura institucional.

A despeito das orientações teóricas e políticas dos movimentos sociais do campo da classe trabalhadora (que não são o foco deste capítulo), é evidente a posição destes de questionar a sociedade, suas normas e certezas em seus diversos complexos materiais ou espirituais. Mesmo quando não há a adoção do princípio da totalidade na leitura da vida social, temos vários movimentos que contribuem para uma postura crítica frente às diversas formas de opressão. Obviamente que se orientando pelo projeto ético-político, é necessário se perguntar sempre sobre o *telos* dos sujeitos que compõem o movimento e sua relação com o projeto da classe trabalhadora. A direção social é, nesse sentido, uma

referência importante, especialmente quando se trata de adensar a agenda profissional com temas e desafios que, ao serem incorporados ao universo do Serviço Social, possibilitarão o conhecimento da realidade considerando múltiplas determinações e rupturas com formas meramente abstratas de entendimento da realidade.

Devemos, assim, ter uma posição profissional de abertura para os aprendizados pedagógicos e políticos que fortalecem os princípios do Código de Ética profissional, sem deixar de observar como as classes dominantes vêm se apropriando ideologicamente dos conteúdos produzidos pelos movimentos sociais, a ponto de torná-los contrários aos próprios interesses de classe, incluindo uma base liberal que mistifica a apreensão do conjunto das relações sociais. O contexto de hegemonia ultraneoliberal nos impele a ficarmos ainda mais atentos/as a abordagens que servem muito mais para selar e naturalizar a reprodução capitalista do que para contribuir com sua superação.

Uma das expressões comuns desse processo é a própria formatação das reivindicações populares como debate exclusivo no campo de cidadania e direitos. A defesa dos pilares de ampliação e consolidação da cidadania pode ganhar, entretanto, contornos contraditórios no trabalho do/a assistente social à medida que se reconheça a base social de luta em que se assentam, instigando ainda o tensionamento entre a formalidade e o conteúdo histórico do terreno da desigualdade. Nesse sentido, uma aproximação com as ações e reações do movimento social pode favorecer essa compreensão.

Mesmo com barreiras insuperáveis da sociabilidade capitalista:

[...] os movimentos sociais, as mobilizações e os embates de trabalhadores e de setores excluídos vêm transformando direitos declarados formalmente em

direitos reais, ainda que no âmbito das relações capitalistas [...]. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 200).

Portanto, a relação com os movimentos sociais para o Serviço Social tem possibilidades que se colocam abertas na História e no cotidiano do exercício profissional, a qual, no contexto de sua renovação, é sem dúvida um pilar importante de consolidação da criticidade como instrumento de reflexão e ação. Tomando a história da Reconceituação, é notório o protagonismo do debate ético de nossa instrumentalidade profissional, como bem evidencia o conteúdo do Código de Ética.

Indicações do Código de Ética profissional na relação do Serviço Social com os movimentos sociais: orientações ético-políticas e instrumentais

Na dinâmica de renovação profissional do Serviço Social no Brasil, o debate ético superou a formalidade normativa, incorporando teórica e praticamente os fundamentos éticos de aliança com a construção de uma nova ordem social. Nessa perspectiva, há diversas referências da relação com a dimensão organizativa do/a usuário/a no Código de Ética instituído em 13 de março de 1993, a começar pela exposição dos princípios que devem nortear o trabalho do/a assistente social.

No item II dos princípios fundamentais, apresenta-se “Defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo” (BRASIL, 1993, p. 23), expressando a dimensão política e jurídica com situações que envolvem os direitos humanos, objeto de intervenção dos movimentos sociais.

No item III: “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis e políticos das classes tra-

balhadores” (BRASIL, 1993, p. 23). No item IV: “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (BRASIL, 1993, p. 23). No princípio V, encontramos:

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. (BRASIL, 1993, p. 24).

O princípio IX expressa: “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores”. Esses são alguns exemplos de como o debate ético na profissão, consignado em forma de código, pauta a relação da profissão com o objeto e o sujeito dos movimentos sociais, identificando que a temática, além de não ser algo inédito no debate do Serviço Social, é histórica, acompanha a trajetória da profissão nos mais diferentes momentos conjunturais, variando qual movimento social, agenda política e desafios estão mais visíveis.

Dado o fato que o/a assistente social lida continuamente com informações institucionais sobre direitos, sua realização e condicionalidades nas políticas e programas, o Código de Ética é recheado de indicações normativas sobre a democratização das informações para o usuário com vistas à consolidação e ampliação da cidadania, como bem demonstra o título III: Das relações profissionais, em que o capítulo I foca as relações com os/as usuários/as.

Naturalmente que, como afirmam Barroco e Terra (2012), o conhecimento e a aceitação do Código de Ética, por si só, não garantem sua efetivação, pois depende de uma série de condicionantes profissionais e conjunturais. Ele é um dos suportes teórico-práticos que alicerçam a ética profes-

sional. A complexidade do trabalho no contexto de alienação da vida social aponta, entretanto, o tamanho do desafio do projeto ético-político na esfera da cotidianidade.

Com atenção para esses desafios é que o Serviço Social foi acumulando a necessidade de um aprofundamento sobre o fazer profissional com arrimo nos fundamentos articulados teórica, ética e operacionalmente. A sistematização de Guerra (2014) nos fornece o desvendamento do tema da instrumentalidade numa perspectiva ontológica do trabalho em geral e do Serviço Social em particular, apontando a contradição de sua funcionalidade no contexto da luta de classes. No universo da cultura crítica do Serviço Social no Brasil, encontramos referências importantes para o tratamento de desafios operacionais numa abordagem de totalidade, de modo tal que, mesmo preservando o caráter generalista da formação profissional, tem sido possível apreender a realidade institucional, demandas e respostas profissionais, considerando diferentes áreas de atuação, suas tensões e particularidades.

Assim, além das orientações ético-políticas presentes em nossas normativas, contamos com sistematizações teóricas ricas que dão suporte à relação do Serviço Social com os movimentos sociais, em especial na confecção da informação junto à população usuária, suas diversas formas de socialização. Nas produções críticas, encontramos a preocupação com a linguagem (IAMAMOTO, 2000), as estratégias institucionais (FALEIROS, 2007), o legado dos fundamentos e mediações (GUERRA, 2012), a dimensão pedagógica (ABREU, 2006), dentre outros/as.

Considerações finais

Os caminhos reflexivos que a pesquisa sobre trabalho, instrumentalidade e movimentos sociais está descortinan-

do são inúmeros. Como conclusão provisória, podemos, na forma de síntese, apresentar quatro aspectos que consideramos oportuno destacar.

O primeiro aspecto refere-se ao reconhecimento da relevância social e política da organização da classe trabalhadora em diferentes espaços. Historicamente as lutas sociais desencadeadas têm sido decisivas para o enfrentamento dos processos de violação dos direitos, da diversidade humana e da exploração da força de trabalho. Assim, por meio da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, tem sido possível adensar a cultura profissional crítica. Temáticas, estratégias de luta e buscas permanentes por direitos que integram a realidade dos movimentos sociais constituem uma dimensão fundamental para aprimorar as conquistas teóricas, metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social. É necessário analisar, portanto, com mais riqueza de determinação o campo das lutas em torno da emancipação política e os desafios postos à formação da consciência de classe e as estratégias direcionadas à emancipação humana.

O segundo aspecto está relacionado à capacidade de articulação política, tão presente nos movimentos sociais e no cotidiano profissional. O Serviço Social, desde a década de 1970, com o seu processo de renovação, conseguiu identificar a força política das interações, com outras profissões, movimentos sociais e sujeitos no âmbito da esquerda, desse modo rompeu com visões endógenas. Isso posto, mostra a capacidade de articulação política que a profissão alcança, especialmente por meio do Conjunto CFESS-CRESS, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso). Não se trata somente de apontar a relevância e a necessidade da participação política para a população

usuária, mas do entendimento do pertencimento de classe de assistentes sociais e do desafio quanto à formação da consciência de classe no seio da categoria profissional.

A troca e o confronto de saberes entre a profissão e os movimentos sociais constituem o terceiro aspecto que destacamos, pois, na convivência democrática, permanece sob a realidade bárbara do capitalismo contemporâneo o desafio de decifrar as determinações societárias e as estratégias de luta que favoreçam a organização da classe trabalhadora em sua heterogeneidade e diversidade.

Por fim, destacamos a dimensão da visibilidade social, com ênfase nas diferentes formas de linguagem que os movimentos sociais desenvolvem e que inspiram à profissão. Se considerarmos a conjuntura reacionária e ultraneoliberal que ganhou centralidade no Brasil após o golpe de direita de 2016 e a ascensão de Bolsonaro, intensificou-se a antipolítica, com as estratégias e as ações de barbárie utilizadas amplamente pelas classes dominantes:

No Brasil, desde o golpe de direita de 2016, exacerbado no desgoverno do capitão reformado profascista de Jair Bolsonaro, expressa o reacionarismo de extrema direita em que a 'Questão Social' volta a ser propagada como caso de polícia, remontando-se ao período histórico anterior aos anos 30, do século passado, com a proliferação ideopolítica atual de ídolos e mitos, de um simulacro, de negação dos valores humanitários e universais, na imantação do salve-se quem puder, em que a indústria cultural, os *fake news*, os cerceamentos e repressão às atividades políticas, públicas e coletivas à criminalização dos movimentos sociais traz em si a existência de uma vida moralizante e alienada, compatível com a negação da solidariedade. Se expandem cada vez mais a cultura do medo e do ódio, disseminando-se modos de vida pela autoajuda, pela fuga do mundo concreto e real,

pela negação das determinações históricas e de classe. (ABRAMIDES, 2021, p. 26).

Construir formas de comunicação e de linguagem que não deixem a classe trabalhadora e seus segmentos mais subalternizados reféns das práticas ideológicas de comunicação, controle e submissão que as forças de direita têm orquestrado é um grande desafio. O Serviço Social tem procurado em suas interações buscar aporte na educação popular e valorizar as experiências coletivas protagonizadas pelas mulheres, juventude, LGBTI+ e demais experiências de organização política da classe trabalhadora na luta contra o capitalismo, racismo e patriarcado. Na relação direta com a população usuária e integrando as discussões da instrumentalidade, a profissão busca os caminhos para contribuir na superação desse governo e tempo histórico destrutivo, de tal forma que podemos afirmar que não apenas levamos informações e reflexões, como também somos formados/as na relação com os movimentos sociais. Uma interação atenta, respeitosa, ética e aberta à dinâmica e às contradições é que coloca as possibilidades de avanço nesta relação, que pode ser intensa de aprendizados.

Referências

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade: o Serviço Social no século XXI*, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 143-171, 1996.

ABRAMIDES, M. B. C. Serviço Social e lutas sociais: desafios profissionais em tempos de barbárie. *Revista Temporalis*, Brasília, DF, v. 21, n. 41, p. 19-33, 2021.

ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

ALVES, D. C.; VALE, E. S.; CAMELO, R. A. (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: EdUECE, 2020.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. *Código de ética do assistente social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 mar. 1993.

FALEIROS, V. P. *Saber profissional e poder institucional*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, M. S.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 15-39.

GUERRA, Y. (ed.). *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS/ ABEPSS. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2000.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOTA, A. E. Prefácio. In: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. (org.). *Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014. Prefácio.

VALE, E. S.; SOUSA, R. B.; CAMELO, R. A. (org.). *Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social*. Fortaleza: EdUECE, 2018.

2 DIALOGANDO COM A EXPERIÊNCIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DO MST E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A ABORDAGEM COLETIVA DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap2>

ERLENIA SOBRAL DO VALE

Pós-doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente é professora adjunta da UECE e coordenadora do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros).
E-mail: erlenia.vale@uece.br

NARA GABRIELLY OLIVEIRA CRUZ

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista remunerada desde 2020 da pesquisa "A instrumentalidade do Serviço Social e a articulação com os saberes dos movimentos sociais", ligada ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da UECE.
E-mail: nara.gabrielly@aluno.uece.br

NATANAEL NOGUEIRA

Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro voluntário desde 2020 da pesquisa "A instrumentalidade do Serviço Social e a articulação com os saberes dos movimentos sociais", ligada ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da UECE.
E-mail: nogueiranatanael@gmail.com

Introdução



grupo de pesquisa Trabalho e Instrumentalidade, atuante desde 2013 via iniciação científica da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em seus estudos sobre o cotidiano do labor do/a assistente social, avançou em 2021 para incorporar os conhecimentos da pedagogia dos movimentos sociais. Reconhecendo que não é possível uma identidade imediata entre prática militante e prática profissional, a pesquisa buscou selecionar elementos práticos e éticos das ações coletivas próprias da práxis política que envolvem uma dimensão pedagógica de aprendizagem para o indivíduo e o coletivo nas atividades dos movimentos. Arguimos em que medida esses elementos podem ser incorporados no fazer do/a assistente social no contexto pós-reconceituação, que tem como *telos* a aliança e o compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora.

Com o intuito investigativo e reflexivo, iniciamos com o Movimento dos Sem Terra (MST), dada a maturidade política de sua organização histórica. No presente texto, buscamos tratar de alguns aspectos culturais típicos de sua formação e ação que apontamos como possíveis elementos a serem observados pelo Serviço Social para uma instrumentalidade mediada, própria das ações com grupos e coletivos. Realizamos, nos meses de outubro de 2020 a novembro de

2021, entrevistas com lideranças do MST do Ceará de forma presencial e também a distância (por via da plataforma Google Meet¹), em que, tomando todos os cuidados éticos necessários a uma pesquisa², indagamos questões referentes à história do movimento e suas práticas pedagógicas e políticas no cotidiano de suas atividades.

As atividades políticas e pedagógicas do MST podem ser percebidas desde o início de seu processo de constituição com as ações de ocupação de terra. O movimento tem como herança outras ações sociais de luta, tais como Canudos, Palmares e Ligas Camponesas. O MST nasce em meio às turbulências da ditadura cívico-militar até então vigente no Brasil. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), percebendo a necessidade de unir os/as trabalhadores/as sem-terra de todo o Brasil, juntou outras experiências e organizações de trabalhadores/as e criou o MST. Sua organização, portanto, toma como referência as Ligas Camponesas e ações organizadas pela igreja católica, especialmente aquelas presentes nas atuações da CPT. Podemos destacar a relevância das experiências humanas para a constituição do MST, como afirma Caldart (2000, p. 48): “[...] estas próprias vivências se traduzem em outras dimensões que acabam influenciando na forma como as pessoas decidem sobre o que fazer diante de sua situação social”.

O debate da instrumentalidade da profissão, por sua vez, tem na produção intelectual do Serviço Social se efetivado hegemonicamente na perspectiva sistematizada por Guerra (1995), em que se busca reverter uma racionalidade formal abstrata e se intenta alcançar uma instrumentalida-

¹ Algumas das entrevistas foram remotas devido a períodos de agravamento da pandemia da Covid-19 e à necessidade de isolamento social.

² Identificamos todos os objetivos da pesquisa, mantivemos o anonimato nos relatos e publicações e usamos como referência um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado por todos/as os/as participantes.

de mediada no exercício cotidiano de trabalho. Essa orientação se assenta nos fundamentos da teoria social crítica, bem como no acúmulo do debate ético-político da profissão desde sua renovação.

O Serviço Social no processo de reconceitualização: uma outra instrumentalidade

A ética tradicional é uma característica da sociedade burguesa, a qual prega formas mais conservadoras de lidar com a moral em voga em um período histórico favorável a isso; o *ethos* do Serviço Social não pode ser desvinculado das condições históricas impostas à profissão; o rompimento com o conservadorismo moral exigiu condições históricas que propiciaram esse acontecimento (BARROCO, 2008).

Netto (2015) atribui a laicização a um dos eixos que caracterizaram a renovação do Serviço Social, dado que, até meados dos anos 1960, a profissão apresentava uma total vinculação dos direcionamentos apontados pela autocracia burguesa.

A profissão de Serviço Social nasce a partir de uma demanda social, e é essa demanda que mantém sua necessidade de existência, o que não significa que, uma vez criada e legitimada essa profissão, será automaticamente sustentada, pois, de tempos em tempos, precisa ser justificada para usuários/as e mantenedores/as a importância da continuidade dessa instituição. Isso traz a necessidade da realização de ações políticas, congressos e reuniões para se pensar estratégias de renovação (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Esses momentos de encontros da categoria podem também ser caracterizados como importantes para a maturação da profissão do ponto de vista de um avanço crítico e reflexivo de seu labor.

A década de 1960 aparece como um período histórico de ampla movimentação no interior da categoria, sendo nesse momento que se presencia um alargamento do número de atividades ligadas à profissão, como, por exemplo, a coordenação e o planejamento, e é nesse período também que o Serviço Social passa por significativas mudanças no corpo teórico, métodos e técnicas utilizados no cotidiano laboral.

Após a redemocratização, sob impulso do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, de setembro de 1979, foi plantada a semente da necessária reformulação da profissão e das bases ético-políticas que a direcionavam. Esse marco histórico proporcionou um novo significado para a formação, o trabalho e a pesquisa com a organização política da profissão, alicerçados na aproximação ao pensamento marxista e contra o conservadorismo.

O projeto ético-político do Serviço Social mostrou uma nova visão sobre o fazer do Serviço Social, com a intenção de ruptura³ aliada ao desejo de superação do capitalismo, instituindo diversas novas contribuições para a evolução da profissão no enfrentamento das expressões da Questão Social próprias da ordem capitalista.

Há mais de quatro décadas que o Serviço Social vem rompendo com o conservadorismo e com o *ethos* conservador e, do ponto de vista instrumental, vem buscando superar o pragmatismo operativo e uma abordagem moralista na relação com o/a usuário/a e suas condições de vida. Desde a renovação, reconhece-se uma individualidade contextualizada numa sociedade desigual. Nesse sentido, ter atividades coletivas contribuí para a leitura classista e social do/a usuário/a. O diálogo e interação com o saber prático produzido pelos movimentos sociais devem estar no horizonte de

³ A intenção de ruptura é a terceira fase do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social no Brasil, com base na análise do professor José Paulo Netto.

aperfeiçoamento de uma profissão que superou um projeto meramente normativo para um projeto ético-político.

É importante destacar que o Código do/a assistente social identifica no capítulo IV, sobre as relações com as entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil, o direito de o/a assistente social apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania. Essa interação com os movimentos sociais é, portanto, uma relação política e pode transcender para uma aprendizagem pedagógica na realização de práticas coletivas junto ao/à usuário/a.

Elementos socioculturais do MST: aprendizados na luta e vivências coletivas

Nos estudos necessários para esta pesquisa, selecionamos o livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, de Roseli Salete Caldart (2000), que serviu como base para a aproximação do tema. Com essa leitura, foi possível fazer uma breve exposição sobre os aspectos socioculturais do MST e como estes se situam nos dias atuais. A obra nos remete à educação como forma e parte da consolidação de uma cultura política, do direito à terra e ao conhecimento, do direito de sermos e de vivermos dignamente. Caldart (2000, p. 28, grifos da autora) compreende a cultura:

Como um modo de vida, e como uma herança de valores e objetos compartilhados por um grupo humano relativamente coeso, mas mantendo-a como uma dimensão do processo histórico e acrescida de um sentido político específico, que é o de uma cultura social com dimensão de projeto, tal como o apreendido nas pesquisas feitas no âmbito da história dos movimen-

tos sociais, notadamente aquelas orientadas por uma interpretação marxista da história.

A ocupação da terra, do ponto de vista pedagógico e das vivências citadas, é talvez a mais rica em elementos socioculturais, pois esta experiência projeta mudanças lentas e profundas no modo de as pessoas se posicionarem diante da realidade e leitura do mundo. A ação de ocupar a terra representa a resposta de ser contra essa condição social e, com isso, sua saída do anonimato, pois é a partir disso que se ganha o nome “próprio”: Sem Terra. A ocupação pode ser considerada a essência do MST, porque é com ela que se inicia a organização das pessoas para participar da luta pela terra (STÉDILE, 1997). Há nessa ação a construção também de uma matriz educativa, começando pela diferenciação entre ocupar e invadir. Uma ação, vários significados. Ela representa que o sujeito contesta a situação social presente, possui consciência de classe – e por isso vivencia diretamente seu enfrentamento – e, ao conquistar a terra, retoma simbolicamente o direito à vida.

No processo de coleta de dados com os/as nove entrevistados/as de nossa pesquisa, ficou bastante perceptível o relato destes/as reconhecendo as ocupações de terra como um espaço de resistência, formação e também convivência pedagógica e política:

As primeiras escolas de formação é um acampamento; é o conflito de terra; é uma ocupação de um prédio público; é o enfrentamento; essa é a primeira formação, aí a gente vai aprender na... porque aprende na prática [...]. (ENTREVISTADO L, outubro de 2020).

As principais atividades de convivência do MST são as ocupações de terra, as juntas, as organizações das ocupações internas, marchas; realizamos também as nossas reuniões, assembleias, planejamentos, coletivos,

atividades de formação de militantes para os diversos setores da organização. (ENTREVISTADO J, agosto de 2020).

As ocupações de terra são uma forma de ingresso na convivência cotidiana do MST. Claro que temos os cursos políticos e formais, o próprio acompanhamento dos assentamentos, educação, produção e outros, porém sua consolidação como militante se dá em participação na prática, nas ocupações e também nos cursos para militantes de base. [...] No que diz respeito às atividades coletivas, nós temos bastantes. Temos lutado e nos organizado para fazer com que essas ações aconteçam o máximo possível. Temos as ações coletivas e individuais, mas prezamos muito as coletivas. Orientamos que os assentamentos se organizem coletivamente, resolvam as coisas juntos, tenham um alinhamento coletivo. (ENTREVISTADO D, abril de 2021).

A ação de acampar é outra marca muito forte da presença dos sem-terra e de sua luta no país. O acampamento reflete o sentido pedagógico do cotidiano da organização e da vida em comum das famílias sem-terra debaixo de lonas pretas, em situação de extrema precariedade material e, ao mesmo tempo, de muita organização coletiva. Podemos perceber nessa ação a junção de famílias que muitas vezes não se conhecem, possuem culturas e heranças culturais diversas, mas que acabam se reconhecendo por suas histórias de vida em comum, de luta, de medo, de sobrevivência. Enquanto estão acampados/as, os/as sem-terra continuam a realizar outras ações combinadas, como audiências, atos públicos, caminhadas, greves de fome, ocupações de terras, distribuição de alimentos, etc.

Do ponto de vista pedagógico, o acampamento pode ser visto como um grande espaço de socialização dos sem-terra, onde é presente uma ética comunitária, solidariedade, organização coletiva complexa e, além disso, existe a

possibilidade de estabelecer novas relações interpessoais, o que, para alguns, é uma verdadeira revolução cultural, pois, através disso, existe a possibilidade de rever conceitos e pre-conceitos. A organização dos assentamentos como elemento sociocultural é importante, visto que se trata de um lugar social em constante movimento. Os assentamentos costumam ser bem diferentes entre si: alguns são pequenos, com 20 ou 30 famílias, outros maiores, com cerca de 60 a 70 famílias, o que implica a necessidade de cooperação entre os sujeitos, a adoção de formas grupais de trabalho, a capacidade de fazer determinadas escolhas éticas para a própria condução econômica do processo produtivo.

Nas entrevistas realizadas junto às lideranças do MST, tivemos a preocupação e o interesse de saber aspectos da gênese e desenvolvimento do movimento. Pudemos observar falas recheadas de pontos que evidenciam uma abordagem e vivência assentadas na história.

O MST nasce a partir de uma necessidade de organização dos camponeses para lutar por seus direitos, dentre estes: o Direito à Terra e à Reforma Agrária. O MST nasce em um contexto histórico de ditadura militar, de repressão social, mas também em um processo de efervescência das lutas de massas. Somos herdeiros de outras lutas que nos antecederam, como Canudos, Palmares, Ligas Camponesas e outras, mas vale ressaltar que já havia outras ocupações de terras realizadas em diversas regiões do país, e a Comissão Pastoral da Terra, compreendendo que se fazia necessário ter um movimento específico para organizar os trabalhadores sem-terra do Brasil, organizou as diversas experiências de organização de trabalhadores de luta por terra em nosso país e criou o MST no início dos anos 1980. (ENTREVISTADO G, junho de 2021).

Surge a partir dos acampamentos, de conflitos, principalmente pelos que foram realizados por demarcação

indígena e também por conflitos de posseiros. Então, a partir daí, a CPT, que acompanhava os conflitos internos em todo o país, juntamente com sindicatos organizados pela Central Única dos Trabalhadores, foi avaliando a importância de pensar a organização como um movimento nacional, e o MST surgiu a partir dessas lutas do período de 1979 a 1984. E, de 27 a 31 de janeiro de 1984, realizou-se o primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Terra, com o objetivo de organizar o MST, esse movimento nacional. (ENTREVISTADO J, agosto de 2020).

Outro ponto observado é o senso de coletividade presente no movimento. Nas perguntas, também indagamos como se dá a organização política, econômica e social do movimento.

A organização nesses três aspectos foi se dando através das experiências de outras organizações sociais. Como temos por base as lutas messiânicas, onde prevalecem a coletividade e a cooperação como formas principalmente de resistência e defesa das conquistas, ao longo dos nossos anos fomos aperfeiçoando para melhor organizar as famílias e a produção, olhando para o desenvolvimento de todos, e não apenas de um indivíduo. (ENTREVISTADO I, abril de 2021).

O nosso movimento não tem vínculo com nenhum tipo de governo no que diz respeito a essa parte econômica. Nenhum governo doa ou doou mensalmente algum recurso para o movimento; não temos nenhuma fonte segura de governo. Como a militância sobrevive sem renda mensal? Nós estamos aqui para transformar as pessoas socialmente. O econômico é o próximo passo. Lutamos para organizar o povo e depois discutimos o econômico. Colocamos a necessidade: sobrevivemos com a contribuição dos assentados, dos amigos, das famílias e dos parceiros. Prezamos muito a transparência. Tudo que é entregue para nós é divulgado. Caso nos

doem um assentamento, deixamos claro; fazemos questão de dizer como gastamos os recursos que são fundamentais na nossa caminhada. No que diz respeito à organização política, nós somos um movimento que temos diversos espaços de instâncias; isso é uma forma de a gente se organizar politicamente. Também nós temos a nossa instância maior, que é o nosso congresso nacional, que ocorre a cada cinco anos, com representações e congregações de todos os estados do Brasil. A outra instância é a coordenação nacional; cada estado tem no máximo dez pessoas que representam a coordenação nacional; temos um encontro estadual, que ocorre todo final de ano. Em cada estado, temos a direção estadual, onde cada estado tem duas pessoas representando e uma coisa que nós precisamos é de respeito à questão de gênero; sempre é um homem e uma mulher a nível de estado. Além da coordenação estadual, aqui no Ceará, nós somos organizados por brigadas. Cada brigada tem dois dirigentes, uma mulher e um homem; às vezes, só temos um dirigente. No Ceará, nós temos 17 brigadas e nós temos diversos militantes que ajudam os dirigentes estaduais nas brigadas para conduzir as ações e as atividades nos municípios onde estamos organizados. Então, funcionam muito nesse sentido a nossa organicidade e a nossa política social nesse momento. (ENTREVISTADO D, abril de 2021).

É notório que os/as integrantes do MST são conscientes de suas necessidades e se organizam coletivamente, de forma autônoma, para o enfrentamento do latifúndio e do capitalismo explorador e opressor; conhecem os seus direitos e deveres. Isso possibilita que eles/as objetivem sua intencionalidade em respostas coletivas. Nós, como categoria profissional que lida com a desigualdade social, podemos aprender com esse senso de coletividade e pertencimento ao trabalharmos com as expressões vividas de empobrecimento e resistência da classe trabalhadora, sendo esse pro-

cesso um exemplo da outra face da questão social. Ao mesmo tempo, reconhecemos nesse processo a medida da nossa identidade de classe, comprovando na prática a necessidade da organização política, pois apenas a força coletiva tem a autoridade para proteger e salvaguardar os pilares de sustentação desta profissão, constantemente atacada de dentro para fora e de fora para dentro.

Percebeu-se nesta pesquisa que o MST elabora uma concepção de mundo adequada às classes subalternas, alcançando um novo estágio em sua construção histórica, um momento essencialmente político. É consenso na produção intelectual pós-reconceituação que nossa profissão tem um projeto profissional aliado a um projeto societário de transformação vinculado à luta da classe trabalhadora (NETTO, 2011). No caso do MST, percebemos nesta pesquisa que o movimento conquistou um espaço político importante no quadro público atual, contrariando toda uma suposta tradição de passividade e anomia do povo brasileiro, ao conseguir se organizar, ter força política e desafiar os poderes constituídos.

O MST gira em torno de três objetivos centrais: lutar pela terra, lutar por Reforma Agrária e lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Então, essa é a motivação que temos. Então, o movimento vai organizando; como organização, ele tem os elementos que formam a sua organização. Então, quais são esses elementos? Por exemplo, a simbologia. O movimento tem uma bandeira que é a representação do MST em qualquer lugar do mundo, principalmente nos acampamentos e assentamentos, as atividades do MST. O MST tem o seu hino, seus objetivos, luta pelo socialismo com as outras organizações da classe trabalhadora. O MST ele tem também princípios organizativos: planejamento, divisão de tarefas, direção coletiva, estudo permanente, disciplina, mística, muito importante também a unidade da

organização, o vínculo com a base. (ENTREVISTADO J, agosto de 2020).

[...] o MST tem esse caráter de nascer com o caráter da luta, da pauta sindical, a pauta da luta pelo trabalho, pela terra, mas também de ser um movimento nacional, de estar em todos os estados, porque ele se torna um movimento forte que é muito mais difícil de derrotar; se tem um movimento que você assassina 19 camponeses no Pará e em todos os outros estados do país, que o Brasil tem essa característica de ser um país continental, há mobilizações; isso fortalece. (ENTREVISTADO J, outubro de 2020).

Foram muitas as concepções acerca da dinâmica política e pedagógica do MST, sendo que os aspectos mais importantes citados por todos/as os/as entrevistados/as foram: transparência na organização; articulação interna e externa; democracia com paridade de gênero; princípios da coletividade e cooperação e aprendizagem através de outras organizações sociais; verificação e acompanhamento do desenvolvimento médio dos/as participantes; construção de uma identidade de classe como categoria; organicidade junto às bases e representações coletivas do movimento.

Outros aprendizados coletados são: a percepção de que a luta pela qualidade de vida nos mostra que estamos em uma sociabilidade complexa e contraditória, mas mostra que devemos lutar também por “causas menores”, pois cada conquista deve ser vista como “acúmulo”, um acúmulo organizativo de melhoria e reforma; a importância da participação nas instâncias de organização da categoria e da articulação organizativa dos/as usuários/as; a relevância da realização de encontros, em formato de reuniões ou oficinas, com esses sujeitos coletivos; além disso, a participação nos encontros de instância da categoria; a busca de mecanismos de aproximação com os movimentos; as campanhas

coletivas junto à base, em articulação com outras instituições para o desenvolvimento do trabalho; a atualização/qualificação constante para trabalhar em diversos territórios; e a compreensão da linguagem empregada nos movimentos.

Outro ponto importante que pode dialogar com nossa prática profissional é que o MST tem na luta pela terra seu eixo central e característico, mas isso não impede que o movimento desenvolva uma série de outras lutas sociais combinadas. Além das já citadas, também lutam por questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos. Esses objetivos se ampliam à medida deste caráter amplo e interativo e aprofundam o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos.

No que diz respeito aos princípios, por exemplo, uma das coisas que eu te falei é a transparência e respeito, que são princípios fundamentais; uma outra também que a gente tem tentado prezar é a alta segurança para resguardar nossas vidas, pois somos vítimas do capitalismo selvagem; somos perseguidos e temos diversas pessoas sumidas. (ENTREVISTADO D, abril de 2021).

Precisamos muito também pelas crianças sem-terrinha, sendo eles como primordiais na formação para orientá-los, e temos construído diversos outros espaços de formação na caminhada fruto das nossas lutas; temos militantes do Serviço Social agrônomos e professores, pois sem formação não saberão os caminhos que devem andar. Então, o estudo é um princípio também para fazer com que as pessoas se capacitem cada vez mais. Todo dia aprendemos uma coisa nova e aprendemos muito com o movimento; as nossas relações públicas com a sociedade civil, com os acampamentos, também são uma escola para nós. (ENTREVISTADO D, abril de 2021).

Para nós, tem sido muito importante integrar às equipes de assistência técnica não só pessoas com formação

técnica, agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas ou técnicos em agropecuária, mas, para nós, tem sido importante também incluir os assistentes sociais. É uma luta do MST essa inclusão dos assistentes sociais, porque essa dimensão social, político-organizativa, é fundamental. Então, a atuação do Serviço Social tem esse papel de fortalecer o ser sujeito, organizar politicamente, participando da luta e principalmente defendendo os seus direitos. Então, queremos fortalecer muito a presença do assistente social, porque eles ajudam a fortalecer a identidade de lutas por direitos junto aos municípios, ao estado e, ao mesmo tempo, contribuir no fortalecimento da organização interna das comunidades, nessa questão de ter uma maior inserção da juventude, das mulheres. Então, a gente necessita de um assistente social que seja comprometido com o projeto da classe trabalhadora camponesa, com o projeto de reforma agrária e, de fato, é impossível o assistente social no MST se ele não tiver presente essa dimensão militante de construção de um outro projeto histórico de sociedade. (ENTREVISTADO J, agosto de 2020).

Nesse aspecto, podemos perceber a dimensão da interdisciplinaridade presente no movimento. Nós, como assistentes sociais, devemos desenvolver um processo de integração e complementação dos conteúdos de uma área com outras áreas de atuação, mesmo que aparentemente distintas, pois sabemos que não são distintas; elas se complementam, fazem parte da mesma rede, precisam ser trabalhadas de maneira articulada. Esse é um aprendizado também muito próprio do mundo do trabalho hoje e suas exigências no debate sobre as competências profissionais.

Entendemos que a instrumentalidade é condição de reconhecimento social da profissão, e, em igual semelhança, isso pode ser atribuído ao movimento. A práxis do sujeito coletivo presente no MST está imbuída de engajamento, compromisso, compreensão e consciência política e eman-

cipação. A consciência individual e coletiva dos/as militantes do MST, a partir da identidade sem-terra, acaba tendo um sentido histórico e uma influência política que vai para além do seu conteúdo específico. A todo momento, eles/as estão formando-se através de práticas educativas escolares e não escolares dentro do próprio assentamento e acampamento. Assim, tanto os indivíduos como o coletivo são sujeitos educativos que vão tecendo novos olhares e experiências sobre o mundo.

Contribuições para a dimensão técnico-operativa do trabalho do/a assistente social

Com as leituras e as atividades da pesquisa de campo junto às lideranças do MST, identificamos alguns aspectos que nos revelam a ponte de aprendizados entre a atividade militante e suas especificidades e a profissional do/a assistente social no contexto e dinâmica do trabalho. Dentre os que coletamos, aqui apresentamos de forma mais sistemática alguns elementos iniciais.

Análise de conjuntura

No MST é de praxe a realização da análise de conjuntura da realidade brasileira; trata-se de uma atividade que está entranhada nos valores e princípios do movimento. Muitos/as militantes conheceram o termo “análise de conjuntura” nos espaços organizados pelo movimento, uma ação considerada inadiável, pois se consubstancia como o momento de entender como está a correlação de forças; como está a vida dos sujeitos, suas dificuldades, movimentações, etc.; também para ter uma leitura atualizada no intuito de entender a burguesia de hoje, além de saber como está se dando a di-

nâmica do imperialismo. Ações de reflexão que são interessantes para refletir acerca da dinâmica mundial, nacional e local e suas influências na vida das pessoas.

A análise de conjuntura é realizada em todos os espaços construídos pelo MST e serve de ensinamento para que outros âmbitos da sociedade possam tornar essa uma ação prática e reflexiva que supere a característica alienada típica da vida cotidiana, desvendando a intrínseca relação entre a vida pessoal e a vida social. Como relatado pela liderança do MST, o modelo organizativo é considerado por outros movimentos externos e internacionais como um modelo moderno e exemplar.

[...] na política, a gente tem um exercício cotidiano, [...] então o MST é um dos poucos movimentos inclusive que vêm ensinando para outros movimentos a necessidade, a importância de realizar uma análise de conjuntura cotidiana. Então, a gente tem análise de conjuntura em todas as nossas atividades; a grande maioria das pessoas vão conhecer a palavra, o termo ‘análise de conjuntura’ nas atividades do MST; é uma coisa de lei; está lá dentro dos nossos valores e princípios analisar a correlação de forças, analisar a conjuntura política, a movimentação das classes, como está se comportando o povo hoje, como está se comportando a burguesia hoje, enfim o imperialismo, ou seja, o nome com que a gente queira caracterizar a classe dominante, e isso é um instrumento que a gente utiliza sem pena mesmo [...]. (ENTREVISTADO I, abril de 2021).

No Serviço Social, existem diversos espaços de formação acadêmica e profissional que tratam de temáticas relacionadas ao Estado, à política, às movimentações sociais, etc., espaços que possivelmente podem ter outros profissionais, podem ter essa ação como constitutiva do momento, podendo ser no início ou no final, visto que se trata de um

assunto comum a todas as pessoas presentes na sociedade, independentemente da profissão na qual estejam atuando.

Como bem aponta Iamamoto (2009), o/a assistente social deve se “banhar de realidade brasileira”, sugerindo ainda que esse processo seja usado na cotidianidade institucional para leitura das relações e forças internas e externas, incluindo o uso de dados oficiais do Estado para fundamentar a prática e escolhas em defesa dos direitos do/a usuário/a. Essa experiência pode tanto ser utilizada para compor registros, documentos e projetos como também para socializar orientações, informações e formações junto ao/à usuário/a, além de estímulos para a organização política da categoria e do/a usuário/a das políticas sociais.

O grande desafio para a categoria, muitas vezes mergulhada no pragmatismo exigido no cotidiano institucional, é resistir a uma familiaridade conformista do fazer, incorporando a análise de conjuntura à práxis profissional, não por mera formalidade, mas com o intuito de orientar escolhas do trabalho.

A participação em ações sociais como momentos de formação

Nesta pesquisa foi bastante ressaltada a participação em ações sociais como momento de formação do sujeito; para o MST, o que mais forma é a luta, ou seja, estar presente em processos de ocupações de terra; de organização de um assentamento; de ações organizadas pelo MST ou junto de outros movimentos organizados da sociedade civil. Esses momentos são apontados como centrais no processo de formação da militância do movimento.

Devemos pontuar a importância que teve a aproximação dos/as profissionais de Serviço Social com os movi-

mentos sociais no movimento de reconceituação; o comprometimento com as demandas da classe trabalhadora está intimamente ligado com a interação com os sindicatos e outras organizações da sociedade civil (BARROCO; TERRA, 2012). Essa interação foi um dos eixos da produção do projeto ético-político, acrescida da organização interna crescente da categoria, que já possuía um legado de congressos com arrimo em debates específicos sobre o trabalho do/a assistente social e a sociedade brasileira.

Esse aspecto ressalta a importância da autonomia nas experiências coletivas. Em ações da comunidade é importante o/a assistente social, atuando ou não com as lideranças, mobilizar a população no sentido de ela mesma fazer a mediação de sua história, de suas reivindicações e demandas. Além disso, todos os momentos de interação individual ou coletiva com o usuário podem ser espaços de formação humana e política, mesmo quando não tem isso como foco de ação.

Uso de métodos didáticos de baixo custo

Nas experiências do MST, a cartilha é um dos métodos mais usados para orientar a militância do movimento, em que é possível entender como organizar uma reunião, a qual apresenta informação dos setoriais, notícias acerca da atual conjuntura política, etc. Na cartilha também está o caderno de trabalho de base; nesse modelo de documento, também está o livreto principal do movimento, conhecido como “a bíblia”, onde estão os valores e princípios da organização. Todos/as os/as militantes são levados/as a acessar essa cartilha.

No Serviço Social, a cartilha não é uma novidade, pois já existem outros documentos da profissão nesse formato,

mas ainda não aparenta ser algo comumente difundido. É importante que o material escrito seja acessível à população de forma didática e objetiva, ao tempo que forneça as informações mais importantes da instituição e das políticas sociais norteadoras da intervenção. Esse material pode ser usado em reuniões, visitas domiciliares, orientações às acompanhantes em unidades hospitalares, além de outras maneiras em que se forjem espaços de interação. A parte estética deve ser observada, pois as ilustrações também são uma forma de comunicação. É sempre necessário verificar a orientação ético-política presente nas cartilhas.

Ação periódica de crítica e autocrítica

Essa é uma ação que ocorre em um evento específico todos os anos no MST. Nesse momento, os/as membros/as de forma coletiva realizam uma autocrítica de sua trajetória; na ação são apontados erros e acertos de cada indivíduo, havendo posteriormente a concordância, a discordância ou o complemento pelo coletivo, que realiza a análise conjunta.

Trazendo para a profissão, essa corresponde a uma ação que deve ser realizada interna e articuladamente com outros profissionais para garantir a avaliação em todos os processos e momentos da ação profissional. Incluir a população nessa dinâmica é também uma forma de fortalecer o/a usuário/a em sua relação institucional.

Essa é uma tarefa que nós temos discutido cotidianamente nas nossas avaliações e nas nossas autocríticas, porque estar no movimento voluntariamente não é para qualquer um. Não existe um acordo. Primeiro você precisa conhecer a organização para poder participar dela e querer estar inserido nas tarefas, nas instâncias e nas militâncias. É uma tarefa muito árdua, pois também não é remunerada; conseguimos muita coisa com o

fruto da nossa luta, mas não temos nenhuma garantia: 12 meses no ano. Como sobrevivemos? Graças a Deus, boa parte de nossos militantes estão assentados, então possuem uma fonte já garantida no trabalho deles, de forma organizada lá na sua família, e assim conseguimos também organizar outras famílias e outros assentamentos frutos dessa organicidade da família também, mas não é fácil sair de casa para deixar minha família por um dia, uma semana ou um mês em prol de outras pessoas e de outras famílias que também necessitam para levarmos informação e conhecimento. Isso não é fácil. Também é vendo o sofrimento de outras pessoas que queremos ajudar cada vez mais para tentar fazer com que aquelas pessoas melhorem de vida e tenham conhecimento político social, pois estamos todos atrelados ao sistema capitalista e nós temos que orientar e explicar os dois lados da moeda. Sabemos que o caminho mais acertado é aquele que é construído com muita luta e muito sacrifício, pois aquilo que se conquista com facilidade se perde também muito fácil e aquilo que tem sacrifício acredito que vai durar por muito tempo. Buscar informação para nós e depois compartilhar com outros e outras é o nosso objetivo. É bem árduo, bem difícil, mas para quem acredita... é preciso acreditar; se não acreditar, não vale a pena estar na organização achando que é uma fantasia. É um movimento sério, que tem princípios, que é organizado; para ser militante, é necessário conhecer todos os princípios da organização. O militante que tem que se adequar aos objetivos da organização. Para sair por aí pelas estradas, sabemos por aí que existe muita violência; é uma situação bem delicada. É uma opção de vida mesmo que nós temos que ter, mas é uma opção planejada e que necessita ter consciência do que se está fazendo. (ENTREVISTADO D, abril de 2021).

Grande parte da dinâmica dos planejamentos como parte do trabalho do/a assistente social compreende essa análise reflexiva de crítica e autocrítica, identificando as

condições de trabalho, os aspectos institucionais e os procedimentos de trabalho. A crítica pode ser considerada um elemento até mesmo mais presente em todas as atividades, sendo a capacidade de perceber os porquês e as motivações e avaliando a potência de refazer práticas, quando a avaliação assim concluir.

Habilidades de comunicação virtual

Essa é uma maneira de comunicação bastante utilizada pelo movimento como forma de expansão de suas ideias e comunicação entre sua militância, sujeitos internos e sociedade. O MST possui redes sociais específicas em cada estado de alguns setoriais e redes mais gerais, a exemplo da página nacional, além disso, ocorrem as feiras e outros eventos que funcionam também como ferramentas de expansão do movimento.

Divulgamos as ideias do movimento através das lutas que realizamos, das rádios comunitárias, também do nosso jornal dos movimentos populares 'Brasil de Fato'. O MST tem um jornal Sem Terra que tem edição on-line. Nós também temos nos estados várias iniciativas de comunicação. Possuímos uma página na internet, no YouTube; o MST está em todas as redes sociais dando sua contribuição para a divulgação da luta pela Reforma Agrária no Brasil. (ENTREVISTADA J, agosto de 2020).

Esse é mais um exemplo que podemos trazer para o Serviço Social, entendendo que seu uso deve ser realizado de forma consciente, institucional e sem prejuízo da situação profissional em que o Serviço Social se encontra, visto que as atividades desempenhadas por internet não são, por vezes, consideradas como trabalho e reconhecendo como uma

profissão inserida na dinâmica de produção do modo capitalista, logo sujeita a maior precarização com a inserção de tecnologia como forma de maior subtração da força de trabalho. Toda forma de comunicação virtual pode ser ferramenta para o Serviço Social, mas aqui devem pesar todo o cuidado e precisão nas atividades, portanto eticamente orientados.

Senso de coletividade dos sujeitos

Mesmo compreendendo que a prática do/a profissional de Serviço Social é diferente do fazer militante, é importante aprender aspectos dos movimentos sociais que, por exemplo, estão também no MST. O senso de coletividade que ultrapassa práticas individualistas, as quais são tão valorizadas na sociabilidade humana dentro do capitalismo e cada vez mais aprofundadas pela escassez de trabalho no sistema neoliberal, é materializado pelas práticas e aprendizados coletivos.

A ofensiva de desmantelamento da organização do MST está em curso, mas também está em curso agora a contraofensiva nossa. Nós dizemos que estamos numa resistência ativa, não parada. Mesmo numa pandemia, o MST resiste, se fortalece internamente, com várias iniciativas, on-line, outras locais, [...] nós seguimos a luta [...]. (ENTREVISTADA J, agosto de 2020).

[...] eu acho que a militância do MST é a coisa mais forte que nós temos, de seus valores, da construção coletiva de praticar isso cotidianamente, de valorizar isso, a capacidade de fazer crítica, autocrítica, de ter toda essa construção coletiva. Acho que essa é a grande riqueza, o grande diferencial, então no âmbito social isso é muito forte, dos valores, do que a gente defende, a gente luta contra a desigualdade, a gente luta por um coletivo, a gente luta pela organização do povo desde a sua... de desconstruir uma relação de gênero abusiva, de des-

construir uma relação racista, de desconstruir uma relação de violência, de LGBTfobia, então pensar tudo isso do aspecto social é apresentar às pessoas um modo de viver, de ser, de sentir e de expressar no mundo [...]. (ENTREVISTADA L, outubro de 2020).

Como categoria, os/as profissionais do Serviço Social podem pensar acerca dessa questão de modo que se repensem práticas competitivas e rivais típicas do mundo do trabalho na sociedade moderna, substituídas por atitudes de companheirismo e solidariedade de classe entre os/as estudantes e profissionais, compreendendo essa questão como um fator que contribuirá no desempenho profissional. Isso potencializa a melhoria da saúde mental da categoria e da organização política como indivíduos pertencentes à classe trabalhadora, além de intervenções nas entidades da categoria e nos espaços de trabalho, como oficinas, produção de cartilhas e minicursos que aguçam o senso de coletividade.

Ainda sobre o senso de coletividade presente no movimento, os/as integrantes do MST são conscientes de suas necessidades e se organizam coletivamente para o enfrentamento do latifúndio e do modo de produção capitalista, bem como conhecem os seus direitos e deveres. Isso possibilita que eles/as objetivem sua intencionalidade em respostas coletivas, assim como os/as assistentes sociais nas instituições.

Identidade como sujeito pedagógico

A existência de uma identidade como sujeito pedagógico leva a um maior empenho no âmbito do exercício profissional na sua dimensão pedagógica e, com isso, a desenvolver com qualidade profissional as ações interventiva, formativa e investigativa, o que impacta ampla e positivamente nas três principais dimensões: teórico-metodológica,

ético-política e técnico-operativa, atingindo também as mediações cotidianas da categoria e impactando a organização política da classe trabalhadora.

Dentro do Movimento Sem Terra, aprendi a ser gente, a viver, a pensar nos outros e não só para mim... O Movimento Sem Terra hoje é minha família, minha vida: faço qualquer coisa e largo turno por ele! [...] Acho que a minha vida não vai ter sentido se parar de lutar, se me acomodar... porque sempre tem coisa pra gente lutar, né? Vou continuar lutando... O meu sonho é que eu ainda consiga ajudar a transformar o país... sei que estou contribuindo agora, mas parece que vai ter um momento mais forte, e espero ainda alcançar ele, um dia... e também fazer parte desse momento... A gente tem que triunfar enquanto povo brasileiro! (DIRCE, 1997 *apud* CALDART, 2000, p. 128).

A dimensão pedagógica do MST comparece nas várias atividades coletivas de encontros e materiais produzidos, nos cursos de formação e no cotidiano organizado das ocupações. No Serviço Social, potencializa-se na perspectiva informativa e orientativa das ações práticas do profissional.

Resgate do histórico de lutas

A formação de uma memória coletiva é parte da formação do MST. Alguns desses elementos fazem parte da própria dimensão histórica do MST, sempre realizando um resgate da história, da memória e da mística da luta do povo.

Como imaginar o MST sem o exemplo de Sepé Tiara-jú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem males, da resistência coletiva dos quilombos ou de Canudos ou sem o aprendizado e a experiência das Ligas Camponesas ou do Movimento de Agricultores Sem Terra – Master? Por tudo isso, nos senti-

mos herdeiros e continuadores das lutas pela democratização da terra e da sociedade. (MST, s.d., s.p.).

O resgate da história se apresenta como algo crucial na instrumentalidade do Serviço Social; serve para auxiliar nas escolhas coerentes com o arcabouço teórico-metodológico e com o posicionamento ético-político assumido pela profissão. Na prática, leva-nos a pensar acerca da nossa atuação tendo em vista o legado não apenas da profissão, mas dos/as usuários/as como sujeitos, sendo possível o resgate de suas narrativas e histórias.

Existe no resgate da história uma necessidade de valorização da memória da categoria, de sua história de formação e de luta, de forma que os/as trabalhadores/as que estão inseridos/as nessa profissão reconheçam a importância da atenção dada para as movimentações da profissão e da sociedade no presente e no futuro.

Ações planejadas

As ações do MST costumam ser coordenadas e planejadas. Nesse sentido, é necessário um pouco de empenho de cada membro/a da organização. Criar as condições para a execução da tarefa faz parte do planejamento, e isso inclui a formação e a capacitação dos sujeitos menos capacitados para assumir tais responsabilidades.

Caldart (2001, p. 215) debate a formação dos sem-terra na coletividade, reforçando a importância do movimento social para a formação dos sujeitos ou, nas palavras da autora, “[...] um movimento pedagógico de formação de sujeitos sociais e de seres humanos”. A autora afirma que:

A trajetória do MST foi sendo desenhada pelos desafios de cada momento histórico. À medida que os

sem-terra se enraízam na organização coletiva que os produz como sujeitos, passam a viver experiências de formação humana encarnadas nesta trajetória. Mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, toda vez que toma parte das ações do Movimento, fazendo uma tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir esta trajetória e a identidade Sem-Terra que lhe corresponde; e está se transformando e se reeducando como ser humano. (CALDART, 2001, p. 215).

A participação das pessoas na organicidade e no planejamento das atividades do assentamento pode revelar o nível de organização interna da vida social e do trabalho produtivo coletivizado; ou ainda se a cooperação está em funcionamento; se as instâncias da comunidade mantêm um planejamento regular de reuniões, assembleias, encontros, etc. Nesse aspecto, alguns/umas entrevistados/as relataram situações que exemplificam como funcionam as ações planejadas do movimento:

Temos o setor de comunicação do MST, que faz junto às famílias e instâncias essa comunicação do que estamos fazendo, planejando e quais as nossas pautas de lutas. Temos rádios comunitárias que diariamente levam e dialogam com as informações com as comunidades e cidades, assim como nossas redes sociais como canal de diálogo. Temos uma metodologia de organização anterior, durante e depois, que ajude na melhor forma, que atenda à pauta toda e que possamos ter o máximo de 'proveito' da reunião. É feito o levantamento dos pontos; tira-se um/a coordenador/a, um/a relator/a e, ao final, fazemos um planejamento colocando os/as responsáveis pela próxima reunião e também é feita a avaliação. As reuniões devem iniciar com uma mística que nos ajude espiritualmente e fisicamente a nos sentirmos bem para a reunião ser mais prazerosa possível; temos momentos de músicas das lutas que possam empolgar a todos/as. (ENTREVISTADO F, abril de 2021).

Vou dizer dois exemplos da direção estadual do movimento; tem a divisão de tarefas; tem a data; tem o local; tem a secretaria e tem o planejamento da reunião; a equipe de estrutura também e a equipe de mística e de cultura; de como vamos vivenciar o lazer de forma coletiva e no sentido do que fica para depois; a reunião da direção acontecia a cada dois meses, mas agora tem ocorrido on-line, com a mesma dinâmica; a da coordenação é a mesma coisa, tem a mesma estrutura; quando termina, a gente já pensa onde vai ser a próxima, o local; o encontro estadual segue a mesma lógica, mas com uma dinâmica bem maior. A gente vai construindo e vai vendo a necessidade de onde fazer. (ENTREVISTADO A, abril de 2021).

O primeiro passo é primeiramente planejar a reunião, quais são os pontos de pautas, quais são as tarefas a serem distribuídas. Então, o primeiro passo é a organização da pauta, a organização do espaço, a preparação para a mística. Depois há os encaminhamentos planejados e realizados pela comunidade. (ENTREVISTADO J, agosto de 2020).

A reunião do MST é sempre preparada antes do momento da realização. Qualquer atividade é importante que seja planejada, onde se define a pauta, quem coordena, quem faz a relatoria, quem organiza a mística. Toda reunião tem momento de se debater os pontos de pauta e, lógico, após o debate, sempre se fazem os encaminhamentos necessários. Temos sempre o cuidado de acompanhar a execução dos encaminhamentos, se realmente estão sendo realizados de acordo com o encaminhado. (ENTREVISTADO G, junho de 2021).

[...] a gente constrói esse planejamento, essas ações, pensando na perspectiva organizativa e nas pautas desses sujeitos. Então, um pouco essa nossa ação sempre busca organizar coletivos, mas também organizar as pautas de luta para poder fomentar cada vez mais essas demandas; aí ter de fato para a juventude um re-

sultado concreto da participação dela no movimento.
(ENTREVISTADO L, outubro de 2020).

Esses são os primeiros aspectos que, na interação com os depoimentos das lideranças, conseguimos sistematizar no grupo da instrumentalidade. Consideramos que a riqueza organizativa do MST ilustra tanto o potencial político da população vítima da desigualdade social quanto a maturidade de formação de um movimento com uma referência para pensar e viver na sociedade, muito além inclusive da perspectiva do trabalho. Nesse sentido, seu legado é potência também para as três dimensões da instrumentalidade do trabalho do/a assistente social, pois reúne densos aspectos éticos, políticos e operacionais. Observar e interagir com essa cultura sem dúvida fortalece o projeto ético-político do Serviço Social.

Considerações finais

Este texto da fase inicial da pesquisa ainda demanda muitas reflexões coletivas do grupo, que está com a investigação bibliográfica e de campo em curso. Estas primeiras anotações servem para registro e memória a ser desenvolvida na análise final, estando disponíveis para consulta de outros/as pesquisadores/as com interesse na temática.

Até aqui, compreendemos que há muita densidade organizacional no MST a ser lida, refletida e aproveitada para a prática do/a assistente social na abordagem coletiva e individual no trabalho cotidiano. Aspectos como história oral, memória, místicas, envolvimento e comprometimento de cada participante, autonomia e aut mediação na história, comunicação visual e virtual, valores emancipatórios, entre outros, são alguns dos elementos compreendidos até aqui como parte desta rica experiência do MST.

Só é possível fazer esta ponte porque o projeto ético-político da profissão, nascido da história de ruptura com o conservadorismo, permite este diálogo. Nosso projeto interage com um projeto de sociedade emancipatório, reconhece nossa categoria como parte política da classe trabalhadora e tem como *telos* o compromisso com o/a usuário/a, cuja vida é delimitada pelo contexto e patamar da luta de classes.

Referências

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. *Código de ética do assistente social comentado*. São Paulo: Cortez, 2012.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

MST. O MST: nossa história. *Site do MST*. s.d. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STÉDILE, J. P. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1997.

3 TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL E A ARTICULAÇÃO COM OS SABERES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA ORGANIZATIVA DO MOVIMENTO DE MULHERES

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap3>

MARIANA BESSA GURGEL

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista remunerada desde 2020 da pesquisa "A instrumentalidade do Serviço Social e a articulação com os saberes dos movimentos sociais", ligada ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da UECE.

E-mail: mariana.bessa@aluno.uece.br

LUIZ ANDRÉ BARROSO MOREIRA

Graduando em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Voluntário desde 2020 da pesquisa "A instrumentalidade do Serviço Social e a articulação com os saberes dos movimentos sociais", ligada ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da UECE.

E-mail: andre.barroso@aluno.uece.br

GABRIELLY VIANA SOUZA

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista remunerada desde 2021 da pesquisa "A instrumentalidade do Serviço Social e a articulação com os saberes dos movimentos sociais", ligada ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da UECE.

E-mail: gabriellyviana@aluno.uece.br

Introdução

A pesquisa “A instrumentalidade do Serviço Social e a articulação com os saberes dos movimentos sociais” foi iniciada no ano de 2020 no Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros), laboratório da Universidade Estadual do Ceará (UECE). A pesquisa busca apreender os aspectos pedagógicos e políticos presentes nos movimentos sociais, identificando práticas de trabalhos coletivos que possam ser fontes de inspiração e reflexão da prática cotidiana no trabalho do/a assistente social, contribuindo para as múltiplas dimensões da instrumentalidade profissional. Desde o início do processo investigativo, ressaltou-se a diferenciação entre prática militante e de trabalho, selecionando-se aspectos mais particulares da práxis educativa presente que são próprios da formação social dos indivíduos. O primeiro movimento social estudado foi o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), início justificado pela maturidade organizativa deste. Utilizando uma metodologia de aproximação das lideranças, foram realizadas entrevistas, bem como estudos bibliográficos sobre a história do MST.

No presente capítulo, apresentamos o estudo preliminar resultante do contato com o segundo movimento social: o movimento de mulheres, cuja abordagem de campo se deu junto a quatro movimentos de mulheres feministas, com

oito lideranças entrevistadas, todas residentes na cidade de Fortaleza, Ceará¹. Os pontos centrais da investigação foram: aspectos históricos, características e princípios de organização, atividades, aprendizados, contribuições e ferramentas das atividades coletivas para a prática do Serviço Social.

Nos estudos realizados pelo grupo de pesquisa, foram reconhecidos importantes aspectos históricos dos movimentos sociais e particularmente do movimento de mulheres, desde questões de conceituação, bem como leituras contemporâneas de seus significados. Tomando como referência inicial o conceito de Gohn (1997, p. 171), os movimentos sociais são:

[...] ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

No Brasil, o trajeto percorrido pelos movimentos sociais até aqui pode ser dividido em três diferentes etapas: início das organizações operárias, intervenção do Estado e autonomia do movimento. O início das organizações se deu no período da Primeira República, quando ocorreram

¹ A pesquisa foi realizada no ano de 2022, de maneira virtual, utilizando a plataforma Google Meet para as entrevistas com os membros dos diferentes movimentos de mulheres aqui expostos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) proposto pelos pesquisadores, autorizando, desta forma, a socialização do conteúdo.

diversas mobilizações com o intuito de obter condições de trabalho dignas. As greves eram consideradas ilegais e eram totalmente reprimidas pela polícia da época, o que impossibilitou conquistas relevantes. A segunda etapa ocorreu com o controle do Estado sobre as organizações sindicais, quando houve a efetivação de alguns direitos advindos do Estado com o intuito de domesticar e controlar tais organizações. A última etapa se deu com a promoção da autonomia das organizações sindicais efetivada pela Constituição de 1988, que impedia o Estado de intervir na maneira de se organizar e gerir os sindicatos (MORAES; COSTA, 2011).

Neste capítulo, com arrimo no material da pesquisa, interessa-nos a conexão dos movimentos sociais com o Serviço Social. Dessa forma, inicialmente pautamos aqui algumas reflexões importantes sobre o tema da instrumentalidade da profissão, com reflexões sistematizadas por Guerra (2000, p. 2), que evidencia que a:

[...] Instrumentalidade do Serviço Social é muitas vezes confundida com os instrumentos usados para o alcance de uma finalidade, contudo, a instrumentalidade se faz muito maior que isso, tendo os instrumentos como parte de grande importância no processo, mas não de totalidade. O processo que percorre a evolução humana e sua relação com a natureza e com o que dela é capaz de fazer é um exemplo claro de como a instrumentalidade não é um objeto singular e único, mas um caminho a ser percorrido pelo homem com suas teorias e metodologias, que também não se caracterizam como verdade absoluta, estando sempre sujeitas a evolução e a críticas. A capacidade teleológica de elaborar e mudar a rota no decorrer do processo de construção com a liberdade de ter a autonomia para pôr em ação os conhecimentos adquiridos para uma finalidade que pode mudar sua construção por completo no decorrer projeção.

A instrumentalidade da profissão, como a potente capacidade de ler, criar e modificar as situações que são fenômenos da desigualdade social, vem se aperfeiçoando no decorrer das décadas, saindo do pragmático e exigindo uma densidade teórica, ética e política do/a assistente social. O domínio da teoria é crucial para a elaboração do processo a ser percorrido e cada vez mais enriquecido. Nessa direção, o:

[...] processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades. Este processo implica, pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis. (GUERRA, 2000, p. 3).

A instrumentalidade do Serviço Social é, muitas vezes, confundida com os instrumentos usados para o alcance de uma finalidade, contudo a instrumentalidade se faz muito maior do que isso, tendo os instrumentos como parte relevante no processo, mas não sua totalidade. O processo que percorre a evolução humana e sua relação com a natureza e com o que dela é capaz de fazer é um exemplo claro de como a instrumentalidade não é um objeto singular e único, mas um caminho a ser percorrido pelo homem com suas teorias e metodologias, que também não se caracterizam como verdade absoluta, estando sempre sujeitas à evolução e às críticas.

É seguindo essa leitura crítica e ampliada da instrumentalidade do Serviço Social que a pesquisa do Cetros vem arguindo as potentes contribuições da relação do Serviço Social com os movimentos sociais, particularizando os ensinamentos destes para a dimensão formativa e pedagógica do trabalho. No caso do movimento de mulheres, o recorte precisa ser expresso, lembrando inicialmente um pouco da sua história, como aponta o próximo item do presente capítulo.

Aspectos históricos e sociais do movimento de mulheres: os avanços organizativos do movimento feminista brasileiro

A Questão Social, objeto de estudo multifacetado do Serviço Social, é definida por Yamamoto e Carvalho (1983, p. 77) como:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Sendo assim, é um processo que se envolve nas relações de produção e reprodução social e se encontra no cerne da dicotomia entre a classe trabalhadora e a burguesia. Dentre as suas diversas expressões, observa-se o machismo como uma de suas variantes, mantido pela ligação do patriarcado² e do capital, como ratifica Matia (2018, p. 12):

² “O conceito de patriarcado tem sido usado na literatura feminista internacional para significar as relações de poder entre homens e mulheres. As mulheres são subordinadas aos homens no sistema patriarcal” (AGUIAR, 2000, p. 322).

Numa sociedade marcada e fundada com base no patriarcalismo, tão explicado e naturalizado por Freyre (2005) e tantos outros, o machismo ainda se sobressai como forma de ‘dominação natural’, expondo mulheres a preconceitos e violências diárias dentro da sociedade brasileira, que, embora seja classificada como igualitária, ainda, possui desigualdades em todas as suas esferas. Os movimentos feministas são, assim como outros movimentos, uma saída para várias pessoas que se sentem coagidas dentro da própria sociedade.

No país, o processo de colonização trouxe como herança cultural a dominação patriarcal, como afirma Marques (2020), o que repercute abundantemente nos atuais dados das diversas violências de gênero e, em contrapartida, na necessidade de luta dos movimentos sociais de mulheres para mulheres.

No que se refere ao antagonismo das lutas de emancipação das mulheres x patriarcado, as organizações de mulheres militantes, atreladas aos feminismos, são importantes ferramentas da história brasileira para a concretização de políticas públicas no Estado contemporâneo e para a modificação de diversos contextos históricos. De acordo com Sousa (2021, p. 163):

As políticas para mulheres são produto histórico da luta do conjunto do movimento feminista e do movimento de mulheres para o reconhecimento político das desigualdades de gênero presentes na sociedade, tensionando para que o Estado apresente respostas às expressões da Questão Social vivenciada pelas mulheres.

Nesse sentido, é válido salientar que, a partir do século XIX, se iniciaram a protagonizar no Brasil e na América Latina diversas organizações de mulheres embebidas das

ideologias das lutas internacionais ocidentais de países da Europa e dos Estados Unidos da América, posteriormente as manifestações dos feminismos chegavam se perpetuando em seu modo à brasileira. Essa eclosão de pensamentos europeus e estadunidenses surgiu em território brasileiro, em suas primeiras repúblicas, em um período de crescimento industrial e populacional abundante, com a chegada de imigrantes europeus para se tornarem mão de obra brasileira.

Diante disso, ocorreu uma forte influência na formação de organizações de operários com as ideias que rondavam as potências industriais atreladas às lutas por melhores condições trabalhistas, iniciando o processo de formação do sindicalismo brasileiro (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

De acordo com Caetano (2019), as mulheres operárias não ficaram à margem dessas lutas, pelo contrário, no século XX, mesmo não encabeçando as lideranças das organizações sindicais, na gênese do movimento de mulheres operárias, elas foram protagonistas nas lutas por melhores condições trabalhistas e possuíam reivindicações específicas, como a luta por “licença-maternidade, auxílio-creche e igualdade salarial”.

As mulheres representavam nesse período uma mão de obra mais barata e, ainda por cima, possuíam uma dupla jornada de trabalho, mas foram essas operárias, principalmente do ramo têxtil, que fundaram as bases da luta por direitos das mulheres no Brasil (SOPRANO, 2021). Compreendendo a importância das organizações políticas, as mulheres iam conquistando seus direitos perante o Estado burguês. Em 1943, no Estado Novo (1937-1945), comandado por Getúlio Vargas, conquistaram, por exemplo, a licença-maternidade atrelada à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Na ditadura brasileira (1964-1985), mesmo em um período de maior repressão a movimentos sociais e de grande

defesa do conservadorismo, ocorreu uma maior participação feminina nas diversas movimentações de esquerda, como também uma maior institucionalização de diversos movimentos de mulheres feministas e uma mais acertada apuração teórica de feminismos. Nesse viés, conforme a fala de uma militante entrevistada, também se ratifica a importância histórica da participação feminina nesse cenário debatido:

O movimento feminista contribui bastante para a luta da classe trabalhadora; sendo assim, é... um aspecto da história é exatamente esse acréscimo, e não um pequeno acréscimo, um grande acréscimo às lutas coletivas. Exemplos que nós vemos é na ditadura militar, onde as mulheres encabeçaram muito as lutas contra a ditadura. (ENTREVISTADA 4, 3 fev. 2022)³.

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (*apud* MÍDIA NINJA, 2019), as mulheres organizadas participaram ativamente na luta antifascista e pela democracia, guerrilheiras e/ou militantes foram presas, torturadas, expulsas e perseguidas pela autocracia burguesa.

No Estado contemporâneo, após a redemocratização brasileira e a aprovação da Constituição de 1988, mesmo dentro de um contexto com forte impacto neoliberal, diante de uma adequação às necessidades do capital financeiro, muitas conquistas foram atingidas pelos movimentos de mulheres. Dentre elas, destacam-se a aprovação da Lei Maria da Penha no ano de 2003, no governo de Lula, e a aprovação da Lei do Feminicídio em 2015, no governo de Dilma Rousseff. Além disso, a ampliação da rede de enfrentamento, na qual os movimentos sociais podem compô-la, e de atendimento a mulheres vítimas de violências.

³ Para fins éticos de respeito e preservação da imagem das entrevistadas, suas identidades serão referenciadas aqui por meio de números, não correspondendo, portanto, à realidade.

No governo Temer (2016-2018), após o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016), observou-se um enfraquecimento das políticas públicas em geral. Posteriormente, em 2018, com a eleição do presidente de cunho fascista e neoliberal Jair Bolsonaro, que, por várias vezes, ousou fazer diversas declarações machistas, além de contribuir com o enxugamento e distorção das políticas sociais, ocorreu um impulsionamento no aumento dos índices de violência contra as mulheres (VILELA, 2021). Em contrapartida, os movimentos de mulheres, em sua maioria, seguem encabeçando e fortificando as lutas democráticas, antipatriarcalistas, antirracistas e antifascistas no país.

Nesse contexto, é importante debater que os atuais movimentos feministas brasileiros apresentam uma ampla variedade de perspectivas; suas organizações são demasiadamente plurais, tal como as mulheres brasileiras.

[...] nos anos 1980 o discurso hegemônico do feminismo no Brasil se conjugava no singular, afirmando a especificidade da ‘mulher’ e a relativa autonomia do feminismo em face das outras lutas sociais. Hoje o espaço público do feminismo rechaça a ideia de uma ‘condição feminina’ universal e conjuga o feminismo no plural, combinando eixos como gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual, deficiência, religião etc. A ideia que predomina é que o feminismo deve se ocupar das diversas opressões existentes na sociedade, pois não existe uma experiência única capaz de organizar a luta política. (DAFLON, 2019, p. 315-316).

Sob esse viés, é válido salientar que essa abertura para o plural do feminismo brasileiro é importante para abranger novos grupos e novas pautas de mulheres, entretanto é também capaz de abranger diferentes perspectivas societárias que possuem grandes discrepâncias, como o chamado

*feminismo liberal*⁴ e o *feminismo pós-moderno* ou pós-estruturalista⁵, que ganham uma enorme fortificação com o mundo neoliberal e que não possuem como objetivo a longo prazo uma mudança sistemática, e, em contrapartida, o *feminismo classista*⁶, que busca uma saída do sistema capitalista com reflexões políticas para a emancipação de toda a classe trabalhadora.

Se outrora as organizações de mulheres brasileiras ocorreram em fábricas têxteis ou em guerrilhas armadas, hoje as mulheres militantes se organizam em diversos espaços e utilizam como grande ferramenta de comunicação e ampliação de suas pautas as redes sociais. Observa-se que muitos movimentos feministas do século XXI, em sua forma prática, mantêm diversas formas de aglutinação anteriores, como o tradicional trabalho de base, os coletivos, a partici-

⁴ O feminismo liberal está centrado no indivíduo mulher e em sua liberdade de escolhas, e o lugar dos homens nessa linha de pensamento é ao lado das mulheres. É uma vertente que recebe críticas por não considerar que nem todas as mulheres partem do mesmo ponto na vida. “Atua numa agenda de equiparação de direitos, mas sem um enfrentamento às desigualdades, à exploração do trabalho e ao capitalismo. Age principalmente na proposição de reformas políticas e legais e no posicionamento do direito de escolha das mulheres”, explica a gerente de gênero e incidência política da Plan International Brasil, Viviana Santiago (REIF, 2020, s.p.).

⁵ A crítica pós-estruturalista e o feminismo pós-estruturalista incluem também uma certa concepção em torno da compreensão de como se constitui o sujeito: “[...] o reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais, por sua vez, encontram-se marcados por relações de poder” (MARIANO, 2005, p. 486).

⁶ “O feminismo classista é construído por uma consciência coletiva de que teoria e prática não se separam jamais. A nossa teoria, materialista, histórica e dialética, que, além de única compromissada com a luta da humanidade contra o capital, é a que melhor se aproxima da realidade, complexa e dinâmica que vivemos, deve nortear todas as nossas ações, atividades, diálogos, reflexões, falas... o trabalho de base que precisamos realizar para que as mulheres, da cidade e do campo, mães, solteiras, religiosas, jovens, maduras, crianças, despertem a consciência de quem são, de seu potencial de enfrentamento e de quem são os reais inimigos das mulheres” (COLETIVO, 2019, s.p.).

pação em manifestações de rua, a panfletagem, as ocupações, as reuniões de fins teóricos e práticos, dentre outras.

Sendo assim, compreende-se que os feminismos, numa questão teórica, mesmo com suas diversificações, também possuem pontos que, de certa forma, competem a todas suas variações, em principal, o empenho na melhoria da qualidade de vida das mulheres, que englobam questões como a diminuição das problemáticas históricas causadas pela desigualdade de gênero, das diferenças salariais, do feminicídio, das diversas violências contra as mulheres – sexual, patrimonial, física, psicológica e moral, do não acesso a políticas de saúde para mulheres, etc. Tal qual afirma Tiburi (*apud* SOUSA, 2019, p. 176), “[...] o feminismo, enquanto movimento, possibilita a afirmação de uma luta comum, de ação crítica libertária e recusa às mais variadas formas de inferiorização”.

Para finalizar, vê-se que os movimentos de mulheres, tal qual o Serviço Social, apresentam uma história marcada por aprendizados e adaptações aos tempos históricos e que hoje, mesmo possuindo fortes bases emancipatórias, segue sendo palco de disputas, como confirma a fala de uma militante entrevistada:

[...] esse contato do Serviço Social com os movimentos sociais eu diria que atualmente esse contato permanece sendo importante pelo mesmo motivo, para que o Serviço Social mantenha suas bases ligadas à classe trabalhadora e, por exemplo, às lutas das mulheres, dos movimentos feministas, e a gente vê que os movimentos feministas contribuem bastante, tanto que muitas assistentes sociais também passam pelo movimento feminista ou, enfim, muitas mulheres feministas passam pelo Serviço Social. Enfim, nós do Serviço Social trabalhamos com questões de direito, com a garantia de direitos das mulheres também, e os movimentos feministas

estão ativamente participando dessa luta, sendo assim, contribuindo também para as profissionais de Serviço Social. (ENTREVISTADA 4, 3 fev. 2022).

Sendo assim, compreende-se que as agitações feministas desempenharam fortes impactos na história do Brasil e seguem desempenhando transformações societárias, dentro e fora dos feminismos. Nessa perspectiva, a pesquisa expõe alguns aspectos importantes a partir das falas das lideranças feministas que podem ajudar a pensar essa relação, sendo que esta primeira *publicização* dos depoimentos nos instiga as primeiras reflexões, sem esgotar as diversas e mais amplas possibilidades de análise. A seguir, o foco dos produtores da pesquisa é a identificação das contribuições para a dimensão pedagógica e atuação coletiva da profissão, especialmente verificando os elementos éticos, teóricos e operacionais do labor do Serviço Social.

Resultados da pesquisa junto a lideranças feministas do Ceará: análises preliminares

Diante do exposto, entendendo a importância das falas de representantes asseguradas em suas respectivas práticas político-organizacionais, o grupo contou com entrevistas junto a militantes ligadas aos movimentos sociais de mulheres. As questões levantadas e os apontamentos feitos pelas representantes forneceram um debate profícuo para o conhecimento acerca da aproximação entre a prática dos movimentos feministas e a instrumentalidade do Serviço Social. Ao todo, quatro movimentos participaram da pesquisa, sendo eles: Movimento de Mulheres Olga Benário, Rede de Mulheres Negras, Movimento Marcha Mundial das Mulheres e Coletivo Rosas que Falam. As oito lideranças entrevistadas estão abrangidas nessas organizações coleti-

vas. Todas foram convidadas e orientadas a responderem ao convite e às entrevistas de forma voluntária, com arrimo nos cuidados éticos que devem ser contemplados numa pesquisa acadêmica.

Além disso, os conteúdos das entrevistas foram divididos em três pontos principais, que serão debatidos a seguir: a questão da trajetória e identificação das militantes; a história dos movimentos; e as contribuições desses movimentos para a instrumentalidade do Serviço Social.

Trajétória e identificação militante: formação e estudos dos fundamentos

Como identificado na introdução do presente capítulo, as entrevistas tiveram base em um roteiro com amparo em questões relacionadas à identificação da trajetória militante, bem como os aspectos organizativos, suas fontes políticas e pedagógicas presentes na cotidianidade do movimento. Inicialmente as representantes abordaram momentos históricos específicos nos quais se situam seus movimentos, com a menção do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000 na fala de uma das representantes: “[...] *ai surge a marcha mundial de mulheres no final dos anos 90 para os anos 2000 e nasce como esse movimento anticapitalista, antirracista e antipatriarcal*” (ENTREVISTADA 2, 27 jan. 2022). É importante saber que esse período é palco de surgimento dos outros movimentos estudados nas primeiras décadas do século XXI, criados, assim, em um contexto neoliberal.

Retornando para meados dos anos 1960, mais precisamente para o ano de 1964, conhecido pela instauração da ditadura militar no país, como discutido e referenciado pela fala da militante anteriormente no ponto 2, a participação de mulheres nas lutas contra o modo de governo vigente até en-

tão se mostra presente e constitui importante momento na trajetória do movimento feminista no Brasil. Como é afirmado pelo portal *Memórias da Ditadura* (MULHERES, s.d., s.p.):

A resistência à ditadura militar contou com a participação ativa e protagonista de muitas mulheres, de diferentes formas, ainda que sempre em menor número do que os homens. Elas participaram do movimento estudantil, de partidos, sindicatos e organizações clandestinas, desafiando o papel de passividade e domesticidade que a sociedade da época lhes atribuía e enfrentando o machismo espalhado em toda sociedade. Pelo menos uma centena de mulheres, na maioria jovens de menos de 30 anos e estudantes universitárias, tomaram parte diretamente na luta armada.

Dando continuidade à trajetória dos movimentos, algumas militantes relembrou datas importantes de nascimento de suas aglutinações, já dentro dos anos 2000, citando a Marcha de Mulheres Negras: “[...] a Rede de Mulheres Negras teve esse foco no Encontro Nacional de Mulheres Negras, mas teve a Marcha de Mulheres Negras em 2015 [...]” (ENTREVISTADA 5, 13 jan. 2022), o Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 2018, e o nascimento do coletivo Rede de Mulheres Negras, em 2019:

O marco de início da Rede de Mulheres Negras do Ceará foi o Encontro Nacional de Mulheres Negras, que aconteceu em Goiânia, no estado de Goiás, em 2018. Eu cheguei na rede em 2019, mas as meninas que já estão desde o início elas sempre citam esse marco, que foi um momento em que se celebraram 30 anos desse encontro. (ENTREVISTADA 7, 7 fev. 2022).

A Rede de Mulheres Negras é um coletivo muito novo; ele nasce em 2019. Eu acompanho a rede desde antes; a rede ela nasce a partir do momento em que algumas mulheres negras que eram organizadas em outros mo-

vimentos sociais e algumas que não eram organizadas em nenhum movimento, aí a gente vai se reunir em 2018 e começar a se articular para participar do Encontro Nacional de Mulheres Negras, que aconteceu em dezembro de 2018. (ENTREVISTADA 6, 20 jan. 2022).

Adentrando um espaço mais pessoal das representantes, é válido considerar os impactos que a aproximação com os movimentos feministas tem no exercício profissional de parte delas como assistentes sociais, contribuindo com um olhar mais crítico e um posicionamento mais consciente das expressões da questão social na vida das mulheres, como falado por uma das militantes⁷. Isso evidencia como grande parte da contribuição se realiza também pela perspectiva formativa e pedagógica do movimento:

Vendo a minha experiência de quando adentrei na universidade, que eu fui buscar formação política e profissional para além da sala de aula no movimento estudantil e no próprio movimento feminista, isso veio a enriquecer minha formação profissional e também consolidou a direção ético-política das ações que eu imprimo desde quando estou dentro da universidade, passando também pela minha atuação enquanto profissional assistente social. Tenho sete anos de experiência profissional e também como assistente social docente que realiza projetos de pesquisa e projetos de extensão, e o movimento feminista foi fundamental para que [...] eu incorporasse esse debate feminista dentro da nossa profissão. A gente, no campo profissional, os nossos atendimentos, em sua maioria, são as mulheres, os nossos usuários, nossos sujeitos coletivos e individuais que buscam os serviços, a maioria são mulheres [...]. Então, eu acho que, a partir do momento que a gente se engaja no movimento feminista, isso vai permitir que a gente se qualifique no ponto de vista da formação profissional e

⁷ Ao todo, pelo menos duas das entrevistadas eram assistentes sociais e uma era graduanda de Serviço Social, futura profissional da categoria.

do ponto de vista do exercício profissional, para a gente compreender e intervir de forma crítica nas manifestações da questão social, inclusive aquelas que estão relacionadas às mulheres. (ENTREVISTADA 2, 27 jan. 2022).

A questão social aqui mencionada, entendida como as reverberações das desigualdades provenientes e maximizadas dentro do sistema econômico capitalista, é debatida e enfrentada pelos diversos movimentos sociais, aspecto que se aproxima do Serviço Social, uma vez que essa questão constitui objeto de estudo e de atuação do/a assistente social. Segundo a transcrição acima, os movimentos de mulheres fornecem uma ampliação de como esse objeto de análise do Serviço Social atua em diferentes camadas populares, abrindo espaço para a discussão acerca da interseccionalidade (a ser abordada mais à frente), presente tanto nessa percepção das desigualdades sofridas pelas mulheres em suas várias dimensões e no exercício do profissional de Serviço Social, que entende o usuário como multifacetado.

Práticas desenvolvidas: as articulações dos movimentos

Os movimentos de mulheres, na continuação da construção de suas histórias, ainda figuram na sociedade por meio de suas reivindicações e atos, entendidos como essenciais para a concretização dos fins antes traçados e da efetivação do que é estudado dentro dos núcleos. Entre as articulações dos referidos movimentos, destacam-se os atos de rua, as ocupações e a promoção de eventos, que visam ao contato mais próximo com a população, dando visibilidade às propostas do movimento:

Então, eu diria que não só o Movimento de Mulheres Olga Benário, como de fato os movimentos feministas

em geral, as atividades em que mais participamos são atos de rua mesmo ou ocupações [...]. O Olga tem até essa característica muito forte, por ocupar espaços abandonados pelo Estado para criar casas de referência às mulheres; temos três casas de referências no Brasil, onde fazemos o papel que deveria ser do Estado [...]. (ENTREVISTADA 4, 3 fev. 2022).

Os eventos promovidos pelos movimentos de mulheres e também citados pelas lideranças evidenciam a proximidade deles não só de forma teórica com os reflexos da questão social, percutida principalmente na pobreza, na desigualdade social e na violência urbana, temáticas catalisadoras e presentes também em outros movimentos, mas de forma pessoal, em um contato humano próximo e atento às camadas sociais, recorrendo à arte como dimensão pedagógica, como abordado por uma militante:

As principais atividades, primordialmente a sexta preta [...] a gente tornou um evento mensal da rede, toda sexta que a gente se organizava [...], nós fazíamos esse evento na praça da Gentilândia, porque é mais central, tem mais movimento e uma maior visibilidade, e aí esse evento é muito assertivo, porque é um momento que a gente vai, convida, vai para fora, mostra, se apresenta para as convidadas, as pessoas e também chama artistas negras, artistas negras locais, e aí vão expor, vão fazer performance, vão se apresentar dentro do nosso evento [...]. (ENTREVISTADA 6, 20 jan. 2022).

As atividades artísticas e culturais como as citadas acima servem como importantes instrumentos de mobilização, formação e aglutinação da população, a partir da interação com os ideais e pautas do movimento em questão, como afirmado no trecho a seguir:

Os movimentos sociais podem ter na arte uma aliada para os desafios políticos que enfrentam, incorpo-

rando-a não como campo exclusivo, mas, certamente, como campo essencial. A capacidade de a arte auxiliar no processo de emancipação numa sociedade adestradora (e castradora) de sentidos se apresenta não de modo isolado, agindo como se a beleza estética fosse capaz de aplacar as concretas agruras cotidianas, mas como processo de construção crítica e coletiva, de desvelar a dinâmica da luta social, fortalecendo a sensibilidade e formação política. (HILSENBECK FILHO, 2015, p. 16).

Além disso, a ocupação constante dos movimentos feministas em formar redes, articulações, tanto estaduais quanto nacionais, comissões e convívios demonstra a atenção dada ao apoio e ao suporte mútuos:

Em 2016, a gente fez a primeira ocupação de mulheres da América Latina organizada por mulheres e foi em Minas Gerais, em Belo Horizonte, que é a casa Tina Martins. A gente ocupou um refeitório universitário, que era da UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais], do campus de Engenharia, e a ideia naquele momento era denunciar a alta de casos de violência contra a mulher que estava tendo em Minas Gerais, depois, com pouco tempo, a gente percebeu que mulheres começaram a procurar essa ocupação, que era temporária, para pedir abrigo lá, para sair das suas casas, que estavam sofrendo violência, não tinham para onde ir; queriam se livrar de relacionamentos violentos, e aí a gente viu de manter essa ocupação e reivindicando até construir uma casa de referência para a mulher [...]. (ENTREVISTADA 3, 12 jan. 2022).

A visibilidade das lutas sociais depende da *publicização* de suas reivindicações. No caso da prática profissional, é importante destacar que muitas ações institucionais dependem dessa *publicização* e deste diálogo com a população para envolvê-la, a exemplo de campanhas preventivas e mobilizações comunitárias. Nas escolhas dos movimentos

feministas, a ocupação do espaço público é estratégia fundamental de denúncia e de aglutinação das mulheres. É um aspecto formativo que vai além do grupo militante, impactando também a população em geral.

Contribuições para o Serviço Social: aproximação com aspectos do movimento de mulheres

A pesquisa reconhece, com os depoimentos das militantes, uma paridade entre os princípios do movimento e as perspectivas do Serviço Social e de sua atuação. Tais similaridades permitem observar que o estudo e a aproximação com os diversos movimentos sociais é base importante para entender o fazer profissional do/a assistente social, ainda que seja importante salientar as especificidades da prática militante e as do exercício do profissional de Serviço Social, como indicado por uma entrevistada:

[...] E, no meu caso, como profissional, futura profissional do Serviço Social, eu vejo que na militância a gente trabalha muito essa questão da dimensão pedagógica, contribui muito; sabemos que o fazer militante é diferente do fazer profissional, mas um contribui muito com o outro. (ENTREVISTADA 4, 3 fev. 2022).

Apresentamos a seguir algumas breves sistematizações sobre outros aspectos que podem ser eleitos como achados importantes das contribuições para a profissão.

A) PLANEJAMENTO E GESTÃO DENTRO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES: A HORIZONTALIDADE COMO PRINCÍPIO ORGANIZATIVO

Primeiramente, levando em consideração uma perspectiva mais sistemática e organizacional, abordamos aqui os princípios para a gestão dentro do movimento de mulheres e a

forma como essa organização dos movimentos se dá. Logo de início, uma das militantes fala sobre a questão da horizontalidade no contexto da organização e dos valores do movimento:

O que é diferencial no movimento feminista é que os princípios de constituição do próprio movimento vão de encontro à forma como a esquerda mais ortodoxa geralmente se organizava, em hierarquias e tudo o mais. Já o movimento feminista preza a questão da horizontalidade, que eu acho que é uma questão muito importante; embora tenham direções, há uma discussão da base, e outro princípio importante é a questão da igualdade, da própria igualdade, de escutar as outras, é um dos princípios da gente do campo feminista, embora cada movimento tenha seus princípios e seus valores [...]. (ENTREVISTADA 2, 27 jan. 2022).

Em seguida, a representante também fala sobre a necessidade de um olhar para as diversas formas de discriminação vivenciadas pelas mulheres atrelado ao exercício dessa organização, que ela observa que é comum aos movimentos que ela já integrou e integra:

*[...] esse processo de organização e construção dos movimentos, por exemplo, o princípio da igualdade entre as mulheres, considerando aí as diversas formas de opressão e discriminação que são vivenciadas por nós, considerando as clivagens de raça, de classe, de gênero, de orientação sexual, a questão da defesa da autonomia das mulheres, da diversidade e da auto-organização das mulheres, da construção de alianças que compartilhem desses mesmos princípios desses movimentos que visam à transformação societária, o princípio da solidariedade e do internacionalismo também está presente nesses **três movimentos** [...]. (ENTREVISTADA 2, 27 jan. 2022, ênfase dada pela própria entrevistada).*

Partindo da fala da entrevistada e considerando o processo organizativo do movimento sob uma perspectiva

de horizontalidade, isto é, descentralidade de domínios e igualdade na tomada de decisões e no exercício dentro do movimento, é válido abordar como isso se observa dentro da prática profissional do/a assistente social através do conceito de atendimento em uma configuração de rede. De acordo com o trecho a seguir:

O atendimento em rede se constitui pela articulação em torno de interesses comuns, de um conjunto amplo e dinâmico de organizações diversas, governamentais, não governamentais, assim como ainda de empresas fornecedoras de produtos e serviços à rede de atendimento social, com expectativas e valores culturais compartilhados, os quais realizam ações complementares em um processo unitário e coerente de decisões, estratégias e esforços. (NEVES, 2009, p. 161).

Assim, levando em consideração o exposto e a fala da militante acerca de um princípio organizacional apoiado na horizontalidade, a partir da ideia de “alianças” com os mesmos ideais e com base no trecho acima, de um “processo unitário e coerente”, é perceptível a relevância que a dinâmica sistemática dentro dos movimentos de mulheres possui para o entendimento da dinâmica do/a assistente social em seu esforço de garantir ao usuário sucesso no exercício de seus direitos. Como mais um exemplo da importância desse engajamento em rede, segue adiante mais um depoimento de uma das militantes:

2020 a gente começou a pensar numa espécie de regulamento interno para a gente, para as integrantes da rede; não estou lembrando de cara as coisas, os princípios todos, mas um deles é muito dessa do engajamento da mulher que entra e integra a rede; ela precisa se engajar, não é uma coisa obrigatória, mas que a gente incentiva que seja feita, porque o nosso fazer é muito feito a partir das comissões, então tem a comissão de projeto, de in-

fraestrutura, a comissão de formação, de comunicação, de acolhimento [...]. (ENTREVISTADA 6, 20 jan. 2022).

B) UNIÃO ENTRE O SABER E O FAZER: A IMPORTÂNCIA DA BASE TEÓRICA SOMADA À PRÁTICA DAS ARTICULAÇÕES DOS MOVIMENTOS

Também são observadas nos depoimentos das militantes a importância e a indissociabilidade da prática e da teoria para a articulação do movimento, ponto de convergência entre os movimentos feministas e o exercício do Serviço Social na sua contemporaneidade: o entendimento da necessidade de unir a base teórica com o exercício prático, que rotineiramente esbarra na realidade limitante imposta pelo aparelhamento estatal, mas que ainda é detentor de capacidade transformadora (GUERRA, 1999), como evidenciado pela fala de uma das representantes:

Uma coisa que eu acho muito, muito interessante, é essa nossa perspectiva que a gente tem dentro dos nossos núcleos, que é de estudar e agir, unir a teoria à prática; a gente, o movimento, ele tem que ter prática, mas ele também tem que ter teoria, então, por isso, a gente zela muito essa questão do estudo dentro dos núcleos, por exemplo [...]. (ENTREVISTADA 3, 12 jan. 2022).

Essa combinação entre saberes e execução, resgatada nos princípios do movimento feminista através dos estudos em grupo realizados dentro de seus núcleos, indica um caminho também perseguido pelo Serviço Social, na medida que ele, orientado pela historicidade de seu tempo e pelo entendimento das contradições próprias do sistema econômico capitalista no qual se insere e resiste, propõe, por meio da *teleologia*⁸, que constitui sua instrumentalidade, orientar

⁸ “Prévia ideação ou teleologia configura-se como uma categoria exclusiva do humano-genérico que, estabelecendo-se no campo das ideias e dirigindo-se à objetivação, valendo-se de determinados meios, transforma a teleologia

sua prática organizacional com os meios que lhe são disponibilizados (GALDINO, 2021). Os movimentos de mulheres, com uma idealização prévia do que se pretende alcançar em suas reivindicações e mobilizações, reconhecem, portanto, a indissociabilidade entre a teoria estudada dentro dos núcleos e a prática para a visibilidade deles.

C) FERRAMENTAS TRADICIONAIS E ATUAIS DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Quando arguidas sobre os meios pelos quais a informação e a educação sobre os movimentos chegam à população, as entrevistadas, em sua grande maioria, citaram grupos de estudo, rodas de conversa, reuniões, panfletagens e, em um aspecto mais subjetivo, o acolhimento:

Antes da pandemia, a gente se utilizava muito de reuniões, seminários, e agora, com a pandemia, temos tido mais dificuldade para nos organizar presencialmente, mas nós já fizemos alguns encontros presenciais, inclusive para serem escolhidos temas pelas próprias mulheres que estão no coletivo Rosas que Falam [...]. (ENTREVISTADA 2, 27 jan. 2022).

[...] nós fazemos muitas reuniões para chamar essas mulheres, apresentar o movimento e chamá-las para a luta, que aí são reuniões de apresentação do Movimento de Mulheres Olga Benário. No caso do nosso movimento, nós também já fizemos grupo de estudo com mulheres do movimento e mulheres de fora do movimento, escolhemos diversas obras da Kollontai, uma obra da Carolina Maria de Jesus, [...] obras, enfim, de mulheres da classe trabalhadora para mulheres da classe trabalhadora, conversando com mulheres da classe trabalhadora. (ENTREVISTADA 4, 3 fev. 2022).

em causalidade posta, tratando-se de uma indispensabilidade presente na relação entre humano-genérico e natureza” (FRANÇA JÚNIOR, 2020, p. 575).

Eu acho que a nossa principal ferramenta da rede em si é muito a gente se sentir fortalecida e aquilombada, então a gente sentir que a gente tem na rede um espaço de luta de resistência, mas principalmente de acolhimento, que a gente sinta que é um espaço que temos mulheres que seguram a nossa mão e que podemos segurar a mão de outras mulheres, então essa questão das ferramentas à mobilização é um desafio. Eu acho que, no momento atual, que a gente tem que lidar com a sobrevivência, então a gente pensar em sobreviver, em resistir e ainda estar militando, e ainda estar se disponibilizando a estar nessas lutas mais ampliadas, é um desafio grande, então a gente tem aí como uma técnica, como ferramenta, a questão mesma do afeto; eu acho que o afeto acaba sendo uma ferramenta da rede, de as mulheres sentirem que são acolhidas e se fortalecerem [...]. (ENTREVISTA-DA 5, 13 jan. 2022).

Como referenciado na fala da entrevistada 2 (27 jan. 2022), o surgimento da pandemia causada pela Covid-19 ao longo do ano de 2020 e os anteriores avanços da tecnologia exigiram e possibilitaram uma readequação das ferramentas de mobilização e de aglutinação para a luta. As redes sociais, em especial o Instagram, permitiram a continuação do contato, ainda que virtual, com as ações dos movimentos, até então muito presentes no meio da população com uma aproximação mais pessoal. Ainda que as ferramentas virtuais de comunicação já fossem utilizadas pelos movimentos, o período pandêmico demandou um uso maior e praticamente exclusivo delas.

A ferramenta principal é a tecnologia, é o nosso Instagram, e a gente vê os meios sociais como uma forma de articulação, de chamar para a articulação, para a luta, para os atos, para as coisas; a gente vê o Instagram como uma ferramenta muito grande de comunicação tanto no sentido educativo, que a gente usa muito para esse sentido do debate educativo, de trazer algum diá-

logo sobre algum tema, por exemplo, cotas, botar o debate de cotas, aí a gente vai e faz lives; a gente muito na era das lives até ano passado, a gente faz lives, faz bate-papos, faz formações, então a gente tem aí a rede social também como meio forte de propagar esse ponto, que é a questão pedagógica, e aí a gente utiliza também a rede social como meio divulgador dos nossos, divulgar o trabalho de alguém, uma página, um perfil; às vezes, a preta está lá e trabalha com isso, então a gente vai lá e divulga. Então, a gente faz isso. Além disso, a gente está sempre nos espaços; é se fazer presente nos espaços, então a rede ela vai e ocupa uma cadeira no Conselho de Direitos Humanos. Então, a gente está se engajando, tendo esse engajamento na rede social para dar visibilidade sobre questões mais educativas [...]. (ENTREVISTADA 6, 20 jan. 2022).

Eu já citei alguns: panfletos, aí a gente pode falar tanto de panfletos que a gente vai para as ruas conversar com as mulheres, distribuir panfletos, fazer esse trabalho de base nas ruas, quanto esse trabalho midiático, dentro das redes sociais, posts que falam sobre mulheres cearenses, por exemplo; já fiz parte de um que eram heroínas cearenses, aí a gente falava de mulheres cearenses que representam algum tipo de rebeldia dentro da sociedade positiva para o povo, para as mulheres, enfim. Então, tem essa questão da mídia, aí eu diria tanto que é o trabalho de base nas ruas quanto é o trabalho de base nas mídias mesmo, na internet [...]. E nós já tivemos um podcast também, que era associado a esse grupo de estudo; nós gravamos nossos grupos de estudo, que nós gostamos de chamar de 'Grupo de Estudo de Teoria Revolucionária'; não mero grupo de estudo, mas um grupo para a formação da militância, para a prática mesmo também. E nós gravávamos e criávamos os podcasts, que foi algo até que a gente usou bastante na pandemia, agora não mais, mas no início da pandemia usamos bastante como forma de formação. (ENTREVISTADA 4, 3 fev. 2022).

Não apenas os setores públicos e privados passaram por restrições quanto ao contato próximo, como também os diversos movimentos sociais atuantes no período precisaram readequar suas formas de mobilização e exercício a fim de não pararem as atividades de forma total. Os movimentos feministas, de igual forma, adentraram com sucesso nas ferramentas modernas de comunicação, não excluindo, no entanto, as tradicionais.

Quanto às atividades em que os movimentos de mulheres se fazem presentes, há as de agitação popular, política, reivindicatória e de protesto, além de eventos culturais já mencionados. São atividades coletivas que de alguma forma podem se adaptar às ações do Serviço Social na construção da relação com grupos e comunidades. Muitas dessas atividades operacionais tradicionais já são utilizadas no exercício do Serviço Social, dado que as mudanças na orientação da instrumentalidade foram muito mais de alterações na direção ético-política e teórico-intelectual da profissão com a renovação profissional.

D) LEITURA NUMA PERSPECTIVA DE INTERSECCIONALIDADE

Um outro aspecto pertinente ao Serviço Social é a presença da interseccionalidade na pauta dos movimentos, principalmente nos de mulheres negras. Para discorrer sobre isso, é necessário inicialmente definir o que se entende por “interseccionalidade”. Segundo Crenshaw (2020 *apud* STEINMETZ, 2020, s.p.)⁹, interseccionalidade hodierna-

⁹ Existem discussões acerca do uso e emprego do termo “interseccionalidade” atribuído à teórica norte-americana Kimberlé Crenshaw, que, ainda que ligado a ela, possui raízes mais antigas, datadas do século XIX. Faz-se necessário, portanto, explicitar aqui que a fala citada possui um caráter apenas introdutório para uma definição geral e objetiva do que seria a interseccionalidade aqui mencionada. Uma compreensão mais crítica do assunto se encontra disponível em Táboas (2021).

mente: “[...] É basicamente uma lente, um prisma, para ver a maneira como várias formas de desigualdade geralmente operam juntas e exacerbam umas às outras [...]”.

Assim, levando em consideração a definição do termo e compreendendo as particularidades das linhas teóricas de cada movimento, percebe-se que os movimentos de mulheres, em sua grande maioria, analisam o contexto de opressão e exclusão a partir da interseccionalidade, ou seja, do entendimento de que existem ainda mais desigualdades atuantes nesse processo, além da questão do gênero, o que se observa na fala de uma das entrevistadas:

Então, a gente precisa se entender enquanto classe, mas se entender também nessa interseccionalidade de mulher negra trabalhadora. Eu acho que são essas perspectivas interseccionais que fazem as mulheres negras terem os grandes impactos, tanto do genocídio quanto do encarceramento, da pobreza em si, do agravamento da situação econômica do país, então todos esses impactos da pandemia tiveram uma consequência muito maior na vida das mulheres negras. Então, o movimento procura estar fazendo esse olhar para que a gente consiga seguir resistindo e lutando contra essa situação em que a gente se colocou neste país. (ENTREVISTADA 5, 13 jan. 2022).

A transcrição acima revela exemplos corriqueiros de como essa interseccionalidade é notada na vivência de muitas mulheres, não apenas sob um viés da condição de ser mulher, mas acrescido à condição de ser negra¹⁰, trabalhadora e/ou LGBTQIA+. Levar em conta a reunião dessas condições que perpetuam estruturas ainda mais excludentes também

¹⁰Partindo do entendimento das diversas formas de desigualdades atuantes e indissociáveis, o Serviço Social, por exemplo, no Conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), contou com o lançamento da campanha *Assistentes sociais no combate ao racismo* para sua formação antirracista.

é matéria do exercício profissional do/a assistente social, que lida com leituras contextualizadas do/a usuário/a, ou seja, percebe o/a usuário/a em seu meio social, político e econômico para a elaboração de um panorama acertado e de uma prática orientada, como dito no item anterior.

Em contrapartida, é importante salientar que, de acordo com a literatura de Saffioti (*apud* TÁBOAS, 2021), em uma perspectiva materialista histórica, que vai ao encontro do feminismo marxista, a interseccionalidade precisa ser problematizada, pois pode promover uma análise separativa de questões como raça, gênero e classe, pois são estruturalmente indissociáveis. O presente texto não se ocupa de desenvolver esta reflexão, pois o foco é expor a dinâmica do próprio movimento do ponto de vista das contribuições para a dinâmica profissional do/a assistente social. A referência a divisões e polêmicas que estão no cotidiano da organização das mulheres, embora muito brevemente citada, não pode aqui ser aprofundada. Neste escrito, essas divisões e polêmicas aparecem apenas para dizer da diversidade e pluralidade interna do movimento e da literatura de gênero.

E) ATENÇÃO A ASPECTOS SUBJETIVOS: AUTOCUIDADO EM PAUTA

Anteriormente, ao abordar as formas de articulação dos movimentos e suas ferramentas, a matéria do autocuidado apareceu. Segundo uma das representantes, a dimensão psicológica das mulheres participantes do movimento é importante e precisa receber atenção a partir da elaboração de uma estratégia para que isso ocorra:

Tanto no contexto da saúde em si como em um contexto social, [...] nós fomos muito afetadas; a gente sabe que as pessoas negras são as pessoas que mais estão sendo afetadas pelo desemprego, fome, mortes, pela própria

Covid; é também um contexto de violência muito grande, então isso também se sobressaiu como uma característica muito forte da rede que a gente já tinha num espaço presencial, mas que a gente viu nesse contexto uma necessidade maior, que é a do cuidado [...], daí a gente pratica o cuidado entre as nossas, o cuidado com a nossa saúde mental, que é tão negligenciada. Então, a gente tem uma articulação, uma organização que é dividida entre setores, mas que o cuidado, essa necessidade em fixar o bem-estar entre as nossas é muito forte, então a gente, dentro da formação – eu faço parte da comissão de formação –, tem várias comissões; a comissão de formação pensa: ‘Poxa! Como a gente pode pensar em se articular para trabalhar o afeto?’. É pensando nessas questões [...]. (ENTREVISTADA 6, 20 jan. 2022).

[...] Algo que foi muito marcante para mim foi uma atividade que se chamou ‘O entardecer com as pretas’, que foi uma espécie de acolhida, um chamamento para novas participantes, militantes. Então, esses eventos têm acontecido assim ‘Como as sextas pretas’, que são atividades que acontecem sempre numa sexta-feira escolhida do mês, com foco na cultura, do movimento da cultura, da estética negra, periférica, e aí, a nível estadual, a rede tem se organizado assim, mas também tem uma articulação regional, que eu digo de região Nordeste mesmo, numa articulação de mulheres negras do Nordeste. Isso aí dá principalmente na construção do julho das pretas, que são ações educativas, pedagógicas, de luta durante todo o mês de julho, pensando as interseções de gênero, raça e classe e apontando soluções para esse Brasil que a gente tem. (ENTREVISTADA 7, 7 fev. 2022).

No trabalho do/a assistente social, a atenção a aspectos individuais e subjetivos, mesmo não sendo matéria da profissão, é uma mediação importante do atendimento, dado que a desigualdade social tem impactos humanos. A misé-

ria material reverbera nas condições culturais e emocionais de cada pessoa. O movimento de mulheres tem chamado a atenção aos ciclos de violência, às relações de codependência, que reiteram os ciclos de violação de direito nas relações de gênero. Nessa seara, é preciso que os profissionais se municiem de leituras críticas e densas para evitar reproduções de ações de mera autoajuda ou abordagens liberais que abstraem as condições sociais dos sujeitos. Nosso acúmulo teórico que sempre foi e vai em busca dos fundamentos da vida social pode ajudar nesses cuidados.

Considerações finais

Este texto da pesquisa *Instrumentalidade do Serviço Social e a articulação com os saberes dos movimentos sociais* busca promover conhecimentos e reflexões acerca dos movimentos de mulheres, em especial os aqui estudados, articulando-se, dessa forma, com a instrumentalidade do Serviço Social. Todas as entrevistas aqui registradas promoveram um arcabouço advindo da vivência das militantes desses movimentos que indicam possíveis contribuições para o fazer profissional do/a profissional de Serviço Social.

Aqui se teve contato com as diferentes dimensões que constituem os movimentos sociais, tais como a organicidade e as cotidianidades compartilhadas entre as militantes. Em vez de esgotar a discussão, este texto buscou a promoção do debate em relação à prática exercida no interior dos movimentos de mulheres, aqui representado pelos quatro movimentos residentes na cidade de Fortaleza.

O Serviço Social e os movimentos sociais possuem importantes interligações, visto que muitas das conquistas alcançadas pelo Serviço Social no decorrer dos anos foram frutos das lutas sociais promovidas pelos movimentos da catego-

ria, e esta é eminentemente feminina. Este capítulo evidencia a via de mão dupla existente entre o Serviço Social e os movimentos de mulheres, observando a prática militante e profissional com troca de olhares com o intuito de promoção intelectual mútua.

O acúmulo da luta e linguagem emancipatórias de enfrentamento das relações de gênero fornece subsídios tanto reflexivos quanto práticos para o/a assistente social. Cotidianamente o Serviço Social recebe mulheres em situação de violação de direito, vive relações institucionais que também reproduzem o machismo e misoginia próprios da sociedade. Além dos elementos formativos e todo o processo coletivo de conquista de direitos históricos, as práticas cotidianas do movimento de mulheres evidenciadas pelas entrevistas mostram o quanto seus princípios e aprendizados podem servir para a inspiração de trabalhos coletivos na abordagem da prática profissional.

Referências

AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código

de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

CAETANO, B. Mulheres estavam na linha de frente da primeira greve geral da história do Brasil: “É preciso entender o feminismo como campo político e, por isso, permeado de disputas”, diz autora de livro sobre o tema. *Brasil de Fato*, São Paulo, p. 1-2, 1 maio 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/01/mulheres-estavam-na-linha-de-frente-da-primeira-greve-geral-da-historia-do-brasil>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CFESS. *Assistentes sociais no combate ao racismo!:* conjunto CFESS-CRESS lança campanha de gestão e divulga primeiro cartaz. 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1491>. Acesso em: 23 mar. 2022.

COLETIVO Feminista Classista Ana Montenegro. Por que defendemos o feminismo classista?. *Coletivo Feminista Ana Montenegro*, Natal, 6 jun. 2019. Disponível em: <http://ana-montenegro.org/cfcam/2019/06/06/por-que-o-feminismo-classista/>. Acesso em: 8 mar. 2022.

DAFLON, V. T. Dilemas e perspectivas dos feminismos no Brasil contemporâneo. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 315-320, 2019.

FRANÇA JÚNIOR, R. P. Trabalho, teleologia e causalidade: as formas originárias da práxis social em Lukács. *Revista Kátalysis*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 572-581, 2020.

GALDINO, S. *Instrumentalidade do trabalho do assistente social | com Shellen Galdino*. 15 jul. 2021. Disponível em: https://youtu.be/dRSt9ck8_Xs. Acesso em: 2 mar. 2022.

GOHN, M. G. M. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade no trabalho do assistente social*. Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília, DF: UNB, 2000.

HILSENBECK FILHO, A. M. Comunicação, arte e cultura política nos movimentos sociais: a teatralidade sem-terra e a literatura zapatista. In: SEMINÁRIO COMUNICAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE DO ESPETÁCULO, 3., 2015, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1983.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista Estudos Feministas*, Londrina, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

MARQUES, C. G. P. Colonialidade e feminicídio: superação do “ego conquiro” como desafio ao Direito. *Opinión Jurídica*, Medellín, v. 19, n. 38, p. 201-226, 2020.

MATIAS, W. R. M. Feminismo e empoderamento da mulher na sociedade brasileira. *Revista Cadernos de Clío*, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2018.

MÍDIA NINJA. Mulheres foram parte importante da resistência e luta contra a Ditadura em 1964. *Mídia Ninja*. 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/news/mulheres-foram-parte-importante-da-resistencia-e-luta-contr-a-ditadura-em-1964/>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MORAES, R. S.; COSTA, I. G. As fases e conquistas do sindicalismo brasileiro. In: CONPEDI, 10, 2011, Vitória. *Anais [...]*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011.

MULHERES. Mulheres, resistência e repressão. *Portal Memórias da Ditadura*, [S.L.], [s.d.]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

NEVES, M. N. Rede de atendimento social: uma ação possível?. *Revista da Católica*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009.

REIF, L. Radical, liberal, interseccional... conheça as principais vertentes do feminismo: entenda as linhas de pensamento de cada corrente do movimento feminista. *Azmina*, [S.L.], 15 out. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/radical-liberal-interseccional-conhecacas-as-principais-vertentes-do-feminismo/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOPRANO, P. Primeiras operárias do Brasil deram início à luta por direitos da mulher: sindicalistas defenderam regras como licença-maternidade nas greves que marcaram o século 20. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1º mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/primeiras-operarias-do-brasil-deram-inicio-a-luta-por-direitos-da-mulher.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SOUSA, R. M. O Serviço Social no atendimento cotidiano às mulheres vítimas de violência: reflexões sobre os desafios da instrumentalidade. In: VALE, E. S.; SOUSA, R. B.; CAMELO, R. A. (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social*. Fortaleza: EdUECE, 2021. p. 159-183.

STEINMETZ, K. She coined the term “intersectionality” over 30 years ago. Here’s what it means to her today. *Time*, 20 fev. 2020. Disponível em: <https://time.com/5786710/kimberle-crenshaw-intersectionality/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

TÁBOAS, Í. D. M. Z. Apontamentos materialistas à interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 1, e76725, 2021.

VILELA, P. R. Violência, violações e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional: relatório de 18 entidades estrangeiras aponta crise das políticas sociais e ambientais e ameaças à democracia do país. *Brasil de Fato*, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>. Acesso em: 28 jan. 2021.

4 O CONTEXTO PANDÊMICO E O TRABALHO REMOTO: DEFESA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO ARTICULADA ÀS LUTAS SOCIAIS

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap4>

JULIANA IGLESIAS MELIM

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
E-mail: juliana_melim@yahoo.com.br

ROBERTA MENEZES SOUSA

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do curso de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* Iguatu.
E-mail: roberta.menezes@ifce.edu.br

JULIANA PAIVA GRANGEIRO

Especialista em Ética, Trabalho e Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Analista de recursos humanos – Grupo Aço Cearense.
E-mail: julianapgr@gmail.com

Introdução



pandemia, a agudização da crise econômica e social, os ataques aos direitos vinculados ao trabalho e a expansão do chamado trabalho remoto são questões que desafiam o olhar científico e comprometido com as demandas e lutas da classe trabalhadora neste momento histórico.

O parafuso da poesia do trabalhador chinês, ou o corpo exausto e cada vez mais explorado que mergulha para o chão, expressa a intensificação da precarização do trabalho nas sociedades capitalistas em crise, especialmente nos países de capitalismo dependente como o Brasil. A alienação, o adoecimento físico e mental, os salários rebaixados e a constante perda de direitos empurram corpos de homens, mulheres, negros, pobres e jovens para condições de vida cada vez mais precárias e indignas. O tempo presente escancara as mais fundamentais contradições da ordem do capital e impõe ao conjunto da classe trabalhadora a necessidade de lutas sociais que possam romper com as estruturas desse sistema. Todo esse movimento provoca influências e interferências no trabalho profissional de assistentes sociais e também nas suas táticas de organização e lutas mais coletivas.

Nesse sentido, para que possamos nos aproximar do movimento e das contradições dos processos que se parti-

cularizam na profissão, expressões das leis tendenciais do capitalismo na contemporaneidade, realizamos uma ampla pesquisa bibliográfica associada a depoimentos de profissionais de vários espaços sócio-ocupacionais sobre o trabalho no contexto pandêmico. A coleta deste material foi realizada pelo Coletivo de Base de Assistentes Sociais Flor do Urucum, através de vídeos gravados. As entrevistadas autorizaram o uso e reprodução de conteúdo e imagem, incluindo sua exposição pública nas redes sociais do Coletivo.

Com arrimo nessas descrições e ainda reflexões teóricas acumuladas em nossos estudos, apresentamos neste capítulo alguns aspectos e hipóteses sobre o contexto pandêmico, o trabalho remoto e seus impactos no exercício profissional de assistentes sociais.

Dessa forma, esta produção teórica objetiva ir além do imediato e superficial, em consonância com o materialismo histórico-dialético, pelo qual se busca analisar as determinações da essência, além do “excepcional e temporário” do contexto pandêmico, realizando aproximações sucessivas que nos possibilitem captar o movimento do real e contribuir para o deciframento do que se esconde por trás da máscara do trabalho remoto.

Contexto pandêmico e trabalho remoto

O debate sobre o contexto pandêmico e o trabalho remoto traz para o centro das nossas reflexões a relevância da categoria trabalho. Partimos do pressuposto marxista de que é o trabalho que funda as condições materiais de existência e a reprodução da sociedade. Essa escolha pela centralidade do trabalho orienta-se, no plano teórico, a partir do reconhecimento do trabalho, no seu sentido ontológico, como fundante do ser social em seu processo de socializa-

ção, bem como do trabalho alienado, fonte de desumanização do ser social e do processo de estranhamento, como algo inerente ao capitalismo em suas diferentes fases. Mas o que é esse trabalho que invadiu a casa de parte dos/as trabalhadores/as e para muitos/as irá se manter mesmo após a pandemia? O que tem sido o trabalho no capitalismo em crise?

Nossas pesquisas e estudos se apoiam na historicidade dos processos. O recurso à História não é algo secundário, mas premissa adotada como fundamento para a apreensão das contradições inerentes aos processos sociais e condição para uma aproximação mais aprofundada em relação ao movimento essencial do objeto.

Assim, podemos afirmar que o sistema do capital, em sua fase madura, confere-nos e confirma-nos que o desenvolvimento pleno das suas possibilidades produtivas produz, no polo contrário, o aumento da miséria, aprofundando as contradições fundamentais desse modo de produção. “Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”¹ (MARX, 2003, p. 748), que produz e amplia a força de trabalho disponível na mesma proporção que aumenta a força expansiva do capital. A classe trabalhadora, ao produzir a acumulação de capital, produz, ao mesmo tempo, as condições que a tornam supérflua ou excedente, condição de existência e desenvolvimento do modo de produção capitalista (MARX, 2003). Cada vez mais, não somente as relações econômicas, mas também as políticas, sociais e culturais, vão sendo con-

¹ “Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana. Esse enunciado é uma lei na sociedade capitalista, onde o instrumental de trabalho emprega trabalhador, e não este o instrumental. Esta lei se transmuta na seguinte: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital” (MARX, 2003, p. 748).

troladas pela lógica de valorização do capital, que incita a barbarização da vida social, a mercantilização dos direitos e a destruição da natureza em escala mundial nunca presenciada anteriormente.

Para este tópico, tomaremos como ponto de partida a crise do capital aberta nos anos de 1970 e a reação burguesa na busca pela recuperação das suas taxas de lucro, colocando em movimento uma ofensiva para garantir a continuidade de acumulação e de concentração de riquezas. Essa reação, marcada pela financeirização e mundialização da economia, combinadas com o projeto neoliberal (HARVEY, 2013), provoca intensas modificações na produção das mercadorias (bens e serviços), no perfil do trabalhador, na organização e na gestão do trabalho no interior da produção. Destacamos ainda que esses processos são permeados e permeiam a contrarreforma do Estado, que se sustentam nas privatizações, no afastamento da intervenção estatal nas respostas às demandas sociais, no desmonte e na regressão dos direitos trabalhistas e sociais, provocando o acirramento das expressões da questão social, o que impõe uma nova forma de estruturação da produção com consequências para a regulação do trabalho e da reprodução social, que recoloca o capital em uma avassaladora ofensiva na busca por superlucros.

Assim, a nova fase de acumulação capitalista, capitaneada pela financeirização e pelo neoliberalismo, vai colocando em xeque os direitos derivados da relação salarial, num contexto marcado por uma revolução tecnológica e organizacional na produção que passou a exigir uma nova forma de organização mais flexível e desregulamentadora, denominada reestruturação produtiva. A ofensiva capitalista impactará todos os processos de trabalho, inclusive aqueles nos quais estão inseridos os assistentes sociais, e tenciona-

rá também a formação profissional, visando a formar perfis profissionais adaptados ao novo momento, contrários ao perfil profissional crítico preconizado pelas Diretrizes Curriculares do Serviço Social. O que observamos, no âmbito da formação profissional, é a sua massificação acompanhada da perda de qualidade, do aprofundamento da lógica privatista na educação, diante da desregulamentação e flexibilização da educação superior, da redução drástica de recursos para as instituições públicas e da crescente precarização do trabalho docente.

Dos entregadores de aplicativos aos assistentes sociais, vai se gestando um perfil de trabalhador cada vez mais submetido às relações e contratos de trabalho flexíveis, temporários, precários. Valoriza-se, nesse contexto, a figura do trabalhador polivalente, o que pode ser identificado nas constantes tentativas de desespecialização do trabalho, na ampliação dos chamados cargos genéricos, na requisição de demandas indevidas e alheias à formação profissional e na separação cada vez mais delineada entre trabalho intelectual e trabalho manual. Gesta-se um perfil de trabalhador pragmático, utilitarista e colaborador da ordem social estabelecida. É nesse movimento que precisamos localizar o debate do chamado trabalho remoto.

A legislação trabalhista brasileira nomeia a modalidade de trabalho objeto do presente capítulo como teletrabalho. Não obstante, no contexto da pandemia de Covid-19, popularizou-se denominá-lo de trabalho remoto ou *home office*. Trata-se de trabalhos mediados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), tais como computadores, *notebooks*, *tablets* e até mesmo telefones celulares, via conexão de internet, que podem ser realizados pelos/as trabalhadores/as de qualquer espaço, inclusive de suas próprias residências.

De acordo com os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) publicados no ano de 2020, o Brasil possui 81,4 milhões de trabalhadores/as ocupados/as. Desse universo, cerca de 10% (8,4 milhões) encontram-se em trabalho remoto, sendo a sua maioria mulheres (56%), e, no que se refere à questão racial, 34% de negros e negras. A maior parte desses/as trabalhadores/as possui o nível superior de escolaridade (74%). A faixa de renda de 34% é de mais de três salários mínimos, sendo 4% de até um salário mínimo. Esses dados indicam que, no contexto de pandemia, momento em que o distanciamento social é uma medida eficaz para o controle e diminuição da transmissão da doença, esse perfil de trabalhador/a teve, em grande medida, o direito de preservar a vida, diferentemente do que aconteceu com a maioria dos/as trabalhadores/as pobres, que seguiram nos seus trabalhos de forma completamente desprotegida. Porém, a instituição do trabalho remoto comporta exatamente essa contradição: ao mesmo tempo que na pandemia possibilitou a proteção de trabalhadores/as, também favoreceu processos de precarização e adoecimento físico e mental decorrentes da falta de condições apropriadas para o trabalho em casa.

Conforme nos indica a publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (GÓES; MARTINS; NASCIMENTO, 2020), o Brasil ocupa a 45ª posição em termos de proporção de teletrabalho no mundo. Dos 12 países da América Latina constantes da pesquisa, o Brasil aparece em terceiro lugar, com nítida tendência a aumentar o número de trabalhadores/as nessa modalidade, por ser mais econômica e lucrativa para os/as empregadores/as, inclusive para o setor público. Todavia, ao contrário do discurso de que o trabalho remoto garante maior liberdade aos/às trabalhadores/as,

observam-se a intensificação do uso da força de trabalho e o aumento da jornada. Conforme Antunes (2020, s.p.):

Nas plataformas digitais, os algoritmos, concebidos pelas corporações globais para controlar tempos, ritmos e movimentos de todas as atividades laborativas foram o ingrediente que faltava para, sob uma falsa aparência de autonomia, impulsionar, comandar e induzir modalidades intensas de extração do sobretrabalho, nas quais as jornadas de 14 (ou mais) horas de trabalho estão longe de ser a exceção.

Vivemos, sem dúvidas, uma tragédia no mundo do trabalho. Se as políticas de ataques ao trabalho implementadas nos anos 1990 atingiram sobretudo os/as trabalhadores/as do setor público, fazendo o Brasil avançar nos processos de terceirizações, nos anos 2000 assistimos ao crescimento do contingente de trabalhadores/as no setor de serviços, muito ligado à força de trabalho atuante nos *Call Centers*, sobretudo a juventude empobrecida. Tivemos também o surgimento de algumas figuras como microempreendedores individuais. De lá para cá, é possível constatar uma guinada impressionante na retirada de direitos vinculados ao trabalho, merecendo destaque o aumento das taxas de desemprego e informalidade.

Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), tivemos a aprovação das Medidas Provisórias nº 664 e 665, conhecidas como “minirreformas trabalhista e previdenciária”, que limitaram o acesso a direitos como o seguro-desemprego, pensões e auxílio-doença, e também tivemos a aprovação de restrições de acesso ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep). Já no governo Temer (2016-2018), foi aprovada a Lei Geral das Terceirizações, ampliando a possibilidade de contratação terceirizada das atividades-fim

das instituições. Aprovou-se a “Reforma” Trabalhista, que inaugurou figuras jurídicas como a *pejotização*, que estimulou a demissão de muitos trabalhadores que tinham seus contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e foram recontratados sob novas leis e como pessoas jurídicas, estratégia adotada pelos empregadores para eliminar encargos trabalhistas. Tivemos ainda a regulamentação do trabalho intermitente, com o discurso do negociado sobre o legislado, esvaziando o papel político dos sindicatos e da organização coletiva dos trabalhadores. E, mais recentemente, o governo Bolsonaro aprofunda a agenda neoliberal aprovando a “Reforma” da Previdência, criando a Carteira de Trabalho Verde e Amarela e apresentando a proposta de “Reforma” Administrativa, que é a verdadeira destruição dos serviços e do funcionalismo público no momento de agravamento da crise social e de maior demanda da população por esses serviços².

Esse contexto de expropriação, de retirada de direitos e de captação da força de trabalho sobrando da maneira mais precarizada possível é solo fértil para a consolidação do trabalho remoto – mesmo no pós-pandemia – e da chamada *uberização* do trabalho, que combina o que há de mais avançado do ponto de vista tecnológico com a eliminação dos postos de trabalho, gerando, conseqüentemente, mais exploração. A chamada economia do compartilhamento combina avanço tecnológico com nenhuma oneração trabalhista. Empresas que adotam esse formato crescem muito rápido, em diversos países e em diferentes ramos do mercado. Exemplos não faltam: Uber, 99, Airbnb, Amazon, Ifood, etc.

² A “Reforma” Administrativa segue em pauta no Congresso Nacional, mas com grandes dificuldades de aprovação, graças à mobilização permanente de organizações da classe trabalhadora que têm lutado contra mais esse ataque.

Os trabalhadores nessa modalidade se aproximam dos trabalhadores do século XIX, com características como a indefinição da jornada de trabalho; a empresa não é responsável por, absolutamente, nada, pois se apresenta, inclusive do ponto de vista jurídico, como intermediária, mediadora do processo; o trabalhador fica completamente exposto aos riscos do seu trabalho, sendo dono dos meios do seu trabalho, e não dos meios de produção; o trabalhador é dono dos instrumentos para a execução do seu trabalho, responsável pela manutenção do seu carro, moto, celular, caixa térmica, celular e computador, por seus gastos com energia elétrica e internet, pela garantia de um espaço de trabalho ergonômico e pelo seu adoecimento físico ou mental decorrente do seu trabalho.

Outro aspecto desse fenômeno diz respeito à intensificação do controle do trabalho. O principal gerente do seu serviço é a multidão, são os clientes do serviço. Todos esses processos chegam às assistentes sociais e colocam inúmeras dificuldades também para a organização política da categoria e da classe trabalhadora em seu conjunto, questões que serão apresentadas nas próximas linhas deste texto, a partir da série “O trabalho do assistente social no contexto pandêmico”.

Expressões laborais presentes na série “O trabalho do assistente social no contexto pandêmico”: intensificação e precarização

O Coletivo Flor do Urucum tem na sua composição um grupo de assistentes sociais formadas e atuantes no estado do Ceará que militam desde o ano de 2011 com vistas a contribuir para fortalecer o debate e a formação política junto à categoria profissional em defesa do projeto profissional crítico do Serviço Social.

No contexto da pandemia do novo coronavírus, em 2021 o Coletivo organizou a série “O trabalho do assistente social no contexto pandêmico”, com o relato em vídeo de profissionais atuantes em várias áreas da profissão, com o foco nas condições objetivas e subjetivas do trabalho agravadas pela pandemia. Ao todo, foram coletados nove vídeos, amplamente divulgados nas redes sociais³. Como informado anteriormente, a divulgação e uso do material foram autorizados pelas participantes.

No presente texto, apresentamos uma prévia sistematização dos vídeos publicados, informando que o material ainda passará por análises mais aprofundadas e se encontra à disposição para maturar reflexões de nossa categoria.

Nos atendimentos, nos diversos espaços sócio-ocupacionais, as/os assistentes sociais presenciam o desfinanciamento e precarização das políticas sociais e a não garantia da qualidade dos serviços prestados, ante o aumento da população em situação de rua, do desemprego, da informalidade e do agravamento das doenças psiquiátricas associadas ao ambiente de trabalho diante de formas renovadas de extração da mais-valia relativa. A partir do atendimento do Serviço Social, constatou-se que trabalhadoras/es que estiveram inseridas/os em *home office* na pandemia desenvolveram quadros de depressão, insônia e ansiedade e registraram-se também denúncias de violência doméstica contra as mulheres nessa modalidade de trabalho.

No trabalho profissional, com as medidas sanitárias para garantir a redução da propagação e contaminação do novo coronavírus, com a instauração do teletrabalho, observamos a redução do atendimento presencial, suspensão de visitas e ações coletivas com grupos de forma significativa, li-

³ Para visualizar os vídeos, acesse o Instagram e o Facebook: @coletivoflor-dourucum.

mitando as possibilidades de um diálogo mais profundo e crítico com os/as usuários/as. Quando da manutenção de atendimentos individualizados, gerou-se a necessidade de cuidados redobrados por parte das/os profissionais na utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), por exemplo.

Há relatos de profissionais que atuam na política de assistência social que indicam que o trabalho adquiriu a dimensão híbrida, alternando o trabalho presencial e o remoto, realizado nas residências dos profissionais, com o aumento de atendimentos através de celular e WhatsApp. As visitas domiciliares, especialmente para fins de relatório social para o Ministério Público do Ceará (MPCE), foram reduzidas devido às condições de segurança e prevenção à Covid-19.

Fortes rebatimentos na vida de crianças e adolescentes com transtornos mentais, no contexto de isolamento, também estiveram presentes nos relatos das/os profissionais que atuam na política de Saúde, mais precisamente no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) infantil, quando se depararam com as aulas remotas, as escolas fechadas, a falta de contato com as outras crianças e o corpo docente. Nas falas, observamos que houve a descontinuidade dos tratamentos de saúde e a dificuldade de acesso a alimentos por parte das famílias, provocando o aumento do pedido de inibidores de apetite pelas mães, pais ou responsáveis.

Identificamos de imediato que vários aspectos presentes nos depoimentos reúnem, além do contexto pandêmico, determinantes políticos anteriores que incidem e impactam o Serviço Social: as contrarreformas nos anos recentes enviadas contra a classe trabalhadora; a retirada de direitos; o desemprego estrutural, próprio da crise do mundo do trabalho, com os fenômenos da flexibilização dos contratos, precarização e intensificação do trabalho; e as restrições ao acesso à previdência social.

É neste cenário que nossa categoria se assenta e se movimenta, em especial na intervenção sobre as expressões da questão social, quanto às respostas às demandas e requisições sociais e ao alcance dos objetivos profissionais. Pautar e apreender criticamente a realidade social são ações atravessadas por desafios postos ao trabalho profissional, sob as condições do atual contexto histórico, que reúne receituário neoliberal, redefinição e restrição de investimentos públicos nas políticas sociais e avanço do neoconservadorismo, que rebatem, portanto, as condições de trabalho das/os assistentes sociais, assinaladas por salários rebaixados, intensificação das atividades, assédios moral e sexual, contratos de trabalho precarizados, processos de adoecimento e expulsão do mundo do trabalho, situações comuns e vexatórias para trabalhadores e trabalhadoras.

Do ponto de vista do trabalho da/o assistente social, além da conjuntura que vem dificultando a materialização dos princípios ético-políticos defendidos pela profissão, a urgência para se adaptar a rotinas de trabalho e protocolos alterados pela pandemia, incluindo a própria realidade do trabalho remoto, impactou ainda mais fortemente a experiência das mulheres inseridas no trabalho doméstico. Nos depoimentos identificamos alguns aspectos que demonstram a erosão da diferenciação entre o espaço privado e o público, com a transformação dos lares em equipamentos sociais, com condições de improviso: a junção da dimensão do privado com o público, em que as profissionais se viram obrigadas a custear com recursos próprios um ambiente de trabalho para realizar o trabalho remoto.

Foram recorrentes nas falas expressas nos vídeos a intensificação do trabalho, a defasagem salarial com aumento de atividades laborais não contabilizadas, a perda de direitos trabalhistas e previdenciários e, com estes, os processos

de precarização de trabalho e de vida das colegas assistentes sociais com mais de um emprego, diante das condições de assalariamento, de terceirização, de subcontratação e de desproteção do trabalho.

Relataram dificuldades de adaptação, em tempo recorde, aos recursos tecnológicos em meio ao aumento da demanda pela assistência social e óbices de acesso e socialização de informações, com os novos modelos de acompanhamento remoto e o uso de equipamentos de TICs pessoais e redes sociais particulares para funções do trabalho, além da perda da qualidade na interação com o/a usuário/a e com os/as estudantes, no caso das universidades.

Por tratar-se de uma profissão eminentemente feminina, nos relatos que denunciam a precarização e a desvalorização do trabalho profissional, o trabalho remoto esteve acompanhado da contínua realização do trabalho de reprodução, de responsabilidade, exercido majoritariamente pelas mulheres, o que demanda estudos sobre a divisão sexual e sociotécnica do trabalho, central para entender a lógica de inserção das mulheres no mercado de trabalho e o processo de reprodução das desigualdades, que se perpetuam na sociedade capitalista, patriarcal e racista, reforçado pelas políticas de ajuste estrutural, destinando às mulheres as atividades de menor qualificação e remuneração, frequentemente fundadas em trabalho intensivo.

Pari passu ao desenvolvimento tecnológico com acelerado aumento da produção, temos o fomento da expansão do trabalho virtual de forma degradante e da desigualdade social, visível na fome e no pauperismo de grande parte da população mundial, expressões da violência e exploração desmedida da natureza. Crescem os obstáculos à construção de alternativas para uma outra sociabilidade, com forte ofensiva ideológica do capital, reatualizando formas conser-

vadoras e reacionárias, incluindo um retorno à moralização no trato da questão social. Toda essa realidade ainda é agravada pela lógica perversa e expansionista do capital, que universaliza formas insustentáveis de consumo e padrões de crescimento os quais sinalizam potenciais catástrofes ecológicas com destruição da vida planetária.

Sem dúvida, isso impacta uma perspectiva ampliada da instrumentalidade do Serviço Social que seja ponte para construir estratégias de resistência e de luta nas experiências mais coletivas de trabalho sintonizadas com a objetivação de valores, finalidades e práticas político-profissionais comprometidas com o projeto profissional crítico.

Considerações finais

A atual conjuntura mundial, marcada pelo enfrentamento à Covid-19, impactou várias esferas da vida social, redundando, em particular, em uma série de mudanças e desafios no mundo do trabalho, elucidando novas formas de precarização e o agravamento da miséria do trabalho já em curso desde a inauguração de uma nova temporalidade histórica no Brasil, após 2016, com a nova ofensiva neoliberal.

As/Os assistentes sociais, através da série “O trabalho do assistente social no contexto pandêmico”, mostraram como sentiram o impacto no seu trabalho, na pandemia do novo coronavírus a partir de 2020, e revelaram, nos seus depoimentos, a face cruel do capitalismo neoliberal brasileiro sobre o trabalho e a intensificação da miséria e do adoecimento da população usuária.

No contexto em que o capitalismo mundial, na sua forma hegemônica de especulação financeira, ganha novas configurações nas relações econômicas e sociais, em face das consequências negativas da ortodoxia neoliberal sobre a

vida e o trabalho, novos desafios teórico-políticos estão postos à profissão de Serviço Social para interpretar e intervir sobre a realidade social.

Mesmo com mudanças futuras, com as eleições de 2022, no âmbito governamental, essas transformações, que ocorreram em apenas cinco anos e que reestruturaram toda a vida do trabalho, com as reformas estruturais que retiraram direitos previdenciários e trabalhistas para atender aos ditames do capital financeiro, aumentaram os níveis de exploração das/os trabalhadoras/es e de desemprego e ampliaram as desigualdades sociais e o espólio de nossas riquezas naturais, as quais são tendências do capitalismo brasileiro, diante da crise estrutural do capital, que vieram para ficar.

Sob condições históricas tão adversas, tal conjuntura convida a nossa categoria profissional a aprofundar-se e a construir conhecimento em torno das transformações no mundo do trabalho, assim como a organizar a luta por direitos e a resistência contra retrocessos impostos às classes trabalhadoras, em articulação com os sujeitos coletivos que resistem ao capitalismo na construção de um projeto político alternativo, com vistas à construção de uma sociedade livre de exploração de classe e de opressões sociais.

Referências

ANTUNES, R. Trabalho virtual?. *Com Ciência*: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Campinas, 10 set. 2020. Disponível em: <http://www.comciencia.br/trabalho-virtual/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

DIEESE. *Ocupados em home-office*: Brasil e unidades da federação. Set. 2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/homeofficebrasilregioes.html>. Acesso em: 2 fev. 2022.

GÓES, G. S.; MARTINS, F. S.; NASCIMENTO, J. A. S. *Potencial de teletrabalho na pandemia: um retrato no Brasil e no mundo*. Nota técnica. Brasília, DF: IPEA, 2020.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I*. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

5 O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COM MÃES E FAMILIARES VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO: PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS E SUBVERSÕES COTIDIANAS

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap5>

INGRID LORENA DA SILVA LEITE

Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) do Ceará.
E-mail: lorenaleitte17@gmail.com

NEYLA PRISCILA DE ARAÚJO CASTRO

Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e assistente social do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) do Ceará.
E-mail: neyla.castro@aluno.uece.br

BETIZA SANTOS TOMAZ

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).
E-mail: betiza_st@hotmail.com

Introdução

Este capítulo tem como objetivo compreender o trabalho do/a assistente social com mães e familiares vítimas da violência do Estado na cidade de Fortaleza. Para tanto, partimos da pesquisa qualitativa com base no estudo bibliográfico e documental, tendo como prisma central as experiências profissionais das assistentes sociais e pesquisadoras que acompanham cotidianamente o atendimento realizado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Cedeca-CE) a três grupos localizados na cidade de Fortaleza, a saber: Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Socioeducativo e Prisional, Movimento Mães do Curió e Mães da Periferia. Esses grupos são constituídos significativamente por mulheres negras, mães e moradoras de bairros periféricos da cidade. Compreendemos que esses grupos são atravessados por múltiplas violências, em que o Estado se apresenta em suas vidas como o principal violador de direitos sociais.

Cabe destacar que mães e familiares passaram a se mobilizar e a se organizar em grupos e/ou coletivos quando a vida e os direitos de seus filhos – jovens negros e pobres – começaram a ser banalizados e violados, sendo a morte e/ou a privação de liberdade possibilidades centrais ofertadas pelo Estado. Para tanto, buscamos neste trabalho apresentar o contexto de que esses grupos emergem na cidade de

Fortaleza e como o trabalho da assistente social torna-se fundamental para entender as múltiplas expressões da questão social que são tecidas cotidianamente na vida dessas mulheres e dessas famílias.

Segundo o *Atlas da Violência 2020*, entre 2008 e 2018, as taxas de homicídio apresentaram um aumento de 11,5% para os negros, enquanto para os não negros houve uma redução de 12,9%. Apenas em 2018, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas), a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. As mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras.

Os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2019 apontam que a população carcerária brasileira é de 711.463 pessoas. Dessa forma, o Brasil passa a ter a terceira maior população carcerária do mundo, segundo dados do Centro Internacional de Estudos Prisionais (ICPS), localizado em Londres. Além disso, cerca de 63,7% da população carcerária brasileira é formada por negros.

A partir dos dados apresentados, destacamos como as diversas expressões da violência estão articuladas e latentes na vida de jovens negros. As políticas públicas que atravessam esses dados versam sobre o encarceramento, a privação de liberdade e a violência letal. Diante do exposto, compreendemos que a presença do Estado emerge pela via punitivista, o que arrecada efeitos perversos das desigualdades, uma intensificação da exclusão social, junto à violência,

à impunidade, à influência à consumação, à prontidão de ter uma arma de fogo, às privações, frustrações e laços rompidos, sendo fatores que se expandem para a vitimização, assim como para a criminalidade (CASTRO; AQUINO, 2008).

Dessa maneira, é visto como esses jovens estão vulneráveis a todos esses efeitos, principalmente aqueles que estão em bairros periféricos, onde o Estado, com sua política de segurança pública, não consegue garantir os direitos. Os jovens têm suas vidas ameaçadas por uma política que mata ilícitamente, escolhendo quem deve viver e quem deve morrer.

Vianna e Farias (2011) compreendem o Estado como uma entidade discursiva complexa ao se deterem na fabricação discursiva das mães. Essa fabricação se dá quando elas responsabilizam o Estado pelas violências cometidas contra os jovens, bem como quando o Estado não tem agilidade para averiguar as condições de ocorrência dessas violências, pois há fragilidades nos processos investigativos instaurados e na condenação dos culpados. Assim, o Estado parece reforçar a ilegalidade e a injustiça praticadas contra os jovens.

Vianna e Farias (2011) ainda destacam duas dimensões para pensar o Estado: suas formas institucionais (administração e governamentalidade) e sua dimensão simbólica, que atravessa e organiza o cotidiano das pessoas. Aguião (2018) aprofunda essa dimensão simbólica com base no efeito de uma imaginação compartilhada, analisada a partir das formas pelas quais o Estado produz sujeitos que governa, assim como os processos de constituição desses sujeitos como parte de um fluxo contínuo de produção do próprio Estado.

As emergências dos grupos de mães e familiares em Fortaleza

Sobre a emergência dos referidos grupos, as autoras Brites e Fonseca (2013) destacam que, no Brasil, a partir do

final da década de 1980, as mães começaram a participar de ações coletivas, tendo como pauta a luta pela garantia dos direitos de seus filhos em privação de liberdade, assassinados e/ou desaparecidos. É possível compreender que essas mães ingressaram em uma cena pública advinda da necessidade de se lutar pelos direitos dos seus filhos, no contexto de agravamento da violência urbana¹, nas últimas décadas do século XX.

Segundo as análises de Barreira (2004) e Oliven (1982), a violência no Brasil tornou-se visível, notadamente, depois da Ditadura Militar, mediante o binômio “segurança e desenvolvimento”, em virtude de que, nessa época, havia uma constante violação dos direitos sociais². Barreira (2004) afirma que o legado autoritário aparece, claramente, nas práticas ilegais e no uso indiscriminado da violência por parte dos aparelhos repressivos. O uso da tortura, nas batidas policiais e nos interrogatórios, aparece como marca de continuidade de práticas, habitualmente, empregadas.

¹ Perspectiva interpretativa sobre violência urbana enunciada por Machado da Silva (1995), que trata da violência urbana, compreendida como um conjunto de práticas sociais que adquirem sentido para os atores em suas experiências vividas na cidade, cujo núcleo de sentido consensual é o uso da força física no crime. Para o autor, a violência urbana como representação indica um complexo de práticas legais e administrativamente definidas como crime, selecionadas pelo aspecto da força física presente em todas elas e que ameaça duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costumavam acompanhar a vida cotidiana rotineira: a integridade física e a garantia patrimonial (SILVA, 2010). Os acontecimentos englobados na concepção de violência urbana, na maioria das vezes, são fatos de qualidades distintas, com causas e efeitos diversos, variando de acordo com o contexto histórico, social e cultural dos envolvidos, seja como agentes ou vítimas de ações violentas.

² No período da Ditadura Militar, percebe-se que, com o legado de 21 anos de vigência de um regime autoritário (1964/1985), ainda há marcas problemáticas para uma efetiva construção de um Estado de Direito, comprovando-se o fato de que a redemocratização do regime de governo perpassa por processos de desconstrução, tendo em vista a democratização das instituições do Estado.

Percebemos, a partir das respectivas pesquisas, que o primeiro movimento que se destacou na mídia foi o conhecido como Mães de Acari, avaliando o desaparecimento de 11 jovens oriundos de uma favela no Rio de Janeiro. Esse movimento começou com a busca dos filhos desaparecidos, realizada por três mães, em esquadras policiais dos subúrbios do Rio. Após esse acontecimento, outros movimentos e/ou ações coletivas promovidos por mães surgiram, quais sejam: a Chacina da Candelária e a Chacina do Vigário Geral³, ambas decorrentes da década de 1990. Insurge-se também o movimento Mães de Maio, de São Paulo, em 2006. No Ceará, em 2015, houve a Chacina da Grande Messejana⁴, que ganhou dimensão pública nacional.

Observamos que todos os eventos mencionados, assim como os protagonizados pelas mães e familiares, possuem algo em comum: a privação de liberdade, os assassinatos e/ou os desaparecimentos de jovens pobres, negros, moradores da periferia urbana. Dessa feita, os jovens são as principais vítimas da violência urbana no Brasil.

Nas pesquisas mencionadas, os movimentos sociais protagonizados pelas mães e familiares possuem um aspecto em comum: a visibilidade desses movimentos, assim como as mobilizações e atuações de grupos organizados nesse contexto, revelando-se o acionamento da unidade moral que formam em suas composições. As pessoas que angariam legitimidade para falar publicamente sobre os jovens em

³ Sobre a Chacina de Vigário Geral, vale conferir os ensinamentos de Ferraz (2004). Em 1993, oito meninos de rua que dormiam nas calçadas próximas à Igreja da Candelária foram assassinados por policiais militares. O episódio ficou conhecido como a “Chacina da Candelária”.

⁴ Ação denominada Chacina da Grande Messejana, devido aos 11 jovens que foram assassinados em bairros localizados nas proximidades do bairro Messejana. A chacina data de 12 de novembro de 2015, que tem um *website* disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/a-luta-e-o-luto-das-maes-da-chacina-da-grande-messejana-1.1751570>.

privação de liberdade e em seu nome, em lutas sociais por garantia de direitos, são aquelas que, de alguma forma, são ou foram responsáveis por sua reprodução ou criação e que possuem vínculos de aliança ou consanguinidade com os jovens internos, sentindo-se, por essa razão, direta ou indiretamente, afetadas pela violência (MATOS JÚNIOR, 2010).

Frisamos que tal elemento é destacado por Farias (2007) como um acúmulo de significados em torno dos “laços primordiais”, que são aqueles experimentados como “vínculos inefáveis, vigorosos e obrigatórios em si mesmos”, fundamentando-se a dimensão simbólica da categoria “mãe de vítima de violência”, legitimando-se o seu clamor por justiça.

A morte de jovens negros é atravessada pela raça, não apenas pela situação de vulnerabilidade que vivenciam, visto que ser negro determina que a violência chegue com mais força sobre essa população. Essa certificação está relacionada ao racismo, que é estrutural na sociedade e é considerado como um crime inafiançável e imprescritível segundo a Constituição Federal de 1988 (GOMES; LABORNE, 2018).

Em Fortaleza, em 2013 temos o surgimento do coletivo Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional. Sua organização intensificada começou em 2015; no período, o sistema socioeducativo era gerido pela então Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), que era responsável pelos centros em Fortaleza. Vários fatores negativos, como a desorganização e a falta de investimentos, resultaram no ápice da crise do sistema socioeducativo, no qual existiam tentativa de fugas, superlotação e presença da polícia militar, deixando mais ainda a perspectiva educativa distante da realidade, a qual era para ser realizada em tal espaço.

Com a falta de organização sobre o sistema socioeducativo, situações foram sendo recorrentes sobre o sistema,

rebeliões foram formadas, adolescentes foram assassinados e, diante de acontecimentos como esses, dois centros foram incendiados no processo de rebelião por adolescentes que reivindicavam seus direitos e denunciavam maus-tratos, nos quais os adolescentes envolvidos no acontecimento foram encaminhados para um presídio no município de Aquiraz, no Ceará. As mães dos adolescentes iniciaram uma mobilização e o Cedeca se aproximou desse grupo, que somavam as forças em prol de um mesmo propósito.

Os adolescentes que saíam dos centros socioeducativos não tinham nenhum tipo de acesso às políticas públicas; as famílias não tinham nenhum suporte na perspectiva de receber os adolescentes que saíam do sistema socioeducativo, que não tinha uma política de egresso, de acolhimento à pós-saída dos jovens. Dessa forma, muitas mães passaram a vivenciar o sentimento de perda, visto que muitos jovens passaram a ser assassinados, principalmente aqueles que saíam do socioeducativo, levando as mães ao questionamento de se era melhor os filhos estarem no centro socioeducativo ou estarem juntos a elas, dado que esses adolescentes não seriam protegidos de nenhuma forma. Com isso, o luto passou a ser presente na vida dessas mães e muitos dos adolescentes que cometiam outros conflitos passavam a ser encaminhados para o sistema prisional.

O coletivo é principalmente constituído por mulheres, mães, tias, irmãs, companheiras que tomam a frente da proteção pelo filho, mostrando o quanto o Estado tem falhado com as famílias sob a óptica da proteção, pois no sentido de punir isso tem sido feito historicamente, em que o Estado apresenta suas várias versões.

O Movimento Mães e Familiares do Curió surge a partir da Chacina do Curió, que aconteceu em Fortaleza em 11 de novembro de 2015, quando foram assassinadas 11 pesso-

as no território da Messejana em uma intervenção policial. Com isso, as mães dessas 11 vítimas vêm lutando por memória e justiça, lutando para que os responsáveis possam ser punidos e por reparação do Estado, lutando por políticas públicas de prevenção à violência na cidade de Fortaleza.

O Movimento Mães da Periferia surgiu articulado com o Movimento Mães e Familiares do Curió, que somou o episódio de dor e sofrimento da Chacina do Curió às execuções sumárias do Estado nas periferias, tendo as dores dessas mães dado início ao Movimento Mães da Periferia. Elas ocupam espaços na cidade e realizam encontros e *lives*, fortalecendo-se cada vez mais. Além disso, criaram um *slogan* mostrando sua força diante das dores que o luto acarreta, “Transformei meu luto em luta!”. O movimento ocupa espaços de disputas de narrativas da inocência dos filhos e luta por uma segurança pública que não seja dentro desse modelo de segurança que mata, assassina e executa jovens periféricos.

A luta cotidiana dessas mães na busca de conquistar espaços e de reivindicar direitos é constante; a união entre elas é o que as fortalece cada vez mais, lutando pelas mesmas causas e partilhando umas com as outras suas narrativas de vida sem serem julgadas.

Na realidade das periferias do Ceará estão recorrentes muitas mortes matadas, acarretando dores pelas perdas das vidas, sobre a letalidade nas relações sociais. Os jovens, negros e periféricos são os que estão nas miras desses massacres e extermínios e na desconexão com o outro nas relações, visto que, através da relação com o outro, com as formas de alteridade, a morte matada pode ser entendida como um acontecimento social sobre a influência das comunidades envolvidas (SÁ, 2010).

Dessa forma, a desigualdade, o racismo e a violência fazem parte da vida desses adolescentes que não têm seus

direitos garantidos, que vivem em situação de vulnerabilidade social, sem oportunidades, sem expectativa de vida, levando somente a possibilidade de se aliarem ao crime por falta de condições, em que o Estado não realiza as políticas públicas de educação e de assistência a esses jovens e familiares. Entretanto, a política de segurança pública violenta segue firme e a todo vapor.

Os três grupos de mães possuem diversos atravessamentos e semelhanças, sobretudo quando falamos da luta por direitos sociais, justiça e memória. Os homicídios de jovens marcam a história do processo de articulação das mães. Nesse diálogo, o pesquisador Efrem Filho (2017) aponta que a vida somente se faz ou parece se fazer apreensível diante das circunstâncias em que ocorreu um assassinato ou uma violência. O corpo e a vida da “vítima” não são óbvios, pois, *a priori*, não são dignos de choro ou de luto, sobretudo se forem de um negro. Dessa forma, o corpo carece de legitimidade e de reconhecimento, que podem ser acionados pela sua mãe, que possui vínculo.

Esse corpo e/ou essa vida passam a ter legitimidade ou reconhecimento a partir da dor da sua mãe. Jimeno (2010) destaca que a categoria “vítima” expressa a dinâmica de uma sociedade que se debateu em silêncio frente à necessidade de falar, assim a ideia de passividade é transcendida, pois há uma dimensão político-cultural de quem busca provocar um processo de apropriação compartilhada dos acontecimentos de violência, em busca de reconhecimento, justiça e direitos. Essa dimensão identificamos nos grupos de mães e de familiares.

Podemos compreender que as formas de viver a dor do luto e o reconhecimento da vida possuem formas desiguais e precárias. Butler (2017) levanta discussões sobre os modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas por meio

de um determinado enquadramento seletivo e diferenciado da violência. Butler (2017, p. 15) tenciona apontar quais as formas de apreensão da vida, “[...] em que condições se torna possível apreender uma vida, ou um conjunto de vidas como precárias, e em que condições isso se torna possível ou impossível”. Butler (2017, p. 16) afirma:

O corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade – incluindo a linguagem, o trabalho e o desejo –, que tornam a subsistência e a prosperidade do corpo possível. A concepção mais ou menos existencial da ‘precariedade’ está, assim, ligada à noção mais especificamente política de ‘condição precária’.

Quanto mais uma vida apresenta grandes níveis de precariedade, tal qual destaca a autora, mais difícil será de ser reconhecida como vida. Dessa forma, os sujeitos se projetam como sendo constituídos a partir das normas, que, quando reproduzidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos como sujeitos, como, por exemplo: acessar políticas públicas de moradia, renda, saúde, educação; ter direitos sociais assegurados e garantidos, dentre outros. Dependendo das relações de poder, existem sujeitos que não são reconhecidos. O problema, como menciona Butler (2017), é considerar quais normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada. Farias (2007) questiona como essas vidas, que não são dignas de luto, são passíveis de serem exterminadas.

Compreender como esses sujeitos são ou não reconhecidos nos faz pensar como o biopoder é exercido na sociedade contemporânea. Para Foucault (2009), seu funcionamento se articula ao poder disciplinar nas sociedades a partir do século XVIII. O conceito *foucaultiano* se debruça sobre os mecanismos de controle, não somente dos corpos,

mas também das massas populacionais, “[...] sendo necessário métodos de poder capazes de majorar forças, as aptidões, a vida em geral sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar” (FOUCAULT, 2009, p. 132). Esses mecanismos se aplicam às vidas dos indivíduos. Assim, tem-se o que o autor denomina de biopolítica, que pode ser entendida como a inserção da vida natural de um ser humano nos mecanismos e nos cálculos do poder, envolvendo questões como fecundidade, natalidade, mortalidade, ou seja, um poder que consiste em fazer viver e deixar morrer, que pode ser compreendido como:

O poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. (FOUCAULT, 2010, p. 213).

Dessa forma, a tecnologia de poder tem como objeto e como objetivo a vida. Assim, num sistema político centrado no biopoder, a vida e a função da morte estão articuladas e coexistem. Podemos compreender que o racismo atravessa esse sistema político centrado no biopoder, em que a vida é objeto e objetivo de controle e gestão. Destacamos que o racismo intervém nos mecanismos do Estado e na manutenção das tecnologias de poder. Foucault (2010) acredita que o racismo introduziu um corte entre o que deve viver e o que deve morrer. Sendo assim, podemos pensar o racismo como tecnologia de poder que contribui para gestão e controle da vida.

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, enfim, tudo isso vai ser uma ma-

neira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (FOUCAULT, 2010).

O racismo teria duas funções, a primeira de fragmentar, fazer censurar no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder; e a segunda de permitir uma relação positiva, “[...] quanto mais você matar, mais fará morrer” (FOUCAULT, 2010, p. 215). Dessa maneira, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação do tipo biológico. A morte do outro simboliza a morte da raça considerada ruim e inferior; seria a morte de indivíduos anormais que precisam morrer para deixar a vida mais “sadia”. O racismo é a condição para que se possa exercer o direito de matar.

Para Mbembe (2016), o racismo tem um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder. Isso é justificável tendo em vista que este está presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente. O autor aprofunda análises *foucaultianas* e afirma que o racismo tem como função distribuir e regular a morte. E a forma como funcionam todos os Estados modernos faz com que todos estejam de matar e nos mecanismos de biopoder. Mbembe (2016) aponta que a percepção da existência do outro passa pela percepção da ameaça mortal ou perigo absoluto. Isso como forma de uma racionalidade da morte do outro.

Diante disso, Mbembe (2016) apresenta o conceito de necropolítica, que consiste nas formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte, em que seu exercício atravessa o conceito de soberania, que é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é. Quais indivíduos importam? Quais mortes são passíveis de luto? Quais corpos são dignos de lágrimas? As mães permeiam essas questões; talvez suas lutas estejam

inscritas na capacidade de tentar humanizar e/ou sensibilizar a lógica social e política que enxerga historicamente os corpos negros dos seus filhos como passíveis de serem exterminados. Elas buscam, por meio do amor e da memória, direito e justiça, como por meio da própria subversão da idealização do “amor materno”⁵, como estratégia para lutar pela vida dos seus filhos.

O trabalho do/a assistente social e as reinvenções do fazer profissional

Conforme Iamamoto (2008), o Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado da produção na constituição dos indivíduos sociais. Indagamos sobre significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais vigentes, o que supõe um ponto de partida e um norte. A referida autora destaca a dimensão contraditória do exercício profissional; a particularidade do Serviço Social no âmbito da divisão social e técnica do trabalho coletivo é:

[...] organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da ‘questão social’ e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154).

Dessa forma, os/as assistentes sociais buscam decifrar as multifacetadas refrações da “questão social” no cotidiano da vida social, que são “matéria” do trabalho do/a assistente

⁵ Segundo Badinter (1985, p. 19), “O amor materno foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição”.

social ao se confrontar com as manifestações mais dramáticas dos processos sociais ao nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual, seja em sua vida coletiva (ABESS/CE-DEPSS, 1996). Como aponta Iamamoto (2008, p. 119):

A ‘questão social’ é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Compreendemos que o contexto vivenciado pelas mães e familiares abrange a atuação do/a assistente social, sobretudo em entender as manifestações da questão social no cotidiano dessas pessoas e dos grupos acima mencionados. Cabe destacar a questão de gênero, que também tece esse contexto, como afirmam Guerreiro *et al.* (2020, p. 137):

No surgimento da profissão até a contemporaneidade, em sua maioria a categoria profissional dos assistentes sociais é composta pelo sexo feminino. Essa predominância feminina não é algo natural ou espontâneo, é uma característica imposta pela sociedade, historicamente patriarcal, que vincula a mulher ao papel de ‘cuidado’ que também foi submetido ao serviço social em sua gênese. A ruptura dessa concepção da categoria profissional composta apenas por mulheres exigiu uma conscientização e quebra da ideia do serviço social vinculado à caridade, à benemerência e ao assistencialismo. Após o movimento de reconceituação, o serviço social estabelece um novo projeto ético-político-profissional. Dentro desse novo contexto, o assistente social passa a intervir

pela igualdade de gênero e no enfrentamento das diversas formas de violência.

Dessa forma, o trabalho do/a assistente social é importante no que tange ao acompanhamento dos grupos. O Cedeca-CE surgiu em meados da década de 1990, ancorado no movimento da infância e juventude, na luta pela materialização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual tem como missão: “[...] defender os direitos de crianças e adolescentes, especialmente quando violados pela ação ou omissão do Poder Público, visando o exercício integral e universal dos direitos humanos”. Sua atuação tem como fundamento os direitos consagrados na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, na Constituição Federal e no ECA.

O Cedeca-CE realiza suas ações pautado nas seguintes causas: eliminação da violência contra crianças e adolescentes; garantia da justiça e reparação dos seus direitos quando violados; auto-organização dos sujeitos para a defesa dos direitos humanos; efetivação das políticas públicas para crianças e adolescentes; e fortalecimento do Cedeca-CE como sujeito político de promoção, ampliação e defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, a organização atua de forma estratégica nos seguintes eixos: formação política e mobilização comunitária; atendimento; formação política e incidência; monitoramento das políticas públicas; comunicação e sustentabilidade institucional.

Desde sua fundação, o Cedeca-CE realiza trabalhos de mobilização comunitária a grupos de familiares nas periferias de Fortaleza e alguns municípios do estado, buscando reafirmar o direito à proteção, ao desenvolvimento e à participação de crianças e adolescentes, especialmente aqueles/as em maior situação de vulnerabilidade social.

Fundamentada nos direitos das crianças e adolescentes, com base no direito à proteção integral, a instituição

presta assessoria ao Coletivo Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional, através de formação em direitos humanos e incidência no sistema socioeducativo estadual, a fim de facilitar o acesso à informação, aos mecanismos de denúncia e ao apoio mútuo. Além da assessoria prestada ao Coletivo Vozes, o Cedeca-CE realiza trabalhos com o Movimento de Mães e Familiares do Curió, movimento formado majoritariamente por mulheres que tiveram seus filhos e parentes vitimados na maior chacina registrada no Ceará, mais conhecida como Chacina da Messejana, tragédia que deixou mortos e pessoas feridas. Com o fortalecimento desse movimento, em dezembro de 2020, a liderança do movimento investe esforços na construção do Movimento Mães e Familiares da Periferia: por memória e justiça das vítimas da violência policial. Espelhado no Movimento Mães e Familiares do Curió, o Movimento Mães da Periferia agrega mulheres de diferentes regiões do estado do Ceará na luta por memória e justiça das vítimas da violência policial do estado, em sua maioria adolescentes e jovens.

No cenário onde a violência institucional tem crescido constantemente, as vítimas dessa violência têm demandado atenção para suas reivindicações na luta por direitos. O Coletivo Vozes, por sua vez, milita por direitos humanos no sistema socioeducativo e prisional, apoiando iniciativas pelo desencarceramento e desinternamento; já os Movimentos de Mães e Familiares do Curió e da Periferia têm impressa nas suas bandeiras a luta por memória, justiça e reparação.

O trabalho com os grupos de mulheres, mães e familiares vítimas da violência institucional é realizado no Cedeca-CE por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais de diversas áreas de formação, desde assistente social, psicóloga, arte-educadora, advogada e profissionais ligados à comunicação. Todavia, desde 2017, esse trabalho

tem como profissional de referência uma assistente social. Com base numa atuação interdisciplinar, busca-se compreender como as múltiplas formas de violências afetam a vida cotidiana de mulheres negras e pobres que vivenciam em seus corpos e afetos as dores geradas pelas diversas vias da violência institucional. Faz-se necessário compreender o contexto social, político e econômico que envolve as relações sociais desenvolvidas por essas mulheres que expressam suas lutas através do ativismo político ativo nas articulações por direitos nos diversos campos da sociedade civil.

A mediação de conflitos é fundamental para o trabalho com os referidos grupos, tendo em vista a realidade experienciada pelas mulheres, mães, negras e trabalhadoras, que possuem violências e resistências cotidianas, sendo as lutas empreendidas tanto para o sustento da casa como para a participação de uma reunião com grupos de mães pautando que seus filhos sejam tratados sem violência ou discriminação. Segundo Medeiros (2017, s.p.), a mediação de conflitos pode ser entendida como um processo que:

Retrata a intervenção profissional do assistente social na prática, e que teve início com o movimento de reconceituação do serviço social, contribuindo para o resgate do debate das reflexões das mediações ontológicas, e que culminou com a consolidação do projeto ético-político da profissão. A reflexão em torno da categoria de mediação traz à tona as principais determinações dialéticas da mediação, cuja concepção se caracteriza por meio da perspectiva da totalidade da realidade, ou seja, das estruturas e conjunturas pertinentes às demandas apresentadas aos profissionais. A mediação tem como objeto o ser social.

O objetivo do desenvolvimento do trabalho com as mães e familiares busca construir vínculos, sobretudo baseado na escuta ativa, uma técnica que gera confiança, seguran-

ça e proximidade. Exige atenção de modo a criar um elo entre o sujeito e a profissional. Partindo desse momento, a atuação com a rede socioassistencial é articulada com as demandas apresentadas e identificadas. Esse processo de acompanhamento dos grupos exige uma intensa tessitura entre e com a prática e a teoria, tendo em vista as dimensões indissociáveis do/a assistente social, a saber: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Enxergar como as expressões da questão social se manifestam nas vidas dessas pessoas é fundante para a prática profissional comprometida e política, visando às particularidades e ao contexto político, social, econômico e cultural em que estamos inseridos/as.

Considerações finais

Compreendemos que o trabalho do/a assistente social desenvolvido com mães e familiares se configura em desafios cotidianos para a prática profissional. Dessa forma, compreender a realidade dessas mulheres demanda uma abordagem interseccional, pois as vidas dessas mulheres e mães estão imbricadas nos eixos estruturantes da sociedade: gênero, raça e classe social. Essas mulheres vivenciam múltiplas experiências que perpassam pela perspectiva das interseccionalidades⁶ e são intensificadas nessa forma de “fazer política” que envolve situações de violência, dor e sofrimento (PISCITELLI, 2008). Esse conceito foi desenvolvido e cunhado pelos movimentos feministas negros como estratégia de compreender e elaborar práticas diante das múltiplas opressões e desigualdades existentes.

As análises sob a óptica das interseccionalidades buscam compreender as diferenças e, conseqüentemente, as de-

⁶ Deve-se visualizar essas categorias como uma perspectiva analítica, para se apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades (PISCITELLI, 2008).

sigualdades entre as mulheres, as violências que se agravam de acordo com o contexto em que vivem e poderão ser potencializadas em função do entrecruzamento de suas marcas geracionais, raciais e étnicas, de sua posição na estratificação social e de sua sexualidade. Essa perspectiva interseccional ou articulada permite compreender a complexidade e as ambiguidades dos processos de socialização afetados pelas múltiplas violências sociais (PISCITELLI, 2008).

Para Piscitelli (2008, p. 207), perceber as articulações entre as diferenciações permite refletir “[...] sobre as margens de agência concedidas aos sujeitos, isto é, as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, medida socialmente”. As interseccionalidades são, por fim, formas de capturar as consequências da interação entre inúmeras formas de subordinação, as quais podem superar a noção de superposição de opressões e explorações.

A perspectiva interseccional nos auxilia, por exemplo, a problematizar que, em determinados contextos históricos, os discursos e práticas que permeiam a noção de “ser mãe” podem reforçar opressões sobre as mulheres. Porém, essas opressões ocorrem de formas diferenciadas quando trazemos para o debate as noções de classe social, relações étnico-raciais e territórios.

As condições socioeconômicas que marcam essas famílias acabam ressignificando a ideia de maternidade, na medida em que o apoio de outras mulheres e familiares é crucial para o enfrentamento dessas dificuldades pelas mães. Diante das condições de vida de muitas famílias negras nas periferias de Fortaleza, a maternidade ganha uma complexidade marcada também por questões de classe e raça, uma vez que, diante da perda de um filho ou sua privação de liberdade, muitas mães, além de trabalharem, muitas vezes, de forma precarizada para sustentar a família,

acabam assumindo para si a responsabilidade da lutar pelos filhos presos, mortos ou desaparecidos.

Como destacaram Leite e Marinho (2020), a preservação da vida é o sentido maior da luta, para que os jovens possam viver e para que as mães possam sobreviver em meio a uma sociedade violenta, autoritária e injusta, que condena seus filhos e comporta-se como se essas vidas não importassem. Assim, essas mães resistem, produzindo redes e sentidos às suas vidas ao sobreviverem, ao serem acolhidas e acolherem mulheres das periferias brasileiras. Mulheres, em sua maioria, negras, jovens, chefes de família, que possuem trajetórias de lutas por reconhecimento, memória e amor aos seus filhos.

Referências

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade: o Serviço Social no século XXI*, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 143-171, 1996.

AGUIÃO, S. *Fazer-se no “Estado”*: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARREIRA, C. Em nome da lei e da ordem: a propósito da política de segurança pública. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 18, p. 77-86, 2004.

BRITES, J.; FONSECA, C. As metamorfoses de um movimento social: mães de vítimas de violência no Brasil. *Análise Social*, Lisboa, v. 48, n. 4, p. 858-877, 2013.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. (org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Texto para Discussão nº 1335. Brasília, DF: Ipead, 2008.

EFREM FILHO, R. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, p. 1-54, 2017.

FARIAS, J. *Estratégias de visibilidade, política e movimentos sociais: reflexões sobre a luta de moradores das favelas cariocas contra a violência policial*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERRAZ, J. D. F. A chacina de Vigário Geral: a violência como princípio. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Curso no College de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GOMES, N. L.; LABORNE, A. A. P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, e19740, 2018.

GUERREIRO, E. P. A. *et al.* O Serviço Social e a violência doméstica contra a mulher. *Social Meeting Scientific Journal*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 136-154, 2020.

IAMAMOTO, M. V. Mundialização do capital, questão social e Serviço Social no Brasil. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 117-139, 2008.

IPEA. *Atlas da violência no Brasil*. Brasília, DF: IPEA, 2020.

JIMENO, M. Emoções e política: a vítima e a construção de comunidades emocionais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 99-121, 2010.

LEITE, I. L. S.; MARINHO, C. H. Redes de resistência e esperança. Narrativas de mães do Ceará que lutam por reconhecimento, memória e amor. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio Janeiro, n. 36, p. 343-362, 2020.

MACHADO DA SILVA, L. A. Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 493-511, 1995.

MATOS JÚNIOR, C. C. Violência, cidadania e medo: experiências urbanas em Fortaleza. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. 2. ed. São Paulo: N-1, 2016.

MEDEIROS, J. O papel do assistente social na mediação de conflitos. *Gesuas*, 2017. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/assistente-social-mediacao/>. Acesso em: 6 maio 2022.

OLIVEN, R. G. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiás, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

SÁ, L. D. *Guerra, mundão e consideração: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz*. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, L. A. M. “Violência urbana”, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

VIANNA, A.; FARIAS, J. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 37, p. 79-116, 2011.



PARTE 2

A Dimensão Ético-Política da Instrumentalidade do Serviço Social: Desafios Contemporâneos do Trabalho e da Formação



6 PROJETO PROFISSIONAL E INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL: QUESTÕES POSTAS À FORMAÇÃO, AO ENSINO E AO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap6>

ANDRÉA PACHECO DE MESQUITA

Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestra e especialista em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora do curso da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Líder do Grupo de Pesquisa Frida Kahlo da UFAL, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes Serviço Social.

E-mail: dandreapacheco@gmail.com

ANDRÉ DE MENEZES GONÇALVES

Discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Planejamento e Políticas Públicas e graduado em Serviço Social, essas duas últimas formações pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

E-mail: andre-mg@uol.com.br

Questões introdutórias



luz de uma abordagem histórico-crítica, apresentamos nestes breves parágrafos algumas inquietações, reflexões e ainda proposições acerca do debate da instrumentalidade, sua vinculação ao projeto profissional, aqui compreendido na totalidade do projeto ético-político, e algumas questões contemporâneas postas à formação em Serviço Social, particularizadas no processo de ensino e ainda na materialização do trabalho profissional. O norte desta exposição são as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), norte para qualquer debate que trate da profissionalidade do Serviço Social brasileiro, o que compõe as formas históricas e determinadas de formação/ensino e de inserção nos diversos campos socioprofissionais, bem como seu percurso histórico na construção de um projeto profissional cujo horizonte é uma sociabilidade radicalmente oposta à que vivenciamos no contexto do capitalismo e de suas crises.

Desde suas *origens*, dadas pelas primeiras atividades sociais emanadas da igreja católica, passando pelo processo de laicização da formação e inserção nos campos públicos e privados de trabalho, a profissão trilhou longos caminhos, densos, tensos, conflituosos e contraditórios.

É sempre válido destacar, por exemplo, seu processo de questionamento acerca do papel do Serviço Social a partir do contexto do subdesenvolvimento brasileiro e da instauração da repressiva ditadura civil-militar nos anos 1960 – inquirição essa que levou os movimentos da profissão a criarem estratégias e respostas diferentes, buscando sua *renovação teórico-metodológica* e superação dos traços de subalternidade técnica e do tradicionalismo semelhante às protoformas da profissão.

Esse contexto (seus avanços, ambiguidades, processos, articulações e posições coletivas profissionais) não pode ser ignorado quando identificamos o longo caminho na construção das diretrizes curriculares que nortearão o processo de formação profissional (seu tripé ensino-pesquisa-extensão) e sua implementação no contexto dos anos 1990. Esse cenário aponta um conjunto de *novos debates* ao Serviço Social que transitam entre a formulação, gestão, financiamento e controle social das políticas públicas, a relação Estado e sociedade civil, as novas demandas e requisições socioprofissionais, a questão ambiental, de gênero/sexo/diversidade sexual, relações étnico-raciais e a instrumentalidade, dentre outros elementos que emergem nessa década e nos anos 2000.

Nossas reflexões buscam analisar como esse processo ocorre no âmbito do Serviço Social, seja em suas dimensões da formação e do próprio trabalho profissional. As análises organizaram neste trabalho uma linha argumentativa que busca a defesa e a materialização do projeto ético-político profissional. O texto está dividido em três partes articuladas, conectadas pela abordagem marxiana sobre o Serviço Social. No primeiro tópico, “Caminhos postos à profissionalidade do Serviço Social”, fizemos uma breve exposição do processo de profissionalização, percorrendo contextos

diversos e diferentes nos quase 90 anos do Serviço Social no Brasil e que foram fundamentais para a erosão do tradicionalismo na profissão e a emergência do projeto político. Brevemente passamos por algumas particularidades do Movimento de Reconceituação e frisamos a tendência que intencionava romper, sob uma perspectiva de classe, com o conservadorismo profissional (*intenção de ruptura*), com destaque para a realização do Congresso da Virada (1979) e a aprovação das Diretrizes Curriculares da Abepss em 1996.

Seguido d'*As Diretrizes Curriculares e o projeto de formação profissional*, este ponto contextualiza o movimento de construção, aprovação e implementação do arcabouço político-pedagógico, em termos de projeto profissional, no contraditório contexto de explosão de ensino a distância em sintonia com a agenda mercantilizadora da educação e do ensino superior. São dois projetos que não só se conflitavam como se opõem em termos de conceber o Serviço Social, sua formação e seu processo de trabalho. E como isso impacta a dimensão da instrumentalidade? O tópico seguinte, denominado *A questão da instrumentalidade e o projeto profissional*, aponta uma rica compreensão dessa dimensão, sua importância para o reconhecimento e a legitimidade profissionais à luz de seu projeto político. O diálogo com autores e autoras da produção crítica está presente em nossos argumentos. Por fim, apontamos alguns (e persistentes) desafios postos ao projeto profissional, como esses se correlacionam com as dimensões fundantes da profissão, e indicamos, em algumas linhas, questões que compreendemos ser importantes para a superação do pragmatismo, do *metodologismo* e do receituário técnico ainda presentes não só no trabalho como nos processos de ensino em Serviço Social.

Caminhos postos à profissionalidade do Serviço Social

O giro do processo de profissionalização do Serviço Social brasileiro é marcado pelo contexto sócio-histórico, que transita, não sem conflitos, contradições e disputas, na precedente sociedade capitalista. Isso expressa sua emergência/protoformas/gênese, institucionalização e inserção no mercado de trabalho público e privado, sua legitimidade socioprofissional, assim como o movimento de renovação teórico-metodológica, *culminando* na construção de seu projeto profissional. Esse percurso não é linear, etapista/evolucionista, a-histórico, ao contrário: revela a conexão entre o processo de produção e de reprodução das relações sociais determinadas historicamente e o movimento da profissão, interno e externo, marcado também, dentre outros elementos, pela efervescência dos coletivos da profissão e seus posicionamentos ético-políticos, suas relações com o conjunto de usuários/trabalhadores e com os empregadores (Estado, capital e o chamado hoje *terceiro setor*), com os movimentos sociais e demais sujeitos políticos.

Das primeiras experiências oriundas das obras e instituições religiosas e filantrópicas no contexto dos anos 30 do século passado, o Serviço Social, em seu processo de ensino, teve como base de origens a doutrina e o pensamento social da igreja católica como os grandes determinantes da formação das *primeiras agentes profissionais* recrutadas do apostolado laico. O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) assumiu um papel estratégico ao impulsionar a ação social católica e mobilizar o apostolado social¹. Esse

¹ Segundo Iamamoto e Carvalho (2001, p. 169), o objetivo geral do CEAS era: “[...] promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no

movimento não pode ser desvinculado da conjuntura da cidade de São Paulo dos anos 1930 e das reações da classe dominante local para intervir junto à nova classe trabalhadora – proletária, industrial e urbana².

Aos poucos, o Estado responsabilizou-se, estrategicamente, pela regulamentação do ensino e da formação em Serviço Social, assim como do próprio mercado de trabalho para esses profissionais. Esse movimento de laicização iniciou, de certo ponto, uma formação técnica e especializada em escolas não vinculadas diretamente à igreja católica. Iamamoto e Carvalho (2001) elencam que, mesmo que a responsabilidade inicial tenha sido do CEAS na criação da primeira Escola de Serviço Social (1936), o Estado teve função primordial nesse processo ao demandar força de trabalho especializada a atuar frente à questão social, suas expressões e demandas postas pela classe trabalhadora. Essa intervenção exigia um novo tipo de perfil profissional, que fosse capaz – sistemático e eficiente – de atuar na realidade brasileira no contexto dos anos 1940, colocando o trabalho profissional a serviço da manutenção e da reprodução da ordem posta. Esse movimento não eliminou por completo o conteúdo doutrinário

conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “[...] tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “[...] adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social”.

² Netto (1994) defende a tese de que há vínculo orgânico entre a autocracia burguesa e o Serviço Social brasileiro no processo de degradação e de deslegitimação das ações tradicionais não profissionalizadas. Na compreensão do autor, o projeto burguês nacional trouxe elementos determinantes à profissionalidade do Serviço Social no contexto da ditadura civil-militar, tendo forte influência em seu movimento de renovação, garantidas as particularidades de cada uma de suas fases, conhecidas como *modernização conservadora*, *reatualização do conservadorismo* e *intenção de ruptura*.

religioso na formação escolar das primeiras profissionais. Pelo contrário: uniu interesses da igreja, do Estado e do empresariado para a intervenção junto ao proletariado e sua família. Conciliou formação científica, com forte base positivista; formação técnica para intervir nos *males sociaux*; e densa formação moral e doutrinária (IAMAMOTO; CARVALHO, 2001).

Foram as condições sócio-históricas que impuseram a emergência de um mercado de trabalho para os profissionais de Serviço Social com perfil técnico diferenciado, em diversas dimensões, das primeiras experiências profissionais. Essa *ruptura* com as protoformas do Serviço Social, como indica Netto (1992, p. 69, grifos do autor), é um dos elementos centrais em seu processo de profissionalidade:

Não é a *continuidade* evolutiva das protoformas do Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a *ruptura* com elas, concretizada com o deslocamento aludido, deslocamento possível (não necessário) pela instauração, *independentemente das protoformas*, de um espaço determinado na divisão social (e técnica) do trabalho.

Um ponto que merece destaque na análise aqui apresentada é a inserção do processo de formação profissional no circuito universitário³. Se o movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro trouxe tanto questionamentos quanto respostas diferentes sobre a questão da subalternidade profissional (teórica e meto-

³ “A profissão de assistente social surgiu no Brasil na década de 1930. O curso superior de Serviço Social foi oficializado no país pela Lei nº 1.889, de 1953. Em 27 de agosto de 1957, a Lei nº 3.252, juntamente com o Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962, regulamentou a profissão. Em virtude das mudanças ocorridas na sociedade e no seio da categoria, um novo aparato jurídico se fez necessário para expressar os avanços da profissão e o rompimento com a perspectiva conservadora” (CRESS/RJ, 2020, s.p.).

dológica) no contexto dos anos 1960, particularmente a entrada do processo de formação no campo universitário edificou o alicerce para os primeiros passos de uma perspectiva crítica para o *rompimento* com o Serviço Social tradicional.

Essa frente renovadora compunha-se, basicamente, de dois grandes segmentos: um deles apostava numa espécie de *aggiornamento* do Serviço Social, capaz de *modernizá-lo* a ponto de torná-lo compatível com as demandas macrossocietárias, vinculando-o aos *projetos desenvolvimentistas* de planejamento social; outro, constituído por setores mais jovens e radicalizados, jogava numa inteira *ruptura* com o passado profissional, de modo a sintonizar a profissão com os *projetos de ultrapassagem das estruturas sociais* de exploração e dominação. Como se vê, os primeiros passos da Reconceituação resultaram de uma espécie de ‘frente ampla’ profissional cortada por diferentes concepções de histórias, de sociedade e, naturalmente, das *mudanças sociais* em curso à época. (NETTO, 2005, p. 10, grifos do autor, uma nota de rodapé foi excluída do original).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social, transitivo e inconcluso nas palavras de Netto (2005), no contexto da crise da ordem capitalista do final dos anos 1960 e da violenta ditadura civil-militar imposta ao país, foi possibilidade e busca distintas de renovação teórico-metodológica e apresentou três fases/momentos peculiares, como dito anteriormente: *modernização conservadora*⁴,

⁴ A modernização conservadora, nas palavras de Netto (1994), teve sua funcionalidade para a intervenção e operacionalização do desenvolvimento capitalista no contexto ditatorial. Buscou atribuir à profissão, como estratégia de superação de sua subalternidade técnica, um caráter científico em sua prática operacional. Sofreu forte influência do positivismo, com desta-

*reatualização do conservadorismo*⁵ e *intenção de ruptura*⁶.

No contexto latino-americano, particularmente no Brasil, as lutas pela democracia e contra as ditaduras instauradas no continente agitaram e mobilizaram grande parte da juventude, em especial aquela envolta às universidades, nos anos de 1960 a 1970. Neste momento histórico, o Serviço Social, inserido no contexto universitário, tem em sua vanguarda estudantil o questionamento da ordem posta e a participação nas lutas contra os regimes autoritários que assolavam o país e a região. Fortemente influenciado pela revisão crítica das Ciências Sociais, o movimento estudantil de Serviço Social – e sua *rebeldia juvenil* – engrossou as lutas contra o imperialismo e a autocracia burguesa no país.

que para a racionalidade técnico-burocrática. José Lucena Dantas foi um dos expoentes dessa vertente e defendia que a profissão deveria impulsionar o desenvolvimento capitalista. Os Seminários de Araxá (Minas Gerais - 1967) e o Seminário de Teresópolis (Rio de Janeiro - 1970) foram o marco na busca de uma *teoria própria do Serviço Social*.

⁵ Segundo Netto (1994), a reatualização do conservadorismo recuperou os elementos mais tradicionais da prática profissional e teve forte inspiração fenomenológica. O Serviço Social, sob essa perspectiva, buscava o trato no indivíduo isolado, descontextualizado, e objetivava reproduzir e manter o *status quo*. As principais dimensões do trabalho profissional eram: foco na subjetividade, realização de ações psicologizantes e ajuda/apoio psicossocial humanizado. Os Seminários de Sumaré (Rio de Janeiro - 1978) e do Alto da Boa Vista (Rio de Janeiro - 1984) expressaram as principais preocupações à época e as elaborações de Anna Augusta de Almeida tiveram destaque nesse processo.

⁶ Para Netto (2005), a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional manifestou, ainda com seus equívocos históricos, a pretensão de irrompimento com o pensamento conservador e suas tradições (positivista e fenomenológica). De posicionamento *mais radical*, essa vertente propunha explícita oposição à ditadura civil-militar e à condição de país subdesenvolvido. A aproximação com o marxismo trouxe os elementos para os primeiros passos no caminho da apartação com o tradicionalismo profissional. O Método de Belo Horizonte (Método BH), o Congresso da Virada (III CBAS, 1979, São Paulo) e as contribuições de Marilda Villela Yamamoto (e Raul de Carvalho) marcam essa perspectiva (NETTO, 1994).

Embora esse reforço do braço coercitivo do Estado, as lutas contra o regime autoritário se manifestaram em vários setores da sociedade, através de alas da igreja, grupos ligados às artes e à cultura e movimentos sociais, como movimento sindical e, em destaque, o movimento estudantil, pois ‘a participação política dos estudantes num contexto em que a sociedade civil estava reprimida, oprimida e amordaçada serviu como desencadeador de movimentos sociais mais amplos’ (MENDES JR. *apud* ZAPPA; SOTO 2008, p. 51). O movimento estudantil foi (e ainda é) um dos sujeitos coletivos que participaram ativamente dos processos políticos, seja a nível mundial e nacional, mostrando sua rebeldia, sua contestação e preocupação com os rumos da história e da realidade social. (SOARES, 2015, p. 49).

Essa agitação que empolgou parte do quadro discente de Serviço Social encontrou identidade no seio da categoria profissional simpatizante e militante da perspectiva *intenção de ruptura*, que não se isentou de erros e de estratégias equivocadas: ativismo e militantismo políticos, confucionismo ideológico e *marxismo sem Marx*, como argumenta de Netto (2005). O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em São Paulo no ano de 1979, marcou o protagonismo do fronte profissional comprometido com as lutas sociais e a democracia. O *Congresso da Virada* acirrou o posicionamento crítico e firme contra a ditadura e o Serviço Social tradicional e conservador.

Os anos 1980, em conformidade com a efervescência das lutas da classe trabalhadora, a abertura política no Brasil, a emergência da Assembleia Nacional Constituinte (1987) e da própria Constituição Federal (1988), forjaram o cenário para a construção do projeto ético-político do Serviço Social. A matriz marxista efetivou interlocução com a profissão, trazendo novos debates e perspectivas que foram

incorporados na formação e no trabalho profissional⁷. Para Yazbek (2009), é o referencial marxista que, nos anos 1980 e 1990, vai imprimir direção à unidade teoria-prática no Serviço Social, notadamente no Currículo de 1982 e nas atuais Diretrizes Curriculares da Abepss (1996); nos debates dos eventos acadêmicos em termos de graduação e pós-graduação; e nos marcos regulatórios profissionais (Código de Ética e Lei de Regulamentação da Profissão).

No contexto da virada dos anos 1990, marcados pela consolidação do neoliberalismo no Brasil, houve impactantes mudanças no papel do Estado, principalmente pela via da privatização e mercantilização das políticas sociais; erosão do sistema de proteção social, particularmente o de seguridade; mudanças radicais no mundo do trabalho, atingindo inclusive assistentes sociais pelos processos de desemprego estrutural, desregulamentação, perdas de direitos, etc. Destacam-se ainda as intensas privatização e mercantilização da educação, com maior prejuízo ao ensino superior, que atingiu a formação profissional do Serviço Social, com fortes repercussões em seu processo de trabalho.

No campo do ensino, além do processo privatizante, desfinanciador e de sucateamento das universidades públicas brasileiras, houve expressivo aumento na oferta de cursos a distância na área de Serviço Social, revelando processos de formação profissional aligeirados que não se sintonizam com o projeto de formação profissional defendido pela categoria e suas entidades representativas, debate este que será aprofundado no próximo tópico.

⁷ A primeira aproximação ao pensamento de Marx se deu no início dos anos 1980, com a dissertação de mestrado de Marilda Yamamoto (intitulada *Legitimidade e crise do Serviço Social*) e, posteriormente, com seu livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*, fruto de uma pesquisa realizada com Raul de Carvalho. Sua obra insere o debate das categorias historicidade, totalidade, produção e reprodução das relações sociais, mercadoria, fetichismo, capital e trabalho, classes sociais, dentre outras.

As Diretrizes Curriculares e o projeto de formação profissional

O projeto de formação profissional do Serviço Social historicamente vem se modificando ao acompanhar o movimento da sociedade, do Estado, dos movimentos sociais, incorporando os diversos elementos da realidade para se *contemporaneizar*. Foi o que aconteceu com o Currículo de 1982, o qual inaugurou uma nova forma de compreender a profissão, superando a perspectiva tradicional de análise a partir das categorias caso, grupo e comunidade. Propôs a tríade história/teoria/método como perspectiva de análise da profissão.

É importante lembrar que este debate é aquecido com a movimentação da reconceituação latino-americana assinalada no item anterior, com a *entrada* do marxismo no Serviço Social, com a perspectiva de *intenção de ruptura* e as experiências do Método BH, com as organizações e lutas que marcam a “virada” histórica da profissão na realização do III CBAS e com as produções teóricas que são um marco na “maioridade intelectual” da profissão. Esse momento refletiu um novo modo de expressar a recusa ao endogenismo e estabeleceu, pela primeira vez, outra forma de pensar a profissão a partir do seu significado sócio-histórico, sua relação na sociedade de classe e na divisão social e técnica do trabalho (SIMIONATO, 2018).

É nesse processo de apropriação das concepções marxistas que o Serviço Social irá repensar tanto a formação quanto o exercício, refletidos no novo Currículo de 1982⁸ e no Código de Ética de 1986. Assim, a década de 1980 foi o

⁸ Esse novo currículo foi aprovado na Convenção da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (Abess) em 1979, realizada em Natal, Rio Grande do Norte.

tempo de amadurecimento intelectual da profissão e possibilitou um leque de debates críticos acerca das interpretações do marxismo vulgar, dos ecletismos e sincretismos, das leituras reducionistas, mecanicistas e ideologizadas presentes neste momento histórico da profissão.

Conforme apontam os estudos de Quiroga (1991), mesmo considerando as incompreensões da obra de Marx e de seus intérpretes, com a implantação do currículo de 1982 esse pensamento se difundiu e ganhou legitimidade no processo de maturação intelectual de seus profissionais, na apropriação teórica e metodológica de elementos analíticos, buscados nas fontes originais, na interlocução e no diálogo com pesquisadores de outras áreas profissionais, na ampliação da produção, contribuindo decisivamente na 'travessia para a conquista' da 'maioridade intelectual' do serviço social e de sua 'cidadania acadêmica'. (IAMAMOTO, 1998, p. 234).

Foram as produções teóricas realizadas nos anos 1980 e 1990 que possibilitaram o aprofundamento dos debates, tanto na formação quanto no exercício profissional, que passam a compreender o Serviço Social no contexto das relações com as classes sociais, o Estado e a sociedade. Esse debate se materializou no chão histórico do fim da ditadura civil-militar, nas lutas e organizações sociais que contribuíram na elaboração e aprovação da Constituição de 1988, na sintonia com os interesses da classe trabalhadora. É nesse chão histórico que a profissão funda seu projeto ético-político, radicalmente crítico, sob as bases da tradição marxista. E o fruto desse acúmulo teórico, metodológico e político foi a elaboração do Código de Ética de 1993, da Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e das novas Diretrizes Curriculares, aprovadas em 1996. É importante ressaltar que sua aprovação ocorreu após um amplo debate coordenado pela

Abess⁹, no período de 1994 a 1996, envolvendo cerca de 200 oficinas locais nas 67 unidades acadêmicas filiadas à entidade, 25 oficinas regionais e duas nacionais (ABESS/CEDEPSS, 1996). Esse processo de organização e de mobilização contou com o apoio imprescindível do Conjunto dos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso).

As Diretrizes Curriculares de 1996 trazem no seu bojo uma nova lógica curricular, presente desde a sua construção, que se deu de forma democrática e participativa, envolvendo todos os sujeitos da formação profissional em debates locais, regionais e nacionais. Outro elemento extremamente enriquecedor desse processo foi a realização da pesquisa *A formação profissional do assistente social no Brasil: determinantes históricos e perspectivas na gestão da Abess (1993-1995)*, que subsidiou de forma qualitativa o debate da revisão curricular, a partir do conhecimento de como se dava a formação profissional nas unidades de ensino. A nova lógica curricular rompeu com a suposta neutralidade e expressou a defesa de um projeto de formação profissional pautado na matriz analítica crítica, a teoria social marxiana. Nesta perspectiva, esse novo projeto de formação profissional afirma a unidade formação e exercício profissional ao definir as “[...] dimensões interventivas e investigativas como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria-realidade” (ABESS, 1996, p. 63). Essa organização curricular se efetiva a partir da articulação de “[...] um conjunto de conhecimentos indissociáveis que se traduzem

⁹ A Abess, criada em 1946, é uma entidade acadêmica sem fins lucrativos e de direito privado que teve sua nomenclatura modificada também nessa mesma Oficina Nacional e passou a se chamar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abeps). O objetivo da entidade desde sua criação é debater e organizar a política de formação profissional do curso de Serviço Social no Brasil.

em núcleos de fundamentação, constitutivos da formação profissional” (ABESS, 1996, p. 8).

As Diretrizes Curriculares trazem dois eixos organizativos da formação, são eles: 1) os eixos estruturantes, que são considerados fundamentais, as bases da formação, que possibilitam a direção e a fundamentação teórica, ética e política do processo formativo; e 2) os eixos transversais, que possibilitam a interdisciplinaridade, o acesso a saberes específicos, não ficando restritos a um ou outro componente curricular. Outro ponto central nas Diretrizes é a compreensão de que:

[...] a questão social é um elemento que dá concreitude à profissão, ou seja, é a sua base de fundação histórico-social na realidade e, que nesta qualidade, portanto, deve constituir o eixo norteador do currículo. (ABESS, 1996, p. 20-21).

Nesse sentido, a profissão é situada na divisão social e técnica do trabalho, compreendendo-a como uma especialização do trabalho coletivo. Para materializar essa nova lógica curricular, foram constituídos três Núcleos de Fundamentos, os quais expressam um conjunto de conhecimentos constitutivos da formação profissional: o Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira; e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional

constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades. (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 8).

Essa divisão é apenas organizacional, uma vez que os conhecimentos estão interligados e se complementam. Dessa forma, esses eixos articuladores dos conteúdos:

[...] desdobram-se em áreas de conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas. (ABEPSS/CEDEPSS, 1996, p. 63).

O Currículo de 1996 reafirma um projeto de formação profissional fruto de um debate coletivo que tem como princípios: rigoroso trato teórico, metodológico e histórico da realidade; adoção de uma teoria social crítica; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; não fragmentação do curso. E foi na contramão dessa revisão curricular do Serviço Social e de seu projeto profissional que caminhou a contrarreforma da educação (e do ensino superior particularmente), assumindo a política de educação a distância, como frisado anteriormente. Promovida pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), essa política de educação para os países periféricos se constitui como um fetiche da “expansão/democratização” do acesso à educação, o que mascara os processos de aligeiramento da formação profissional e de uma certificação em larga escala. Essa proposta configura-se como mais uma estratégia de estabelecer um “mercado educacional” e privatizar a educa-

ção, desresponsabilizando o Estado com os serviços educacionais (LIMA, 2008).

Dessa forma, a defesa de projeto de formação profissional perpassa pelo enfrentamento da contrarreforma da educação no Brasil e rebate diretamente no debate da instrumentalidade, compreendendo-a dentro da nova lógica curricular, que aponta para o aprofundamento das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, a partir da unidade formação-exercício profissional, como apontaremos a seguir.

A questão da instrumentalidade e o projeto profissional

Pensar os desafios que a instrumentalidade apresenta dentro dessa nova lógica curricular, que é atropelada e massacrada por uma contrarreforma educacional privatista, é uma tarefa que cabe a todos aqueles que compõem os processos de formação e de trabalho profissional (docentes, pesquisadores, coletivos de unidades de ensino, profissionais que estão em diversos espaços sócio-ocupacionais e discentes). Historicamente nossas entidades representativas (Abepss, CFESS e Enesso) vêm realizando inúmeros debates para dialogar sobre a incompatibilidade das Diretrizes Curriculares (1996) e essa política que retira a educação como um direito social, passando a ser regulada pelo mercado, promovendo um verdadeiro *empresariamento* e lucratividade do ensino superior.

A primeira questão fundamental ao projeto de formação profissional é o tripé ensino-pesquisa-extensão. E essa tríade tem sido desestruturada pela onda privatizante do ensino. Os cursos de graduação a distância, promovidos em sua maioria por entidades privadas, faculdades isoladas ou

centros universitários, de um modo geral, não realizam pesquisas ou atividades extensionistas, reduzindo a formação do assistente social ao ensino, seja ele, geralmente, aligeirado, desqualificado e frágil.

Se compreendemos a instrumentalidade e seu ensino para além dos instrumentos e das técnicas utilizados pelos profissionais, percebemos que sua concepção tem a ver com a construção histórica da profissão; ela, “[...] por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance de objetivos (profissionais e sociais), constitui-se uma possibilidade concreta de reconhecimento social da profissão” (GUERRA, 2000, p. 53). O debate da instrumentalidade perpassa pela concepção de qual Serviço Social estamos falando, por que e para que serve o Serviço Social. O tema da instrumentalidade atravessa o conhecimento do significado histórico, social, ético e político do “fazer profissional”. Ou seja, nele está imbricada a compreensão de que o projeto de formação profissional se vincula diretamente a um projeto de sociedade.

É preciso considerar que a instrumentalidade da profissão é muito mais do que o debate ou o ensino dos instrumentos e técnicas. Trata-se de identificar e construir as condições de possibilidade da profissão em determinados contextos e conjuntura, a partir de determinadas racionalidades (como modo de ser, pensar e agir) que incorporam e subsidiam diferentes projetos de profissão. (GUERRA, 2019, p. 68).

Assim, ao reduzir o debate da instrumentalidade ao conjunto de técnicas, esvaziamos totalmente o seu conceito, e a instrumentalidade “[...] perde o seu potencial de mediação à realização do projeto profissional” (GUERRA, 2014, p. 26). Ela está diretamente relacionada à utilização dos meios que possibilitem a obtenção dos fins visados, o que significa que tanto o exercício quanto a formação requerem

uma articulação cotidiana sobre qual perfil do profissional queremos formas, mas neste aspecto a instrumentalidade não se encerra.

A realidade hoje da sociedade capitalista aponta para o perfil de um profissional que responda às demandas do mercado; um trabalhador que se volta à racionalidade capitalista e que se limita à busca interminável “do como fazer”, sendo reduzido a um técnico e tendo a formação profissional minimizada a uma “educação bancária”¹⁰, reduzindo o processo de ensino-aprendizagem a um depósito de informações e conteúdos, de mero repasse de informações e modelos analíticos para aplicar na realidade. Não há receitas nem modelos preestabelecidos, tampouco fórmulas mágicas, quando se refere ao debate da instrumentalidade, particularmente sobre sua dimensão e instrumental técnico-operativo¹¹ nos diversos espaços socioprofissionais. Essa mesma argumentação coloca-se no campo da formação/do ensino quando se trata da dimensão da instrumentalidade. Nossa perspectiva caminha na direção do perfil do assistente social definido no projeto profissional, que aponta para uma:

[...] capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica

¹⁰“Na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que julgam sábios aos que julgam não saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra no outro” (FREIRE, 1987, p. 67).

¹¹ A dimensão técnico-operativa, para Guerra (2017), é o modo de aparecer da profissão, porém, insuficiente, inócua, se tratada de forma mecânica, isolada ou apartada das demais dimensões constituintes da profissão (ético-política e teórico-metodológica). A dimensão técnico-operativa “[...] é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida [...]. É a dimensão que dá visibilidade social à profissão. Não é supérfluo lembrar que a dimensão técnico-operativa vela a dimensão político-ideológica da profissão, como aquela pela qual o Serviço Social atua na reprodução ideológica da sociedade burguesa ou na construção da contra-hegemonia” (GUERRA, 2017, p. 50).

do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais. (ABEPSS, 2014, p. 2-3).

A discussão da instrumentalidade perpassa pelo debate de que Serviço Social estamos falando, de que sociedade alicerça as relações sociais, de que teoria social estamos buscando para analisar e intervir nas demandas profissionais cotidianas. Por isso, é fundamental a “[...] adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (MEC, 1999, p. 3). Para tal, é indispensável a análise da unidade formação e exercício profissional, cabendo à formação (e à sua dimensão do ensino) o papel instigador de debates acerca das questões sobre Estado, classes sociais, movimentos sociais, políticas sociais, mercado de trabalho e condições éticas e técnicas de trabalho, fazendo um movimento de historicizar e *contemporaneizar* a profissão em suas relações intra e extraprofissionais. Fazer esse movimento é compreender que as disciplinas, os seminários temáticos, as oficinas/laboratórios, as atividades complementares e outros componentes curriculares estão interligados e inseridos no movimento contraditório da realidade.

Se o ‘como fazer’ e o ‘com que meios’ referem-se às habilidades e competências que temos que desenvolver durante o nosso processo de formação contínua, estando estas diretamente relacionadas ao modo de ser do assistente social tanto individual quanto cole-

tivo, a resposta ao ‘por que’ depende de uma leitura da realidade social que se apoia numa determinada teoria social e visão de homem e mundo; já a resposta ao ‘para que’ está subsumida aos valores e compromissos profissionais. O ‘quando’ e ‘onde’ estão relacionados com a dimensão do tempo e espaço [...]. (GUERRA, 2014, p. 38-39).

É por isso que o projeto profissional explicita as três dimensões da profissão como unidade da base formativa: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Chama a atenção ainda para as dimensões investigativa, interpretativa e interventiva como princípios da formação e do exercício profissional. Nesse sentido, a discussão sobre a instrumentalidade requer essa compreensão da formação e do exercício profissional, que busque uma racionalidade crítica. Como diz Guerra (2017, p. 21), é necessário buscar esta racionalidade:

[...] que permita desenvolver uma instrumentalidade inspirada na razão dialética, que seja capaz de construir novas competências e legitimidades, que permita ao profissional dar novas respostas qualificadas em oposição às tradicionais respostas instrumentais, de maneira comprometida com valores de uma sociedade emancipada.

A discussão da instrumentalidade na formação e no exercício profissional depende da articulação direta entre as unidades de ensino e os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. Realizando a função social da universidade como produtora e disseminadora de conhecimento, essa deve promover espaços de formação continuada, seja em termos de graduação e pós-graduação, com pesquisas coletivas que envolvam docentes, assistentes sociais das diversas instituições, estudantes e movimentos sociais. As unidades

de ensino devem promover eventos que debatam o exercício profissional em parcerias com a diversidade e a riqueza dos espaços de atuação profissional. Esse é um movimento de *levar* as demandas do cotidiano profissional para dentro da universidade, bem como também de trasladar as discussões teóricas, metodológicas, técnicas, operativas, éticas e políticas que a academia vem realizando, tanto no âmbito do Serviço Social como no das Ciências Sociais. Como bem expressa Guerra (2014, p. 38), “[...] falar de instrumentalidade como a capacidade de mobilizar (criar, recriar) os meios para alcançar objetivos é falar em projeto profissional”.

É esse movimento que possibilita ao assistente social suspender o cotidiano e romper com o pragmatismo presente no fazer profissional¹². Ora, se o cotidiano é o lugar da reprodução dos indivíduos, essa reprodução acaba acontecendo quase que de forma automática. Devido ao grande número de demandas que chegam tanto na academia quanto nos espaços sócio-ocupacionais, os profissionais acabam por realizar respostas imediatas, superficiais e espontâneas. Caem, muitas vezes, num pragmatismo e reduzem o debate da instrumentalidade ao *metodologismo* tão presente na história da profissão e ainda reproduzido nos diversos campos de estágio em seu processo de supervisão (de campo e acadêmico).

¹²“Se é verdade que a instrumentalidade insere-se no espaço do singular, do cotidiano, do imediato, também o é que ela, ao ser considerada como uma particularidade da profissão, dada por condições objetivas e subjetivas, e como tal sócio-históricas, pode ser concebida como campo de mediação e instância de passagem [...]. Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa e a instrumentalidade como uma particularidade e, como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais” (GUERRA, 2017, p. 29-30).

Durante os anos de 1960, 1970 e 1980, o Serviço Social buscou romper com a lógica tradicional e o conservadorismo presente na profissão desde o seu surgimento. Contudo, este processo transformou-se numa explosão de *metodologismo*, como bem analisa Santos (1999), ficando reduzido à busca de uma metodologia para o Serviço Social, numa perspectiva endogenista de analisar a profissão dentro dela mesma, sem conhecer as condições históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais do modo de sociabilidade capitalista.

O significado sócio-histórico do Serviço Social, seu reconhecimento e sua legitimidade são resultado, principalmente, das respostas que a profissão dá às demandas sociais, particularmente aquelas postas pela classe trabalhadora, e essa legitimidade é (re)construída em suas determinações histórico-sociais. Nesse aspecto, a instrumentalidade ocupa papel central e importante na objetivação das intencionalidades profissionais e ainda na materialização de seu projeto ético-político.

Apontamentos finais

Pensar a instrumentalidade no âmbito da formação e do exercício profissional requer trazer à tona o debate do projeto de formação profissional que se inscreve dentro do projeto ético-político do Serviço Social, o que nos leva à compreensão de uma unidade teoria-prática que perpassa tanto pelos espaços de formação quanto pelos de trabalho profissional. A questão da instrumentalidade, para além de buscar o que fazer, precisa saber “por que fazer”, “para que fazer”, “como fazer”, “com que meios fazer”, “quando fazer” e “onde fazer”, ou seja, a formação profissional precisa capacitar discentes dentro das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas para estes, como futuros

profissionais, possam responder às demandas recebidas, afinadas com o projeto ético-político.

A questão do *ensino da instrumentalidade* nas unidades de formação deve superar os *metodologismos* presentes geralmente em receituários e dicas de modelos de intervenção. Necessita ainda transpor a *disciplina da prática*, em que reduz a instrumentalidade à questão dos instrumentos técnicos de trabalho, e compreender que a dimensão técnico-operativa necessariamente deve se articular com as demais que compõem o pensar-agir profissionais.

No campo da academia, é preciso repensarmos a questão da instrumentalidade para além da disciplina e/ou da oficina de estágio. Ela deve compor todo o processo de formação profissional e nutrir as experiências de estágio e sua supervisão como elemento rico em determinações do trabalho profissional. É preciso maior investimento em termos de formação continuada e complementar nos níveis da graduação e pós-graduação, sejam para profissionais ou aqueles em formação. A universidade precisa estar atenta às demandas existentes no exercício profissional, em um movimento dialético permeado de particularidades e de singularidades vivenciadas cotidianamente nos dois âmbitos de atuação, o que significa que a unidade formação-exercício profissional não anula suas especificidades, não nega que elas têm demandas diferenciadas, cotidiano de trabalhos com suas próprias dinâmicas. A instrumentalidade, nos processos de ensino e de trabalho profissional, não pode ser mera abstração, tampouco pragmatismo inerente ao cotidiano. Ela deve ser um norte para a materialidade de nossos princípios, posicionamentos e ações ético-políticas. Nestas páginas, apontamos a urgência de fortalecer essa unidade formação-exercício profissional, tanto no projeto de formação das unidades de ensino quanto nos projetos/planos de trabalho profissional.

Referências

ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABEPSS. *Projeto ABEPSS itinerante*. Estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo nós e construindo alternativas. Mimeo, 2014.

ABESS/CEDEPSS. *Caderno ABESS n. 7*. Caderno especial: formação profissional: trajetórias e desafios. São Paulo: Cortez, 1996.

CRESS/RJ. *Sobre a profissão*. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2020.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 49-76.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GUERRA, Y. Dimensão técnico-operativa. In: MESQUITA, A. P.; GUERRA, Y.; GONÇALVES, A. M. (org.). *Dicionário crítico: estágio supervisionado em Serviço Social*. Fortaleza: Socialis, 2019. p. 66-72.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 62, p. 5-34, 2000.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 14. ed. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 2001.

LIMA, K. Contrarreforma da educação superior e formação profissional em Serviço Social. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília, DF, v. 8, n. 15, p. 17-34, 2008.

MEC. *Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999*. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Brasília, DF: ABEPSS, 1999.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, J. P. O movimento de reconceituação 40 anos depois. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 84, p. 5-20, 2005.

SANTOS, C. M. *Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SANTOS, L. L. *Textos de Serviço Social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SIMIONATO, I. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, Y. et al. (org.). *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018. p. 85-114.

SOARES, R. V. *Organização política estudantil e formação profissional: elementos para compreender o curso de Serviço Social no contexto do IFCE campus Iguatu*. Iguatu: IFCE, 2015.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-166.

7 A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA DA INSTRUMENTALIDADE NO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS: DESAFIOS COTIDIANOS NO CONTEXTO DE AVANÇO DO CONSERVADORISMO

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap7>

SUÉLLEN BEZERRA ALVES KELLER

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Assistente social judiciária no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS). Está como Representante de Supervisores de Estágio da Regional Sul I da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), na gestão Aqui se Respira Luta! (2021-2022).

E-mail: suellenbezerra@live.com

Introdução



presente capítulo tem como propósito identificar de que maneira o avanço do conservadorismo tem influenciado a dimensão ético-política da instrumentalidade no trabalho de assistentes sociais, considerando os tensionamentos conjunturais em torno do projeto ético-político profissional. Trata-se de compreender os elementos de caracterização do fenômeno contemporâneo de ascensão do conservadorismo e o reflexo para o cotidiano do exercício profissional no Serviço Social, com enfoque sobre sua dimensão ético-política.

A direção ético-política alçada pelo corpo profissional de assistentes sociais, com a construção de um projeto vinculado aos interesses da classe trabalhadora, teve seu fundamento justamente na crítica, negação e ruptura com o conservadorismo. Todavia, por ser expressão da realidade social, o conservadorismo não pôde ser eliminado como um todo dentre assistentes sociais, se não teve maior ou menor influência de acordo com o confronto entre vontade do corpo político-profissional e limites de atuação no âmbito das políticas sociais conforme a conjuntura.

As respostas dadas pelo Estado às refrações da questão social têm sido respondidas, ao menos desde o pós-golpe de 2016, com forte influência de preceitos conservadores.

Mais que isso, a aliança entre conservadorismo e neoliberalismo traz impactos tanto em relação aos meios de trabalho de que assistentes sociais dispõem diante do devastador corte de direitos quanto em relação às finalidades da atuação profissional, com imposição de propósitos reguladores e punitivos. As contradições desse contexto revelam um tensionamento contemporâneo em relação ao avanço das perspectivas democráticas e emancipatórias da instrumentalidade do Serviço Social no Brasil.

A metodologia é balizada por uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, em articulação com literaturas vinculadas à tradição crítica do Serviço Social, sendo eleito o método dialético, na fundamentação materialista, tomando dessa tradição do pensamento social as concepções de história, teoria, método e luta de classes. Quanto à exposição, o texto está subdividido em duas partes. Na primeira, abordamos brevemente sobre o fenômeno de avanço do conservadorismo nos últimos anos, na realidade brasileira, que se alia ao neoliberalismo para dizimar direitos. A segunda parte, por sua vez, analisa as implicações do contexto de regressão ética e ofensiva conservadora para o exercício profissional de assistentes sociais, considerando a possibilidade de perdas ético-políticas na instrumentalidade profissional.

A escalada conservadora em aliança com o neoliberalismo: uma conjuntura de retrocessos ético-políticos e sociais

As crises econômicas geradas pela retomada de um neoliberalismo radical no pós-golpe de 2016 agravaram as contradições de classes, repercutiram na ampliação da desigualdade social e abriram espaço para a ampliação de perspectivas que escamoteiam as contradições da realidade pos-

ta. A que ganhou mais força nos últimos anos foi a ofensiva conservadora¹, que, alinhada aos preceitos neoliberais, tem gerado um conjunto de retrocessos nos direitos de trabalhadoras/es, tanto relativos a trabalho e renda quanto à identidade e autonomia de mulheres, negras/os, indígenas, população LGBTQIA+. As alianças entre setores conservadores e neoliberais têm servido para reduzir as condições de resistência, na medida em que pautas conservadoras passam a justificar os cortes de direitos.

Na disputa de interesses de classes e segmentos sociais, os conservadores têm direções específicas, pautadas sobretudo pelo movimento de frear mudanças que possam representar ameaça às tradições e ordem capitalista, compreendendo o presente como resultado de esforços dispendidos por anos, bem como pela invisibilidade das necessidades do outro, pois a este é negado o direito de existir com suas diferenças (ALVES KELLER, 2019). Todavia, convergem com os neoliberais na defesa da redução do Estado no campo social e na regulação da economia, propondo sua intervenção com foco no controle e criminalização de certos grupos. O modelo de governo proposto por Bolsonaro torna conveniente a aliança entre setores neoliberais e conservadores, que se retroalimentam no propósito comum de defesa do modo de produção capitalista.

Podemos nos questionar: de onde veio essa ascensão do conservadorismo? Ainda que as limitações deste capítulo não permitam responder a tal pergunta em sua integralidade, é possível indicar algumas conjecturas. Quando pensamos no conservadorismo como tradição teórica, é usual delimitar a sua origem na resistência reacionária à Revolu-

¹ Para Boulos (2016, p. 29), a dita “ascensão de uma onda conservadora” é considerada como tal “[...] não no sentido de manter o que está aí, mas no pior viés do conservadorismo político, econômico e moral. Uma virada à direita”.

ção Francesa, com os escritos de Edmund Burke em defesa das formas de monarquia constitucional, construídas pela longa tradição histórica, e o desenvolvimento do pensamento conservador a partir desse marco (ESCORSIM NETTO, 2011). Todavia, ao se tratar da realidade brasileira, destacamos que o conservadorismo não compartilha dessa mesma demarcação histórica.

A forma como o pensamento conservador chegou ao Brasil tem relação direta com o passado colonial e com a relativa continuidade política e socioeconômica dessa situação colonial no pós-independência, como pontuam Ferreira e Botelho (2010). Para os autores, as características, ambiguidades e enfrentamentos do pensamento conservador no Brasil, ainda que tenham influência do conservadorismo europeu, são muito diferentes das que estão presentes no que foi compreendido por Escorsim Netto (2011) como conservadorismo clássico. O passado colonial² e as transições pelo alto reforçam em nosso solo a característica de conjugação entre o velho e o novo, a modernização e o atraso, ou, como diria Francisco de Oliveira (2003, p. 60), “[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo”.

Esse modelo de mudança com conservação, delineada pela manutenção das mesmas elites brasileiras, foi a tônica do desenvolvimento histórico do país, que, em maior ou menor medida, conforme circunstâncias conjunturais, vem apresentando sua face autoritária, conservadora e reacio-

² Para Caio Prado Júnior (1942, p. 25), a colonização, como um capítulo da história do comércio europeu, não representou, ao menos nas colônias tropicais, uma zona de povoamento, mas conservou um acentuado caráter mercantil, destinado a “[...] explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”. Para o autor, o sentido da “evolução” brasileira se afirmou pelo caráter inicial da colonização. Essa condição de exploração e dependência, próprias da herança colonial, manteve seus efeitos de continuidade na cultura política do Brasil até os dias atuais.

nária. Para delimitar uma demarcação histórica recente que justifique as mais recentes circunstâncias favoráveis à ascensão conservadora, prescindimos da análise da onda de protestos iniciada em junho de 2013, que afrontou o sistema político-partidário brasileiro diante da extenuação do projeto de conciliação de classes, mas acabou por gestar a força de uma direita organizada.

A partir de então, manifestantes vinculados a pautas pulverizadas, organizados mediante redes sociais, e, em determinado momento, grupos identificados com posições políticas liberais e conservadoras não se viram mais coibidos a ocupar o espaço público, já que se manifestar nesses espaços “[...] deixou de ser ato apenas de combate a regimes autoritários, ou campo para sindicalistas, estudantes ou moradores da periferia” (GOHN, 2014, p. 12). Junho de 2013 foi o momento em que a “direita” conservadora reemergiu na cena política das ruas, pois, enquanto a esquerda era expulsa com suas bandeiras vermelhas por se vincular a partidos e movimentos sociais, uma multidão com as cores da seleção brasileira de futebol “[...] se misturou à massa popular e disputou a direção do processo com a ajuda preciosa da mídia” (MELO, 2016, p. 70).

As Jornadas de Junho de 2013 tiveram rebatimentos nas eleições de 2014, momento em que Dilma Rousseff foi reeleita no segundo turno com uma pequena diferença de votos em relação a seu adversário, Aécio Neves. No ano seguinte, a crise dos governos petistas se manteve com a convocação de protestos solicitando o *impeachment* de Dilma e em defesa da Operação Lava Jato. Tais atos, os escândalos de corrupção, a crise econômica e o ajuste efetivado pela presidenta deixaram:

[...] isolada sua base de apoio e colocou à prova o apoio de setores conservadores que estiveram no go-

verno justamente para se beneficiar da popularidade adquirida e das benesses do poder. (VALENTE, 2017, p. 62).

O alinhamento entre a crise política com o avanço do conservadorismo se evidenciou no teor da votação pelo *impeachment* de Dilma, quando a participação dos deputados, em grande parte evangélicos, impôs justificativas conservadoras que em nada diziam respeito ao crime de responsabilidade que a presidenta teria cometido, culminando em um verdadeiro golpe. Destacamos ainda o caráter misógino do golpe, que destituiu, sem justificativas plausíveis, uma mulher alçada ao mais alto cargo político do país, eleita democraticamente pelo voto popular. O breve governo de Michel Temer preparou terreno para o aprofundamento da crise progressista, ainda mais assoladora nas eleições de 2018.

O conservadorismo, que sempre esteve presente no desenvolvimento histórico-cultural de nosso país, ressurgiu, com ainda mais força, na figura política do presidente eleito Jair Bolsonaro (2019-2022), que, sem constrangimentos, expôs no debate público o seu posicionamento despótico frente a diversas pautas, que o faz ser visto como “ultraconservador e fascista”. Com discursos de ódio, Bolsonaro, extremistas de direita e outros saudosistas da ditadura passaram a reproduzir despudoradamente preconceitos sociais e diversas formas de discriminações contra minorias, culminando em uma verdadeira regressão ética (ŽIŽEK, 2014), à medida que freia avanços progressistas e resulta em retrocessos valorativos.

Para o filósofo esloveno Slavoj Žižek (2014), quando uma sociedade já tem integrada em sua substância ética os axiomas modernos de liberdade, igualdade, direitos democráticos, provimento de educação e saúde para todos

os seus membros, posturas racistas e sexistas, por exemplo, são consideradas inaceitáveis e ridículas, de modo que aqueles que advogam esse discurso são imediatamente constrangidos ou não são levados a sério. Todavia, passo a passo, à medida que tais posturas são ignoradas ou menosprezadas, aquelas conquistas éticas são desfeitas e já se pode abertamente propagar o racismo, advogar a tortura, matar os diferentes, esmagar a democracia, agir de forma homofóbica.

São retrocessos valorativos que temos vivenciado cotidianamente, autorizados pelo chefe do Poder Executivo, quando ele mesmo propaga absurdos como: “Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do *gay*, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso” (BOLSONARO, 2018, s.p.). O atual presidente consegue, sem represálias ou constrangimentos, expor seu posicionamento misógino, racista, homofóbico, xenófobo e pró-ditadura. Além disso, entregou ao banqueiro Paulo Guedes a responsabilidade sobre as contas públicas, vendendo o discurso falseado de eficiência do Estado, quando, na verdade, consolida uma política de apagamento das diferenças somada ao corte de direitos.

Levando às últimas consequências a máxima “liberal na economia e conservador nos costumes”, Bolsonaro personificou a escalada do que pode ser considerado um modelo particular de liberalismo conservador no Brasil. O protagonismo de conservadores no Brasil contemporâneo tem se sustentado pelos esforços para manutenção e reprodução das relações de poder capitalistas. Alinhando, no campo cultural e filosófico, fundamentos conservadores e, no campo político e econômico, uma base liberal, esse grupo “[...] compreende as desigualdades como naturais, as justifica através

da meritocracia e realiza a defesa das liberdades individuais e da propriedade privada” (ALVES KELLER, 2019, p. 32). Isso quer dizer que estamos regredindo nos avanços éticos civilizatórios, diante tanto de posicionamentos reacionários e discursos de ódio conservadores quanto de ideais da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), a exemplo da competitividade e meritocracia.

Esse fenômeno utilizou as redes sociais virtuais como principal meio de disseminação do discurso de ódio (GALLEGO, 2018), que romperam a hegemonia da mídia tradicional como formadora de opinião pública. O universo do diálogo político se fecha quando o algoritmo retroalimenta as próprias convicções odiosas, em um processo de ultrapassagem constante e esmorecimento da barreira ética construída por anos de luta dos mais diversos movimentos sociais. Não à toa, os posicionamentos conservadores e as chamadas *fake news* encontram eco em redes virtuais, disseminando inverdades e organizando politicamente em grupos sujeitos que até então não tinham visibilidade ampla.

Na contramão do ideário emancipatório, o que testemunhamos, ao menos desde os levantes de junho de 2013, passando pelo Golpe de 2016, até a eleição de Bolsonaro em 2018, foi o esfarelamento do conjunto de valores que, após a redemocratização, lentamente se consolidavam no Brasil. O enfraquecimento do repúdio à tortura, à ditadura militar, aos preconceitos de raça, gênero, religião de matriz africana, e assim por diante, vem rompendo as barreiras ético-sociais que impunham limites ao discurso de ódio (ALVES KELLER, 2019). São retrocessos que podem implicar, inclusive, no fazer de uma profissão que alçou um patamar ético-político autêntico, em decorrência de lutas históricas voltadas à crítica do próprio conservadorismo.

Avanço do conservadorismo e regressão ético-política: implicações para o exercício profissional de assistentes sociais

Constitui lugar-comum na literatura especializada que Karl Marx e Friedrich Engels não produziram um tratado específico sobre uma ética prescritiva ou normativa, todavia, existe na sua obra reflexões éticas que foram capazes de inspirar autores da tradição marxista³. Tais reflexões têm como fundamento central a crítica ao modo de produção capitalista e suas relações sociais decorrentes, bem como às concepções idealistas, utilitaristas e religiosas. O pressuposto ético da crítica marxista, a emancipação humana, parte da análise do concreto, de que o modo de produção capitalista provoca a desumanização da humanidade, ainda que as lutas sociais busquem enfrentar os deletérios produzidos pela relação capital *versus* trabalho.

É na aproximação com a tradição marxista e com a ética revolucionária⁴, por meio da interação coletiva com as lutas dos movimentos sociais, que a categoria de assistentes sociais avançou na crítica ao modo de produção capitalista e na compreensão da ruptura do *continuum* da história como elemento necessário à construção de uma nova sociabilidade (BENJAMIN, 2012). O Movimento de Reconceituação,

³ “Ao fundamentar a concepção materialista da história, o marxismo destruiu as bases do idealismo e do subjectivismo na ética [...]. Toda a moralidade é *determinada social e historicamente* – eis a tese fundamental da ética marxista” (TITANRÊNKO *et al.*, 1982, p. 8, grifos do autor).

⁴ “Na ética revolucionária consequentemente marxista encontram-se as soluções para as contradições tradicionais que as doutrinas éticas do passado não souberam resolver, concretamente, entre o indivíduo e a colectividade, entre a classe e a sociedade, entre a sociedade e o indivíduo. A ética marxista demonstrou que só no colectivo o homem tem todas as condições para o desenvolvimento de sua individualidade e liberdade. [...] A ética marxista é, aliás, a ética da criação de novas e mais nobres relações morais” (TITANRÊNKO *et al.*, 1982, p. 40-41).

sobretudo a vertente “intenção de ruptura”, permitiu que o Serviço Social brasileiro avançasse rumo à maturação teórico-metodológica e ético-política, deixando um legado de abertura e ampliação de horizontes ideoculturais, bem como proporcionando um “[...] elemento crítico, responsável pela introdução, no terreno das representações profissionais, de um confronto de idéias [sic] e concepções antes não registrado” (NETTO, 1994, p. 304).

A partir da aproximação de assistentes sociais a estudos afeitos à tradição marxista, foram qualificadas não somente as bases teóricas do fazer profissional, como possibilitada ao Serviço Social uma direção ético-política articulada aos interesses da classe trabalhadora e valores emancipatórios. Desde o final da década de 1970, com a gênese e fortalecimento do projeto ético-político, a profissão vem avançando no exercício qualificado, na produção de conhecimento e na vinculação a movimentos sociais. No contexto de redemocratização, o Serviço Social fortaleceu a crítica às suas bases tradicionais, reafirmando sua posição de classe e adotando uma ética pautada em valores emancipatórios.

O Movimento se fortaleceu em um contexto de indignação que significativa parcela da sociedade brasileira desenvolveu diante da truculenta ditadura militar e suas irremediáveis mazelas nos campos político, social e econômico. A ditadura de 1964 revelou a face mais radical da cultura autocrática, própria da nossa condição de país de capitalismo dependente, racista, patriarcal e elitista. A retomada da democracia formal (WOOD, 2011) foi terreno favorável ao fortalecimento da direção ético-política conquistada pelo Serviço Social, ao passo que, mesmo que permeada por desafios conjunturais, manteve sua força hegemônica junto ao corpo profissional.

Todavia, a recente ascensão do conservadorismo e a sua inerente regressão ética têm trazido severas repercussões para a dimensão ético-política no exercício do Serviço Social. Não se pode supor que a formação e o conseqüente agir profissional, que está em cadeia de reprodução constante, estejam imunes à influência que o pensamento conservador impõe. A regressão valorativa confronta a prática profissional à medida que são cerceadas as políticas públicas e ceifados os direitos sociais, não estando o corpo de assistentes sociais isento inclusive de anuência com tais ditames.

A discussão acerca do conservadorismo não é, em si, novidade nas reflexões da profissão, que tem sua origem vinculada ao cariz religioso, caritativo, funcionalista e positivista. Mesmo com o atingimento da hegemonia ético-política na direção crítica, esta não é estática, uníssonas ou dotada de inevitabilidade histórica. Como profissão que responde às necessidades imanentes à realidade social, identificamos que há influência – e, por vezes, imposição – ideológica de valores do tempo histórico para o trabalho de assistentes sociais. Como indica Barroco (2015, p. 634-635):

A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários [...]. Não podemos eliminar o conservadorismo de forma absoluta porque suas raízes estão além da profissão. Mas, profissionalmente, podemos aprofundar a sua crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueçam a sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia.

Buscando aprofundar a referida análise crítica, temos identificado que as diretrizes profissionais imbuídas de criticidade têm sido constantemente tensionadas pelas balizas

demarcadas pelas demandas institucionais do Estado, em especial no campo das políticas sociais, principal espaço de atuação de assistentes sociais. A atividade profissional está estreitamente integrada à conjuntura institucional do setor público, o que, no presente momento, significa que está permeada por diretrizes advindas do modelo político-econômico neoliberal radicalizado. São elementos exógenos e endógenos à profissão que representam uma persistência histórica da influência do conservadorismo, tanto pela penetração de valores sociais implicados no tempo presente quanto pela recorrência a práticas afeitas à origem do Serviço Social.

A permanência do conservadorismo no Serviço Social, do ponto de vista exógeno, é fruto de múltiplos fatores, que incluem desde a formação sócio-histórica brasileira e a cultura autocrática própria da nossa condição de país de capitalismo dependente, racista, patriarcal e elitista, passando por décadas de neoliberalismo, o qual incide em mazes não somente no viés econômico, mas que imprime uma racionalidade que favorece conservadorismos. Lembremos que, para Yazbek (2009, p. 5):

O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista.

Dentre os fatores endógenos, é possível destacar a fragilidade na formação, na produção de conhecimento e no exercício profissional, que se forja em um cotidiano cada vez mais permeado por valores produtivistas, mercantis e imediatistas.

A estratégia capitalista tem sido a adoção do conservadorismo nos aspectos socioculturais e do neoliberalismo radical no âmbito econômico. Se, por um lado, são privile-

giados os interesses escusos de grupos conservadores, a exemplo de militares e religiosos, por outro, o corte de direitos é entregue à população como necessário para garantia da ordem e da continuidade de reprodução do capital. Nesse contexto, assistentes sociais são chamados pela institucionalidade a cumprir funções cada vez mais fiscalizatórias e excludentes, quando não punitivas, aos grupos que supostamente representem ameaça aos referidos preceitos. E as populações pauperizadas, nesse ínterim, deixam de ter atendidas as necessidades materiais que lhes garantem condições mínimas de existência.

Não se trata de culpabilizar determinados segmentos profissionais por um possível tensionamento do projeto ético-político profissional. A homogeneidade deste não é pacífica em toda categoria profissional, havendo contradições entre formação e exercício, conjuntura e ação cotidiana. Tanto quem está atuando como assistente social no campo das políticas sociais pode estar sujeito a posturas pragmáticas quanto a academia e a produção de conhecimento podem se eximir de partir do real concreto para a efetivação de suas reflexões sobre a profissão, sem contar o quadro de desemprego e de precarização de condições de trabalho que incidem nas possibilidades de execução de uma instrumentalidade⁵ voltada aos preceitos ético-políticos alçados pelo Serviço Social.

Esse é um contexto que faz padecer toda a classe trabalhadora, que vem vivenciando um enfraquecimento dos seus movimentos e regressão em seus avanços progressistas

⁵ “[...] a instrumentalidade, pela qual o Serviço Social consolida a sua natureza e explicita-se enquanto um ramo de especialização, ao mesmo tempo em que articula as dimensões instrumental, técnica, ético-política, pedagógica, intelectual da profissão, possibilita não apenas que as teorias macroestruturais sejam remetidas à análise dos fenômenos, processos e práticas sociais, mas, sobretudo, objetiva essa compreensão por meio de ações competentes técnica, intelectual e politicamente” (GUERRA, 2011, p. 198).

e, diante de sua crescente fragmentação, vem se mostrando passiva frente aos seus interesses materiais e políticos. Essa face do projeto societário dominante incide na categoria de assistentes sociais, como afirma a professora Ana Elizabete Mota (2019, p. 171):

Devidamente contextualizada, esta relação entre projetos profissionais e projetos societários pode esgarçar-se, dependendo da correlação de forças e das tendências da luta de classes, operando reverses na cultura e na postura do coletivo profissional. Isto sobretudo na atual conjuntura brasileira, sob a direção da direita ultraconservadora e reacionária, de inspiração protofacista e ultraneoliberal, que tenta coagir e, no limite, pode inflexionar e ressignificar as bases da direção social estratégica, ameaçando a cultura profissional que ampara o Projeto ético-político da profissão.

Essa direita conservadora e reacionária foi atraída, como já referido, pelos discursos anticorrupção, em torno da pauta da segurança pública, do alinhamento da esquerda à ideia de aniquilamento dos valores tradicionais da família, da educação sexual na escola, etc. As pessoas que se vincularam a esses preceitos acabaram por adquirir, como um pacote fechado, um conservadorismo que escamoteia a base econômica, que é o capitalismo neoliberal radical. Nessa esteira é que foram aprovadas medidas como a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o teto dos gastos públicos, engessando proteções sociais essenciais para a população, a (contra)reforma da previdência, a (contra)reforma trabalhista, a privatização de setores estratégicos do Estado, o sucateamento da saúde e da assistência social. O corte de direitos sociais reforça a desigualdade social e a pauperização das populações subalternas, que, ao não terem atendidas suas necessidades materiais, devem buscar sua sobrevivência pela via do mercado.

Ao Serviço Social, como profissão que é requisitada a lidar diretamente com as necessidades sociais desse segmento, é demandada a aplicação de medidas restritivas de direitos. Sem destreza crítica e atenta, o exercício profissional pode se tornar um terreno propício à reprodução de preconceitos que subalternizam negros/as, população LGBTQIA+, mulheres, indígenas, etc. A desconfiguração da instrumentalidade e a ação sem propósito ético-político, desvinculada da direção social crítica alçada com o projeto ético-político, acabam por desembocar em práticas rotineiras, burocratizantes, por vezes punitivas ou fiscalizatórias.

A reversão desse quadro é tarefa árdua a ser alcançada coletivamente. É por meio da compreensão da prática como atividade reflexiva que permite a transformação na realidade que o assistente social tem a chance de executar suas atividades, imprimindo sentido e finalidade às suas ações (FORTI; GUERRA, 2013). Para não deixar o legado do que significa o recurso da instrumentalidade no Serviço Social, é necessário buscar o preparo teórico, ético-político e metodológico, que permite o desvelamento e a efetividade da ação profissional nas relações sociais. Iamamoto (2007) alerta que é necessário preservar os avanços já obtidos e materializá-los, construindo um fazer profissional e uma produção acadêmica no horizonte da emancipação humana, ao passo que reafirmamos o compromisso da profissão com a defesa dos direitos e das conquistas acumuladas historicamente pela classe trabalhadora.

Considerações finais

A ofensiva conservadora que paira na conjuntura, ao menos desde junho de 2013, tem se alastrado até mesmo por

entre profissões como o Serviço Social, repercutindo em incertezas ético-políticas no trabalho cotidiano. Ainda que, de forma hegemônica, tenhamos alcançado a um patamar de requintada análise crítica da realidade social, não estamos imunes à reprodução de preceitos conservadores no fazer profissional, sobretudo em um contexto de agravamento da precarização do trabalho e de estímulos à superficialidade.

Temos vivenciado retrocessos valorativos que imprimem um cotidiano permeado por discursos de ódio e de intolerância, com repercussões, por vezes, fatais para segmentos oprimidos e minorias. Para além do repúdio a pautas que, em tese, representariam ameaças valorativas, o que caracterizaria o posicionamento conservador, a aliança com o neoliberalismo radical tem dizimado direitos historicamente conquistados pelos movimentos sociais. A falácia de redução do Estado, privatização e corte de direitos tem se escamoteado em meio às insuficientes respostas conservadoras ao aumento da violência, à corrupção generalizada, ao elevado desemprego e à desintegração de um modelo patriarcal de família.

O Serviço Social não pode acreditar estar imune às penetrações do pensamento conservador em seu quadro profissional, ainda que consideremos os significativos avanços ético-políticos em sua instrumentalidade profissional. A origem da profissão vinculada a perspectivas conservadoras, somada ao contexto de flexibilização da formação e da precarização do trabalho de assistentes sociais, abre maiores possibilidades do uso irrefletido de respostas. Todavia, precisamos reafirmar o Serviço Social crítico reconhecendo a existência de movimentos contra-hegemônicos nessa nova realidade conjuntural, com criatividade e proposições pertinentes, negando-nos a reproduzir uma prática despida do

viés ético-político da instrumentalidade ou a fazer abstrações que não colaboram para a compreensão do real, tampouco para a transformação da sociedade.

Referências

ALVES KELLER, S. B. *A ofensiva do conservadorismo: Serviço Social em tempos de crise*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2019.

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 623-636, 2015.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. *Magia, arte e política: ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 7-20.

BOLSONARO, J. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. *Carta Capital*, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BOULOS, G. A onda conservadora. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 29-31.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCORSIM NETTO, L. *O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica*. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, G. N.; BOTELHO, A. (org.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

FORTI, V.; GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra?. *In*: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). *Serviço Social: temas, textos e contextos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 3-22.

GALLEGO, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GOHN, M. G. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e as praças dos indignados no mundo*. Petrópolis: Vozes, 2014.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

MELO, D. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. *In*: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. p. 67-76.

MOTA, A. E. 40 anos da virada do Serviço Social no Brasil: lições e desafios. *In*: MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. (org.). *Formação social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate*. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 167-177.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Martins, 1942.

TITANRÊNKO, A. I. *et al.* *Fundamentos da ética marxista-leninista*. Moscovo: Progresso, 1982.

VALENTE, I. O colapso da conciliação de classes. *In*: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (org.). *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo: Lauro Campos, 2017. p. 59-64.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. *In*: CFESS/ABEPSS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-27.

ŽIŽEK, S. *Event*. Great Britain: Penguin, 2014.

8 A ROMANTIZAÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap8>

DANIELLE COELHO ALVES

Doutoranda e mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da UECE. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

E-mail: daniellecoelhoalves@gmail.com

TAINARA ALEXANDRE

Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), com bolsa pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap). Membro do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da UECE.

E-mail: tainaraalexandre2@gmail.com

ANTÔNIA ROZIMAR MACHADO E ROCHA

Pós-doutora em Sociologia e doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Faculdade de Educação (Faced) / Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFC. Coordenadora do projeto Cine Cena Social.

E-mail: profa.rosemachado@gmail.com

Introdução

Em dezembro de 2019, os principais veículos da mídia nacional e internacional noticiavam, pela primeira vez, a existência de um novo vírus, nomeado de SARS-CoV-2, localizado na província chinesa de Wuhan (MELLIS, 2020). Em menos de três meses, a cepa se espalhou pelo globo e a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu alerta de que o mundo estava diante de uma pandemia. A partir dali, desigualdades já presentes na sociedade foram potencializadas. Lima e Bernardes (2020, p. 35) afirmam que “[...] uma situação de crise acentua antigas e candentes contradições de nossa estrutura social, econômica e política”. No campo da habitação, teve-se o aumento quantitativo das pessoas em situação de rua e, portanto, sem acesso a condições de higienização e isolamento (BRASIL, 2021); no âmbito da saúde, o colapso dos hospitais públicos e da rede privada, sem dispor de condições de atendimento (infraestrutura, insumos, recursos humanos, etc.) a toda demanda; e, na seara educacional, com a implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE)¹, a evidente disparidade do acesso a equipamentos

¹ “É fundamental entender as diferenças entre Educação a Distância (EaD) e Educação Emergencial. A Educação a Distância envolve desde o início uma adequação do conteúdo trabalhado para a realidade virtual, atividades e aulas síncronas e assíncronas, suporte constante de tutores, amplas estratégias de abordagens, plataformas (os chamados ambientes virtuais de

tecnológicos e à internet por parte dos estudantes. Esses são apenas alguns exemplos de como o contexto pandêmico escancarou as mazelas da sociedade contemporânea.

A maneira como essas desigualdades e as políticas sociais foram trabalhadas pelos líderes mundiais – respeitadas as particularidades – demonstrou que o vírus havia desnudado o *modus operandi* do projeto neoliberal em sua fase atual, ainda mais perverso do que aquele implementado nos últimos 30 anos do século XX sob a influência de premissas defendidas por expoentes do neoliberalismo, como Milton Friedman (1985)² e Ludwig von Mises (2010)³. Nem a tragédia

aprendizagens) previamente conhecidas pelos professores e tutores, etc. As escolas estão diante de uma Educação Remota Emergencial. Remota porque a tecnologia tornou-se mediadora para as aulas presenciais; emergencial no que se refere a um conjunto de estratégias de ensino que têm sido pensadas e adaptadas no calor do momento” (LIMA; BERNARDES, 2020, p. 37). Implementado a partir de março de 2020, o ERE levou os espaços de ensino a realizarem um conjunto de atividades pedagógicas mediadas pelo uso da internet em decorrência da pandemia. Um dos objetivos é diminuir os impactos das medidas de isolamento social sobre a formação de alunos dos mais diferentes níveis de ensino, já que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) anunciava que 850 milhões de crianças e adolescentes estavam sem aulas naquele mês e o quantitativo de estudantes quadruplicaria nos dias seguintes, com o fechamento total de universidades em 102 países.

- ² Friedman (1985) afirmou que as políticas sociais pensadas para trabalhar as desigualdades sociais se configuravam em áreas que deveriam ser comercializadas em grande escala. Conforme sua teoria, a comercialização dessas áreas era importante porque, “[...] quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância. Como contrapartida, quanto menor o número de questões sobre as quais será necessária a concordância, tanto maior probabilidade de obter concordâncias e manter uma sociedade livre” (FRIEDMAN, 1985, p. 30). Garantida essa liberdade, aquele país se desenvolveria naturalmente e seus cidadãos viveriam de forma harmônica.
- ³ Para Mises (2010), a implementação de políticas sociais não traria benefícios aos sujeitos. Segundo ele, estas políticas “[...] podem [até] tornar os homens ricos ou pobres, mas nunca conseguirá torná-los felizes ou satisfazer seus anseios íntimos. Aqui falham todos os expedientes externos. Tudo o que as políticas sociais podem fazer é remover as causas externas da dor e do so-

da pandemia foi suficiente para evidenciar a necessidade premente de investir em políticas sociais, ao contrário, em meio à profunda crise sanitária, as medidas neoliberais agudizaram as diferenças de classe, como afirma Soares (2020, p. 6):

A solução dos governos, longe de ser voltada para uma maior solidariedade entre países, ou um maior investimento público no que interessa a população marginalizada (saúde, educação, seguridade social, cultura), é o exato oposto. Aprofundam as desigualdades, salvam os bancos, investem nos aparatos repressivos ao mesmo tempo que anunciam medidas de austeridades para as áreas sociais. A pandemia, longe de enterrar o neoliberalismo, acelera seu entranhamento, reforça a política que já vinha em curso mais lentamente. Utilizam-se da retórica da enorme crise que está por vir para anunciar suas medidas de cortes de salários, flexibilização de direitos trabalhistas. A intenção é que a população vá se ‘acostumando’ com a ideia e que, apesar de se sentirem injustiçadas, pensem que ‘não tem jeito’, ‘pior é ficar sem emprego’.

No caso brasileiro, o neoliberalismo do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro (2018-atual), incorporou, além das pilastras econômicas fundantes desse modelo, a disseminação do anti-humanismo e a desvalorização da ciência.

Covid-19 no Brasil: a desigualdade social em evidência

No Brasil, a Covid-19 chegou para fustigar ainda mais o país, marcado pela desigualdade social desde a sua formação. Ao contrário dos países centrais da produção do ca-

frimento. Podem promover um sistema que alimente o faminto, vista o nu e abrigue o sem-teto. Felicidade e contentamento não dependem do alimento, da roupa e do abrigo, mas, sobretudo, do sonho que se acalenta no íntimo” (MISES, 2010, p. 35-36).

pitalismo, os latino-americanos se inseriram nas relações comerciais internacionais de forma subalterna e periférica, em virtude de sua formação capitalista tardia. Na América Latina, os territórios foram marcados por séculos de expropriação das riquezas naturais e extermínio dos povos que nela já residiam antes da chegada dos colonizadores. Ora, esta marca particulariza o modo de produção capitalista latino-americano, sobretudo do Brasil, e se reflete, até a contemporaneidade, em um desenvolvimento econômico, político, cultural e social que potencializa as desigualdades sociais e precariza sobremaneira o trabalho.

No Brasil, onde vivenciamos desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e de precarização ilimitada, as consequências são ainda mais perversas do ponto de vista social. Só para dar alguns exemplos, antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade ao final de 2019. [...] Se esse conjunto de situações já vinha ocorrendo em alta intensidade antes da pandemia, o que se visualiza no presente e no horizonte próximo, em meio a esta terrível hecatombe mundial, é um desenho social ainda mais desolador. (ANTUNES, 2020, p. 1).

Uma vez no poder da presidência da república, Jair Bolsonaro, ex-capitão reformado, implementa uma agenda neoconservadora sustentada pelo militarismo, o absolutismo de livre mercado e a defesa da família tradicional (LACERDA, 2019), aprofundando a precarização do trabalho e o desmonte da área social. Essa caderneta já dava os primeiros sinais de sua efetivação em 2015, quando Eduardo Cunha assumiu a Câmara dos Deputados. De lá para cá, foi um mar de derrotas para a classe trabalhadora, como a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos, dentre tantos outros acontecimentos fatídicos.

Essa conjuntura adversa ficou evidente durante a pandemia da Covid-19, tratada pelo presidente como uma “gripezinha”⁴. O descaso não se dava somente em termos de linguagem, mas também com ações concretas – ou a falta delas –, como ficou evidente a partir das revelações feitas pelos depoentes à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada em abril de 2021 para apurar fatos sobre as ações do governo federal na pandemia. Soubese, a título de menção, que o comando federal recebeu cartas da empresa Pfizer para acelerar a negociação dos imunizantes, sem sucesso de respostas; que haviam propostas de mudança da bula do remédio Cloroquina – sem comprovação científica – para o tratamento precoce da doença; que o Ministério da Saúde não possuía autonomia para tomar decisões baseadas na ciência, inclusive contando com a intervenção do vereador carioca Carlos Bolsonaro – o filho “02” – em reuniões com empresas farmacêuticas; e que a presidência já sabia do iminente colapso que o município de Manaus (VALLERY, 2021) vivenciaria antes da primeira falta de oxigênio em janeiro de 2021 (ANDRADE; AMARAL, 2021).

É nesse cenário que as desigualdades sociais se intensificaram e “[...] voltaram a ser tratadas como caso de polícia e enfrentadas com estratégias de guerra permanente” (BARROCO, 2015, p. 627), contra jovens da periferia, negros, população LGBTQIA+, mulheres, pessoas em situação de rua e tantos outros segmentos à margem da sociedade e vítimas do discurso de banalização das problemáticas sociais e

⁴ “Durante a sua já tradicional *live* das quintas-feiras, o presidente Jair Bolsonaro disse que nunca chamou a Covid-19 de ‘gripezinha’ e afirmou que não existe nenhuma gravação que mostre o contrário. [...] Em março deste ano, no entanto, o presidente usou a expressão ao menos duas vezes publicamente. A primeira vez, em uma coletiva de imprensa, no dia 20 de março. [...] Quatro dias depois, voltou a usar o termo em pronunciamento nacional em rádio e TV” (BBC, 2020, s.p.).

do constante apelo à ordem por Bolsonaro e seus fiéis. Vale lembrarmos de duas situações ocorridas nos últimos tempos, por exemplo, para demonstrarmos, por meio de fatos – e não de convicções! –, que a desigualdade social tem se agravado em solo brasileiro, as quais serão descritas nos parágrafos subsequentes.

Em maio de 2021, uma operação policial matou 25 pessoas na comunidade de Jacarezinho, considerada a segunda maior chacina da história do Rio de Janeiro. A ação teve como principais vítimas homens negros em idade adulta e jovem, estes que pertencem a estratos de classe historicamente vistos como perigosos e não aptos ao trabalho, muito antes de o país adentrar em sua fase industrial (GONÇALVES, 2018). Deve ser por isso que a apresentadora Xuxa Meneghel se viu “no direito”, em março daquele ano, de sugerir usar presidiários como cobaias em testes de vacina para que eles “servissem para algo” (BRASILINO, 2021), em um país onde a proporção de negros nas prisões cresceu 14% em 15 anos, enquanto a de brancos caiu 19%, conforme dados do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (BUENO; LIMA, 2020).

Outro episódio que mereceu destaque foi a ação da prefeitura de São Paulo em retirar objetos pessoais pertencentes às pessoas em situação de rua em fevereiro de 2021. Este não foi um acontecimento isolado, sendo práticas corriqueiras na gestão de João Dória (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) para expulsar estas pessoas das ruas (G1, 2022), evidenciando a retomada da política de limpeza dos espaços urbanos já ocorrida em nossa história. Acontece que, cada vez mais, tem crescido o número de brasileiros vivendo nas ruas, frente ao rebaixamento das condições de vida e de subsistência sua e de seus familiares com o agravamento do desemprego.

Vislumbra-se aqui a efervescência de uma crise social e econômica que tem efeitos deletérios para a população como um todo. Segmentos da sociedade são constantemente atacados, aumentando os casos de violência, principalmente contra negros e mulheres. Destaca-se ainda o aumento do racismo e da intolerância em suas diversas formas, no âmbito da educação e da universidade, com o aumento da precarização e dos cortes de investimentos frente ao contexto pandêmico, que tendeu a romantizar o acesso a essa política.

Os reflexos da Covid-19 na educação: a romantização da desigualdade social

A universidade, mais do que nunca, deve fomentar o debate público no enfrentamento dos dilemas humanos, num momento em que o combate à pandemia é utilizado também para atacar direitos historicamente conquistados. A função social da universidade passa não somente pela realização de estudos e pesquisas que desvendem apenas a doença, mas também pelo descortinamento do contexto econômico, político e social em que ela encontra ambiente para se proliferar. Cabe ressaltar ainda que a universidade pública tem se destacado no enfrentamento à Covid-19, com o desenvolvimento de equipamentos, pesquisas de vacinas e testes. Vemos, assim, a importância da educação pública e principalmente da pesquisa no âmbito das universidades públicas.

O projeto histórico de minar o serviço público para valorizar a substituição pelo mercado encontra na pandemia uma oportunidade de “justificar” a perda de direitos. A despeito da imensa contribuição de trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS) e de outros setores

no enfrentamento à Covid-19, não se poupam nem mesmo estes do ataque aos direitos arduamente conquistados.

Além desses elementos materiais que já vêm incidindo na condição do trabalhador há alguns anos, inclusive para o acesso a bens culturais, o capitalismo também reitera fortemente mecanismos de promoção do Ensino a Distância (EaD) neste momento. O empresariado desse setor vem investindo em campanhas midiáticas que se utilizam do argumento do acesso à educação superior e elaboram estratégias para tornar essa modalidade (que pega carona no ensino remoto) mais atraente para a sua clientela. Como elucida Minto (2006), a propaganda privada torna-se ainda mais pernicioso, pois ocupa-se de uma pretensa incapacidade a que foi submetido o setor público de atender à população no nível superior de ensino. Desdenham, dessa forma, da importância e da riqueza da formação com base no ensino presencial. Nesse contexto pandêmico, ganhou força a utilização das aulas e das tecnologias remotas.

O grande problema é que a EAD, longe de ser uma solução restrita aos tempos de pandemia, será, possivelmente, uma herança para momentos posteriores. As novas tendências do capitalismo informacional, e conseqüentemente as novas demandas do mundo do trabalho, vêm pressionando o sistema educacional para a 'inovação'. [...] Nesse contexto, a possibilidade de que o ensino deixe de ser centrado na escola enquanto estrutura física e possa se dar no ambiente virtual é uma das grandes apostas do neoliberalismo para a modernização da educação. (SOARES, 2020, p. 7).

Ressalta-se que o uso de ferramentas tecnológicas está no horizonte de todo trabalhador e trabalhadora como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, mas, no caso da educação, deve ser um conjunto de atividades

complementares que não pode substituir a sala de aula. Esta é uma defesa histórica de amplos setores da educação, preocupados, em especial, com os componentes curriculares de uma formação profissional de qualidade. O ensino a distância precariza a aprendizagem, pois não garante a riqueza e a pluralidade do debate presencial público, não oferta condições de adensamento e de aprofundamento para uma formação coletiva, além de ser, por natureza, excludente, ao passo que exige um bom suporte material e tecnológico (computador, internet).

Sorrateiramente, a necessidade do isolamento social vai sendo usada para justificar o uso do trabalho/ensino remoto, sem que se problematize a condição de acesso à internet por parte de alunos e professores, acirrando a desigualdade de acesso à educação e sem levar em conta o perfil socioeconômico e cultural do alunado das universidades, escolas e institutos de educação.

A pandemia da Covid-19 trouxe impactos em diversas áreas, e a educação não ficou fora disso, especialmente na ampliação das desigualdades. Dados do *Correio de Minas* (2021) apontam que o Brasil retrocedeu 20 anos em número de evasão e de abandono escolar, em especial na rede pública, que sofre com os distintos níveis de poder econômico dos alunos para ter acesso à internet, celular, *notebook*, *tablet*, equipamentos essenciais para a viabilização do ensino remoto. Novaes (2021) traz o reflexo da desigualdade na inscrição baixa no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2021, pouco mais de quatro milhões, consequência das dificuldades com o ensino na pandemia, que afetou estrutural e psicologicamente a todos⁵.

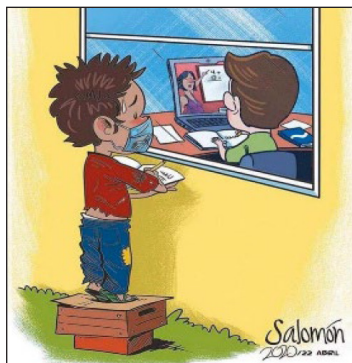
⁵ “A quantidade de inscritos também é 34% menor do que no ano passado: em 2020, 6,1 milhões de pessoas se inscreveram no exame, e 5,8 milhões confirmaram a inscrição” (PINHEIRO, 2021, s.p.).

Ficou evidente a desigualdade social no Brasil, em especial no acesso à educação, e como essa questão, que solapa as possibilidades de inserção social, passou a ser romantizada pela mídia nacional, que, em vez de problematizar a falta de uma política pública, retratou os casos de forma a ressaltar o protagonismo e as soluções encontradas por estudantes/professores e pais para driblarem as “dificuldades”.

Destarte, merece relevo o papel colossal que a mídia exerce na formação das concepções de mundo dos sujeitos que, imersos numa teia de notícias de apelo emocional, passam a internalizar determinados pontos de vista alinhados às mensagens apregoadas nas peças midiáticas. Herman e Chomsky (2003, p. 35) afirmam que:

[...] campanhas de propaganda podem ser instituídas tanto pelo governo quanto por uma ou mais das maiores empresas da mídia. [...] Se os artigos forem escritos em um estilo confiante e convincente, se não forem sujeitos a críticas e a interpretações alternativas na mídia de massa e se dispuserem de apoio de autoridades, os temas de propaganda imediatamente se estabelecerão como verdades, mesmo que não haja provas reais, o que tende a eliminar opiniões dissidentes de forma ainda mais abrangente, pois passam a conflitar com um credo popular já estabelecido.

No sentido de ilustrar o alcance ideológico da mídia sobre as concepções de pandemia dos indivíduos, elencam-se, a seguir, algumas matérias vinculadas pela imprensa que noticiavam casos de desigualdade socioeducacional, apresentados de forma “romantizada”. Numa evidente disputa de narrativas, apresenta-se, primeiro, uma charge que expressa, em tom de denúncia, a desigualdade latente no campo educacional com o chamado ensino remoto:

Figura 1 – Charge publicada no início da pandemia

Fonte: Salomón (2020).

A charge acima serve como elemento para retratar o atual cenário educacional brasileiro, que criou um abismo ainda maior entre os que têm acesso à educação escolar e os que não dispõem sequer de parcas condições. Estudantes pobres que já encontravam dificuldades em escolas altamente sucateadas e precarizadas enfrentam, no cenário pandêmico, uma realidade ainda pior, com a sua total exclusão dos meios de acesso às aulas, agora ministradas, como já fora mencionado, de forma remota.

Escolas tiveram suas aulas suspensas e professores foram obrigados a lecionar dessa forma. Estudantes que mal tinham acesso ao material escolar básico tiveram que arcar com os custos para ter aula nessa modalidade, ou seja, era necessário agora um plano de internet, celular ou computador para acompanhar as aulas. Obviamente, num país pobre e desigual como o nosso, isso não foi possível para a maioria, ocasionando situações como a que a charge acima apresenta em tom de denúncia.

Na contramão da denúncia, casos semelhantes do cotidiano são abordados nos jornais como formas de supera-

ção das dificuldades, sem se pautar, na maioria das vezes, a falta de planejamento para enfrentar essa situação por parte dos governos em todas as instâncias (municipal, estadual e federal). A fala de Milton Ribeiro, então ministro da educação⁶, expressa o descompromisso do poder público em, pelo menos, minimizar essa desigualdade:

Ribeiro afirmou se tratar de um problema que ‘só foi evidenciado pela pandemia’. ‘É estado e município que têm de cuidar disso aí. Nós não temos recurso para atender. Esse não é um problema do MEC [Ministério da Educação], é um problema do Brasil’. ‘Não tem como, vai fazer o quê? É a iniciativa de cada um, de cada escola. Não foi um problema criado por nós. A sociedade brasileira é desigual e não é agora que a gente, por meio do MEC, vai conseguir deixar todos iguais’, continuou. (FOLHAPRESS, 2020, s.p.).

A referida fala do então ministro da educação ressalta tanto o seu descaso para com as demandas da pasta como também a sua própria falta de conhecimento sobre a questão educacional no que abrange as demandas e competências do Ministério. Percebe-se ainda a naturalização das desigualdades por parte do governo. Naturalização essa também ressaltada pela mídia nacional ao retratar os problemas educacionais na pandemia:

O estudante [...], morador da pacata Hidrolândia, cidade que fica a cerca de 30 quilômetros de Goiânia, em Goiás, *comoveu a web com a sua história de superação*. Após a repercussão, o adolescente ganhou um notebook e a instalação de internet para estudar

⁶ “As declarações foram feitas em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, publicada nesta quinta, 24. Ele ainda afirmou que pretendia mudar a educação sexual nas escolas brasileiras e atribuiu a homossexualidade a ‘famílias desajustadas’. Ressaltou, ainda, que não pode garantir os meios para que alunos tenham aulas remotas” (FOLHAPRESS, 2020, s.p.).

em casa. *Durante a pandemia do novo coronavírus, o jovem não permitiu que as dificuldades econômicas e sociais o impedissem de continuar os estudos e a busca por conhecimento. Para isso, o estudante passava algumas horas do seu dia sentado no banco de uma praça da cidade, estudando através do celular que adquiriu após vender latinhas. De origem humilde, a família de William não tinha condições de manter internet em casa ou até de adquirir um computador para auxiliar nos estudos.* O aluno do oitavo ano da Escola Estadual Ademar Alves de Souza chamou a atenção do açougueiro Marcos Paulo, que, após notar a presença do menino no local, forneceu a senha do wi-fi do estabelecimento para que ele pudesse estudar. (SBT, 2020, s.p., grifos nossos).

Analisando a matéria, percebe-se claramente o viés “romantizado” da situação caótica do referido estudante. Em vez de problematizar o absurdo que é o jovem se submeter a condições insalubres de estudo, a reportagem somente enfatiza que ele é um lutador por não deixar as dificuldades atrapalharem o seu acesso à educação. Não se questiona também por que a escola/município não pensou em algo para reduzir os prejuízos na formação desse e de tantos outros estudantes da rede de ensino. A reportagem ainda enfatiza que o discente ganhou um computador, porque a sociedade se mobilizou para adquirir um. Novamente não é questionado o papel do Estado na garantia do direito desse sujeito à educação.

Na mesma direção, em matéria exibida no Jornal Nacional, da rede Globo, em 22 de setembro de 2020, vislumbra-se novamente a transformação das dificuldades de um pai, numa saga heroica.

Entre tantas *dificuldades e tantos desafios* que a pandemia tem imposto aos brasileiros, o Jornal Nacional

compartilha com você a *determinação* de um cidadão da Região Metropolitana de São Paulo. Um pai chamado Edilson. A pandemia que parou o mundo também abalou a vida tranquila que o Edilson leva em Arujá, no Cinturão Verde de São Paulo. Os clientes do rancho que ele administra desapareceram quando a quarentena começou. *Falta dinheiro para pagar internet para as aulas a distância da filha, que ele cria sozinho desde que ficou viúvo. 'Não dá por causa da dificuldade da epidemia que a gente está. Tem que pagar aluguel da baía e internet. Para nós, sai bem carinha, que é um orçamento que a gente nem imaginava ter ele agora. Aí aperta bastante' [...]. A solução que o Edilson encontrou dá trabalho. Três vezes por semana ele faz todo o serviço no rancho e vai atrás de um sinal de internet, a pé, até a escola da filha. A escola está fechada desde o começo da quarentena, mas de portas abertas para as famílias que não têm condições de pagar pela internet. Foi aí que o Edilson começou a bater ponto no colégio para baixar os vídeos com as aulas. 'Todos os dias ele vinha. Todos os dias, saindo do trabalho, ele passava e ficava'. A jornada só termina depois de quase uma hora andando até chegar em casa. E aí começa a da Nataly: as aulas remotas pelo celular de tela quebrada.* (JORNAL NACIONAL, 2020, s.p., grifos nossos).

Na referida notícia, percebe-se um leque de naturalizações da extrema desigualdade de oportunidade e de acesso à educação. Tal como nos outros casos, o pai é retratado como um sujeito que, mesmo afetado pela pandemia, tem a iniciativa de buscar meios de manter a educação de sua única filha, que somente pode assistir às suas aulas remotas via celular com a tela quebrada.

Podemos perceber algumas semelhanças na forma como as situações são retratadas, sempre de forma individual, como se não fosse uma questão de ordem pública, um

direito que está sendo negado e negligenciado a muitos pequenos brasileiros e, mais que isso, uma questão de classe social, ou seja, a desigualdade resulta da histórica divisão de classes que está no cerne do sistema do capital. Palavras como *determinação*, *desafio*, *coragem* e *dedicação* são utilizadas para trazer valores individuais, tal como determina o modelo neoliberal, que apregoa a meritocracia, a sua capacidade para superar os obstáculos. Erige-se, dessa forma, uma densa cortina de fumaça para os graves problemas da desigualdade educacional e social que já eram gritantes no Brasil e que assumem contornos e facetas mais horrendos em tempos de pandemia.

Considerações finais

Conclui-se que a pandemia de Covid-19 no Brasil, que perdura desde março de 2020 e já retirou a vida de mais de 650 mil brasileiros (marca alcançada em 16 de março de 2022), serviu para evidenciar o tamanho da desigualdade social e de oportunidades existentes neste país. Vê-se como questões básicas, como o acesso a uma já deficitária aula remota, não são acessíveis a todos; a simples questão de ter a possibilidade de isolamento social/quarentena foi negada a grande parte da classe trabalhadora, acusada de atrapalhar a economia e provocar outra crise, enquanto seus patrões cumprem isolamento e têm acesso aos melhores equipamentos de saúde.

A pandemia serviu e serve ainda ao governo, que a utiliza como suporte para passar reformas antipopulares, agora com a falácia de que os gastos com a Covid-19 precisam ser repostos. Para isso, ataca principalmente servidores públicos e setores da educação e da ciência.

A Covid-19, sempre tratada com descaso pelo governo federal, constituiu-se como uma prática irresponsável deste, ao passo que as maiores vítimas fatais desse vírus são trabalhadores, pobres, negros, ou seja, os mais vulneráveis socialmente. Em nenhum momento o governo explicitou um plano de atuação contra os seus efeitos, dado que passou meses sem ministro da saúde e trocou também o da educação, áreas muito afetadas pela pandemia.

Está-se enfrentando uma pandemia com um governo que a releva a gripezinha, que ignorou os problemas de estudantes para manter o ensino remoto e forçou uma reabertura apressada das escolas, principalmente para atender à demanda do setor privado, *vide* o caso do Ceará, em que o governador Camilo Santana (Partido dos Trabalhadores) liberou a abertura das escolas, mesmo com os perigos de contaminação.

Vê-se ainda como a mídia tem um papel fundamental na difusão e na transformação de problemas em casos de sucesso. Professores que têm que percorrer quilômetros sem qualquer suporte do poder público para levar a lição a alunos são retratados como heróis. Pais que se submetem a longas jornadas para providenciar acesso à internet aos filhos são ressaltados da mesma maneira. Jovens que têm que procurar praças e casa de amigos para assistirem às aulas são personificados como exemplos de superação das dificuldades. Não se deve deixar de reconhecer o esforço desses sujeitos sociais, que, na condição mais precária de suas vidas, encontram forças para buscar soluções, mas urge pensar criticamente a forma como a grande mídia trata esses fatos sem problematizar o que desencadeou essas situações; não se pauta por que não foi pensado um plano emergencial de garantia do acesso desses sujeitos à educação, direito deles.

Vislumbra-se um cenário de retrocessos no âmbito do direito à educação de qualidade, ocasionado pelo aumento da evasão escolar devido à falta de equipamentos e de políticas públicas que possibilitem aos filhos da classe trabalhadora permanecerem na escola/universidade (por meio remoto). Falta segurança no retorno das aulas presenciais, na medida em que várias escolas não tinham se ajustado aos protocolos para enfrentar a Covid-19. Verifica-se a omissão do governo federal, que usa a pandemia como forma de aprofundar ataques a áreas que historicamente já eram marginalizadas. Por fim, destaca-se que a pandemia expôs as chagas abertas da divisão de classes, evidenciada sobremaneira por uma das mais profundas crises sanitárias e políticas experimentadas pela sociedade brasileira. Cabe à classe trabalhadora a tarefa revolucionária de resistir ao desmonte da educação e dos direitos sociais, valendo-se de sua capacidade de organização coletiva contra as forças dominantes.

Referências

ANDRADE, H.; AMARAL, L. Governo soube de escassez de respiradores um mês antes de crise em Manaus. *UOL*, Brasília, DF, Política, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:I3fKYyP54toJ:https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/15/governo-observou-escassez-de-respiradores-um-mes-antes-de-agir-em-manaus.amp.htm+&cd=1&hl=p-t-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ANTUNES, R. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROCO, M. L. S. Não passarão!: ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 623-636, 2015.

BBC. 2 momentos em que Bolsonaro chamou Covid-19 de ‘gripezinha’, o que agora nega. *BBC News Brasil*, [S.l.], 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2016.

BRASIL. Relatório do CNS e CNDH denuncia o descaso do governo federal com as pessoas em situação de rua na pandemia. *CNS*, Brasília, DF, 2 dez. 2021. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2228-relatorio-do-cns-e-cndh-denuncia-o-descaso-do-governo-federal-com-as-pessoas-em-situacao-de-rua-na-pandemia>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASILINO, C. E. Xuxa defende que presos sejam cobaias em testes de vacinas e remédios. *Metrópoles*, [S.l.], 26 mar. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/xuxa-defende-que-presos-sejam-cobaias-em-testes-de-vacinas-e-remedios>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BUENO, S.; LIMA, R. S. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020*. São Paulo: FBSP, 2020.

CORREIO DE MINAS. Pandemia de abandono e evasão escolar. *Correio de Minas*, Belo Horizonte, Educação, 16 set. 2021. Disponível em: <https://correiodeminas.com.br/2021/09/16/pandemia-de-abandono-e-evasio-escolar-2/>. Acesso em: 20 out. 2021.

FOLHAPRESS. Ministro da educação diz não ter responsabilidade sobre volta às aulas. *Amazonas Atual*, Manaus, Dia a Dia, 24 set. 2020. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/ministro-da-educacao-diz-nao-ter-responsabilidade-sobre-volta-as-aulas/>. Acesso em: 25 set. 2020.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

G1. Padre Julio Lancellotti denuncia retirada de colchões e cobertores de moradores de rua de SP por equipes de zeladoria da Prefeitura. *G1*, São Paulo, 23 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/sp/sao-paulo/noticia/2022/01/23/padre-julio-denuncia-retirada-de-colchoes-e-cobertores-de-moradores-de-rua-pela-zeladoria-da-capital-paulista.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2022.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.

HERMAN, E.; CHOMSKY, N. *A manipulação do público*. São Paulo: Futura, 2003.

JORNAL NACIONAL. Pai vai todos os dias até escola da filha em busca de sinal de internet e matérias. *Jornal Nacional*, Rio de Janeiro, 22 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/22/pai-vai-todos-os-dias-ate-escola-da-filha-em-busca-de-sinal-de-internet-e-materias.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2020.

LACERDA, M. B. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LIMA, L. S.; BERNARDES, M. Do caos à pandemia: educação emergencial em escolas do campo. In: SOARES, S. B. V. et al. (org.). *Coronavírus, educação e a luta de classes no Brasil*. Piauí: Terra sem Amos, 2020. p. 35-44.

MELLIS, F. O que se sabe até agora sobre o novo vírus descoberto na China. *R7*, [S.L.], Saúde, 17 jan. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/saude/o-que-se-sabe-ate-agora-sobre-o-novo-virus-descoberto-na-china-17012020>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MINTO, L. W. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas: Autores Associados, 2006.

MISES, L. v. *Liberalismo: segundo a tradição clássica*. 2. ed. São Paulo: Ludwig von Mises Brasil, 2010.

NOVAES, J. Com menos inscritos no Enem 2021, classificação na universidade ficará mais fácil?. *FDR*, [S.L.], 17 ago. 2021. Disponível em: <https://fdr.com.br/2021/08/17/com-menos-inscritos-no-enem-2021-classificacao-na-universidade-ficara-mais-facil/>. Acesso em: 20 out. 2021.

PINHEIRO, L. Enem 2021 tem 4 milhões de inscritos, menor número desde 2007. *G1*, [S.L.], Enem 2021, 15 jul. 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/educacao/enem/2021/noticia/2021/07/15/enem-2021-tem-4-milhoes-de-inscritos.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SBT. Estudante que usava wi-fi de açougue ganha notebook e internet em casa. *SBT News*, [S.L.], 10 jun. 2020. Disponível em: <https://www.sbt.com.br/jornalismo/primeiro-impacto/noticia/143049-estudante-que-usava-wi-fi-de-acougue-ganha-notebook-e-internet-em-casa>. Acesso em: 25 set. 2020.

SOARES, S. B. V. Coronavírus e a modernização conservadora da educação. In: SOARES, S. B. V. *et al.* (org.). *Coronavírus, educação e a luta de classes no Brasil*. Piauí: Terra sem Amos, 2020. p. 5-14.

VALERY, G. Caos em Manaus é tragédia anunciada e tem raiz no descaso de Bolsonaro com a pandemia. *Rede Brasil Atual*, [S.L.], Saúde e Ciência, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/01/caos-em-manaus-e-tragedia-anunciada-e-tem-raiz-no-descaso-de-bolsonaro-com-a-pandemia/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

9 A PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: RAZÃO INSTRUMENTAL VERSUS RAZÃO DIALÉTICA

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap9>

PAULA RAQUEL DA SILVA JALES

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestra em Políticas Públicas e Sociedade e graduada em Serviço Social, essas duas últimas formações pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Trabalho realizado com apoio da Capes, Brasil. Código de Financiamento 001. Assistente social.

E-mail: paularaquel.12@gmail.com

SOLANGE MARIA TEIXEIRA

Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Assistente social. Professora e pesquisadora dos cursos de graduação em Serviço Social e da pós-graduação em Políticas Públicas, em nível de doutorado e mestrado, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), *campus* Universitário Ministro Petrônio Portella, sem número, Ininga.

E-mail: solangemteixeira@hotmail.com

Introdução

A efervescência de movimentos sociais que lutavam por democracia e garantia de direitos, bem como o esgotamento da ditadura militar nos anos de 1970 e 1980, situa o sistema de proteção social brasileiro na pauta das reivindicações sociais. Nesse sentido, a inserção da Seguridade Social no texto constitucional revela que, apesar das concessões feitas ao setor privado, pela primeira vez na história do país, a Assistência Social é reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, com estrutura institucional estatal, orçamento e instâncias de controle social, definindo-se como Política Pública.

Apesar do reconhecimento legal, muitos foram os percalços para a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), para a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Aos poucos, essa Política Pública vai sendo descentralizada para os estados, o Distrito Federal e os municípios, requerendo saber especializado para analisar e intervir nas expressões da questão social vivenciadas pelos usuários identificados como público da PNAS.

A racionalização e o desenvolvimento da Assistência Social nos anos 2000 têm como uma de suas explicações a ascensão de “governos de esquerda”¹ ao poder, que conciliaram a ativação do mercado interno com ações de redução da pobreza para melhorar o padrão de consumo da parcela mais empobrecida dos brasileiros, sem confrontar o capital (SINGER, 2012).

A permeabilidade desses governos às propostas e demandas dos movimentos sociais, reflexo do trabalho de base que existia no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), tornou possível que militantes do Movimento da Assistência Social, com grande presença de assistentes sociais, assumissem alguns cargos no Ministério de Assistência Social e posteriormente a direção da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (GUTIERRES, 2015), ocasionando um verdadeiro impulso federal para a materialização do sistema único descentralizado e participativo previsto na LOAS, adiante nominado de SUAS².

Os serviços, programas, projetos e “benefícios” ofertados nos equipamentos públicos inaugurados passam a ser efetivados por equipe técnica formada por profissionais de ensino superior de diversas áreas (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, sociólogos, advogados, educadores físicos,

¹ O Partido dos Trabalhadores (PT) assume a Presidência da República Federativa do Brasil em 2003, através da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, e permanece até o final de agosto de 2016, com a presidenta reeleita Dilma Vana Rousseff. Apesar de considerado partido de esquerda, sua forma de governar, em busca de alianças e conciliação entre as classes sociais, gerou dissensos sobre seu caráter progressista e esquerdista.

² O SUAS foi aprovado na IV Conferência Nacional de Assistência Social (CNAS), realizada no ano de 2003, em Brasília, regulamentado pelos documentos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) e pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS, 2005) e legalizado pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.

terapeutas ocupacionais, dentre outros) e de ensino médio (educadores sociais, cadastradores, orientadores musicais e de arte, etc.), denominados em seu conjunto como trabalhadores do SUAS.

De “prima pobre” a Política de Assistência Social passou a ser centro de atenções e de polêmicas sobre sua capacidade de realizar serviços socioassistenciais e de gerar autonomia aos sujeitos integrantes de “benefícios” e de programas sociais, com destaque para os de Transferência de Renda, quais sejam: Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Auxílio Brasil, que substituiu o Programa Bolsa Família (PBF). Além disso, a criação de instâncias de controle social, como os conselhos nacional, estaduais e municipais, traz para a agenda pública a questão da participação.

A participação, como criadora de consensos, fundamenta não só a proposta democrática participativa, na perspectiva de uma cidadania ampliada em que os sujeitos têm direito a ter direitos (TELLES, 199), mas o projeto neoliberal, que atende aos interesses do capital financeiro, através de excessiva concentração de renda e desigualdade social, resignificando e limitando-a à parceria, corresponsabilização e coparticipação. Uma participação individual, virtual e/ou instrumental que contribui significativamente para a reprodução e manutenção do sistema do capital.

Nessa direção, questiona-se: quais os sentidos de participação fortalecidos pelos assistentes sociais na Política de Assistência Social contemporaneamente? Como isso se relaciona com a instrumentalidade e o Projeto Ético-Político (PEP) profissional? O objetivo geral deste capítulo foi, portanto, refletir sobre o confronto entre a razão dialética e a razão instrumental no trabalho do assistente social na Política de Assistência Social em relação aos diferentes sentidos atribuídos à participação.

A pesquisa foi de cunho teórico através da articulação dos resultados da tese *Projetos político-ideológicos na Política de Assistência Social brasileira: os sentidos e as direções da participação em disputa*³, defendida pela primeira autora deste texto e orientada pela segunda na Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 2020; com autores de referência nos fundamentos do Serviço Social, especificamente nas discussões de instrumentalidade e PEP, no intuito de construir uma síntese reflexiva sobre o trabalho do assistente social na Política Pública supramencionada. A discussão foi organizada em dois tópicos, em que se explicitam os sentidos atribuídos à participação e se problematizam a instrumentalidade e os projetos profissionais no contexto da Política de Assistência Social.

Sentidos e disputas pela participação na Política de Assistência Social

A análise dos sentidos atribuídos à participação, à luz dos projetos político-ideológicos em disputa na Política de Assistência Social, através da proposta metodológica de Núcleos de Significações⁴, evidenciou cinco sentidos conferidos à categoria nas legislações e documentos oficiais analisados na tese, a saber: a participação de parceria solidária; a participação política na perspectiva liberal; a participação cidadã; a participação gerencial; e a participação virtual.

A participação de parceria solidária refere-se aos processos de cooperação entre Estado e sociedade civil, em que aquele, compreendendo seu papel de administrador dos

³ Neste capítulo tem reprodução idêntica de alguns parágrafos da tese de doutorado.

⁴ Para compreender melhor a proposta metodológica de Núcleos de Significação, conferir Aguiar, Soares e Machado (2015).

problemas sociais, subsidia, direta ou indiretamente, instituições sociais e fundações empresariais na execução de serviços sociais prestados à sociedade, além de incentivar a solidariedade social, transformando em parceiros todos os envolvidos nas ações. Já a participação política identificada foi a de inspiração liberal, no sentido de exercício de direitos políticos, de sufrágio universal e de constituição de partidos e espaços de representação das classes trabalhadoras, que não ultrapassa a dimensão formal e jurídica.

A participação cidadã é:

[...] processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. (TEIXEIRA, 2002, p. 30).

Na participação gerencial, os indivíduos são chamados a legitimar os encaminhamentos apresentados por técnicos, gestores e/ou representantes do Executivo, como analisa Nogueira (2005). E, por fim, a participação virtual via redes sociais, em que as pessoas interagem através de perguntas e comentários digitados, sem a obrigatoriedade de resposta por parte de quem faz transmissão ao vivo; e nas reuniões *on-line* dos conselhos, devido ao corte de verbas para passagens de representantes de outros estados no atual governo, reforçado pelo contexto pandêmico de isolamento social.

A participação política formal, de parceria solidária, gerencial e virtual, ganha sentido no bojo do projeto neoliberal, criando um conformismo social (ABREU, 2016) nos representantes da sociedade civil e política que integram as instâncias deliberativas (conselhos e conferências) e nas entidades socioassistenciais que executam serviços sociais de responsabilidade do Estado. As parcerias e o colaboracionismo são discursos recorrentes entre os sujeitos, grupos e

instituições que defendem essa proposta, presente nos documentos da Política de Assistência Social que ajudaram a construir. Nela o Estado é o regulador das atividades de proteção social e não precisa ser o ofertante de serviços; antes, ao contrário, deve contar com a cooperação e a solidariedade da sociedade civil, principalmente na materialização dos serviços sociais para os mais “pobres”, logo um coordenador da rede de serviços. A democracia representativa ganha notoriedade ao mesmo tempo que se autoinstitui como uma representação sem vínculos com as bases (MIGUEL, 2017), o que fortalece interesses individuais e corporativistas.

A participação cidadã encontra fundamento no projeto democrático participativo e republicano de Assistência Social, que defende uma Política Pública setorial com primazia estatal e comando único na oferta e garantia de direitos socioassistenciais a sujeitos cidadãos que interferem efetivamente nas decisões governamentais de direcionamento da operacionalização da Assistência Social no país. Aproxima-se também da participação política ampliada defendida por autores da teoria da democracia participativa⁵ devido à dimensão educativa que perpassa pelo processo participativo, sendo mais sutil em relação ao enfrentamento das estruturas de autoridade. Os documentos legais e oficiais não fazem referência à luta de classes no capitalismo nem mencionam a gênese da desigualdade social nesse sistema.

Ressalta-se que o projeto republicano de Assistência Social é fruto da mobilização de pessoas, grupos, universidades e instituições sociais e de representação de categorias profissionais, com destaque aos assistentes sociais, que conformou o Movimento da Assistência Social na luta

⁵ A teoria da democracia participativa e a teoria contemporânea da democracia são correntes antagônicas identificadas por Pateman (1992), que direcionam a relação da sociedade com o Estado e seus governos.

pela concretização de uma Assistência Social pública estatal de direitos. Assim como o projeto democrático, ele tem diversidade interna, não sendo possível reconhecê-lo como pertencente exclusivamente às classes trabalhadoras. Além disso, o movimento que o vocaliza nasce imbricado ao PT e ao Estado, tendo pouca representação daqueles que seriam os demandantes da Política Pública em questão, a saber: os usuários dos projetos, programas, “benefícios” e serviços socioassistenciais (GUTIERRES, 2015).

Tudo isso revelou que, apesar da permeabilidade dos governos petistas às demandas e interesses dos movimentos sociais, mostrando sua abertura ao projeto democrático, a concretização de uma democracia participativa não era algo certo. Ela teria que ser construída e disputada pelo conjunto de atores, instituições e movimentos em sua heterogeneidade no Estado ampliado brasileiro, principalmente em contexto internacional e nacional de endurecimento do capitalismo em sua versão neoliberal.

Nessa direção, a confluência perversa⁶ foi identificada em vários trechos dos documentos analisados, dos quais se destacam: a identificação de necessidades básicas humanas com mínimos sociais; a Assistência Social com programas de transferência de renda com condicionalidades; a perspectiva de transferência de renda progressista com a liberal; a universalização no grupo focalizado com a focalização/seletividade; os indivíduos, as famílias, as entidades socioassistenciais, os sujeitos de direitos com os parceiros,

⁶ Discussão travada por Dagnino (2004), no início dos anos 2000, da confluência perversa entre projetos políticos, compreendidos como projetos político-ideológicos que orientam a ação política dos sujeitos a partir da articulação de concepções de mundo, de representações da vida em sociedade e de um conjunto de crenças, valores, princípios e interesses (DAGNINO, 2004; DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006), que disputavam a construção democrática brasileira após o enfraquecimento da ditadura militar de 1964.

os agentes de proteção social e as redes de solidariedade incentivadas pelo Estado; o papel complementar das entidades socioassistenciais com a oferta direta de serviços como parte do sistema único; o trabalho social orientado para a garantia de autonomia e de direitos às famílias com o protagonismo e à responsabilização destas pelo enfrentamento dos “riscos sociais”; o controle social e os conselhos como espaços de deliberação, fiscalização e elaboração da política com a colaboração via encaminhamentos governamentais, parceiros; e a representação de interesses das bases com a representação autoinstituída e corporativa. Essas confusões desqualificam o projeto democrático participativo, o projeto republicano de Assistência Social e conseqüentemente a participação cidadã.

A tensão constitutiva⁷ mostrou-se principalmente nos processos de disciplinamento, higienização e moralização das famílias inseridas nos serviços, programas, projetos e “benefícios” socioassistenciais; no paralelismo de ações ocasionado pelo Programa Criança Feliz e por acréscimos na LOAS de ações referentes à política de saúde; no adiamento das Conferências Nacionais pelo governo FHC de dois para quatro anos; na função cartorial assumida pelo CNAS até 2009; nas relações personalistas e clientelistas para encaminhamento de demandas coletivas; e na manutenção da lógica do seguro no sistema de proteção social brasileiro.

Foi possível perceber também o crescimento e o fortalecimento do projeto autoritário nos últimos quatro anos

⁷ Dagnino e Tatagiba (2010) identificaram em suas pesquisas de campo que os movimentos sociais encaminhavam demandas coletivas via relações personalizadas com a sociedade política, o que remete necessariamente à matriz tradicional da cultura política brasileira e ao projeto autoritário que fortalece o autoritarismo social (DAGNINO, 2004). Isso evidencia uma tensão inerente ao projeto democrático participativo, não isento de relações fisiologistas, clientelistas, patrimonialistas e, no caso da Política de Assistência Social, assistencialistas.

articulados ao projeto neoliberal e a um neoconservadorismo que constituem a Nova Direita⁸. Ultraliberalismo, autoritarismo, ultraconservadorismo e irracionalismo são os pilares da terceira fase do neoliberalismo no Brasil, conduzida na presidência de Bolsonaro (MACÁRIO, 2018), que afirma a participação virtual como a única possível entre governantes e governados, desqualificando os canais institucionais e democráticos de debates e deliberações.

É nesse cenário de disputas pela participação na Política de Assistência Social, com hegemonia do projeto neoliberal e desqualificação da participação cidadã, que se situa o trabalho do assistente social, sua instrumentalidade e projetos profissionais. A existência de projetos político-ideológicos antagônicos, vinculados a racionalidades diferentes (instrumental e dialética), a direcionar a concepção e operacionalização da Política Pública social em questão no Brasil, pode tornar a atuação profissional dúbia e até fortalecer ações participativas políticas abstratas, de parceria solidária, gerenciais e virtuais, enfraquecendo a proposta do PEP, como será abordado a seguir.

Trabalho do assistente social na Política de Assistência Social: projetos em conflito?

O Serviço Social é institucionalizado na década de 1930 no Brasil, a partir das demandas do Estado, das classes dominantes e da Igreja Católica para o controle e a disseminação de uma ideologia de adequação ao modo de produção capitalista, nas particularidades da realidade brasileira, junto aos trabalhadores (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006). Dessa

⁸ Na análise de Pereira (2016), a Nova Direita é constituída por um neoliberalismo econômico e um neoconservadorismo social e político unidos em torno da desqualificação e destruição do Estado social.

forma, a profissão afirma-se e é reconhecida pela intervenção nas múltiplas e facetadas expressões da questão social, produzidas e reproduzidas pela sociabilidade do capital.

O arranjo teórico-doutrinário utilizado na formação dos primeiros assistentes sociais enfatizou os saberes práticos e intuitivos, pois as disciplinas visavam a ensinar como aplicar um determinado conteúdo no cotidiano de trabalho profissional, além de reforçar a importância do apreender e do se qualificar fazendo. A aproximação com as Ciências Sociais, com destaque para o positivismo e funcionalismo, embora tenha possibilitado a laicização da profissão, fundamentou-se prioritariamente no processo de tecnificação, do qual as metodologias de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade são tributárias (VALE, 2019).

O enfrentamento e ruptura com o foco instrumental ocorreu através do Movimento de Reconceituação na América Latina e de Renovação da profissão no Brasil, que, através da interlocução com a teoria marxista, significaram o trabalho do assistente social no âmbito da racionalidade e relações sociais burguesas. A vertente de intenção de ruptura, com destaque para o livro de Guerra (1999), mostrou que toda profissão possui uma instrumentalidade que articula basicamente três dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, mesmo que o trabalhador não tenha consciência delas.

Apesar da hegemonia de um PEP crítico na profissão, do seu processo de profissão que pensa a si mesma e adere a uma direção em favor dos direitos da população usuária dos serviços e “benefícios” das políticas públicas sociais, a autonomia do profissional é relativa, considerando que não tem o controle total do seu processo de trabalho. As demandas institucionais, como as da assistência social, mesmo na condição de política pública, são permeadas de contradi-

ções e ainda demandam ações imediatas, pulverizadas e de controle.

Nesse sentido, a lógica da sociedade capitalista das respostas na perspectiva da razão instrumental, que se limita “[...] a operações formal-abstratas e a práticas manipuladoras e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas, por isso ela é funcional à reprodução social da ordem burguesa” (GUERRA, 1999, p. 14), limitando a prevalência da razão dialética, que permite ultrapassar as aparências dos fenômenos e reconstruir, através do pensamento, a realidade em suas múltiplas determinações a evidenciar sua essência, tendo o profissional a oportunidade de dar respostas e encaminhamentos qualificados, planejados, com teleologia e meios que valorizam a vida, os usuários, sua participação efetiva, como meios para os fins de emancipação.

O PEP do Serviço Social é gestado no período de maturidade da profissão como uma projeção coletiva de valores éticos e de opções políticas da categoria que perpassa pelos fundamentos, formação e trabalho do assistente social em diferentes espaços ocupacionais (NETTO, 1999). Em termos jurídico-políticos, o PEP do Serviço Social se materializa na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão; no Código de Ética do Assistente Social, também publicado em 1993; e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) de 1996, expressando uma direção social, estratégica e crítica hegemônica tanto na produção do conhecimento como nas instâncias político-organizativas da categoria, que visa, juntamente com o conjunto dos trabalhadores e outros profissionais, à superação do modo de exploração capitalista (NETTO, 1999). Articula-se, portanto, ao projeto societário e projetos político-ideológicos progressistas das classes trabalhadoras, confrontando-se com o projeto hegemônico das

classes dominantes que tentam enfraquecê-lo, principalmente no contexto de crise do capital.

Na análise de Mézáros (2011), a crise que se instaura na década de 1970 é estrutural, pois, diferentemente das crises periódicas ou conjunturais que encontram resolução dentro de sua própria base material, ela atinge a estrutura em sua totalidade, não sendo a sua manifestação explosiva o que a caracteriza, e sim o seu caráter universal, global, permanente e gradual. As tentativas de conter a inflação e aumentar as taxas de lucro neste período evidenciaram movimentações dos monopólios, das corporações, das empresas, dos órgãos internacionais, dos partidos políticos e das nações-Estado, no sentido de tornar o processo de acumulação mais flexível e regulamentá-lo, política e socialmente, através do neoliberalismo (HARVEY, 2008).

A acumulação flexível expressou transformações no mercado de trabalho, ocasionando altas taxas de desemprego “estrutural” e de contratações em tempo parcial temporárias e com subcontratos, com retorno a antigas formas de trabalho doméstico, artesanal familiar e paternalista, bem como a extinção e a criação de profissões (HARVEY, 2008), a também conhecida reestruturação produtiva. A consolidação de um único mercado mundial de dinheiro e crédito veio, segundo Harvey (2008), com a formação de grandes conglomerados e corretores financeiros de poder global e com a descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio de novos instrumentos e mercados.

Para garantir solidez a todas essas mudanças, emergiu nos governos nacionais uma nova direção político-ideológica de cunho neoliberal caracterizada pela privatização do público (OLIVEIRA, 1999), que intensificou a disputa das classes sociais pelo fundo público, principal instrumento de reprodução do valor da riqueza do capital privado. As con-

trarreformas nas políticas trabalhistas e sociais e os ataques às organizações e mobilizações dos trabalhadores provocadas por esse contexto de crise e mundialização do capital aprofundaram a tensão entre a condição de assalariados dos assistentes sociais, atingidos pelos processos de reestruturação produtiva e pelo desfinanciamento das políticas sociais, e a defesa do PEP (IAMAMOTO, 2012).

Os principais rebatimentos no Serviço Social são o fortalecimento do conservadorismo e o engendramento de um neoconservadorismo pós-moderno na sua produção, formação e trabalho profissional (SANTOS, 2007), concretizados no pragmatismo e numa instrumentalidade formal-abstrata, em que são requeridas soluções imediatas e superficiais às refrações da questão social, em que estas deslizam novamente para o plano moralista, individualizada, naturalizada, alvo de controle, que favorece a manutenção do *status quo*, revigora uma prática indiferenciada que julga, culpabiliza e atribui responsabilidades às famílias pelos problemas que vivenciam, sob a retaguarda de frases de efeito de autonomia, protagonismo e fortalecimento das funções protetivas das famílias.

Os assistentes sociais são convocados, nos espaços sócio-ocupacionais públicos e privados, inclusive na Política de Assistência Social, a reagir, no menor tempo possível, às demandas apresentadas pelos usuários dos serviços prestados pelas instituições em que trabalham, sem lhes dar a oportunidade de uma participação cidadã e política ampliada. Isso, articulado às determinações que perpassam pela formação sócio-histórica da profissão no Brasil, das quais destacamos o conservadorismo e o sincretismo, provoca, na maioria das vezes, uma ação instrumental-técnica fundamentada na racionalidade burguesa, que contribui para a reprodução e manutenção da ordem do capital.

Nesse sentido, são muitas as contradições que passam pelo trabalho do assistente social na Política de Assistência Social, em que pode atuar em cargos de gestão e assessoramento das secretarias ou coordenadorias responsáveis pela execução da assistência social nos três entes federados; nas secretarias executivas dos conselhos e como conselheiro representante do Estado e/ou da sociedade civil; e na operacionalização da política pública.

A participação, no sentido da parceria, cooperação, participação consentida, é delineada e demandada no desenho da PNAS, nas gestões e nas práticas profissionais que implementam a política. Ao reconhecer a rede socioassistencial como um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e privada, esta com vínculo ao SUAS, e as responsabilidades das unidades federativas de avaliar e monitorar, através da Vigilância Socioassistencial e dos conselhos, os serviços ofertados pela rede, a LOAS legitima uma participação horizontal das entidades e papel gerencial do Estado no SUAS, intensificando parcerias público-privadas, repasse de responsabilidades estatais para essas instituições e manutenção de subsídios, fundamentos do projeto neoliberal que intensifica uma participação de parceria solidária.

Essa parceria é demandada com as famílias vulneráveis e em situação de risco social, com a lógica do fortalecimento de suas funções protetivas, no cumprimento das condicionalidades do programa de transferência de renda, no cumprimento de obrigações naturalizadas que recaem sobre as mulheres, fortalecidas na figura de mães, educadoras, socializadoras e cuidadoras.

Todavia, contraditoriamente, a PNAS (2004), a NOB/SUAS (2005, 2012c) e os dois Cadernos do Serviço de Proteção Integral e Atendimento à Família (PAIF) (BRASIL, 2012a, 2012b) asseveram a primazia estatal na garantia de proteção

social à população, ao reiterarem a centralidade e responsabilidade estatal no atendimento e acompanhamento das famílias, com o intuito de afiançar direitos e melhorar a qualidade de vida; a não terceirização do PAIF, que tem que ser ofertado pelo Estado; a coordenação da rede local pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); o trabalho social do PAIF como expressão dessa responsabilidade estatal; e o referenciamento de todos os serviços da proteção social básica ao CRAS, em articulação com o PAIF.

Essas duas perspectivas de administração e orientação do SUAS tensionam-se, cruzam-se, influenciam-se mutuamente, apontando que o projeto democrático participativo e o projeto neoliberal não estão em polos totalmente opostos, porque o primeiro é ressignificado pela confluência perversa que mantém alguns termos e expressões, mas com sentidos opostos, no cotidiano de trabalho do assistente social. Ao contribuir para legitimar a subsidiariedade estatal, assumindo como fundamental o trabalho das entidades de assistência social de atendimento à população; ao impor e naturalizar as funções familiares; ao buscar “dar voz” as famílias como quem permite, autoriza, dita as condições de autonomia; ao escutar de forma seletiva para enquadrar ou não no atendimento ou acompanhamento da assistência social, dentre outras, o assistente social age movido pela razão instrumental, que age, imediata e tecnicamente, no repasse de responsabilidades estatais.

Ao passo que o uso da razão dialética permitiria ver as tensões de projetos político-ideológicos em disputa e garantir a ampliação dos equipamentos públicos estatais e de direitos socioassistenciais, na perspectiva que os usuários possam, dentro do que é competência da Política de Assistência Social, dizer que direitos querem, uma participação cidadã e política ampliada, criando condições para as famí-

lias serem ouvidas no cotidiano institucional, evitando rótulos, rompendo com as armadilhas da culpabilização, e, para além deste, lutar por melhores condições de vida.

No papel de conselheiro, seja representante do Estado ou da sociedade civil, o assistente social deve estar atento às participações política formal e gerencial, pois, dentro da racionalidade neoliberal, elas reiteram uma democracia representativa, em que o voto da maioria vence, maioria que não mantém vínculos orgânicos com as bases e um conformismo em relação às informações governamentais, com o intuito de referendá-las. Aqui também a razão dialética permite ir além do discurso da falta de recursos e adentrar na apropriação que o capital faz do fundo público, sendo papel do profissional dar visibilidade a esses processos.

Na materialização dos serviços socioassistenciais, apesar da diversidade de funções que o assistente social possa exercer, reitera-se o acompanhamento das famílias através do PAIF, feito nos CRAS. Sob o direcionamento do projeto neoliberal que evidencia uma razão instrumental e fortalece uma participação de parceria solidária, o profissional, na imediatividade da sua ação, pode corroborar ações de subordinação e disciplinamento. A família pode se sentir obrigada e constrangida a assumir comportamentos determinados pelo técnico para ter acesso aos serviços, “benefícios”, programas e projetos, uma vez que a própria política pública social coloca uma série de critérios de elegibilidades e condicionalidades para garantir direitos, que, na perspectiva do neoliberalismo, são mínimos sociais que permitem às famílias, através do seu esforço, já que elas são culpabilizadas pelas suas condições de vida, saírem da pobreza.

Em oposição, estão as ações planejadas, debatidas e organizadas com fins explícitos de garantir direitos, atender às necessidades sociais e fortalecer uma visão ampliada dos

problemas que vivenciam e das saídas para eles, o que remete ao coletivo de famílias. Ou seja, garantir autonomia às famílias nos serviços socioassistenciais, estimulando suas formas de organização no sentido de construção e reivindicação de interesses coletivos universais em que se mobiliza uma razão dialética.

O uso da razão dialética no processo de trabalho nos cargos e funções que assume na Política de Assistência Social possibilita ao profissional afirmar e fortalecer o PEP na “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 1993, p. 23), princípio fundamental grafado no Código de Ética do Assistente Social. Em outras palavras, sinaliza para o combate às desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo, através de maior participação na riqueza social, estando em conflito com o projeto neoliberal e as participações que ele significa. Já a democracia participativa e a participação cidadã corroboram em vários aspectos o postulado pelo PEP, contribuindo para a sua efetivação.

Considerações finais

As reflexões apresentadas neste capítulo mostram a existência de projetos político-ideológicos em disputa na Política de Assistência Social, especificamente em relação à participação e aos projetos profissionais no Serviço Social (com destaque ao PEP) que interferem na atuação dos assistentes sociais nos cargos e funções exercidos na política pública social estudada. A razão instrumental e a razão dialética fundamentam e direcionam a instrumentalidade profissional e permitem visualizar e analisar os antagonismos e as imbricações postas pela confluência perversa des-

tes projetos, ambos no âmbito da sociedade burguesa, seja o reformismo humanista dos direitos e da democracia burguesa, seja o atual, que destrói aquele suposto “compromisso social” firmado entre capital e trabalho, desmantelando os direitos conquistados e as políticas públicas.

O projeto neoliberal, na sua fase atual no Brasil, que mescla neoconservadorismo, ultraneoliberalismo e autoritarismo em contexto de pandemia por Covid-19, dá legitimidade à retomada do conservadorismo no Serviço Social, transforma a Política de Assistência Social num grande plantão social, emergencial, imediatista, colocando sob suspensão a retomada da assistência social com garantia de direitos, de seus serviços, acompanhamentos, trabalhos de grupos e com grupos. Nessa lógica, a instrumentalidade da razão instrumental prevalece, de ações pragmáticas, individualizadas, do apagador de incêndios, reduzindo os espaços de planejamento coletivo, de interdisciplinaridade, de monitoramento e de avaliações das ações planejadas.

Por outro lado, a profissão resiste, luta e se rebela contra essas tendências, direcionamentos, dando direção à sua ação profissional, exercendo sua relativa autonomia, formando alianças, fortalecendo suas organizações de defesa e lutas e mantendo a hegemonia conquistada. Por isso, uma formação profissional crítica, como a direcionada pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), é tão importante para dar consciência da instrumentalidade como mediação entre a formação e o exercício profissional, além de possibilitar análises densa da realidade e das complexas expressões da questão social, a fim de construir respostas mediadas competentes.

Referências

ABESS. *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Abess/Cedepss, 1996.

ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

AGUIAR, W. M. J.; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 155, p. 56-75, 2015.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10. ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2011.

BRASIL. *Orientações técnicas sobre o PAIF: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012a. v. 1.

BRASIL. *Orientações técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012b. v. 2.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004: Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005.

BRASIL. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistên-

cia Social - NOB/SUAS. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jan. 2012c.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Revista Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 5, p. 139-164, 2004.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. p. 13-91.

DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. Mouvements sociaux et participation institutionnelle: répertoires d'action collective et dynamiques culturelles dans La difficile construction de la démocratie brésilienne. *Revue Internationale de Politique Comparee*, [S.L.], v. 17, p. 167-185, 2010.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GUTIERRES, K. A. *Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a Política de Assistência Social entre o partido e o Estado*. 2015. 253 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 19. ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: Celatz, 2006.

JALES, P. R. S. *Projetos político-ideológicos na política de assistência social brasileira: os sentidos e as direções da parti-*

cipação em disputa. 2020. 230 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

MACÁRIO, E. Conjuntura brasileira. In: CETROS (org.). *Conjuntura e universidade pública no Brasil: diagnóstico e desafios*. Fortaleza: Cetros, 2018.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, L. F. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, p. 83-118, 2017.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB (org.). *Capacitação em Serviço Social e política social*. Módulo 1 (Crise contemporânea, questão social e Serviço Social). Brasília, DF: UNB, 1999. p. 91-110.

NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, F. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (ed.). *Os sentidos da democracia, políticas do dissenso e hegemonia global*. São Paulo: Vozes, 1999. p. 55-81.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, C. P. *Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes*. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, J. S. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TEIXEIRA, E. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Equip; Salvador: UFBA, 2002.

TELLES, V. S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VALE, E. S. *A dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social: reflexões e indicações da literatura crítica*. 2019. 41 f. Relatório (Pós-doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

10 A INSTRUMENTALIDADE E A MULTIDIMENSIONALIDADE DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO DA ESPANHA E DO BRASIL

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap10>

ELIVÂNIA DA SILVA MORAES

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e em Filosofia Política pela UECE e graduada em Serviço Social pela UECE.

E-mail: elivania.moraes@uece.br

EVELINE CHAGAS LEMOS

Doutora em Educação pela Universidade de Barcelona (UB), mestra em Intervenção Psicossocial também pela UB, especialista em Educação Biocêntrica pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), graduada em Serviço Social também pela UECE e em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora leitora da graduação em Trabalho Social da UB.

E-mail: echagas@ub.edu

Introdução

A instrumentalidade do trabalho docente nos cursos de graduação em Serviço Social é uma abordagem nova, com poucas produções investigativas tanto no Serviço Social quanto na teoria da educação e, como em qualquer outra área específica de atuação do assistente social, exige reflexões sobre como se pensa e se materializa essa atividade como uma práxis humana e profissional.

Pensar a instrumentalidade envolvida no trabalho profissional do/a docente na educação superior também envolve considerar a concepção do humano e suas diferentes dimensões: prática, teórico-metodológica, subjetiva/emocional, cognitiva, social, política, ética, dentre outras dimensões.

O exercício da docência na educação superior configura-se ainda como uma atividade de grande complexidade e necessita de maiores investimentos de compreensão das dimensões que envolvem a prática da docência, a qual atua não somente no ensino de graduação e pós-graduação, mas também atua nas funções de pesquisa, extensão, gestão e orientação, e ainda, quando engajada em coletivos ou sindicatos (base e direção), envolve a práxis política.

Para atuar nessas diferentes dimensões do trabalho docente, o/a professor/a, necessariamente, mobiliza diversos saberes, sejam eles no campo do conhecimento especí-

fico de sua área de estudos e atuação (formação inicial de graduação), seja no campo dos saberes pedagógicos, que lhe permitem transformar esse conhecimento específico em aprendizagem efetiva em interação com os discentes e/ou orientandos.

Outros saberes também são necessários ao desenvolvimento da prática docente, a exemplo do conhecimento do contexto, a nível da política estatal ou governamental, que se traduz em políticas educacionais e impacta diretamente a dinâmica institucional na qual esse/a professor/a atua. E, mais especificamente, o saber da experiência, desenvolvido através da prática docente em contato com os/as outros/as docentes e educandos desenvolvida no contexto educacional e institucional. Tardif (2009, p. 223) conceitua o saber como uma construção social produzida pela “[...] racionalidade concreta dos atores, por suas deliberações, racionalizações e motivações que constituem a fonte de seus julgamentos, escolhas e decisões”.

A docência, no curso de Serviço Social, assume particularidades nos dois contextos: Espanha e Brasil, determinados pelo desenvolvimento da profissão, pelas políticas educacionais e curriculares e pelas perspectivas teóricas que dão feição à profissão, dentre outros aspectos que trazem para a instrumentalidade do trabalho docente diferentes desafios, que ora se aproximam, ora se diferenciam demasiadamente em cada curso de graduação estudado.

A docência na educação superior: a realidade da Universidade de Barcelona (UB) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A compreensão da docência na educação superior pode ser fundamentada em diferentes perspectivas so-

ciais, políticas e educacionais. Neste texto, a concepção de docência passa pela compreensão exposta por Therrien (2003, p. 3), que afirma:

A docência como 'gestão pedagógica/ética da matéria' procede através de uma racionalidade interativa, dialógica, do entendimento, que não exclui a racionalidade normativa, instrumental de determinados campos da ciência e da tecnologia, mas que a integra num processo voltado para a emancipação humana e profissional dos sujeitos em formação. A formação do sujeito pedagógico, o docente, passa pelos princípios do conhecimento/compreensão do universo social, da integração teoria/prática, do disciplinamento para a reflexão e a transformação como professor-pesquisador, do trabalho cooperativo e colaborativo, da racionalidade dialógica do entendimento, da competência regulada pela autonomia profissional, da ética de uma profissão que tem sua identidade fundada em saberes próprios, entre outros.

Todas essas dimensões estão presentes nas diferentes funções que um professor ou professora da educação superior precisa desenvolver, mesmo que seja em diferentes contextos e com ênfases diferenciadas. Em cada função existe uma instrumentalidade que permeia o trabalho profissional docente, fundamentada em conhecimentos multidimensionais e específicos, tendo em conta a particularidade de cada função.

De forma geral, tanto na Espanha quanto no Brasil, o/a educador/a, para participar da educação superior, precisa investir em sua titulação acadêmica, a nível de mestrado e/ou doutorado. O/A docente na UB forma parte dos/as profissionais chamados/as "*personal docente e investigador*". Segundo a Lei Orgânica nº 6/2021, a universidade tem autonomia para contratar seus e suas docentes nas seguintes

modalidades: professor/a ajudante, professor/a ajudante doutor/a, professor/a contratado/a doutor/a, professor/a associado/a e professor/a visitante. À exceção da última modalidade citada, a contratação das demais está submetida à aprovação em concurso público. Ainda que haja um concurso, as pessoas contratadas não são “funcionárias públicas”; estão submetidas ao regime da Seguridade Social, como os demais trabalhadores. Cada modalidade tem características específicas e a que dá mais estabilidade é a de contratado/a doutor/a, porque é um contrato por tempo indefinido.

Atualmente, as pessoas que querem ser docentes e investigadoras têm que passar pelo caminho da carreira acadêmica: ter experiência profissional, na área de sua formação inicial (no caso, Serviço Social), fazer mestrado e doutorado e se apresentar a um concurso. A forma mais fácil de entrar na universidade é como professor/a associado/a e desse lugar começar a carreira acadêmica. Isso significa conciliar a docência com o trabalho fora da universidade e com os estudos de mestrado e doutorado. Uma vez no doutorado, o/a docente pode se apresentar a um concurso de professor/a ajudante doutor/a e, nesse caso, deixar o trabalho fora da universidade. A dificuldade é que são poucas vagas, geralmente se convoca uma a cada dois ou três anos.

As exigências acadêmicas para o professorado são cada vez maiores e uma característica peculiar na formação em Serviço Social na Espanha é que não existem espaços na graduação que fomentem a carreira acadêmica. Somado a isso, poucos/as profissionais de Serviço Social têm a titulação de doutorado ou demonstram interesse em fazê-lo, o que pode se converter em um problema a longo prazo, haja vista as aposentadorias.

No Brasil, os/as docentes do ensino superior ingressam por concurso público (nas universidades federais e es-

taduais) ou por seleção (nos casos das instituições de ensino superior particulares). Na UECE, o corpo docente é constituído, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) dessa instituição, pelo quadro efetivo ou temporário.

O ingresso na carreira docente ocorre somente por nomeação para cargo efetivo, após aprovação em concurso público de provas e títulos e em atendimento aos requisitos exigidos pela legislação maior da educação superior no país; diferentemente da Espanha, não há exigência de experiência profissional na área, sendo que atualmente há muitos/as professores/as dos cursos de graduação que não exerceram a profissão em outras áreas institucionais que não a docência. O quadro de professores/as, segundo o atual PDI da UECE (ano, p. 65), encontra-se assim distribuído:

A Funece possui cerca de 1.116 docentes (SISPESSOAL), dos quais 69,9% são professores efetivos e 30,1% são temporários, substitutos e visitantes. Existem dois tipos de regime de trabalho na Funece: 20 horas semanais (5,0%); 40 horas semanais (17,03%). Além disto, 77,97% dos professores em regime de 40 horas semanais possuem Gratificação de Dedicção Exclusiva – DE.

Quando existe necessidade de suprir demandas de urgência da universidade ou na hipótese de não criação de cargos efetivos para provimento, a carência de professor/a efetivo/a pode ser suprimida por professor/a temporário/a. A seleção para professores/as visitantes e substitutos/as em caráter temporário ocorre semestralmente e envolve a abertura de edital de seleção, amparado por leis estaduais complementares e por resoluções internas à universidade.

O/A professor/a visitante é contratado/a para atender aos interesses de avanço na pesquisa, na inovação, no ensino, em especial o de pós-graduação *stricto sensu*, e na

extensão. O/A professor/a temporário/a é contratado/a para suprir demandas de urgência da universidade ou até que se ultimem as providências necessárias à realização de concurso público, nomeação e posse dos/as aprovados/as para provimento de cargos efetivos, enquanto o/a professor/a substituto/a é contratado/a para suprir as carências que causem real prejuízo ao ensino, decorrentes de afastamento em razão de licenças ou afastamentos dos/as professores/as efetivos/as. Contudo, por carência no quadro de professores/as efetivos/as, acaba se tornando corriqueiro o fato de os/as substitutos/as estarem não exclusivamente no ensino, mas também na pesquisa, extensão e gestão.

A pós-graduação *stricto sensu* da UECE conta também com a colaboração de professores/as aposentados/as e professores/as eméritos/as. O/A professor/a emérito/a é o/a docente detentor/a do grau de doutor/a, pesquisador/a, que tenha se aposentado na UECE, por tempo de serviço ou implemento de idade, e que haja se destacado na instituição por significativa capacidade de publicação científica e importante atuação em programa de pós-graduação *stricto sensu* acadêmico.

Assim sendo, tanto na UB quanto na UECE, o ensino configura-se como a “porta de entrada” ou a atividade principal e primeira do/a educador/a. A dimensão do ensino convoca tanto o saber de conteúdo (o conhecimento específico da área que vai proferir sua/s disciplina/s como o saber pedagógico (o conhecimento de como fazer a transposição didática do conhecimento de sua área específica e transformando-o em aprendizagem efetiva, construção do conhecimento para e com os alunos), dentre outros.

Tendo em vista apresentar uma visão do cotidiano da prática docente nas duas universidades, faremos a exposição mais descritiva da realidade docente vivenciada na UB

e na UECE, priorizando neste capítulo tratar da instrumentalidade presente nas funções do ensino e da pesquisa, embora compreendamos que no trabalho docente ainda estão presentes as dimensões da gestão, orientação e extensão como funções integradas.

A dimensão do ensino

A primeira dimensão do trabalho docente que iremos destacar é o ensino, o qual se configura de forma diferenciada nos dois contextos: Brasil e Espanha, embora com pontos em comum. A atividade de ensino na educação superior em ambos os países é desenvolvida na graduação e na pós-graduação (*stricto e lato sensu*). O/A docente passa por uma seleção em que o domínio de conteúdo é avaliado e priorizado tanto na prova escrita quanto na prova didática; em se tratando da prova de títulos, também são avaliadas suas publicações e participações em cursos e eventos (em geral, de sua área específica).

Na UB, o corpo docente de Serviço Social desenvolve essa tarefa tanto na graduação como na pós-graduação de forma indiferenciada, ou seja, um/a mesmo/a professor/a tem aulas na graduação e nos mestrados e orienta teses doutorais. O número de créditos de docência que tem anualmente cada professor/a estará distribuído entre a graduação e o mestrado e vai variar em função da atividade de pesquisa que realiza, ou seja, quanto mais pesquisa, menos docência. Aqui, cabe destacar que as orientações de dissertações e teses não reduzem o número de créditos de ensino, pois são consideradas como atividades extras.

Na UECE, os/as professores/as prestam concurso para uma área de conhecimento do curso de graduação e, à medida que se desenvolvem na carreira docente, submetem-se a

um processo seletivo para serem docentes nos programas de mestrado e doutorado, quando é avaliado seu currículo em termos principalmente de experiência em pesquisa, incluindo as orientações. Uma vez que o/a docente exerça seu trabalho na pós-graduação *stricto sensu*, essa carga horária de sala de aula é contabilizada no seu Plano de Ação Docente (PAD), bem como as orientações em que ele/a está envolvido/a.

Nos dois contextos institucionais, o/a professor/a então é lotado/a em determinadas disciplinas, desenvolve uma ementa em um plano de aula e inicia sua experiência de uma forma mais solitária que solidária. Existe uma pluralidade de exigências em relação ao/à professor/a da educação superior, principalmente aos saberes que este/a deve ter e desenvolver, dentre os quais o de maior destaque é a competência científico-intelectual, seja no campo do ensino ou no da pesquisa.

Igualmente, os/as professores/as assumem diferentes funções no âmbito do ensino que vão muito mais além da experiência em sala de aula. Na UB, por exemplo, os/as docentes participam de espaços de formação continuada e de grupos de inovação docente, exercem a função de tutor/a dos/as estudantes (Plano de Ação Tutorial) e são convidados/as a realizarem projetos de Aprendizagem em Serviço (ApS).

A *formação para o corpo docente* na Espanha é oferecida pelo Instituto de Desenvolvimento Profissional (IDP) e contempla três vertentes: a docência, a investigação e a gestão. A formação continuada é oferecida seguindo as linhas marcadas pela reitoria, centros e departamentos. A oferta formativa é diversa, por vezes gratuita e outras pagas, e pode contemplar temas como: a avaliação, as competências digitais, a gestão e organização, as metodologias didáticas, a investigação e a transferência de conhecimentos, a tutoria e a orientação, a saúde e o bem-estar do/a docente e do alunado, etc.

Os grupos de inovação docente são compostos, majoritariamente, por professores/as da UB e têm como objetivo desenvolver projetos de inovação e melhoria da docência e, posteriormente, difundir os resultados das atividades realizadas. Para constituir um grupo, o professorado tem que elaborar um ou vários projetos de inovação e apresentar as propostas a um órgão da universidade que se chama Recerca, Innovació i Millora de la Docència i l'Aprenentatge (Rimda). Se a avaliação for positiva, reconhece-se o grupo e este pode pedir ajuda econômica para a organização de atividades¹.

O PAT consiste na incorporação da *tutoria* como uma função da docência. Os/As professores/as tutores/as são responsáveis por ajudar, de maneira personalizada, na adaptação dos/as estudantes na vida universitária, auxiliar para que possam aproveitar ao máximo os recursos que oferece a universidade, melhorar o seu rendimento acadêmico, orientar na seleção das disciplinas mais adequadas e colaborar na preparação para a inserção no mundo laboral. O PAT tem como objetivo contemplar a globalidade dos processos educativos e o desenvolvimento integral dos/as discentes (dimensão intelectual, afetiva, pessoal e social). Na graduação de Serviço Social, essa ação tutorial é realizada por disciplinas.

A aprendizagem em Serviço é uma proposta que integra o serviço à comunidade e a aprendizagem acadêmica, em um projeto social que permite aos/às estudantes uma formação aplicada e comprometida e uma experiência for-

¹ No Serviço Social, temos um grupo de inovação reconhecido que se chama Trans@net e, atualmente, há três projetos sendo desenvolvidos por diferentes membros do grupo. Esses projetos são: "Working Group: aprendizagem das competências teórico-práticas do Serviço Social de grupos, uma construção colaborativa"; "A transversalidade na graduação em Serviço Social"; e "Reconhecimento dos saberes das pessoas (na graduação em Serviço Social) através da arte".

mativa que tenha, ao mesmo tempo, uma utilidade social. É o mais parecido ao que chamamos de extensão no contexto brasileiro². Há diferentes modalidades de ApS: as que são oferecidas pela oficina central da universidade (abertas a qualquer estudante de qualquer graduação), as oferecidas pelas faculdades (mais específicas quanto ao âmbito de conhecimento) e as que são oferecidas no contexto dos cursos de graduação ou em disciplinas específicas. No caso do Serviço Social, a oferta de ApS ainda é incipiente e muito condicionada à disponibilidade e interesse dos/as docentes.

No que concerne à *formação de professores/as*, na UECE está institucionalizada em um Plano de Desenvolvimento Profissional Docente, vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), o qual inclui diversas ações: realização de semanas pedagógicas (geral e por curso), incentivo à realização de disciplinas de didática no ensino superior nos programas de mestrado e doutorado, cursos de formação para atender às exigências das novas modalidades de ensino, a exemplo do ensino remoto, dentre outras ações, sendo consideradas ainda insuficientes, tendo em vista as exigências de saberes, habilidades e competências requeridas no trabalho docente. No tocante à formação docente, alguns estudos têm mostrado que:

O professor universitário aprende a sê-lo mediante um processo de socialização em parte intuitiva, autodidata ou [...] seguindo a rotina dos 'outros'. Isto se explica, sem dúvida, devido à inexistência de uma formação específica como professor universitário. Nesse processo, joga um papel mais ou menos im-

² A extensão universitária, embora seja uma dimensão da docência universitária, não será tratada neste texto. Na UECE, ela se faz hoje por meio de programas e projetos e com a participação dos/as estudantes de graduação, embora estejamos no meio de uma reforma educacional em todos os cursos de graduação no país, a qual propõe a *curricularização* da extensão.

portante sua própria experiência como aluno, o modelo de ensino que predomina no sistema universitário e as reações de seus alunos, embora não há que se descartar a capacidade autodidata do professorado. Mas ela é insuficiente. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 36).

No Brasil, particularmente na UECE, a tutoria não se efetiva da forma segundo a qual é desenvolvida na maioria das universidades europeias. Existem os Programas de Educação Tutorial (PETs) para alguns cursos de graduação, que passam por uma seleção pelo Ministério da Educação (MEC), os quais, uma vez aprovados, selecionam alguns/mas alunos/as do curso, formando muito mais uma elite ou grupo vinculado ao desenvolvimento da pesquisa e da docência. Nesses programas, temos também o trabalho do/a professor/a tutor/a, o/a qual desenvolve atividades que incluem conhecimentos e práticas no campo da gestão administrativa, pedagógica e de pesquisa.

Na experiência da UB, como em outras universidades europeias, primeiramente está a necessidade de o/a tutor/a ajudar os/as discentes para que eles/as permaneçam na educação. Depois, a importância atribuída ao conhecimento, que o/a professor/a tutor/a tem que alcançar de seus/uas alunos/as, a fim de ajudá-los/as a resolver seus problemas, dificuldades e dúvidas. E, por fim, a ideia de que deve contribuir para o desenvolvimento integrado do indivíduo em seus diferentes campos: pessoal, escolar, profissional, etc. No campo educacional, a ação tutorial, quando bem estruturada, pode apresentar melhorias nos processos de ensino e de aprendizagem, tanto no desenvolvimento curricular como na orientação dos/as tutorandos/as.

Na UECE, por sua vez, a priorização é a de contribuir para a elevação científico-cultural dos/as *petianos/as*, com

base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, proporcionando a complementação da formação acadêmica e, conseqüentemente, a melhoria da graduação. Ao/À professor/a-tutor/a cabem as responsabilidades administrativas e pedagógicas perante a instituição de ensino superior e a Secretaria de Educação Superior (SESu)/MEC, o planejamento e a supervisão das atividades planejadas em grupo, de acordo com a proposta formativa do curso, e zelar pelo desempenho do grupo sob sua orientação.

Seja qual for a perspectiva de tutoria a ser desenvolvida pelo/a docente, há uma exigência de conhecimentos diversos e de uma atuação igualmente multideterminada e multifacetada, exigindo uma formação humana e profissional de como trabalhar em grupos, mediar os conflitos, discutir sobre o respeito à individualidade dentro da coletividade, desenvolver a autonomia dos tutores e dos alunos e promover a dialogicidade, trazendo os/as formandos/as à reflexão sobre o seu papel dentro da formação profissional e fomentando a cultura de uma docência integradora.

A *avaliação docente* é outro componente desenvolvido de forma sistemática e multidimensional. Em Barcelona, a avaliação referente às contribuições no âmbito da investigação se realiza anualmente e a avaliação da docência no âmbito do ensino se faz a cada cinco anos, envolvendo um processo que inclui relatórios de todas as atividades desenvolvidas: atividades formativas, participação em grupos e projetos de inovação docente, participação no Plano de Ação Tutorial e participação em projetos de Aprendizagem e Serviço (ApS). Nesse relatório, o/a docente também analisa a avaliação feita pelos/as estudantes; se o/a professor/a recebe um parecer favorável por parte da comissão de avaliação, há um incremento salarial.

No Brasil, o processo avaliativo da educação superior é definido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), o qual analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos/as estudantes, levando em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente, e reúne informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e das avaliações institucionais e dos cursos.

Na UECE, seguindo as orientações do Sinaes, a avaliação docente é realizada por uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) e o/a professor/a apresenta um relatório com todas as atividades desenvolvidas, o que contribui para a sua ascensão e progressão na carreira docente. De forma geral, a ascensão funcional docente dá mais peso ao desenvolvimento do/a professor/a em termos de conteúdos e avalia, de forma ainda insuficiente, seu desenvolvimento em termos pedagógicos.

A avaliação permanente, portanto, converte-se num instrumento que possibilita a tomada de decisões e subsidia a definição de políticas para a educação superior, e mais, numa estratégia de controle do Estado Avaliativo, fundamentada numa permanente preocupação com a eficiência e qualidade da educação, afeta, direta e indiretamente, o trabalho docente e os propósitos das instituições de ensino, a qual inclui algumas exigências no campo da política de formação e desenvolvimento profissional docente.

Numa análise mais panorâmica das realidades em estudo, reconhecemos a existência de professores/as que, por seu esforço autodidata – mesmo com formação pedagógica insuficiente –, estão fazendo rupturas de paradigmas dentro da educação superior, estabelecendo inovações e revitalizações no processo de ensinar e aprender, aliando o ensino à

pesquisa e enriquecendo sua prática docente de saber e fazer educativo.

Poderíamos afirmar que, no campo da instrumentalidade do fazer docente, uma das dimensões seria o conhecimento específico da área (competência do saber intelectual), o qual se verticaliza e se aprimora pelos estudos desenvolvidos na pós-graduação e pela prática da pesquisa, dentre outros caminhos formativos. No entanto, esse conhecimento não é suficiente para a atuação multidimensional no processo formativo dos/as discentes.

Ao/À educador/a é necessário o saber didático-pedagógico, o qual inclui o conhecimento do currículo, da realidade institucional e dos/as educandos/as, aliado a estratégias de “transposição didática” do conteúdo alinhadas com essa realidade, o que alguns denominam como didática ou estratégias de *ensinagem* (ANASTASIOU; ALVES, 2004), incluindo o conhecimento das pedagogias ativas, o uso da tecnologia e mídias sociais como mediação da aprendizagem e a responsabilidade social do saber científico gerado no espaço acadêmico.

No entanto, essa formação pedagógica não pode ser tratada de forma intelectual ou por mais “incutição” de teorias – as teorias pedagógicas. Essa formação precisa de uma abordagem prática, que trabalhe com a consciência dos/as professores/as – ser/essência –, que possibilite mudanças interiores (pessoais/psicológicas/éticas) a ponto de transformar a sua ação prática no mundo (ação política, social e ética). Precisa também contemplar as necessidades particulares de cada curso que formam as características de um grupo de professores/as – o *holo* – e suas formas de conceber o conhecimento e estabelecer as relações humanas naquele tempo-espaço.

Considerando que o espaço de sala de aula é complexo e multideterminado e que a formação profissional se faz em

outros espaços acadêmicos, o manejo cotidiano das estratégias de *ensinagem* que vão para além do domínio da técnica e/ou recursos materiais pressupõe um esforço de superar a tendência tecnicista³ e desenvolver um processo dialético de trabalho:

Rompendo com a velha ideia de dar aulas – trata-se agora de fazê-las junto com os alunos, de maneira dinâmica e criativa, num movimento em que os saberes e sabores possam ser realmente socializados e recriados. (ANASTASIOU; ALVES, 2004, p. 5).

Como instrumentalidade do trabalho docente, cabe ao/à professor inteirar-se, individual ou coletivamente, da proposta curricular do curso, a qual inclui os objetivos formativos, o perfil do/a graduado/a, as dimensões da pesquisa e extensão, o plano de estágio e o trabalho de conclusão de curso, compreendendo a lógica da organização curricular presente na organização dos núcleos de formação e no fluxo curricular, e, para além desses, conhecer a concepção de aprendizagem e avaliação que fundamenta a formação no curso de graduação.

Assim sendo, a docência não se resume ao ato de ensinar, abrange a própria organização do currículo e de outras dimensões formativas, a gestão da instituição e suas políticas, a avaliação, dentre outras dimensões as quais requerem conhecimento, formação e desempenho, associados à inova-

³ Na tendência tecnicista, ocorre uma predominância de situações modelares, geralmente apostiladas, a serem aplicadas pelo/a professor/a e assimiladas e internalizadas pelos/as alunos/as. Há, nesse caso, uma preocupação com o controle externo e comportamental, excluindo a criticidade, a historicidade, a contextualização, pois operações dessa natureza levariam a um desempenho crítico não incentivado naquela situação histórica. Também a ênfase no papel do/a professor/a, como planejador/a técnico/a especializado/a, a quem o espaço decisório era garantido, fazia do/a docente um/a mero/a executor/a do processo.

ção. A instrumentalidade do trabalho docente, por sua vez, exige uma formação como um processo contínuo, atendendo às constantes exigências do contexto científico, tecnológico, profissional e social. Por sua vez, a identidade profissional se constrói socialmente a partir do processo de formação, atuação profissional, organização da categoria profissional e do reconhecimento social (VEIGA; RESENDE; FONSECA, 2009).

A dimensão da pesquisa

Uma dimensão deveras prioritizada atualmente na educação superior é a pesquisa, a qual exige do/a professor/a um aprofundamento em uma ou mais áreas do conhecimento científico, a prática de engajamento em grupos ou laboratórios de pesquisa, o desenvolvimento e orientação da iniciação científica, as orientações na pós-graduação (*stricto e lato sensu*) e a participação em pesquisas que redundam numa responsabilidade social e numa interação com os interesses de mercado – tendo em vista o conceito de universidade operacional hoje vigente.

A pesquisa caracteriza-se como uma das áreas de maior relevância e ponto fulcral para a avaliação da carreira docente, de forma que o/a professor/a se vincula ao desenvolvimento de estudos e inovações tecnológicas e científicas e se esforça para ter um nível de publicação de excelência a fim de cumprir com as exigências das avaliações dos órgãos nacionais de pesquisa: aqui no Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); no caso da Espanha, a Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación (Aneca) e, no caso da Catalunha, a Agència per a la Qualitat del Sistema Universitari de Catalunya (AQU).

Na UB, a pesquisa ampara-se na Lei nº 6/200, que, em seu artigo 39, define a pesquisa científica como fundamento essencial da docência e a transferência dos seus resultados como instrumento primordial para o desenvolvimento social. Portanto, constitui-se como uma função essencial da universidade, espaço idôneo para gerar conhecimento e pensamento crítico.

A UB se reconhece como uma universidade centrada na investigação. Assim como a docência, a investigação científica é um direito e um dever do professorado permanente (contratado/a doutor/a). A universidade tem que oferecer formação e apoio, assegurando a liberdade de investigação e das formas estruturais que possam ter os grupos de pesquisa.

A participação em grupos de investigação, a realização de pesquisas competitivas e a transmissão dos conhecimentos gerados (através da participação em congressos científicos e das publicações) são critérios muito relevantes na avaliação anual da atividade investigadora do professorado⁴. Quanto mais pontos se obtêm na avaliação anual, menos créditos de docência tem que fazer o/a professor/a, e essa estratégia é uma das formas de promover a realização de pesquisas.

A universidade incentiva, pois, o desenvolvimento de duas trajetórias diferentes: uma trajetória profissional que permita uma dedicação mais intensa à atividade docente entendida como ensino ou uma trajetória mais voltada à atividade investigadora. Vale registrar que a participação discen-

⁴ Na graduação de Serviço Social há um grupo de investigação que se chama GRITS (Grup de Recerca i Innovació en Treball Social). O grupo nasceu em 2008 e possui duas linhas de investigação: 1. Conceitualização e metodologia do Serviço Social e 2. Serviço Social e contextos de intervenção. Atualmente está composto por 20 investigadores que desenvolvem pesquisas em diferentes temáticas, como: imigração de menores sozinhos; envelhecimento e diversidade sexual; segurança alimentar; participação das famílias na intervenção profissional; pessoas em situação de rua, entre outras.

te no campo das pesquisas não é incentivada na graduação e, em geral, os laboratórios de pesquisa são compostos apenas por docentes.

Na prática, no âmbito de conhecimento das Ciências Sociais, é bastante difícil conseguir os pontos necessários para ter um alto reconhecimento como investigador/a. Na UB, essa pontuação se divide em duas categorias: *Input* e *Output*. Na primeira, avalia-se a capacidade que têm os/as pesquisadores/as e grupos de investigação para conseguirem financiamento externo, pois, quanto mais verba se recebe e quanto mais competitivas são as convocatórias solicitando o financiamento, mais pontos recebe o professorado implicado na pesquisa. Esses financiadores podem incluir órgãos governamentais como Ministérios, Fundações Privadas ou Fundos Europeus, dentre outros, e o financiamento que se recebe se utiliza para gastos com o trabalho de campo, transcrição de entrevistas, contratação de técnico de suporte, etc. Na segunda, avalia-se a capacidade de gerar conhecimento e difundir os resultados, através da participação em congressos, publicação de livros e artigos de impacto, dentre outros.

No Brasil, a formação de especialistas e pesquisadores/as em diferentes áreas do conhecimento humano fez-se necessária para atender à demanda do desenvolvimento econômico e tecnológico do país, a qual tem estreita relação com a criação dos programas de pós-graduação pela Capes desde a década de 1960. Atualmente, a qualidade e quantidade da produção acadêmica dos/as professores/as são pontos fundamentais de avaliação dos programas de pós-graduação, bem como subsidiam a ascensão e progressão funcional dos/as docentes. As dissertações e teses produzidas nesses programas contam também para a avaliação deles/as e terminam por fazer parte das publicações de orientandos/as e orientadores/as.

No entanto, desde a formação inicial nos cursos de graduação, diferentemente do que ocorre na Espanha, os/as discentes são incentivados/as a participarem dos laboratórios ou grupos de pesquisa⁵. As disciplinas de pesquisa compõem o currículo desses cursos, bem como a exigência de trabalhos de conclusão de curso com defesas públicas ao final da formação, que normalmente envolvem uma pesquisa individual sob a orientação de um/a professor/a-pesquisador/a da área.

Há também o incentivo à publicação de artigos em periódicos, livros ou eventos acadêmicos de natureza local ou internacional e parte dessa produção pode ser realizada nas próprias disciplinas, tendo em vista a concepção de ensino com pesquisa, atualmente já utilizada pelos/as docentes. É comum, pois, alguns/mas discentes saírem da graduação já com o intuito de cursarem uma especialização ou mestrado, e muitos/as dos/as professores/as que iniciam sua trajetória docente como substitutos/as advêm do corpo discente mais engajado com a pesquisa, a extensão, a tutoria e a monitoria (programa de iniciação à docência). Também não é incomum o/a aluno/a de graduação ser motivado/a a seguir seu aprimoramento acadêmico, fazendo mestrados e doutorados de forma seguida, já visando ao engajamento na atividade docente.

Para o desenvolvimento dessa dimensão do trabalho docente, também é necessário o desenvolvimento de conhecimentos, práticas, habilidades e competências relacionados ao processo investigativo da realidade, à artesanaria da sistematização de um determinado saber via escrita e produção científica, bem como à orientação dessas produções de pesquisas (artigos, monografias, dissertações e teses).

⁵ No curso de graduação em Serviço Social, atualmente existem oito laboratórios de pesquisa, todos com participação de estudantes, sendo estes/as bolsistas ou voluntários/as.

Morosini (2006) defende que a força da educação superior, mediada pelo trabalho docente, está na capacidade de gerar um tipo especial de conhecimento, na habilidade em trabalhar com ele e, principalmente, na capacidade de educar e formar pessoas capazes de realizarem ambas as tarefas.

Isso não é qualquer coisa. Em termos de instrumentalidade, a produção do conhecimento demanda tempo e investimento em leitura, em captação da essência do pensamento dos/as autores/as, e o trabalho com as categorias principais, considerando suas fundamentações teóricas e ainda: a mediação pelo trato com a realidade institucional, que exige um conhecimento das políticas públicas e uma postura, muitas vezes, de mediação com o mercado, de gestão racional do tempo e das habilidades de comunicação com diferentes públicos e interesses, de captação de recursos, de manejo de recursos tecnológicos e mídias sociais, dentre tantos outros recursos pedagógicos e humanos que, em geral, exigem um trabalho em equipe/grupo, já sabendo que os seres que integram esse coletivo ou colegiado é multifacetado e que em um e outro ser prevalecem determinadas habilidades e competências.

Considerações finais

A reflexão sobre a instrumentalidade do trabalho docente nas instituições de educação superior prescindiu, necessariamente, de uma análise e descrição da realidade vivenciada na UB e na UECE. Recorrendo à literatura disponível e aos textos legais, identificamos as dimensões do trabalho docente, como ensino, pesquisa, extensão, orientação e gestão, e, à medida que nos dedicamos à descrição dessas atividades de forma comparada na UB e na UECE, percebe-

mos que deveríamos priorizar as atividades de ensino e pesquisa, embora tenhamos a compreensão de que todas essas dimensões se entremeiam e se fazem de forma interligada.

Optando por esse recorte, percebemos que uma das principais diferenças entre os dois contextos está na impossibilidade de começar uma carreira docente na UB sem ter passado pela experiência profissional aplicada. Nesse sentido, é importante destacar que mais de 60% do professorado da graduação atuam como trabalhadores/as sociais e que essa é justamente a principal condição para ser contratado/a como professor/a associado/a.

Ao passo que na UECE os/as docentes/as desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão desde a graduação com a participação dos/as estudantes, na UB a participação dos/as estudantes na pesquisa é inexistente e menos ainda é pensada a extensão universitária. No entanto, em ambos os contextos acadêmicos a pesquisa é uma área de especial atenção. Na UB, a ênfase da pesquisa é a captação de recursos, embora também exista esse propósito na UECE, em particular por parte de alguns/mas professores/as e/ou laboratórios de pesquisa.

A participação dos/as estudantes no âmbito da pesquisa e das publicações acaba por fazer com que no Brasil os/as discentes visualizem como possibilidade laboral a carreira acadêmica, o que é pouco pensado no contexto catalão, em que também não é habitual a publicação conjunta entre discentes e docentes dos resultados de pesquisas e trabalhos orientados.

Essa realidade nos remete a uma concepção em que o/a docente do ensino superior era considerado como única fonte de conhecimento, transmissor/a de cultura e de conhecimento científico em profundidade, dotado/a de habilidade e competência, com capacidade para ensinar. Aos poucos,

essa compreensão vai cedendo lugar a uma visão mais complexa, em que se dá mais importância ao que os/as discentes aprendem de forma mais ativa, colaborativa, experimental e contextualizada (GARCÍA NIETO, 2008), envolvendo os/as estudantes nas pesquisas, na produção de conhecimento e no desenvolvimento de estratégias e atividades apropriadas.

Nesse contexto, o/a professor/a da educação superior deve, além de ter domínio dos conhecimentos específicos, ser um/a motivador/a e facilitador/a de recursos de aprendizagem, o que implica uma mudança substancial no seu papel como docente e na sua formação pedagógica para atuar também como tutor/a, pois a tutoria exige conhecimentos específicos por parte dos/as professores/as e uma estrutura operacional própria.

Quando nos referimos de modo específico à formação pedagógica do/a professor/a da educação superior, afirmamos que o seu propósito maior é estimular a inovação, o sentido crítico e a criatividade para atender às novas necessidades dos/as educandos/as, dos/as próprios/as docentes e da instituição. Como bem afirmam Therrien e Loyola (2003, p. 3):

A formação do sujeito pedagógico, o docente, passa pelos princípios: do conhecimento/compreensão do seu universo social, da integração teoria/prática, do disciplinamento para a reflexão e a transformação como professor-pesquisador, do trabalho cooperativo e colaborativo, da racionalidade dialógica do entendimento, da competência regulada pela autonomia profissional, da ética de uma profissão que tem sua identidade fundada em saberes próprios, entre outros.

A instrumentalidade do trabalho docente, por sua vez, exige uma formação como um processo contínuo, atendendo às constantes exigências do contexto científico, tecnológico,

profissional e social. Por sua vez, a identidade profissional se constrói socialmente a partir do processo de formação, atuação profissional, organização da categoria profissional e reconhecimento social (VEIGA; RESENDE; FONSECA, 2009).

Referências

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (org.). *Processos de ensino na universidade*: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: Univille, 2004.

ANECA. *Site da Agência Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación*. Disponível em: <http://www.aneca.es>. Acesso em: 2 fev. 2022.

AQU CATALUNYA. *Agencia para la qualidade do Sistema Universitário*. Disponível em: <https://www.aqu.cat>. Acesso em: 2 fev. 2022.

ESPAÑA. Ley Orgánica 6/2001, de 21 de diciembre, de Universidades. *BOE*, Madrid, ES, nº 307, 24 dic. 2001. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/pdf/2001/BOE-A-2001-24515-consolidado.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2022.

GARCÍA NIETO, C. M. *Formação de professores*. Porto: Porto, 2008.

GRITS. *Site do Grup de Recerca i Innovació en Treball Social*. Disponível em: <http://www.ub.edu/grits/>. Acesso em: 5 fev.

MOROSINI, M. C. *O professor do ensino superior na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: PUCRS, 2006.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez, 2002.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

THERRIEN, J.; LOYOLA, F. *A epistemologia do saber dos docentes*. Seminário sobre os fundamentos e debates con-

temporâneos a propósito do saber dos docentes. Fortaleza: UFC, 2003.

UECE. *Plano de Desenvolvimento Institucional*: 2017-2021. Fortaleza: EdUECE. 2018.

UNIVERSIDAD DE BARCELONA. *Facultat d'Educació*. Apre-
nentatge i Servei. Disponível em: <https://www.ub.edu/portal/web/educacio/aps>. Acesso em: 5 fev. 2022.

UNIVERSIDAD DE BARCELONA. *Grado de Trabajo Social*.
Barcelona. Disponível em: https://www.ub.edu/web/ub/es/estudis/oferta_formativa/graus/fitxa/T/G1027/index.html
Grado de Trabajo Social. Acesso em: 2 fev. 2022.

UNIVERSIDAD DE BARCELONA. *Grup d'Innovació Docent
TRANSNET*. Disponível em: <http://www.ub.edu/transnet/>.
Acesso em: 5 fev. 2022.

UNIVERSIDAD DE BARCELONA. *Institut de Desenvolupa-
ment Professional*. Disponível em: [https://www.ub.edu/idp/
web/ca](https://www.ub.edu/idp/web/ca). Acesso em: 2 fev. 2022.

UNIVERSIDAD DE BARCELONA. *Investiga*. Disponível em:
<https://www.ub.edu/web/portal/ca/investiga/>. Acesso em: 5
fev. 2022.

UNIVERSIDAD DE BARCELONA. *Pla d'acció tutorial*. Dispo-
nível em: [https://www.ub.edu/web/ub/ca/estudis/suport_
estudi/pla_tutorial/pla_tutorial.html](https://www.ub.edu/web/ub/ca/estudis/suport_estudi/pla_tutorial/pla_tutorial.html). Acesso em: 5 fev.
2022.

UNIVERSIDAD DE BARCELONA. *RIMDA*. Disponível em:
http://www.ub.edu/rimda/inici_rimda. Acesso em: 5 fev.
2022.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G.; FONSECA, M. Aula uni-
versitária e inovação. In: VEIGA, I. P. A.; CASTANHO, M. E. L.
M. (org.). *Pedagogia universitária: a aula em foco*. Campinas:
Papirus, 2009. p. 161-191.



PARTE 3

A Dimensão Técnico-Operativa da Instrumentalidade do Serviço Social: Indicações Críticas e Experiências Reflexivas



11 O DEBATE DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES DO CONJUNTO CFESS/CRESS NA AFIRMAÇÃO DA DIREÇÃO POLÍTICA DA PROFISSÃO

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap11>

ALBANY MENDONÇA SILVA

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestra em Educação e graduada em Serviço Social, essas duas últimas formações pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Grupo de Pesquisa Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professora do curso de Serviço Social da UFRB.
E-mail: albanym@gmail.com

ANDRÉA ALICE RODRIGUES SILVA

Doutora e mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Integrante do Grupo de Pesquisa, Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e coordenadora regional de graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), gestão 2020-2021, Aqui se Respira Luta. Professora do curso de Serviço Social da UFRB.
E-mail: andreaalice@ufrb.edu.br

MIRLANIA LEMOS PEIXOTO

Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista de iniciação científica da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) pelo Centro de Estudo do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da UECE.
E-mail: mirlania.lemos@aluno.uece.br

Introdução



presente capítulo de livro propõe refletir sobre a Instrumentalidade no âmbito do Serviço Social, analisando as contribuições do conjunto do Conselho Federal de Serviço Social e do Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), a partir do processo de construção de documentos publicados e socializados com a categoria profissional. Nesse sentido, o propósito é situar o debate da Instrumentalidade, que ganha expressão, a partir dos anos 1990, no contexto de consolidação do projeto ético-político, tomando como base a análise dos parâmetros profissionais, resoluções e demais publicações desta entidade organizativa profissional do Serviço Social.

Na mesma direção, busca-se pensar a Instrumentalidade ultrapassando a visão restrita de uso das técnicas para que se possa relacionar aos seus aportes teórico-metodológicos e às direções ético-políticas, como resultantes de um processo profissional que contribuiu para que o Serviço Social se constituísse como profissão inscrita na dinâmica da divisão sociotécnica do trabalho e inserida na área de conhecimento no âmbito das Ciências Sociais. O Serviço Social constitui-se como uma profissão que se consolidou ao longo de mais de 80 anos e, atualmente, sua direção política hegemônica tem a perspectiva de ruptura com o conservadorismo.

Destaca-se o processo de Renovação do Serviço Social¹, no bojo do movimento de Reconceituação na América Latina. Apresentam-se como desdobramentos desse processo: a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993); a revisão do Código de Ética de 1986 e 1993; e a implementação das Diretrizes Curriculares de 1996², que afirmam a centralidade do debate do Trabalho e o entendimento da Questão Social como expressões do trabalho do assistente social, além de reafirmarem os núcleos de fundamentos temáticos em que se consolida o amadurecimento das reflexões sobre a dimensão técnico-operativa na articulação das dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas. Ressalta-se que tais documentos consolidam os pressupostos do projeto ético-político e fortalecem as bases para o entendimento referente à Instrumentalidade na profissão, bem como as contribuições do conjunto CFESS/CRESS sobre a temática, os quais serão objetos de análise deste estudo.

Os esforços do conjunto CFESS/CRESS na construção de documentos de orientação técnica apontam tanto a direção estratégica como os princípios e valores éticos que orientam a práxis profissional. Pode-se elucidar que os refe-

¹ Termo utilizado por Netto (2015, p. 163) para explicar o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, nos marcos da autocracia burguesa, que rompe com o Serviço Social tradicional, isto é, com as bases de uma prática profissional respaldada “[...] em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional”, na direção da construção de um perfil profissional moderno, ou seja, um novo modo de ser da profissão, que privilegia os padrões acadêmicos e uma validação teórica no exercício profissional.

² As Diretrizes Curriculares, aprovadas em 1996, são reflexos de um amplo debate que expressa inúmeros avanços no seio da formação profissional: a) amadurecimento do significado social da profissão; b) apropriação da hegemonia teórico-crítica; c) incorporação das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; d) lógica curricular com os três núcleos de fundamentos: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

ridos documentos se sustentam nos aportes teórico-metodológicos que compreendem a dimensão técnico-operativa como práxis, referendada na concepção crítico-dialética, que possibilita a apreensão das múltiplas determinações da totalidade social, proporcionando a compreensão do exercício profissional como produto sócio-histórico.

Nessa direção, pode-se destacar que a Instrumentalidade deve ser entendida como o modo de ser da profissão (GUERRA, 2012). É importante frisar que esta não pode ser reduzida aos instrumentos numa lógica formal, isto é, aos ditames da racionalidade burguesa. A Instrumentalidade requer uma concepção inserida no processo de constituição do exercício profissional como parte do trabalho coletivo, como afirma Guerra (2012); é no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói uma determinada cultura profissional – ou seja, o *ethos* profissional.

Para tanto, busca-se recuperar a compreensão da direção política do debate sobre Instrumentalidade no exercício profissional, no sentido de problematizar esta como instrumental técnico-operativo que demarca a natureza do trabalho do assistente social, destacando as contribuições do conjunto CFESS/CRESS. Em síntese, a relevância deste estudo é evidenciar que o conjunto CFESS/CRESS, a partir dos parâmetros, resoluções e documentos publicados e socializados com a categoria, é imprescindível para considerar o *ethos* profissional e qualificar o debate da Instrumentalidade na profissão.

Contextualização sobre Trabalho e Instrumentalidade: reafirmando a direção política do Serviço Social

Ao discutir a questão da Instrumentalidade, deve-se colocar em questão a utilização e projeções dos instru-

mentais na direção de responder às indagações: para quais finalidades? Quais as intenções? Aonde queremos chegar? Quais os objetivos? Quais os resultados e os seus produtos?

Dessa forma, é mister analisar as reflexões sobre Trabalho e Serviço Social, na direção de situar o debate acerca da Instrumentalidade no entendimento ampliado de compreendê-la como modo de ser da profissão (SANTOS; BACKX; GUERRA, 2013), portanto, deve recuperar os fundamentos do trabalho profissional para apreender as respostas profissionais dimensionadas nos conhecimentos e saberes técnicos produzidos e que orientam a profissão.

É nesse bojo que se deve compreender que o Serviço Social está inserido no processo de trabalho para explicar que o exercício profissional se materializa a partir dos determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais da realidade social. O debate possibilita entender a discussão sobre a Instrumentalidade de forma articulada, isto é, a dimensão técnico-operativa não deve ser analisada desconexa das demais dimensões: dimensão ético-política e dimensão teórico-metodológica.

Essa questão adquire centralidade na profissão a partir dos anos 1990, numa perspectiva de entender que a Instrumentalidade requer ampliar a visão sobre o uso dos instrumentos e técnicas no sentido de apreensão da materialização das ações profissionais.

No trabalho teleológico de transformação da natureza para atender às suas necessidades, o homem adquire conhecimentos e capacidades para a utilização de instrumentos, a exemplo do profissional assistente social, inserido na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista, direcionado para atender às necessidades sociais que surgem no contexto de produção e reprodução das relações sociais. É por meio da Instrumentalidade, como capacidade, que se

constroem respostas para as demandas que se apresentam no cotidiano e se concretizam objetivos e intencionalidades.

Nesse sentido, para intervir nas expressões da Questão Social, objeto de intervenção da profissão emergente no contexto do modo de produção capitalista, em processo intenso de industrialização e urbanização, torna-se fundamental articular as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, o que confere Instrumentalidade à profissão e permite realizar leitura crítica, reflexiva, ampla e aprofundada da realidade social, conforme se observa em Guerra (2000).

A utilização isolada da dimensão técnico-operativa a partir de instrumentos e técnicas fragilizados, fragmentados, despolitiza a atuação de profissionais no âmbito das políticas sociais. Assim, para Guerra (2013), o instrumental técnico-operativo ultrapassa as técnicas e os instrumentos, pois inclui o conjunto de ações e procedimentos adotados pelo profissional, visando a alcançar uma dada finalidade, bem como a avaliação sistemática sobre o alcance dessas finalidades e dos objetivos da ação.

Para a autora, incluem-se como componentes do instrumental técnico-operativo “[...] as estratégias, táticas, instrumentos e técnicas, conhecimentos específicos, procedimentos, éticas, cultura profissional e institucional, particularidades dos contextos organizacionais” (GUERRA, 2013, p. 26).

Diante das demandas postas nos espaços sócio-ocupacionais, é necessário que o assistente social se aproprie da teoria crítica, possibilitando compreender a realidade dos indivíduos na sua totalidade social, a partir das mediações no Serviço Social: singularidade, universalidade e particularidade.

A singularidade pode ser compreendida a partir de fatos isolados, individuais, familiares, grupais e/ou comunitários, já a particularidade possui em si uma

característica ampliada, pois se refere à síntese de determinações sociais. Nos meandros desta síntese estão configuradas as relações sociais, o processo socioprodutivo e, conseqüentemente, a relação indivíduo e sociedade. É na particularidade que se situa o campo de mediações do Serviço Social. (PONTES, 1995 *apud* FERNANDES, 2016, p. 19).

Desse modo, pode-se elucidar que as demandas se apresentam de forma diversa nos campos de atuação profissional e precisam ser apreendidas para além da aparência, do imediatismo, para compreender a sua totalidade, considerando as mediações explicitadas. Para isso, torna-se fundamental uma formação acadêmica que articule os eixos ensino, pesquisa e extensão, garantindo qualificação profissional, bem como formações e capacitações continuadas. Cabe assinalar que a expansão do ensino superior privado, com ensino a distância (EaD) mediante ofertas aligeiradas, corrobora para intervenções profissionais fragilizadas, imediatistas, burocráticas, mecânicas, fragmentadas, o que representa um desafio para a atuação no cotidiano profissional, articulando as competências dispostas no projeto ético-político, especialmente no contexto de transformação do mundo do trabalho, que impacta tanto os processos como as relações de trabalho, requisitando apropriação das mediações de forma articulada e crítica.

Reflexões sobre as contribuições do conjunto CFESS/ CRESS no âmbito do trabalho profissional: em questão os parâmetros e as resoluções

Considerando os avanços consolidados na discussão conceitual sobre Instrumentalidade no campo profissional, cabe salientar que esse processo é resultado do movimento de Renovação do Serviço Social e dos desdobramentos do

protagonismo que as entidades organizativas³ tiveram na construção do projeto ético-político⁴.

As bases de construção do projeto profissional são referendas na atuação do Serviço Social frente às expressões da Questão Social e têm centralidade na dimensão do trabalho e organização dos núcleos de formação profissional. O processo de articulação das entidades tem possibilitado a construção de um plano de lutas, em que se reafirma a direção política e formativa da profissão.

Registra-se a importante atuação do conjunto CFESS/CRESS na formulação dos parâmetros profissionais e nas resoluções. Com isso, pode-se frisar que a atuação do conjunto CFESS/CRESS não tem se limitado à fiscalização do exercício profissional, compreendendo também o pensar pedagogicamente sua proposição.

Em relação aos parâmetros, torna-se importante destacar o esforço do conjunto CFESS/CRESS para sensibilizar e mobilizar a categoria profissional com a proposição das diretrizes de atuação profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Com isso, a partir de 2000, iniciou-se um movimento de realização de seminários temáticos para discussão sobre o trabalho do assistente social nas diversas áreas que resultaram na construção dos parâmetros. Estes foram construídos coletivamente e retratam a base teórica, as direções estratégicas e os indicativos de instrumentais para cada espaço de atuação no âmbito das políticas sociais.

Seguindo as diretrizes do debate sobre Instrumentalidade, os parâmetros apresentam questões relacionadas às

³ Conjunto CFESS/CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso).

⁴ A expressão “projeto ético-político” expressa a direção da profissão contida nos instrumentos legais: Lei de Regulamentação da profissão, Código de Ética de 1993 e Diretrizes Curriculares, que destacam os componentes éticos, políticos e técnicos da profissão.

projeções sobre o projeto profissional tomando como base o referencial teórico hegemônico, as diretrizes estratégicas e os instrumentos técnico-operacionais.

Dentre as áreas de conhecimentos, foi organizada a construção de cinco parâmetros: Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social (2010); Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Saúde (2010); Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação (2013); Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico (2014); Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Questão Urbana (2016).

Convém frisar que não foi finalizado o parâmetro para o trabalho do assistente social na Previdência Social, mas que o grupo de trabalho dessa política formulou um documento de orientações expressas para tal finalidade. Entretanto, os avanços do trabalho e das reflexões nesse campo de atuação culminaram na construção de documento que aponta as direções estratégicas de ação na direção de enfrentamento da política interna do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no redirecionamento do trabalho, sendo importante instrumento de luta para assegurar a atribuição privativa do assistente social no órgão.

Segundo Ramos (2005, p. 299):

[...] a luta do CFESS pela permanência do Serviço Social no INSS não é uma luta corporativista que visa apenas a questão do espaço profissional dos/as assistentes sociais. Essa luta se materializa no bojo das lutas do conjunto CFESS/CRESS na defesa tanto das políticas sociais como dos direitos dos usuários. Ela é prioritariamente voltada para a defesa dos direitos dos/as usuários/as dos serviços previdenciários, pela manutenção de vários programas institucionais para viabilização desses direitos. Em última instância, é uma luta pela defesa da previdência social pública.

Em termos de direção estratégica, todos os parâmetros fazem uma discussão conceitual sobre a política e a legislação que norteiam sua construção, situando sobre as principais questões em pauta: materialização da proteção básica; Reforma Sanitária e Sistema Único de Saúde (SUS); concepção de educação e política educacional; Sistema Jurídico e Direito da Cidade; e questões habitacionais.

Quanto às indicações dos instrumentais no exercício profissional, registra-se que os parâmetros apontam como as principais: realização de estudos/avaliação socioeconômicos; estudo social; orientação/socialização de informações; mobilização, participação e controle social; gerenciamento; trabalho direcionado às ações de planejamento, assessoria e formação de serviços e benefícios de políticas; realização de pesquisas; e organização de atividades/eventos, além das ações de caráter organizativo e de mobilização popular no trabalho com grupos. Essas orientações aparecem em todos os cinco parâmetros. Observam-se ainda as indicações para o trabalho com perícia social expressas no parâmetro sociojurídico e o detalhamento do trabalho educativo no parâmetro da questão urbana.

Com isso, destacam-se as especificidades do embasamento teórico de cada política na direção de compreender sua constituição e atuação. No tocante à indicação conceitual, observa-se que as orientações são organizadas com base nas formulações do debate das atribuições e das competências elencadas na Lei de Regulamentação da profissão. Apesar das particularidades de cada política, nota-se que as indicações gerais norteiam todas as políticas, reforçando, assim, a perspectiva da formação generalista.

Quadro 1 – Indicações gerais dos parâmetros

Ano	Parâmetros	Direção estratégica	Indicação instrumental
2010	Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social	Trabalho e assistência social no capitalismo (LOAS, PNAS, SUAS)	Formulação e execução de programas, projetos, benefícios e serviços próprios da assistência social; elaboração, execução e avaliação de planos e estudos sistemáticos; assessoria, consultoria; realização de visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres; e organização de seminários e eventos
2010	Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Saúde	Saúde, reforma sanitária e SUS	Avaliação socioeconômica; orientações/informações; perfil socioeconômico dos usuários; visitas domiciliares; elaboração de estudos socioeconômicos dos usuários e suas famílias; mobilização, participação e controle social; planejamento, gestão, assessoria e formação
2013	Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação	Concepção de educação e o significado estratégico da política educacional	Realização de estudos socioeconômicos; socialização das informações; gerenciamento, planejamento e execução
2014	Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico	Reflexões sobre o Sistema Jurídico e de Direito e sobre as legislações	Avaliações sociais e realização de estudos e perícias; rede de avaliação de políticas públicas; execução penal e sistema prisional
2016	Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Questão Urbana	Reflexão sobre a Questão Urbana e sobre o Direito à Cidade (política habitacional)	Ações de caráter organizativo e de mobilização popular; ações de assessoria, supervisão e formação; ações de planejamento e gestão

Fonte: Dados sistematizados dos documentos CFESS (2022).

Quanto às resoluções, destaca-se o esforço do conjunto CFESS/CRESS para construir as normativas profissionais alinhando-as aos princípios do projeto ético-político. Dentre

as resoluções, destacam-se as orientações e recomendações para o exercício profissional: condições de trabalho, evidenciando as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social (Resolução nº 493/2006); lacração de materiais (regulamento do registro/depoimentos por meio digital [Resolução nº 923/2019]); uso do nome social (Resolução nº 785/2016); vedação de terapias no exercício profissional de assistente social (Resolução nº 569/2010); vedação de condutas discriminatórias ou preconceituosas por orientação sexual (Resolução nº 489/2006), entre outras.

Já as resoluções mais específicas que orientam o exercício profissional na emissão de documentos técnicos são: pareceres/laudos; opiniões técnicas conjuntas entre o assistente social e outros profissionais (Resolução nº 557/2009) e lacração de materiais técnico e sigiloso (Resolução nº 556/2009). As resoluções representam o esforço político de qualificar e orientar o assistente social no cotidiano profissional alinhado aos preceitos éticos de resguardar o sigilo profissional.

Ainda sobre as resoluções, torna-se essencial sinalizar a preocupação de assegurar as particularidades do exercício profissional do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, especialmente nos trabalhos multidisciplinares, na direção de resguardar as especificidades e alertá-las também. Como sinaliza a Resolução nº 557/2009 (CFESS, 2009, p. 14), é inadmissível:

[...] que em uma mesma manifestação técnica tenha consignado o entendimento conjunto de duas áreas profissionais regulamentadas, sem que se delimite o objeto de cada uma, tendo em vista, inclusive, as atribuições privativas de cada profissão [...].

Daí a importância das suas regulamentações. Cabe salientar que as resoluções são construções coletivas e representam direções políticas em disputa, o que significa de-

marcar que sua hegemonia não exclui a existência de grupos políticos em outra direção. Nessa perspectiva, destacam-se as resoluções que sofreram processos judiciais: nº 559/2009, que trata sobre a atuação do assistente social na qualidade de perito judicial ou assistente técnico, quando convocado a prestar depoimento como testemunha pela autoridade competente; e nº 554/2009⁵, que diz respeito ao não reconhecimento da inquirição das vítimas crianças e adolescentes no processo judicial sobre a Metodologia de Depoimento sem Dano⁶, que foi invalidada por decisão judicial.

As resoluções que tratam sobre a questão do respeito à diversidade, aprovadas no contexto político de luta contra as práticas discriminatórias que ferem o direito à expressão e à diversidade, reforçam a defesa dos princípios versados no Código de Ética, ao reafirmarem o:

[...] empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. (BRASIL, 1993a, p. 3).

Pode-se reafirmar a importância do trabalho profissional no âmbito de assegurar o respeito, sendo vedado, conforme artigo 6º do título III:

[...] exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses [...] [e] bloquear

⁵ Essa resolução reafirma a posição do conjunto na direção de defesa que a Metodologia do “Projeto Depoimento sem Dano” não possui nenhuma relação com a formação ou conhecimento profissional do assistente social, obtido em cursos de Serviço Social, ministrado pelas faculdades e universidades reconhecidas, não sendo compatível com as qualificações do profissional respectivo, nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei nº 8.662/1993.

⁶ Diz respeito ao “Projeto Depoimento sem Dano” ou Inquirição Especial de Crianças e Adolescentes; no âmbito do Poder Judiciário, constitui função própria da magistratura.

o acesso dos/as usuários/as aos serviços oferecidos pelas instituições, através de atitudes que venham coagir e/ou desrespeitar aqueles que buscam o atendimento de seus direitos. (BRASIL, 1993a, p. 5).

Sobre as resoluções, convém frisar que elas acompanham a dinâmica das discussões profissionais, tornando-se uma estratégia de enfrentamento às questões postas na realidade, isto é, estão situadas no contexto sócio-histórico, ao mesmo tempo que se pode frisar que elas também sofrem os rebatimentos das disputas ideológicas, a exemplo das resoluções que tratam sobre impedimento do exercício do trabalho profissional no âmbito jurídico com os depoimentos sem danos, haja vista que estas resoluções foram revogadas por medidas judiciais.

Mostram-se, assim, a materialidade da disputa política de projetos profissionais em debate e os desafios para que se possa reafirmar os princípios profissionais no âmbito da defesa do projeto ético-político.

Considerações finais

As documentações, parâmetros e resoluções publicados e socializados traduzem a preocupação do conjunto CFESS/CRESS com o fortalecimento da direção política da profissão e com a regulamentação normativa e política das implicações numa intervenção multidisciplinar. Esses documentos traduzem os esforços do debate sobre a dimensão interventiva e ético-política e sua articulação com os núcleos de fundamentação, com vistas à apreensão do cotidiano do trabalho profissional numa perspectiva da totalidade, considerando suas particularidades.

Infere-se, portanto, que os parâmetros e as resoluções são imprescindíveis para direcionar os valores e os princí-

pios ético-políticos como os instrumentais técnicos alicerçados numa perspectiva histórica que possibilita contribuir no processo de valorização e de defesa da profissão.

Diante do exposto, destaca-se a relevância de recuperar o debate da Instrumentalidade para compreender os rumos do trabalho profissional e, conseqüentemente, suas estratégias de intervenção nesse quadro regressivo de direitos e de aprofundamento da precarização do trabalho.

Para tanto, ressalta-se a pertinência do profissional munir-se de conhecimentos teóricos, apropriar-se de regulamentações que orientam a profissão através do projeto ético-político do Serviço Social, Código de Ética (1993), legislações sociais, Lei de Regulamentação (1993), Diretrizes Curriculares (1996), etc., de modo a não cair nas armadilhas do sistema capitalista, intervindo nas manifestações da Questão Social numa perspectiva disciplinadora, pragmática, imediata e controladora.

Referências

ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Abepss, 1996.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 mar. 1993a.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jun. 1993b.

CFESS. *Resolução CFESS nº 557, de 15 de setembro de 2009*. Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões téc-

nicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais. Brasília, DF: CFESS, 2009.

FERNANDES, O. Categorias fundamentais para a compreensão da instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In: LAVORATTI, C.; COSTA, D. (org.). Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário.* Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. p. 15-26.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. *In: CFESS. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais: Capacitação em Serviço Social e Política Social.* Brasília, DF: CFESS/Abepss, 2000. p. 51-63.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.* Juiz de Fora: UFJF, 2012. p. 45-74.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.* 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

RAMOS, S. R. *A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social.* 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos.* 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

12 O ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO SERVIÇO SOCIAL DO INSS: UMA ANÁLISE CIRCUNSCRITA AO CONTEXTO DO GOVERNO JAIR BOLSONARO

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap12>

CÍCERO RENATO RIBEIRO JACOB

Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Foi professor do curso de Serviço Social da Cisne – Faculdade de Quixadá. É analista do seguro social – com formação em Serviço Social – do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
E-mail: cicerorriacob@gmail.com

DANIELLE ARAÚJO MONTEIRO

Especialista em Gestão de Cidades e de Projetos Sociais e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Possui inserção no âmbito dos movimentos sociais da região do Sertão dos Inhamuns, estado do Ceará. Compõe a atual diretoria do Sindicato dos/as Trabalhadores/as em Saúde, Trabalho e Previdência, no estado do Ceará (Sinprece). É analista do seguro social – com formação em Serviço Social – do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
E-mail: daniaraujo01@yahoo.com.br

IRENE JUCÁ PAIVA AGUIAR

Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela Universidade de São Paulo (USP) e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atuou como assistente social do Hospital Geral de Fortaleza, em assessoria técnica a assentamentos rurais pela Cooperativa de Prestação de Serviço e Assistência Técnica (Copasat)/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e na área da Proteção Básica da Assistência Social. É analista do seguro social – com formação em Serviço Social – do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
E-mail: ijuca06@gmail.com

Introdução



presente capítulo objetiva problematizar, no contexto do governo Jair Bolsonaro, os retrocessos, normativos e programáticos, no campo do atendimento às pessoas com deficiência, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e, de forma complementar, analisar o posicionamento do coletivo de assistentes sociais dessa autarquia federal diante desse contexto.

No âmbito da produção acadêmica, dos espaços de atuação e de debate da categoria de assistentes sociais, constituiu-se hegemônico o entendimento de que, no campo das políticas de seguridade social e de outras políticas sociais, o Estado brasileiro, sob a égide do governo Jair Bolsonaro, tem se pautado por uma conduta que se afirma pelo esforço explícito de destruir direitos sociais, de supervalorizar os interesses do capital e de fortalecer uma cultura política do autogoverno que deslegitima espaços públicos de controle social e de avaliação da gestão pública governamental.

O Serviço Social do INSS, em articulação com outros sujeitos da sociedade civil, tem apresentado uma importante contribuição no debate e na luta pela ampliação e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, no Brasil, e, de forma específica, no aprimoramento das condições,

normativas e operacionais, que viabilizam o acesso das pessoas com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Desse modo, entende-se que o desenvolvimento deste capítulo apresenta uma grande relevância para aprofundar o debate em torno da temática a que se propõe analisar.

Na construção deste estudo, foram adotadas estratégias metodológicas como: levantamento, leitura e análise de bibliografias, leis e outros instrumentos normativos que se relacionam diretamente à temática de estudo proposta; na leitura e análise do material selecionado, adotou-se um enfoque qualitativo que, no movimento do pensamento, buscou articular a temática proposta aos seus determinantes estruturais, buscando, dessa forma, construir posicionamentos/percepções que aprofundem/ressignifiquem as aparências fenomênicas, configuradas pela cotidianidade do real.

O capítulo está estruturado a partir das seguintes partes: no item dois, teve-se como escopo apresentar, no decurso da trajetória de luta das pessoas com deficiência, algumas conquistas que, no campo legal e político, foram decorrentes do movimento social desse segmento; no item três, em meio à tentativa de problematizar determinações estruturantes do contexto sociopolítico do governo Jair Bolsonaro, objetivou-se problematizar a aprovação de algumas medidas que, no âmbito do atendimento às pessoas com deficiência, no INSS, têm se constituído em um grande retrocesso político-normativo para esse segmento; no item quatro, teceram-se considerações sobre o atual contexto do Serviço Social do INSS e o atendimento às pessoas com deficiência, em meio aos ataques vivenciados pelo atual governo e às formas de enfrentamento e respostas da categoria a esses ataques.

Ponderações de partida: o movimento das pessoas com deficiência e a trajetória de luta do segmento para redefinir concepções e ampliar a garantia de direitos no Brasil

O debate que reivindica mudanças na perspectiva como a condição das pessoas com deficiência era concebida, questionando o modelo biomédico e o enfoque a partir das noções de infortúnio, segregação, isolamento, tem início no Reino Unido, a partir da década de 1970, com as cartas e escritos de Paul Hunt, sociólogo e pessoa com deficiência, em resposta a um artigo do jornal *The Guardian*. Acredita-se que o autor não supunha a proporção que assumiria sua indignada resposta para a discussão e a necessidade de uma nova e/ou outra compreensão quanto à deficiência, fazendo-nos lembrar a pertinência da proposição de Rosa Luxemburgo quando preconiza “Quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem”.

A partir de então, iniciou-se um processo de tensionamento sobre o conceito de deficiência, pautado, exclusivamente, na explicação biomédica dessa condição, assim como teve início a denúncia de uma sociedade que era estruturada para invisibilizar, segregar e excluir esse segmento. Essa nova proposta de análise ou compreensão foi denominada como Modelo Social da Deficiência.

São considerados precursores e primeira geração desse modelo os estudiosos e militantes Hunt, Oliver, Abberley, Finkelstein, cabendo-se destacar que todos são do sexo masculino, com nível de formação acadêmica e pessoas com deficiência física decorrente de lesão medular. A visão apresentada e defendida por eles demarcava um novo conceito de deficiência, que não se restringia somente à dimensão da lesão corporal, mas agregava novos determinantes a partir

das barreiras existentes na sociedade que impediam sua participação, principalmente no mercado de trabalho.

Após a mencionada carta, foi proposta a formação de um grupo de deficientes, surgindo a primeira “organização política” desse segmento, denominada “Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação” (Upias). Destaca-se o caráter de organização política dessa entidade, tendo em vista que, na época, as instituições existentes possuíam apenas um caráter de atendimento clínico, de reabilitação e/ou de abrigo, voltadas a pessoas com diversas deficiências; ou seja, a Upias foi a primeira entidade de caráter político organizada e implementada por pessoas com deficiência, cujo objetivo era questionar ou opor-se ao modelo biomédico como explicação hegemônica sobre o tema. Nesse sentido, é possível dizer que:

[...] Oliver, Abberley, Finkelstein e tantos outros que responderam ao chamamento de Hunt provocaram uma reviravolta no debate biomédico: ao invés de internado para tratamento ou reabilitação, os deficientes estavam encarcerados; a experiência da deficiência não era resultado de suas lesões, mas do ambiente hostil à diversidade física. [...] O principal objetivo da Upias era redefinir a deficiência em termos de exclusão social. A deficiência passou a ser entendida como uma forma particular de opressão, como a sofrida por outros grupos minoritários, como as mulheres ou negros. (DINIZ, 2012, p. 15-16).

Com sua consolidação, a Upias provocou um debate quanto às limitadas concepções que se coadunavam ao modelo e ao vocábulo biomédico quando referido ao conceito de deficiência, fazendo emergir questionamentos como: “[...] o que limita a participação da pessoa com deficiência seria a lesão do corpo ou a insensibilidade à diversidade corporal?” (DINIZ, 2012, p. 17).

Dessa forma, colocava-se a necessidade de compreender e explicar o fenômeno da deficiência dentro de uma perspectiva sociológica e política, e, no caso da Upias, o materialismo histórico constitui-se uma referência teórica a explicitar a discriminação à deficiência como uma forma de opressão social.

A construção e o fortalecimento de novos conceitos e definições que revelam a discordância entre lesão e deficiência como sinônimas – esta como resultado de discriminação e aquela como expressão biológica (DINIZ, 2012) – abrem caminhos para categorizações a partir da experiência da deficiência, demarcando o surgimento de uma disputa, no campo da “autoridade discursiva”, a questionar o lugar de exclusividade do saber médico no domínio desse debate.

O argumento do viés político da deficiência passou a ganhar força como teoria e, como decorrência, em 1975, na Universidade Aberta do Reino Unido, foi iniciado o primeiro curso de graduação com base na perspectiva do modelo social e, na Universidade de Kent, foi desenvolvido o primeiro curso de pós-graduação. E, no decurso desse processo, assistimos a publicações de livros, como a obra de Oliver que se tornou modelo no campo da temática da deficiência sob o enfoque do modelo social¹.

No ano de 1986, ainda no Reino Unido, foi criada a primeira revista científica voltada ao estudo da deficiência, cujo corpo editorial era formado, majoritariamente, por pessoas com deficiência. E, em 1996, foi lançada a primeira editora especializada no tema da deficiência. Essas iniciativas objetivavam divulgar os estudos e estimular a realização de novas pesquisas sob o enfoque do modelo social da deficiência.

¹ Esse livro tem como título *Serviço social com deficientes*, sendo considerado por alguns dos estudiosos como a primeira abordagem materialista da deficiência. Tal obra foi revisada e transformada em livro-texto no ano de 1990 sob o título *Políticas para a deficiência*, com tradução em vários idiomas (DINIZ, 2012).

Mesmo se observando uma maior *publicização* e o fortalecimento do debate em torno do Modelo Social da Deficiência, a Organização Mundial de Saúde (OMS), na década de 1980, publicou um catálogo de classificação oficial de lesões e deficiências, denominado Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap (ICIDH), cuja elaboração não contou com a participação das pessoas com deficiência que defendiam o Modelo Social, apresentando, consequentemente, um conteúdo que reforçava o discurso e o modelo biomédico. Destaca-se que a OMS, excetuando o momento atual, sempre teve sua direção geral ocupada por médicos. Sobre essa questão, é significativo afirmar que:

[...] o modelo médico não restringe a deficiência à categoria profissional da medicina, mas a um modo hegemônico de compreensão da deficiência no campo da saúde como um todo, quando a concebe estritamente com base em fatores orgânicos, ou seja, na lesão. (MELLO; MOZZI, 2018, p. 18).

Diante da publicação da ICIDH, os teóricos do Modelo Social reconhecem a necessidade de intensificar o debate com a OMS, pois apontam inconsistências e críticas na formulação desse documento, entre as quais se destacam: a ausência de representatividade do segmento das pessoas com deficiência na construção da ICIDH; o caráter moral baseado em padrões de normalidade; o fato de a deficiência ser vista como decorrente da doença e, por conseguinte, o documento ser classificado como integrante da Classificação Internacional de Doenças (CID), reforçando o aspecto medicalizante da deficiência. No ano de 1991, decorrida uma década de tensionamento, teve início a revisão da ICIDH com a construção da Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF), que, contando com a participação de entidades acadêmicas e representantes dos movimentos das pessoas com deficiência, foi publicada no ano de 2001.

Ainda no decurso do ano de 1991, concomitantemente ao embate sobre a revisão da ICIDH, emergiu, sob influência das mulheres feministas e com deficiência e/ou das mães de pessoas com deficiência, o debate em torno da inserção do viés de gênero no modelo social, demarcando o surgimento da segunda geração desse modelo.

O objetivo dessa vertente do movimento era, tão somente, trazer a reflexão de que as bandeiras de luta, no campo das pessoas com deficiência, também deveriam ter como premissa o combate à desigualdade e à opressão da estrutura social vivenciada pelas mulheres, colocando no centro do debate os papéis de gênero, o cuidado como direito humano fundamental e como princípio ético, a interdependência da condição humana – e não apenas em alguns ciclos ou situações –, em contraponto à sobrevalorização da independência. Ressalta-se que essas questões encontravam resistência tanto dos teóricos da primeira geração do modelo social – visto que eram constituídos, majoritariamente, por homens – como dos defensores do modelo biomédico. Entre as prerrogativas dessa vertente:

Erroneamente se supõe que o vínculo estabelecido pelo cuidado seja temporário em nossas vidas: o cuidado não é um princípio somente acionado em situações de crise da vida, como a doença, por exemplo. O cuidado e a interdependência são princípios que estruturam nossa vida coletiva e, ainda hoje, são considerados valores femininos e, por isso, pouco valorizados. Neste momento, o principal desafio das feministas é mostrar que é possível um projeto de justiça que considere o cuidado em situações de extrema desigualdade de poder. (DINIZ, 2003, p. 6).

Desse modo, as feministas objetivavam colocar as dimensões do cuidado e da interdependência como inerentes à nossa condição humana, independentemente de idade,

raça, sexo, condição social ou de saúde. Essas dimensões, em se constituindo referências do posicionamento ético-político diante do outro e da vida, devem ser estimuladas em qualquer realidade social, na formação e educação de qualquer ser humano, seja ele homem ou mulher.

Em 2001, seguindo o decurso do movimento das pessoas com deficiência, assistiu-se à aprovação e promulgação da CIF, que, embora não apresentasse um conceito demarcado de deficiência, articulava pressupostos do modelo social e biomédico, quando fez menção às concepções de incapacidade e funcionalidade. Nesse documento, portanto, era possível encontrar construções como: “A incapacidade não é um atributo do indivíduo, mas sim um conjunto complexo de condições, muitas das quais criadas pelo ambiente social” (USP, 2008, p. 32).

Segundo a perspectiva de alguns estudiosos, a CIF antecipou prerrogativas da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), desenvolvida no ano de 2006. O Brasil é signatário dessa convenção e a aplicabilidade dela é regulamentada por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e do Decreto do Governo Federal nº 6.949, que, entre outras coisas, preconizam a necessidade de votação no Congresso Nacional para que sejam efetivadas quaisquer mudanças no conteúdo desse tratado internacional. Dentre as prerrogativas da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência, importa destacar a demarcação do conceito de deficiência:

[...] a deficiência é um conceito em evolução [...]. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009).

Inicialmente, importa ressaltar o reconhecimento de que o conceito de deficiência assinala um processo em construção a demarcar seu caráter dialético, ou seja, de um devir, de um movimento em aberto. Noutra direção, o conceito aponta que a manifestação dos impedimentos, vivenciados pelas pessoas com deficiência, é resultado da interação dessas pessoas com as barreiras presentes nas atitudes e no ambiente onde elas estão inseridas. Em outras palavras, o que determina a forma como essa condição de deficiência se manifesta é um processo que não se restringe, unicamente, ao modo de ser ou às características de uma pessoa.

No Brasil, a aprovação desses decretos abriu precedentes para que o movimento das pessoas com deficiência alcançasse, no campo normativo, expressivos avanços. Desse modo, temos visto surgir um conjunto de leis, decretos e protocolos de atendimento que revelam não só uma diversificação no campo normativo, como uma série de readequações no estatuto legal até então existente.

É digno de nota, entretanto, que o movimento das pessoas com deficiência adquire maior visibilidade pública a partir do final da década de 1970, em meio ao processo de revitalização da sociedade civil, decorrente da abertura política brasileira. Nesse processo, é possível destacar avanços e conquistas, como:

- Em 1986, foi criada, como integrante do organograma da presidência da república, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), a se constituir como uma instância disseminadora do tema da deficiência em cada um dos órgãos constituintes do governo federal. Ressalta-se que a criação dessa coordenação somente foi efetivada em 1989, através da regulamentação da Lei nº 7.853, que preconiza as

responsabilidades do poder público no tocante às pessoas com deficiência;

- Na Constituição Federal de 1988, a grande vitória, diferentemente do que propunham os congressistas, foi inserir o enfoque da deficiência, de forma diluída, no interior dos diversos títulos e capítulos da Constituição, sem segregar esse tema em itens ou subpartes específicas. Nesse instrumento legal, destacam-se ainda a aprovação do BPC e o uso do vocábulo “pessoa portadora de deficiência”;
- No ano de 1993, foi instituído o Decreto nº 914, que aprova a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, mas, somente em 1999, por meio de decreto federal, foi criado o Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência (Conade), que apresenta como objetivo garantir a implementação da mencionada política;
- Em 2006, foi realizada a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, cujo tema norteador foi: “Acessibilidade: Você Também Tem Compromisso!”. Essa conferência foi precedida de conferências nos municípios, nos estados e no Distrito Federal e apresentou como objetivo promover amplo debate sobre temas e questões pertinentes ao segmento das pessoas com deficiência. Em 2008, ocorreu a II Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência, que, a partir de então, passou a apresentar caráter deliberativo.

No Brasil, outro marco na ampliação e garantia dos direitos das pessoas com deficiência foi a promulgação do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, que regulamentou o BPC, instituindo a avaliação social e a avaliação médica

como requisitos para a concessão/manutenção do benefício à pessoa com deficiência (§1º, 2º e 3º do artigo 16). A operacionalização desse processo de avaliação demandou a recomposição do quadro de profissionais do INSS, sobretudo de assistentes sociais e médicos, implicando a realização de dois concursos: em 2008, para provimento de cargos de analista do seguro social – com formação em Serviço Social; e em 2011, para provimento de cargos de médico perito.

A regulamentação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (LBI)/Estatuto da Pessoa com Deficiência, tendo como base prerrogativas do Protocolo Facultativo da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência, de 2006, constitui outra importante conquista, pois normatiza uma série de concepções, de direitos e de garantias legais quanto ao ordenamento jurídico e programático das ações desenvolvidas com o segmento das pessoas com deficiência.

Importa ressaltar, por fim, que o registro formal desses avanços normativos não revela o dispêndio de força, a dimensão da luta e da resistência dos sujeitos que integram o movimento das pessoas com deficiência no Brasil. Essas conquistas materializam um campo de disputas travadas por muitas gerações. Lutas essas que, urdidas no âmbito do sistema do capital, trazem a marca de um processo que, feito ondas no mar, avança e retrocede.

Entende-se, desse modo, que o Brasil do tempo presente, sob a égide do governo Jair Bolsonaro, evidencia um recuo da onda, um recuo no campo da garantia de direitos sociais, da ampliação dos espaços e instâncias de radicalização da democracia participativa e, portanto, um retrocesso no âmbito do atendimento às pessoas com deficiência no Brasil.

O governo Bolsonaro e o retrocesso político-normativo no campo do atendimento às pessoas com deficiência no INSS

No governo Jair Bolsonaro, no campo da temática do atendimento às pessoas com deficiência, temos assistido à aprovação de uma série de medidas que, gestadas sem a participação da sociedade civil, traz a marca da antipolítica, demolindo conquistas históricas do movimento das pessoas com deficiência no Brasil. Nesse governo, as políticas públicas apresentam configurações próprias do “autoritarismo” e do “ultraneoliberalismo”, demandando um esforço do nosso pensar crítico para descortinar as determinações estruturais dessa realidade como exigência para qualificar nosso posicionamento ético-político diante desse contexto.

A professora Alba Carvalho (2019) defende que o estudo da sociabilidade brasileira, no contexto do governo Bolsonaro, deve problematizar, como ponto de partida, a confluência de dois processos que, a partir de 1990, tem dado movimento às configurações do Estado, à relação deste com a sociedade e às políticas públicas, qual seja: a confluência complexa e contraditória dos processos de democratização e de ajuste estrutural brasileiro à ordem do capital (CARVALHO, 2019).

Em verdade, a “democratização” brasileira, deflagrada em meados da década de 1970, assinala um movimento da sociedade civil, na luta pelo fim da ditadura e pela afirmação de direitos civis, políticos e sociais. É este um processo que, no movimento pela radicalização democrática, culmina com a aprovação da Constituição Federal de 1988, que institucionaliza o:

Estado Democrático de Direito, com afirmação e reconhecimento jurídico-institucional dos Direitos Sociais, como fundamento de políticas públicas

ampliadas, de caráter universalizante. (CARVALHO, 2019, p. 3).

No decurso da década de 1990, o processo de “democratização” converge com a vinculação do Brasil à nova ordem do capital mundializado a materializar a hegemonia do capital financeiro no direcionamento da gestão pública, da economia, da cultura, enfim, no comando da sociabilidade brasileira. No dizer de Alba Carvalho (2019), é o “*Estado Ajustador*” brasileiro a banalizar a pobreza e a desigualdade social, a confiscar o fundo público em proveito de grandes conglomerados econômicos internacionais e a obscurecer, sob os auspícios da fenomenalidade do real, a ardilosa instrumentalidade da vida social brasileira ao enriquecimento das elites capitalistas do Brasil.

Assim, no decurso desses 40 anos da confluência entre a “democratização e o ajuste do Brasil ao capital financeiro mundializado”, temos assistido à emergência e consolidação do neoliberalismo no Brasil a assumir especificidades a partir de dois veios principais: as determinações gestadas pelas crises orgânicas do capital; e o movimento decorrente das pressões, disputas e alianças que são estabelecidas contra e nos aparelhos do Estado.

O período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve à frente do governo federal (2003 a 2016) apresenta algumas especificidades que, no decurso da processualidade da história, contribuem para o entendimento de fatos e determinações do tempo presente. Sobre os governos da “Era petista”, a professora Alba Carvalho (2019, p. 4, grifo da autora) formula considerações como:

[...] esses governos, na condição de ‘governos de ajuste ao capitalismo financeirizado’, investem no que pode ser denominado um ‘pacto de classes’ entre as

elites do capital e as massas e segmentos assalariados dos trabalhadores. [...] É o chamado MODELO DE AJUSTE PETISTA EM QUE TODOS GANHAM, claro, GANHAM DE FORMAS ESTRUTURALMENTE DESIGUAIS, MAS TODOS GANHAM.

A ideia de “pacto de classes”, em alusão ao período em que o PT esteve à frente do governo federal, ecoa em muitos outros analistas da contemporaneidade brasileira. Assim, é comum assistirmos ao aparecimento de terminologias como “governo de alianças”, “ideologia da conciliação de classes”, “social-democracia petista”, entre outras.

De partida, um elemento que contribui com a construção desse rótulo é a própria coalizão de forças que se formou nas eleições presidenciais da “Era petista”. Assim, em 2002, Lula venceu o pleito com uma coligação que possuía, na base de apoio, dois partidos tidos como conservadores, quais sejam: o Partido Liberal (PL) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN). O vice da chapa foi José Alencar, grande empresário do ramo têxtil de Minas Gerais. Já Dilma Rousseff, nas eleições de 2010 e 2014, teve Michel Temer como seu vice-presidente, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Este é, sem sombra de dúvidas, um partido vinculado à mais tradicional elite burguesa brasileira.

Ademais, no campo da macroeconomia, os governos do PT, obedecendo as devidas diferenciações, adotam estratégias que dão seguimento ao:

[...] MODELO DEPENDENTE DE AJUSTE BRASILEIRO, DENOMINADO MODELO RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA, centrado, justamente, na financeirização dependente e no extrativismo intensivo de riquezas, transmutadas em *commodities*. (CARVALHO, 2019, p. 6, grifo da autora).

Noutra direção, os governos do PT avolumaram programas sociais centrados na transferência de renda para

segmentos extremamente pobres; mobilizaram representações dos movimentos sociais/sindicatos para comporem os aparelhos de Estado; trouxeram para a esfera pública questões/temáticas, historicamente desvalorizadas, como a terceira idade, o campo das diversidades sexuais/gênero, as pessoas com deficiência e a desigualdade racial/quotas raciais/quilombolas/indígenas; redefiniram políticas sociais, a partir da pressão de segmentos da própria estrutura governamental, como a política pública de assistência social, de direitos humanos, entre outras.

No governo Dilma Rousseff, os rebatimentos da crise do capital mundializado, a despeito do surgimento dos efeitos socioeconômicos (redução do valor das *commodities* primárias, endividamento das famílias, aumento dos planos de saúde, entre outros), assumiram a dimensão de uma crise de legitimidade política. De fato, em junho de 2013², assistiu-se ao surgimento de uma série de manifestações de rua que, tendo início com pautas diferenciadas em cada uma das capitais brasileiras, acabaram por conclamar problemáticas que são comuns a toda a população do país, quais sejam: melhorias na educação, na saúde pública, na mobilidade urbana; contra as reformas estruturantes para a Copa “Rio 2016”; pela ampliação da democracia; pelo direito de protestar; contra a corrupção na esfera governamental. Essa crise de

² Essas reivindicações se iniciaram na cidade de São Paulo, em junho de 2013, com o *Movimento Passe Livre*, que se constituiu, majoritariamente, por jovens que protestavam contra o aumento da passagem intramunicipal de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, alastrando-se para outras capitais do Brasil, ao tempo que a pauta de reivindicações se expandiu, unificando-se em um grande clamor nacional. O movimento se iniciou com uma avaliação negativa, no âmbito da mídia nacional, contudo, diante da repressão do Estado brasileiro, adquiriu notoriedade e adesão de outras camadas da população brasileira. Ademais, percebeu-se o surgimento, no âmbito das manifestações de junho de 2013, de discursos da extrema direita brasileira a reivindicar o fim da corrupção, contra os partidos de esquerdas/o comunismo e pela moralização na política.

legitimidade política adquiriu, posteriormente, outros contornos e agravantes.

De fato, diante de um contexto de crise, com redução exponencial dos lucros do capital, as elites, copartícipes do “pacto de classes”, romperam com esse ideário de “conciliação de interesses”, então, a partir da conjugação de esforços – do Legislativo, do Judiciário e da mídia brasileira –, assistiu-se ao golpe do Estado do governo Dilma Rousseff a materializar-se sob a forma de processo de *impeachment*, cujo desfecho foi a cassação pelo Senado Federal, no dia 31 de agosto de 2016, do mandato de Dilma Rousseff como presidenta do Brasil³.

Desse modo, o vice-presidente, Michel Temer, assumiu e, nos primeiros meses do governo, o verdadeiro motivo do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi se revelando, qual seja: “[...] O golpe foi uma oportunidade para radicalizar o projeto liberal no Brasil. *Trata-se de uma agenda ultraliberal nos campos econômico e social e ultraconservador*” (FAGNANI, 2016, p. 91, grifo nosso). Em verdade, o projeto do “ajuste estrutural brasileiro à ordem do capital financeiro mundializado”, diferentemente de alguns países da América Latina, ainda não tinha sido plenamente radicalizado.

Assim, já no início do governo Michel Temer, chamou a atenção a agilidade com que a agenda de reformas passou a ser debatida no âmbito do Congresso Nacional. No pensamento de Fagnani (2016, p. 91), “[...] é, sobretudo, no campo social que as propostas são mais radicais”, cabendo-se destacar a aprovação de medidas como: ampliação da porcentagem da Desvinculação das Receitas da União (DRU) de 20% para 30%, que redireciona a arrecadação das fontes

³ Para aprofundar o estudo sobre o golpe de Estado brasileiro do ano de 2016, ver Ramos *et al.* (2016).

tributárias da seguridade social para qualquer outra finalidade, conforme o interesse governamental; aprovação da Lei nº 13.467/2017, que altera ganhos históricos da legislação trabalhista referentes a questões como férias, rescisão contratual, horas extras, processo litigioso entre patrão/empregado, entre outros; aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que, durante um período de 20 anos, toma como referência para a correção orçamentária das despesas primárias – que incluem despesas como a das políticas da seguridade social, entre outras – o valor do ano anterior corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, demarca uma linha de continuidade desse ultraliberalismo na configuração do Estado e das políticas públicas brasileiras. Nessa direção, Alba Carvalho (2019) argumenta que a eleição de Bolsonaro assinala um movimento, em escala mundial, de revitalização da direita neoliberal, que se manifesta, no Brasil, a partir dos efeitos da crise, no ano de 2013, podendo-se observar expressões de protestos dessa extrema direita brasileira nas manifestações de junho de 2013. Para essa autora, esse movimento de revitalização, urdido na teoria neoliberal, aglutina diferentes direitas a constituir, no Brasil do tempo presente, um fenômeno chamado “*bolsonarismo*”. Sobre esse fenômeno, argumenta Alba Carvalho (2019, p. 15):

A rigor, ‘bolsonarismo’ é uma configuração socio-política de extrema-direita, que articula ultraneoliberalismo dependente, militarismo patriótico e autoritário, mesclado com justicialismo da violência e reacionarismo político-cultural, eivado de um moralismo religioso.

O fenômeno *bolsonarismo* apresenta uma complexa configuração a demarcar o Estado e as políticas públicas no

Brasil, a partir de características como: um “reacionarismo político cultural” a veicular, nos aparelhos do Estado e no imaginário social, uma cultura do desrespeito às diferenças e de um moralismo do qual a “lógica de que o homem veste azul e a mulher veste rosa, da ministra Damares Alves, é apenas um exemplo; um “militarismo patriótico e autoritário”, que, acompanhado do discurso da anticorrupção e do combate à violência, tem justificado a implantação de políticas de exceção, de criminalização e de morte, como parâmetro do fazer política pública; um “ultraneoliberalismo dependente”, que potencializa a agenda, iniciada com Temer, de ajuste do Brasil ao capital financeiro, cujo principal parâmetro de sucesso é a redução de recursos para a garantia de direitos sociais, tal qual a Emenda Constitucional nº 103/2019, que aprovou a Reforma da Previdência, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2020, que pleiteia a aprovação da Reforma Administrativa do Estado brasileiro⁴.

No que diz respeito ao atendimento às pessoas com deficiência no INSS, importa destacar a aprovação de normativas que, pautando-se por esse viés ultraneoliberal, apresentam graves retrocessos e uma ilusória aparência de aprimoramento, embora a propaganda *bolsonariana* queira vender a ideia de um governo comprometido com a causa da pessoa com deficiência.

O Projeto INSS Digital, tendo início com a Portaria nº 2.033, de 28 de novembro de 2017, tem se configurado como uma iniciativa que, considerando-se a realidade das pessoas com deficiência no Brasil, tem apresentado graves entraves à garantia dos direitos dessas pessoas. Esse projeto:

⁴ O eixo argumentativo proposto neste parágrafo toma como referência aportes analíticos construídos por Carvalho (2019) quando problematiza alguns elementos do fenômeno que a autora denomina como “bolsonarismo”, quais sejam: “um reacionarismo político-cultural”; “um militarismo patriótico e autoritário”; “um ultraneoliberalismo dependente”.

[...] valoriza o uso da tecnologia para facilitar o acesso dos cidadãos aos benefícios e serviços previdenciários, que passaram a ser atendidos, preferencialmente em meios remotos e, a partir de julho de 2019, exclusivamente pelos canais remotos de atendimento [...] sob a justificativa de tornar o atendimento *mais eficiente*. (MENDONÇA, 2020, p. 170-171, grifo nosso)⁵.

O INSS Digital está alicerçado nos seguintes pilares: a digitalização dos processos de requerimentos; a distribuição equitativa desses requerimentos entre os servidores da autarquia; e a formalização de acordos de cooperação técnica com prefeituras, escritórios de advocacia, sindicatos de trabalhadores rurais, entre outras instituições (MENDONÇA, 2020).

No âmbito desse processo, a Portaria nº 94, de 11 de janeiro de 2018, autoriza a execução de projeto-piloto de regime de teletrabalho⁶ e preconiza:

[...] Considerando a necessidade de *promover a modernização e a melhoria contínua dos processos de trabalho*; Considerando que a experiência acumulada com a *flexibilização de horários*, tanto no Poder Público quanto na iniciativa privada, resulta em *redução de custos, primazia dos resultados com rapidez e*

⁵ Ressalta-se que o processo de modernização do atendimento no INSS vem se implementando desde o fim dos anos de 1990. Nessa trajetória, surgiram o Canal 135, em 2006, e o agendamento pela internet, em 2007, que se constituem em estratégias que, programaticamente, buscam melhorar a eficiência no atendimento aos segurados do INSS (MENDONÇA, 2020).

⁶ O teletrabalho constitui uma modalidade de operacionalização dos processos de trabalho em que – estando presente, hoje, no INSS e em muitas outras instituições públicas e privadas – os/as trabalhadores/as realizam suas atividades laborais, no todo ou em parte, fora dos espaços físicos de trabalho. No INSS, o discurso governamental justifica essa configuração de trabalho com base na defesa da possibilidade de redução de custos e na garantia de melhor qualidade de vida para os/as trabalhadores/as. Ressalta-se que, no teletrabalho, a viabilização da estrutura necessária para assegurar essa proposta é toda por conta dos/as servidores/as.

eficiência e aumento da produtividade, resolve: Art. 1º Autorizar a execução da Experiência-Piloto do Teletrabalho no âmbito das unidades do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS [...]. (BRASIL, 2018, grifos nossos).

A escolha por transcrever uma normativa que regula um dos pilares do INSS Digital, antes de aprofundar os resultados desse processo, busca mostrar que a retórica discursiva, subjacente ao processo de modernização administrativa, apresenta um apelo que, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁷, ecoa no imaginário brasileiro.

Assim, o trecho transcrito acima mostra o desejo de transpor os pilares da administração empresarial para o espaço governamental, em que a busca pela eficiência, sob o viés neoliberal, tem se sobreposto à satisfação das necessidades e ao interesse coletivo. Desse modo, sob a retórica do discurso da modernização, o INSS Digital fez com que os processos de requerimento e de gestão/manutenção⁸ de benefícios e o litígio administrativo, no INSS, passassem a ser

⁷ No Brasil dos anos de 1990, a propagação da ideia de reforma administrativa do Estado brasileiro teve influência do pensamento de Luiz Carlos Bresser-Pereira, estudioso da temática da burocracia e professor da Fundação Getúlio Vargas desde 1959. Foi ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, de 1995 a 1998, no governo de FHC. Para alguns analistas da contemporaneidade brasileira, as postulações de Bresser-Pereira têm influenciado toda a discussão de reforma do Estado no Brasil, desde os anos de 1990 até os dias atuais.

⁸ A gestão/manutenção de benefícios constitui uma prática em que os/as segurados/as ou o próprio INSS realizam alterações no *status* do benefício, ou seja, realizam mudanças na forma como o benefício está configurado nos sistemas da autarquia. Essa configuração pode ser de ordem diversa, por exemplo: mudar a titularidade do benefício nos casos em que este estava, desde o seu surgimento, no nome do representante legal do/a segurado/a; bloquear o benefício para a realização de empréstimos; mudar a instituição bancária a que o pagamento do benefício estava vinculado; mudar e/ou acrescentar informações do/a titular do benefício (alterar endereço, acrescentar documentação, etc.).

realizados, exclusivamente, de forma digital. Hoje, a relação dos/as segurados/as/pessoas com deficiência com a previdência social é intermediada por um aplicativo de informática chamado Meu INSS⁹. Essa relação torna-se ainda mais distanciada quando é necessário recorrer a órgãos que possuem acordo de cooperação técnica com o INSS (prefeituras, sindicatos, escritórios de advocacia, entre outros), para que estes intermedeiem, via aplicativo Meu INSS, a relação com a autarquia.

Reafirma-se, desse modo, que o INSS Digital não tem se mostrado como uma alternativa que revele eficiência e, acima de tudo, efetividade na garantia dos direitos das pessoas com deficiência e dos demais segurados da previdência social brasileira. Nessa direção, apresentam-se fatos e evidências como: no Brasil, o número de pessoas sem acesso à internet ainda é muito grande, assim como muitas pessoas ainda têm dificuldade para navegar na internet. De fato, o Brasil, no final de 2019, tinha 39,8 milhões de pessoas sem acesso à internet (G1, 2019). Desse número, 43,8% declararam que não sabem utilizar esse recurso¹⁰; o número de dias, para conclusão de requerimentos de benefícios previdenciários e assistenciais, aumentou após o INSS Digital. Nesse sentido, constata Mendonça (2020, p. 180):

⁹ O aplicativo de informática Meu INSS foi implementado por meio da Instrução Normativa nº 96, de 14 de maio de 2018, que, entre outras coisas, normatiza: “Art. 667-A. Institui-se a central de serviços Meu INSS, disponível na Internet e em aplicativos de celulares, como principal canal para emissão de extrato e solicitação de serviços perante o Instituto”. Em verdade, o Meu INSS constitui-se, hoje, como um dos principais canais remotos de interação dos/as segurados/as com o INSS. Nesse aplicativo é possível requerer benefícios, realizar a manutenção de benefícios, atualizar dados cadastrais dos/as segurados/as, entre muitos outros serviços.

¹⁰ Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C), com levantamento feito no quarto trimestre de 2019, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 14 de abril de 2021.

[...] os processos permanecem, em média, 120 a 180 dias, aguardando distribuição para iniciar a análise, tendo casos em que essa espera se estende a um ano, um claro indicativo de que pode ser equivocado considerar a inexistência de filas para atendimento no INSS.

Esses dados apontam que a proposta do INSS Digital, decorridos esses quatro anos do seu surgimento, deve ser amplamente discutida. Não se trata apenas de uma simples recusa à informatização dos processos de trabalho na autarquia, mas, conforme apontam o movimento sindical dos servidores do INSS e as entidades representativas da categoria dos/as assistentes sociais, é necessário trazer para o debate questões como: o acesso à internet, que, em alguns estados do Brasil, ainda é um grande problema. É comum encontrar, em municípios do Ceará, segurados/as/requerentes do BPC que nunca tiveram contato com palavras como *e-mail*, aplicativo de informática, entre outros vocábulos do ramo da computação; em 2019, como decorrência da Reforma da Previdência, muitos servidores se aposentaram e o governo tem se recusado a fazer novos concursos. As filas eletrônicas de requerimentos são um reflexo também do número reduzido de servidores hoje existente no INSS. Outrossim, muitos servidores que estão em teletrabalho não possuem equipamentos/infraestrutura de informática com condições para permitir agilidade no processo de análise dos requerimentos; o afastamento das pessoas com deficiência/segurados/as do INSS, até mesmo para o simples requerimento, constitui um complicador, pois os servidores dessa autarquia possuem uma *expertise* que, no âmbito do direito previdenciário e assistencial e do próprio fluxo administrativo da instituição, foi construída ao longo de anos de árduo trabalho.

Outrossim, a Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021, apresenta sérios ataques ao modelo social da deficiência e às

conquistas normativas, duramente alcançadas desde o surgimento da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Chama a atenção, inicialmente, o fato de essa normativa ter sido aprovada sem o envolvimento da sociedade na discussão e em sua elaboração. Dentre os retrocessos apresentados por essa lei, merecem destaque:

§ 11-A. O regulamento de que trata o § 11 deste artigo poderá ampliar o limite de renda mensal familiar *per capita* previsto no § 3º deste artigo para até 1/2 (meio) salário-mínimo, observado o disposto no art. 20-B desta Lei.

A lei prevê a possibilidade de ampliar a renda *per capita* como referência legal para a concessão do BPC, mas atrela essa prerrogativa a condicionalidades que constituem um retrocesso ao estatuto legal anterior. Vejamos:

Art. 20-B. Na avaliação de outros elementos probatórios da condição de miserabilidade e da situação de vulnerabilidade de que trata o § 11 do art. 20 desta Lei, serão considerados *os seguintes aspectos para ampliação do critério de aferição da renda familiar mensal per capita de que trata o § 11-A do referido artigo*: I - o grau da deficiência; II - a dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária; e III - o comprometimento do orçamento do núcleo familiar de que trata o § 3º do art. 20 desta Lei exclusivamente com gastos médicos, com tratamentos de saúde, com fraldas, com alimentos especiais e com medicamentos do idoso ou da pessoa com deficiência não disponibilizados gratuitamente pelo SUS, ou com serviços não prestados pelo Suas, desde que comprovadamente necessários à preservação da saúde e da vida. [...] § 4º O valor referente ao comprometimento do orçamento do núcleo familiar com gastos de que trata o inciso III do *caput* deste artigo será definido em ato conjunto do Ministério da Cidadania.

nia, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do INSS, a partir de valores médios dos gastos realizados pelas famílias exclusivamente com essas finalidades, facultada ao interessado a possibilidade de comprovação, conforme critérios definidos em regulamento, de que os gastos efetivos ultrapassam os valores médios. (BRASIL, 2021, grifos nossos).

Em verdade, a Ação Civil Pública (ACP) nº 004265-82.2016.4.03.6165, que possui uma abrangência nacional, determinou que a análise de requerimentos do BPC de famílias com renda *per capita* superior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo fosse efetuada, desde que comprovassem gastos com a aquisição de medicamentos, fralda descartável e alimentação especial e/ou realização de consultas cuja concessão fosse, comprovadamente, negada pelo Estado. A ACP não limita a possibilidade dessa análise a um recorte de renda específico, de tal forma que foi institucionalizada a realização de um parecer social¹¹ pelos/as assistentes sociais do INSS como parâmetro para determinar a realidade socioeconômica e o comprometimento da renda dessas famílias. A Lei nº 14.176/2021 não só demarca o recorte de $\frac{1}{2}$ salário mínimo como acrescenta as condicionalidades do “grau da deficiência” e da “dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida diária” para que essas famílias tivessem seus requerimentos analisados.

Outrossim, essa lei preconiza que será objeto de regulamento específico a determinação de uma média que sirva como parâmetro dos valores desprendidos pelas famílias

¹¹ A elaboração do parecer social, como uma atribuição exclusiva da profissão do Serviço Social, constitui-se um instrumento que, partindo do desenvolvimento de competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas próprias da profissão, deve possibilitar a construção de um posicionamento do/a assistente social sobre uma situação/demanda específica.

com a aquisição dos insumos de saúde que a lei determina. É essa uma condição que, sob o contexto de um governo ultraneoliberal, constitui um grande risco na desqualificação do BPC como um direito que se propõe a garantir a segurança de renda. E a Lei nº 14.176/2021 avança na regulamentação de retrocessos no âmbito do BPC. Vejamos:

Art. 3º Para avaliação da deficiência que justifica o acesso, a manutenção e a revisão do BPC [...] o INSS autorizado a adotar as seguintes medidas excepcionais, até 31 de dezembro de 2021¹²: I - realização da avaliação social, de que tratam o § 6º do art. 20 e o art. 40-B da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, por meio de videoconferência; e II - concessão ou manutenção do benefício de prestação continuada aplicado padrão médio à avaliação social, que compõe a avaliação da deficiência de que trata o § 6º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, desde que tenha sido realizada a avaliação médica e constatado o impedimento de longo prazo. [...] (BRASIL, 2021, grifo nosso).

De fato, contrariando o Código Internacional das Pessoas com Deficiência, os artigos transcritos acima apresentam retrocessos à avaliação da deficiência ao preconizar a utilização de um padrão quantificador e eletrônico de mensuração, em lugar do atendimento presencial com os/as assistentes sociais do INSS, revitalizando, dessa forma, o modelo biomédico para a avaliação da deficiência, visto que a realização presencial da perícia médica do INSS reassumirá, simbólica e concretamente, o lugar prioritário de referência técnica, na definição dos determinantes que envolvem a condição da deficiência.

Ademais, a realização de um atendimento em que assistente social e requerente do BPC estão situados em espa-

¹² A Portaria nº 978, de 4 de fevereiro de 2022, prorrogou a realização da teleavaliação até dezembro de 2022.

ços diferenciados e de interação viabilizada por meios virtuais de comunicação apresenta sérios comprometimentos ao sigilo da informação, prerrogativa legal prevista no Código de Ética do/a Assistente Social, que resguarda o direito de ambos (assistente social e usuário do serviço) de terem preservado o ocultamento de toda e qualquer comunicação gerada no momento do atendimento.

Por fim, a proposição da teleavaliação apresenta outro complicador, que é assegurar as condições estruturais para a realização desse procedimento, posto que as pessoas com deficiência, em situação de pobreza ou extrema pobreza, não têm acesso a equipamentos de computação com tecnologias assistivas.

O Serviço Social na previdência e o atendimento às pessoas com deficiência

O Serviço Social da previdência ocupa grande relevância na história da profissão no Brasil. Em verdade, o Serviço Social na previdência foi um dos primeiros espaços sócio-ocupacionais da profissão, criado em 1944, através da Portaria nº 25 do Conselho Nacional do Trabalho. Atualmente, tem sua atuação baseada em um conjunto de normativas, como a Lei nº 8.213/1991, o Decreto nº 3.048/1999, a Matriz Teórico-Metodológica de 1994, o Decreto nº 6.214/2007 e a mais recente, de 2012, o Manual Técnico do Serviço Social. Outrossim, cabe pontuar o grande número de profissionais espalhados pelo território brasileiro e a capilaridade assumida pelo trabalho desses profissionais, que, em seu cotidiano, atendem a um expressivo número de pessoas – entre elas, pessoas com deficiência – assim como desenvolvem uma atuação que se articula, política e intersetorialmente,

com muitos outros sujeitos que estão presentes nos territórios dos municípios brasileiros.

Ao integrarem a seguridade social brasileira, os/as assistentes sociais da previdência são chamados/as a atuarem com um amplo contingente da população, que, em sua grande maioria, são excluídos do usufruto da riqueza socialmente produzida, posto que vivenciam a exploração em processos aviltantes de trabalho – por meio de contratos precários ou até mesmo vínculos sem nenhuma garantia em termos de direitos – ou estão alijados do processo produtivo ao vivenciarem o desemprego e/ou desenvolverem atividades nos circuitos do que se convencionou chamar de empreendedorismo.

A promulgação do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, que institui a avaliação social como atribuição dos/as assistentes sociais do INSS e como um dos requisitos para a concessão do BPC, cria mais uma atribuição desse/a profissional no âmbito do atendimento às pessoas com deficiência. Em verdade, a socialização de informações¹³, prevista no artigo 88 da Lei nº 8.213/1991 – constituindo-se como uma linha de ação da profissão no INSS –, historicamente, tem viabilizado o atendimento às pessoas com deficiência e aos/as segurados/as da previdência.

A grande demanda de requerimentos do BPC, em decorrência da elevação quantitativa e da agudização da condição de pobreza, no Brasil, assim como dos equívocos ope-

¹³ O Manual Técnico do Serviço Social no INSS conceitua a socialização de informatização da forma que se segue: “A socialização das informações previdenciárias e assistenciais consiste em um processo democrático e pedagógico que se desenvolve entre o assistente social e os cidadãos usuários da Previdência Social. Essa ação possibilita uma informação de qualidade e diferenciada, pois é desenvolvida sob a ótica do acesso ao direito e da ampliação do exercício da cidadania. Este processo visa tornar as políticas de seguridade transparentes e acessíveis para os usuários, sobretudo no que se refere à Previdência e Assistência Social. Além disso, busca-se estabelecer uma interface com as demais políticas sociais (saúde, educação, trabalho, entre outras)” (BRASIL, 2018).

racionalizados por gestores do governo de Jair Bolsonaro no processo de requerimento desse benefício, tem gerado, no interior do Serviço Social da previdência, elementos complicadores, como:

- Secundarização de atividades históricas, por exemplo: socialização de informações (individual e coletiva); ações de fortalecimento do coletivo (assessoria e consultoria a profissionais, aos movimentos sociais, às instituições e organizações da sociedade civil), em detrimento da realização do elevado número de avaliações sociais;
- Proposição para que os/as assistentes sociais realizem atividades, como a análise de requerimentos do BPC, que não estão normatizadas na lei de regulamentação da profissão ou em documentos definidores da atuação do Serviço Social no INSS. Uma das razões que são utilizadas como argumento para tal proposição é o fato de que muitos profissionais, especificamente os que adentraram na instituição em concurso de 2009, passaram a ser denominados analistas do seguro social com formação em Serviço Social;
- Ameaça de extinção do Serviço Social no organograma do INSS, em razão da resistência em assumir alguns direcionamentos propostos para a área do Serviço Social, como ocorreu por meio da Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019;
- Prevalência de uma cultura gerencialista e produtivista dos aparatos institucionais do Estado brasileiro a impulsionar reformulações nos processos de trabalho do Serviço Social, como: ampliação da carga horária de trabalho; redução do tempo de

avaliação social no contexto de requerimento do BPC; implementação da teleavaliação, comprometendo a qualidade na realização dessa atividade, visto que viola o direito do sigilo da informação, tanto para os/as assistentes sociais como para os/as requerentes do BPC.

É digno de nota ainda que essas mudanças nos processos de trabalho do INSS e, de forma mais específica, no Serviço Social previdenciário têm rebatido no cotidiano e nas atribuições dos/as assistentes sociais de outras políticas públicas, como saúde e assistência social, visto que a rotina de trabalho desses/as profissionais tem sido invadida por uma demanda de atendimento que anteriormente era prestada pelo corpo de servidores do INSS. Em verdade, muitos segurados e requerentes do BPC têm se dirigido às unidades das políticas de saúde e de assistência social para viabilizarem o atendimento de questões específicas da política de previdência social.

No campo específico do atendimento às pessoas com deficiência, ainda é digno de nota que, no âmbito do INSS e da sociedade de uma forma geral, o modelo de avaliação biopsicossocial – instituído pela CIF e ratificado pela Convenção – ainda não foi devidamente maturado e, portanto, não teve a sua devida adesão. No INSS, avalia-se que esse modelo, nos aspectos culturais e técnico-operativos, ainda necessita de maiores aprofundamentos. Outrossim, outras nuances do atendimento às pessoas com deficiência ainda demandam aprimoramentos, donde se destaca a perspectiva de acessibilidade, que necessita ser ampliada para os níveis da comunicação e das atitudes. Em nível da sociedade, entende-se que esse modelo ainda necessita ser amplamente divulgado e debatido, a ponto de criar uma cultura do direito a tensionar o Estado na garantia e ampliação desse

viés na configuração das políticas públicas e na operacionalidade das diferentes instituições governamentais. Avalia-se que o próprio segmento das pessoas com deficiência, em decorrência do precário acesso ao direito da orientação e informação, ainda necessita incorporar, em sua grande maioria, a proposta do modelo biopsicossocial de avaliação da deficiência, a ponto de adensar, de forma mais incisiva, uma agenda de luta na afirmação e garantia dessa perspectiva de análise.

O Serviço Social da previdência, através de suas entidades representativas, entre elas o conjunto CFESS/CRESS, tem refletido e denunciado os ataques direcionados ao exercício profissional e aos direitos das pessoas com deficiência e, em articulação com outros sujeitos¹⁴, tem adotado medidas que buscam barrar esse conjunto de ataques, podendo-se destacar: manifestações e/ou notas técnicas – fevereiro/2021, março/2019, janeiro/2018 e novembro/2017; peças de comunicação; denúncia aos órgãos da justiça; debates através de seminários e de encontros nacionais do conjunto CFESS/CRESS; audiências públicas em âmbito estadual e federal; reuniões com o alto escalão da gestão do INSS; e realização de eventos de socialização coletiva junto a diferentes sujeitos atuantes nos territórios dos municípios brasileiros.

Evidencia-se, por fim, que o atual contexto brasileiro exige um posicionamento ético-político da profissão ou, como bem coloca Guerra (2000, p. 54): “[...] a ação transformadora da realidade que é a práxis [...]. Mas a práxis necessita de muitas outras capacidades/propriedades além da própria instrumentalidade”.

¹⁴Entre esses sujeitos, destacam-se: diferentes entidades sindicais, parlamentares vinculados a legendas da esquerda e, ocasionalmente, de outras legendas partidárias, movimentos sociais, conselhos de políticas públicas, entre outros.

Referências

BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 maio 1999.

BRASIL. Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Regula o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 set. 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 ago. 2009.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez. 2016.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 nov. 2019a.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 14 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

BRASIL. Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019. Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 nov. 2019b.

BRASIL. Portaria nº 94, de 11 de janeiro de 2018. Autoriza a execução do regime de teletrabalho no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2018.

BRASIL. Portaria nº 978, de 4 de fevereiro de 2022. Institui, em âmbito nacional, a realização da Avaliação Social da Pessoa com Deficiência - Remota. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 fev. 2022.

BRASIL. Portaria nº 2.033, de 18 de agosto de 2021. Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 ago. 2021.

CARVALHO, A. M. P. Desmonte dos direitos da classe trabalhadora: assistentes sociais no combate ao conservadorismo. *In: ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO MARANHÃO*, 40., 2019, Maranhão. *Anais [...]*. São Luís: CRESSMA, 2019.

CFESS. *Código de Ética do/a Assistente Social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10. ed. Brasília, DF: CFESS, 2012.

DINIZ, D. Modelo social da deficiência: a crítica feminina. *Série Anis*, Brasília, DF, v. 28, p. 1-10, 2003.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

FAGNANI, E. Implosão das pontes para o desenvolvimento. In: RAMOS, G. T. et al. (org.). *A classe trabalhadora e a resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016. p. 81-92.

G1. Em 2019, Brasil tinha quase 40 milhões de pessoas sem acesso à internet, diz IBGE. *G1*, [S.L.], Economia, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/04/14/em-2019-brasil-tinha-quase-40-milhoes-de-pessoas-sem-acesso-a-internet-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 mar. 2022.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS. *Cadernos do Programa de Capacitação Contínua para Assistentes Sociais: Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília, DF: CFESS/Abepss, 2000. p. 51-63.

MELLO, A. G.; MOZZI, G. A favor da deficiência nos estudos interseccionais de matriz feminista. In: ROSA, M. V. F. et al. (org.). *Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional*. Porto Alegre: Secco, 2018. p. 17-30.

MENDONÇA, T. N. *Modernização do serviço público no Brasil: os rumos para o trabalho e o servidor do INSS*. 2020. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

RAMOS, G. T. et al. (org.). *A classe trabalhadora e a resistência ao golpe de 2016*. Bauru: Canal 6, 2016.

USP. *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. São Paulo: USP, 2008.

13 ESTUDO SOCIAL, LAUDOS, RELATÓRIOS E PARECER SOCIAL - INSTRUMENTOS TÉCNICOS DO COTIDIANO PROFISSIONAL: REFLEXÕES E DESAFIOS PRESENTES

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap13>

RAQUEL FERREIRA CRESPO DE ALVARENGA

Mestra em Política Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Assistente social aposentada do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Professora do curso de pós-graduação em Direito Previdenciário do Centro Universitário de João Pessoa (Unipe - PB). Vice-presidente da Fundação de Direitos Humanos Margarida Maria Alves.
E-mail: raquelfcalvarenga@gmail.com

Introdução



presente capítulo é fruto da participação, como facilitadora, na oficina temática “Estudo Social, laudos e parecer social”, presente na programação do III Seminário Trabalho e Instrumentalidade, promovido pelo Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), quando acolhi a provocação de materializar a temática abordada em forma de texto.

No decorrer da oficina, observamos que dialogar sobre os instrumentos e técnicas presentes no cotidiano profissional não é um tema esgotado no seio da categoria, pelo contrário, é um tema recorrente, necessário e instigante, principalmente na atual conjuntura, caracterizada pelo desmonte dos direitos sociais, no aumento da desigualdade social, no conservadorismo e no moralismo rondando nosso fazer profissional e nossa sociedade como um todo.

Atuar na política previdenciária/Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)¹ me aproximou da temática, principalmente nas questões relacionadas aos instrumentos utilizados pela categoria. A atuação profissional acontecia através da socialização das informações, encaminhamento e concessão de *recurso material*², que exigiam a realização de um estudo socioeconômico.

¹ Assistente social do INSS da Paraíba.

² Para maiores detalhes, ver Cartaxo (2008).

Passado quase um século de história e existência do Serviço Social brasileiro, verifica-se que as instituições assistenciais eram e ainda são um dos espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social: no passado recente, na Legião Brasileira de Assistência (LBA)³, e hoje, nos Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Referência Especializada em Assistência Social.

Na então LBA, os/as profissionais tinham como uma das competências a emissão dos *estudos socioeconômicos* para acesso dos/as usuários/as aos serviços e benefícios oferecidos pela instituição. Utilizando-se do método de Serviço Social de Caso⁴, os estudos socioeconômicos eram emitidos numa visão individualista, centralizada na história de vida do/a usuário/a, por meio do diagnóstico, sem considerar os determinantes econômicos e sociais geradores da problemática apresentada.

Esses estudos socioeconômicos, tal como se constituiu historicamente no meio profissional, carregam maior proximidade com elementos que visam à seletividade do que com elementos que venham a contribuir para conhecer e explicar a realidade social vivida pelos/as sujeitos/usuários/as [...]. (CFESS, 2020, p. 21).

No Poder Judiciário, historicamente o/a profissional de Serviço Social já era demandado/a a fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência. Fávero (2014) afirma que essa atuação tinha como base a metodologia operacional de “Serviço Social de casos individuais”, desdobrada originariamente nas etapas de “estudo, diagnóstico e tratamento” ou “investigação – diagnóstico e intervenção”.

³ A LBA foi extinta através do artigo 19, inciso I, da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1985, publicada no primeiro dia em que assumiu o governo o presidente Fernando Henrique Cardoso.

⁴ Juntamente com o Serviço Social de Grupo e de Comunidade, compunha o fazer profissional da categoria de assistente social.

Para Mioto (2009), a realização de estudos socioeconômicos esteve presente no cotidiano do exercício profissional dos/as assistentes sociais ao longo da trajetória do Serviço Social, mas nem por isso manteve o mesmo significado e direção. A sua concepção e as questões implicadas na sua operacionalização se transformaram, à medida que a profissão também se transformou, buscando responder aos desafios impostos pela realidade social.

No início da década de 1990, a categoria começou a repensar o fazer profissional, não passando despercebidas as questões relacionadas aos instrumentos, em particular aqueles referentes ao estudo socioeconômico, instrumento bastante utilizado naquele período.

Esse repensar necessariamente passa pelas contribuições e reflexões da professora Yolanda Guerra (2013), quando afirma que o domínio do instrumental requisita um conhecimento do/a profissional sobre as suas finalidades e os meios de alcançá-las; em se tratando de laudos e pareceres, é imprescindível a fundamentação no projeto ético-político-profissional (dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa). Trabalhar nas e com as três dimensões do fazer profissional é imprescindível: dimensão ético-política/intencionalidade; dimensão teórico-metodológica/saber/conhecimento; e dimensão teórico-operativa/saber fazer/técnicas.

Essas dimensões não são estanques; mantêm uma relação de unidade, apesar de suas particularidades. Afirimo, contudo, que a dimensão ético-política nos direciona para as demais, pois, como nos provoca Barroco (1994), quando nos indaga em relação ao parecer social/estudo social /relatório: a quem ele se destina? Com quem ele se compromete? E qual a direção política do seu produto?⁵. A resposta a

⁵ Texto elaborado para supervisão dos/as profissionais de Serviço Social/INSS (arquivo da autora).

essas indagações/provocações da professora Lucia Barroco está presente nos princípios do Código de Ética: a ampliação dos direitos sociais e de cidadania, o compromisso com a universalização dos direitos, a inclusão dos/as usuários/as nas políticas que atuamos: previdência, saúde, habitação e assistência social.

No documento elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), um dos enfoques analisado foi: “O sentido ético-político do estudo social e sua relação com os processos de trabalho de forma mais ampliada, com as outras dimensões da prática profissional”. O documento reforça que:

[...] as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política do Serviço Social [...] foram tomados como eixos centrais na análise do conteúdo os registros profissionais coletados nos recursos disciplinares éticos [...]. (CFESS, 2020 p. 20).

A partir da dimensão ético-política, cabe ao/à profissional responsável pela emissão de qualquer um dos instrumentos solicitados “buscar” a teoria/conhecimento que complemente e respalde a dimensão operativa, um guia da prática, que constitui o fazer, a materialização da ação.

Estas reflexões são um breve caminhar na história dos instrumentos presentes no cotidiano do/a profissional de Serviço Social em qualquer área de atuação. Sigamos para mais uma estação, em que abordaremos questões presentes na elaboração desses instrumentos.

Para além de conceitos e terminologias

Uma das inquietações da categoria ao se deparar com a solicitação de emissão de algum instrumento diz respeito à terminologia a utilizar e qual é a mais correta, bem como

se existe diferença entre elas. Percebe-se a variação de terminologias/nomenclaturas utilizadas pelos/as profissionais para esses instrumentos: estudos socioeconômicos, estudo social, relatório, laudos, perícia e pareceres sociais, para citar alguns, na certeza da existência de outras denominações.

Mais uma vez, reporto-me ao estudo realizado pelo CFESS, em que a questão das terminologias também foi levantada. Os documentos utilizados nos referidos processos eram denominados: estudo social; estudo socioeconômico e seleção socioeconômica; avaliação social (avaliação psicossocial); perícia social; formulários/prontuários (protocolos); registros profissionais em Serviço Social (informe social, relatório social, laudo social, parecer social/parecer conclusivo).

A reflexão em cima dessa questão da terminologia a ser utilizada passa necessariamente por questionar a importância de uma possível uniformização e se existe uma terminologia apropriada para nomear esses instrumentos. A resposta seria sim e não. Sim, porque qualificaria nosso trabalho, mostraria que a categoria tem conhecimento e domínio sobre a matéria, não gerando solicitações indevidas. Podemos pensar que não compreendendo o conteúdo, a análise e o estudo da situação e posterior conclusão seriam mais importantes do que a nomenclatura.

Na lei que regulamenta a profissão (Lei nº 8.662/1993), nos capítulos que disciplinam as competências e as atribuições privativas, encontramos esta diversidade de terminologias:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: [...] XI – Realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: [...] IV

– Realizar *vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres* sobre a matéria de Serviço Social. (BRASIL, 1993, grifos nossos).

Na história do Serviço Social, temos alguns instrumentos e suas respectivas terminologias já consolidados, mas que podem vir a ser ampliados, modificados, não significando que são os únicos; apenas ainda não identificamos outros mais expressivos, tais como: *estudo social, parecer social, perícia social, laudos, avaliação social, relatórios*, entre outros.

Partindo para os conceitos, mas sem a pretensão de esgotá-los, podemos definir essas terminologias de maneira genérica e depois trazê-las para o âmbito do Serviço Social. De maneira genérica, o laudo vem do latim “*laudo*”, “*louvo*”. É peça escrita, fundamentada, em que os peritos expõem as observações e consignam as conclusões da perícia. No Serviço Social, vem acrescido do termo social/laudo social, sendo utilizado como elemento de prova, oferecendo elementos de base social para a formação de um juízo e tomada de decisões que envolvem direitos fundamentais e sociais. Percebemos que o laudo social é bastante utilizado pelos/as profissionais que atuam na política da assistência social.

O termo “perícia” também vem do latim, da palavra “*peritia*”, expressando a qualidade do que é perito; destreza; sabedoria; experiência; habilidade; exame ou vistoria de caráter técnico e especializado. Ao ser incorporado pelo Serviço Social, assim como no laudo, acrescentou-se o social/perícia social. A perícia social se constitui em estudo, que, no nosso entendimento, é o estudo social, cuja finalidade é subsidiar uma decisão. Sua maior característica é ser prove-niente de uma solicitação, ou seja, alguém ou um setor tem que solicitar.

Os relatórios são exposições escritas, de preferência de maneira minuciosa, relativas a um assunto. No Serviço

Social, Fávero (2014) os conceitua como um documento específico elaborado por assistente social que se materializa como uma apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, como objeto da intervenção do/a assistente social no seu cotidiano laborativo.

Já o parecer é definido como uma manifestação ou declaração de uma opinião, ou modo de pensar, acerca de um fato ou negócio. Segundo as circunstâncias, tanto pode ser favorável ou contrário a ele. O parecer vale pelo conteúdo científico, pelos argumentos bem enquadrados e fundamentados, pela clareza do raciocínio e pela autoridade científica e ética de quem o subscreve.

Para o Serviço Social, também foi acrescido à palavra o termo “social”, com o conceito adiante:

Constitui-se num instrumento de discussão dos direitos sociais numa perspectiva de inclusão da população usuária nas políticas sociais, explorando suas contradições e buscando sua interpretação em consonância com a lei maior. Entendido como a opinião profissional do Assistente Social, com base no Estudo Social, de uma dada situação, fornecendo elementos para concessão de um benefício, recurso material e decisão judicial. (MPAS/MTMSS, 1994, p. 25-26).

Todos os instrumentos acima mencionados devem ser concebidos e materializados como “um instrumento que viabilize e amplie direitos”, em contraponto a uma sociedade e, por conseguinte, um Estado que sempre negaram direitos. Diferentemente do que ocorria em práticas passadas quanto à emissão dos estudos socioeconômicos, os instrumentos, nos dias atuais, não são instrumentos de constatação, averiguação e veracidade de fatos, tampouco de fiscalização.

Por fim, mas não menos importante, temos o estudo social. Qual a importância do estudo social para os demais

instrumentos? Nos conceitos apresentados sobre esses instrumentos acima, observamos que eles, ao serem emitidos, necessitam de um estudo, que é o estudo social, que é construído tendo como conteúdo expressões da questão social e expressões concretas de questões de ordem psicológica.

Processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional, especialmente nos seus aspectos socioeconômicos e culturais. (FÁVERO, 2014, p. 53).

Esse estudo, de maneira reduzida e sistematizada, dará concretude ao laudo social, à perícia social e ao parecer social. O estudo social tem caráter sigiloso e deverá ser arquivado pelo/a profissional de Serviço Social.

Saindo do âmbito dos conceitos e das terminologias, a nossa próxima estação será direcionada para a construção desses instrumentos, que envolvem os elementos relevantes e as técnicas utilizadas.

A “difícil” e “deliciosa” atribuição de elaborar laudos sociais, perícias sociais e pareceres sociais

Uma das preocupações presentes no fazer profissional dos/as assistentes sociais diz respeito à elaboração dos instrumentos – laudos sociais, perícias sociais, pareceres sociais e relatórios, ou seja, *como fazer*. Chamamos a atenção para o fato de que algumas questões sobre o *como fazer* já foram ou já estão compactuadas pela categoria, tanto do ponto de vista acadêmico como do ponto de vista da dimensão técnico-operativa.

Vale e Chagas (2020) reforçam esse pensamento quando afirmam que os debates recentes da instrumentalidade

já apresentam alguns consensos e que esses consensos já estão/devem estar incorporados pela categoria, a partir dos quais podemos avançar nas reflexões sobre a dimensão técnico-operativa. Quais seriam esses consensos apontados pelos autores? O debate da dimensão técnico-operativa não pode e não deve ocorrer de maneira isolada; como já afirmamos, há que se fazer referência à articulação real existente com as dimensões teórica e ético-política. Ao se descolar dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, a intervenção operativa pode derivar no mero tecnicismo, ou seja, podemos voltar ao que refletimos anteriormente: teremos a técnica, mas não teremos os fundamentos, podendo correr o risco de a atuação ficar no campo das aparências, do senso comum.

Não há modelos e receitas universais diante das particularidades de múltiplas expressões da matéria de intervenção, a questão social. A base de fundação do trabalho do/a assistente social é a questão social, conjunto das desigualdades da sociedade capitalista, cuja produção é coletiva e a apropriação da riqueza é privada (VALE; CHAGAS, 2020).

Na questão de como fazer, os referidos autores acrescentam:

Antes do como fazer, o assistente social deve arguir para que e em que direção se dirige sua prática profissional, assim destaca a importância dos conhecimentos teóricos que fundamentem o exercício competente, reforçando a relativa autonomia frente à dinâmica dos poderes institucionais. (VALE; CHAGAS, 2020, p. 50).

Santos (2020, p. 18) também contribui com o debate de como fazer ao afirmar:

O 'como fazer', portanto, não é um lugar à deriva em que cada qual responde à sua maneira nem um porto

seguro de formulários padronizados e modelos universalizados para situar como seres atomizados os membros da população usuária.

O melhor reconhecimento dos caminhos da intervenção passa, necessária e primeiramente, pelo debate das finalidades, fundamentos históricos e conceituais do terreno de intervenção. Para tanto, faz-se necessário observar, no momento da emissão de qualquer instrumento da ação profissional do Serviço Social, os seguintes elementos:

1. Identificar que a situação emergencial de carência não é individual, mas está relacionada à situação de classe social;
2. Considerar a provisão imediata do serviço/benefício como instância de mediação para o avanço da consciência, o acesso ao direito e o fortalecimento de ações coletivas;
3. Negar a reprodução do controle e o caráter clientelista que caracterizam a subalternidade pela confirmação da consciência do direito.

Partindo dessas premissas, podemos adentrar na sua formatação e conteúdo, lembrando que não existem modelos “prontos” para a elaboração de laudos, relatórios, perícias e pareceres sociais.

No levantamento realizado pelo CFESS (2020), chama a atenção a falta de uma estrutura dos registros analisados, *reforçando que não existem modelos e receitas universais*, e sim a necessidade da existência, seja nos estudos, laudos, relatórios e pareceres, de uma *introdução, desenvolvimento e uma conclusão*, “[...] com subdivisões ou não, com maior detalhamento ou não, a depender da finalidade e da necessidade ou não de aprofundamento de determinados aspectos” (CFESS, 2020, p. 27). A necessidade de uma *introdução, de-*

envolvimento e uma conclusão passa pela qualidade do trabalho desenvolvido.

Trago para vocês a provocação presente no documento do CFESS e a mim dirigida em diversas ocasiões: “Eventual normatização nesse sentido não poderia acarretar algum engessamento desse trabalho” (CFESS, 2020, p. 27). Penso que não, pois não estamos propondo um modelo único/formulário, mas sim uma miniestrutura para “facilitar” o entendimento/leitura de quem solicitou e posterior decisão.

Além da nomenclatura, de uma miniestrutura, ou seja, que garante uma mínima organização, o/a profissional deve observar se a demanda/solicitação está no leque de atribuições e competências presentes na lei que regulamenta a profissão, como também se essa demanda não vem a ferir os princípios do Código de Ética. Tendo a certeza de que as requisições de emissão dos instrumentos se enquadram no leque de atribuições e competências do/a profissional de Serviço Social, cabendo-lhe, dentro das condições postas pelo empregador, planejar o *como fazer*. Nesse como fazer, fazem-se presentes os limites e possibilidades que possui o/a profissional de Serviço Social na sua prática profissional a partir do que ficou denominado de relativa autonomia:

[...] ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não-governamentais [*sic*] que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano de trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa. (IAMAMOTO, 2009, p. 63).

Essa relativa autonomia proporciona aos/às profissionais o direito de escolha de quem entrevistar, onde entrevistar e o que perguntar, como também a utilização de documentos intra e extrainstitucionais (prontuários, relatórios, normatizações, entre outros), assim como a realização ou não de visitas domiciliares e/ou institucionais.

Sua autonomia é compreendida como relativa ao estatuto de assalariamento e todos limites e possibilidades na venda da força de trabalho, o que faz com que, na jornada de trabalho, o assistente social se submeta a exigências impostas por essa relação, mas com certa independência na ação junto ao usuário [...]. (VALE; CHAGAS, 2020, p. 43).

No Serviço Social, temos a entrevista como um dos instrumentos básicos, que é usado em diferentes situações e com distintos objetivos, a qual é utilizada quando há interesse de desenvolver um trabalho em que é necessário: priorizar um atendimento individual; aprofundar um determinado conhecimento da realidade humano-social. A entrevista é um instrumento de conhecimento e de intervenção. No que tange à entrevista, reportamo-nos a Sarmento (2013, p. 121-122), quando afirma que:

[...] a entrevista se constitui como um instrumento utilizado intencionalmente e que, sendo estabelecida entre indivíduos diferenciados em seus papéis, vai expressar e manifestar contradições nesta relação [...] é o estabelecimento de um diálogo que vai se realizando à medida que vamos desvelando o real, o concreto, e ampliando a consciência crítica ou reduzindo a alienação dos entrevistados e do próprio assistente social.

Se concordamos com a definição acima colocada, principalmente no que diz respeito ao diálogo, os papéis di-

ferenciados de cada sujeito envolvido nessa relação e as contradições nela presentes, o/a profissional deve ter como premissa, antes de realizá-la, resgatar a relação existente entre o sujeito/indivíduo/pessoa a que vai entrevistar e a sociedade: “Quem é essa pessoa/sujeito/ indivíduo (gênero, raça, cultura, classe social, território, etc.)?”. Do ponto de vista profissional, as indagações seriam: “Que profissão é esta?”; “Qual o compromisso desta profissão?”. Não menos importante, ressalto o entendimento do autor ao pontuar que, durante a entrevista, podemos ampliar a consciência crítica ou contribuir para a redução da alienação dos/as entrevistados/as e do/a próprio/a assistente social, que, em nosso entendimento, seria a recriação da relação entre poder e saber.

As condições objetivas para a realização da entrevista também devem ser levadas em consideração. A instituição (Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social, Agência do INSS, moradias, hospitais, outras instituições) oferece condições de trabalho: como espaço físico (sala) onde o sigilo profissional seja garantido? Ao optar por realizar a entrevista no domicílio do/a usuário/a, a instituição propicia as despesas de locomoção? Existem meios de comunicação (telefone) para comunicar/agendar a realização de visita domiciliar? Saindo das condições objetivas, reforçamos que é importante que o/a profissional precisa ter conhecimentos básicos e específicos sobre a instituição, como também conhecimentos sobre a natureza humana, trabalhando, por fim, com a totalidade (o indivíduo é um ser social).

Com as condições objetivas resolvidas, o passo seguinte do/a profissional será a elaboração de um “roteiro” que permita identificar elementos que, do ponto teórico, denominamos de elementos relevantes: “Conjunto de informações envolvendo situações da realidade social e humana, no

âmbito individual e coletivo, que subsidiam o estudo social do profissional” (ALVARENGA; CAVALCANTI; SOUSA, 2008, p. 4), ou como “[...] indicadores sociais constitutivos do estudo socioeconômico” (CFESS, 2020, p. 74).

A partir das leituras, estudos e levantamentos, podemos destacar alguns elementos relevantes presentes nos diversos instrumentos (parecer social, perícia social, laudo social e relatórios) emitidos pelas categorias: família, trabalho, saúde, renda familiar e habitação.

Família: não apenas elencar o número de pessoas/membros que compõem essa família. Mas que família é essa? Qual a referência dela? Que proteção recebe do Estado? Como é constituída? A existência de apoio e rede familiar.

Trabalho: o que está presente hoje no mundo do trabalho quanto à forma de produção, de organização, de materialidade e subjetividade do/a trabalhador/a. Quais as exigências para se inserir no mundo do trabalho? O impacto das contrarreformas trabalhistas e previdenciárias. O crescimento do desemprego estrutural. O surgimento das mais variadas formas de precarização do trabalho/*uberização*/empreendedorismo; trabalho remoto, etc. Quais as consequências nas condições de trabalho e vida desses/as usuários/as que entrevistou?

Renda familiar: também presente de maneira significativa nos instrumentos emitidos, gera certa dúvida quanto ao conceito de renda. O/A profissional, porém, pode trabalhar esse elemento relevante partindo de algumas premissas e fazendo conexão com o trabalho: ausência de renda formal; ausência total de renda; total dependência econômica (vive de ajuda de vizinhos, familiares, igreja ou terceiros); comprometimento da renda familiar (aluguel, medicamentos, bolsa coletora, fralda geriátrica, alimentação, dieta, vestuário, lazer e outros).

Saúde: necessário se faz chamar a atenção do não detalhamento ou não inclusão do quadro clínico do/a usuário/a e a respectiva prescrição médica, caso seja necessário citar no texto a fonte (atestado médico, laudo médico, etc.). O/A assistente social deve centrar sua análise no acesso aos serviços de saúde, ao tratamento especializado, à medicação, aos produtos e tecnologias que facilitem a sua funcionalidade, se o/a usuário/a necessita de ajuda de terceiros para realizar atividades diárias. É importante relatar se esses acessos, caso ocorram, se dão no âmbito dos serviços públicos ou privados. É fundamental fazer a relação como outro elemento relevante – a renda familiar – e o rebatimento na qualidade de vida do/a usuário/a e demais membros da família.

Com a habitação não é diferente, não vamos centrar esse direito social apenas na descrição do imóvel, mas levantar questões quanto ao acesso (imóvel financiado, alugado, terreno ocupado – fruto da luta dos/as moradores/as; caso seja na zona rural, observar se é área de assentamento, arrendado, etc.). Quais as condições de habitabilidade. A geolocalização. A existência ou não de infraestrutura. O imóvel precisa ser adaptado (acessibilidade), caso na família um dos seus membros seja pessoa com deficiência ou pessoa idosa. Essa adaptação foi realizada? Caso não, por quê? Questões econômicas. Esse elemento relevante também tem relação com a renda familiar.

São reflexões que não são fechadas, pelo contrário, merecem outros momentos e leituras, pois vão se renovando na medida em que a profissão não é estável, as relações sociais se modificam e a conjuntura também.

[...] o acesso ou não ao trabalho decente, à moradia adequada, à educação de qualidade ou o não acesso, à saúde, à segurança alimentar e acrescentamos sobre as relações sociofamiliares, relações de classe, gêne-

ro, raça/etnia, processo de socialização e a sociabilidade numa sociedade marcada pela desigualdade social ditada pelo capital. (CFESS, 2020, p. 73).

Fávero (2009) corrobora esse posicionamento indicando como pontos-chave do conhecimento para a elaboração do estudo social a inserção dos sujeitos num histórico de relações familiares, de pertença a um território, de acesso ou não ao trabalho decente, à saúde, à assistência social e à habitação adequada. Na perspectiva de totalidade, ao compreendermos a trajetória do indivíduo social, a partir de sua classe social, raça, etnia, gênero e geração, ampliamos a compreensão sobre a sociedade em que ele/a vive (CFESS, 2020).

No início deste capítulo, afirmamos que a prática profissional, a partir dos anos 1990, passou por algumas mudanças significativas no campo teórico, metodológico, ético e político, com rebatimento nos instrumentos e técnicas, no que diz respeito à sua concepção. A visita domiciliar, tradicional e largamente usada no cotidiano profissional, mesmo não sendo um instrumento privativo/exclusivo do/a assistente social, não ficou de fora desse novo “olhar” de como executá-la. Entendida como um “instrumento de dominação e subjugação, de elemento surpresa e fiscalizador”, ela é por nós concebida na atualidade como um instrumento facilitador, de aproximação com o/a usuário/a, como:

[...] um instrumento que potencializa as possibilidades de conhecimento da realidade (conhecendo com o usuário as suas dificuldades, a sua realidade, e não o uso policaresco e disciplinador de reafirmação do poder de controle institucional) e que tem como ponto de referência a garantia de seus direitos. (SARMENTO, 2013, p. 122).

Retomo o documento elaborado pelo CFESS (2020) ao denominar a visita domiciliar como *entrevista no domicí-*

lio ou no território. O referido documento também chama a atenção para a autonomia do/a profissional quanto à escolha ou não de o/a profissional realizar a entrevista no domicílio ou no território, com e em que condições.

É importante considerarmos que a visita ou entrevista domiciliar precisa ser planejada com base no discernimento do objetivo e da finalidade, portanto inclui definir quais pessoas seriam importantes que estivessem presentes no momento de sua realização. [...] Seu uso é no sentido de complementar e/ou aprofundar o estudo social (entre outros), e não para servir de meio de fiscalização e/ou de invasão da privacidade das famílias, a serviço do controle social pelo Estado. (CFESS, 2020, p. 61-63).

Na caminhada de construção do presente texto, chegamos à última estação, que, do ponto metodológico, denominamos de considerações finais. Alertamos que, diante da realidade social, econômica, cultural, política e ética por que passa a humanidade, aguçada com o fenômeno da pandemia provocada pelo vírus da Covid-19, em que as desigualdades sociais, a pobreza, o desemprego, a retirada de direitos e a violência só aumentam, a solicitação de emissão desses instrumentos tende a aumentar, principalmente numa perspectiva seletiva e excludente, bem como – por que não – fiscalizatória e moralista. Não podemos perder de vista com quem o Serviço Social se compromete.

Considerações finais

Partindo das reflexões até aqui construídas, podemos afirmar, a título de considerações finais, que, além dos consensos já presentes e pactuados pela categoria no que tange à emissão e utilização dos instrumentos técnicos aqui abor-

dados, alguns parâmetros podem e devem estar presentes no cotidiano profissional norteando o/a profissional no momento da “difícil” e “deliciosa” atribuição de elaborar estudos sociais, laudos sociais, perícias sociais, relatórios e pareceres sociais.

Elencamos alguns, mas outros podem e devem compor essa lista, daí o não esgotamento do estudo. A documentação auxiliará, mas não será preponderante. A entrevista será abordada como um momento ímpar de contato cotidiano com o/a usuário/a, próprio da natureza interventiva do Serviço Social, oferecendo condições de realização de sistematizações importantes. A entrevista no domicílio ou no território não terá caráter fiscalizatório, mas sim de conhecimento, de aproximação e de facilitação para o/a usuário/a. É com essa intencionalidade que devemos conduzir a entrevista. A utilização e o conhecimento da legislação pertinente ao objetivo de solicitação do instrumento serão sempre utilizados quando necessários na óptica do direito e de sua ampliação. Evitar o senso comum, as informações desnecessárias e o não envolvimento pessoal.

Para tanto, Iamamoto (2006, p. 290 *apud* CFESS, 2020, p. 37) lembra a importância da linguagem:

[...] a linguagem escrita e verbal é um instrumento básico de trabalho do assistente social. É necessário assegurar o uso adequado da linguagem científica e técnica concernente à matéria em questão ou objeto de estudo, demonstrando coerência teórico-metodológica, o que exige um tratamento analítico rigoroso e não confunde com o senso comum.

Por fim, a demanda para a emissão do parecer social, laudos e relatórios exige do/a profissional muito mais do que fazer um relato dos fatos e/ou uma descrição, respaldado/a na dimensão teórico-metodológica e na dimensão ético-po-

lítica. O/A profissional terá condições de emitir uma análise e opinião a respeito do objetivo demandado, concluindo o estudo de maneira fundamentada.

Referências

ALVARENGA, R. F. C.; CAVALCANTI, G. C.; SOUZA, I. M. Elementos relevantes na construção do parecer social: um estudo no âmbito da política previdenciária. *In*: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL. 19., 2008, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: UFBA, 2008.

BARROCO, M. L. S. *Uma reflexão ética sobre a prática profissional do Serviço Social no INSS*. São Paulo, 1994. Mimeografado.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jun. 1993.

BRASIL. Resolução nº 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 mar. 1993.

CARTAXO, A. M. B. *Estratégia de sobrevivência: a previdência e o serviço social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CFESS. *Sistematização e análise de registros da opinião técnica emitida pela/o assistente social em relatórios, laudos e pareceres, objeto de denúncias éticas presentes em recursos disciplinares julgados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) – Relatório Final*. Brasília, DF: CFESS, 2020.

FÁVERO, E. Instruções sociais de processos, sentenças e decisões. *In*: CFESS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 609-636.

FÁVERO, E. *O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica*. In: CFESS (org.). *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos: contribuição para o debate no judiciário, penitenciário e previdência social*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2014. p. 13-64.

GUERRA, Y. A. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 45-74.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2009.

MIOTO, R. C. Estudos socioeconômicos. In: CFESS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 481-496.

MPAS/INSS. *Matriz teórico-metodológica do Serviço Social*. Brasília, DF: MPAS, 1994.

SANTOS, S. M. M. Prefácio. In: ALVES, D. C.; VALE, E. S.; CAMELO, R. A. (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: UECE, 2020. p. 9-22.

SARMENTO, H. B. M. Instrumental técnico e o Serviço Social. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 109-126.

VALE, E. S.; CHAGAS, J. L. A dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social: reflexões e indicações da literatura crítica. In: ALVES, D. C.; VALE, E. S.; CAMELO, R. A. (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: EdUECE, 2020. p. 25-64.

14 O USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS E O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL

* Texto produzido a partir da oficina intitulada “O uso das novas tecnologias e internet para o trabalho do assistente social”, realizada em 2021 pelo Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap14>

RENATO VELOSO

Professor associado da Faculdade de Serviço Social (FSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Coordenador do Núcleo de Estudos em Gestão & Informação (NEGI) da UERJ e coordenador de graduação da FSS/UERJ.

E-mail: rveloso@gmail.com

O Serviço Social e a apropriação das novas tecnologias



capítulo propõe algumas reflexões sobre as conexões entre as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e o Serviço Social. Temos percebido, nos últimos anos, um forte processo de intensificação do uso das TIC derivado das novas condições impostas pela pandemia de Covid-19, as quais acarretaram a sua generalização no trabalho. As novas tecnologias têm o seu valor. Estamos percebendo isso a cada dia, à medida que as experimentamos e identificamos os seus limites, as suas possibilidades, o seu potencial e as suas insuficiências técnicas e éticas. Trata-se de ferramentas que, com um uso crítico, reflexivo e qualificado, podem ter uma importante contribuição para o trabalho, o que não significa, no entanto, que elas sejam a única solução para os desafios que enfrentamos.

A utilização das TIC no exercício profissional não corresponde, necessária e automaticamente, a uma adesão ao tecnicismo, caracterizado por Yamamoto (1998, p. 54) como o “privilégio da eficiência técnica”, tomado isoladamente e incapaz de garantir um exercício profissional crítico e eficaz. Também não corresponde a sucumbir ao risco, já alertado por Guerra (2017), de contribuir para reeditar a velha tendência metodologista, que superdimensiona o papel e o

lugar do instrumental técnico-profissional. O pré-requisito para a adesão ao tecnicismo ou *metodologismo* não é o uso das tecnologias, mas sim a ausência da *perspectiva crítica* na condução do trabalho.

Embora as tecnologias possam vir acompanhadas pela armadilha da mistificação e da ideologização, a saída não é descartá-las ou negá-las, mas sim promover a sua apropriação ao trabalho tendo por base a competência crítica, que articula as dimensões fundamentais do exercício profissional: a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa. As tecnologias, como importante recurso que são, podem contribuir para o trabalho profissional, desde que as/os profissionais estejam preparadas/os para utilizá-las, não só do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista crítico. As competências profissionais não podem ser reduzidas ao domínio do recurso tecnológico apenas, mas envolver também a competência que permita uma apropriação do recurso tecnológico como elemento potencializador, capaz de estimular e constituir modalidades de atuação profissional sintonizadas com as demandas de nossos usuários. Nesse sentido, mais importante do que uma pretensa “competência tecnológica”, o importante é consolidar as diversas competências profissionais que tornam possível a apropriação das tecnologias ao trabalho em sintonia com os valores e princípios do nosso projeto ético-político profissional.

Por outro lado, as tecnologias não correspondem às respostas para todos os problemas presentes no trabalho profissional. Trata-se de uma postura *ideologizante* que busca construir uma imagem de indispensabilidade das tecnologias, reforçando o que Zuboff (2021, p. 31) caracterizou como “inevitabilidade tecnológica”. Reconhecer a importância das tecnologias para o Serviço Social não deve significar um deslize para a armadilha da mistificação, como se todos

os desafios existentes no exercício profissional simplesmente desaparecessem ao se incorporar a tecnologia. Incurrer nesse equívoco significa atribuir às tecnologias um caráter “salvacionista”, conferindo-lhe poder demiúrgico”, como já sinalizou Vieira Pinto (2005, p. 158).

Embora as tecnologias possam ser consideradas um recurso importante para o exercício profissional, entende-se que os problemas postos no trabalho cotidiano não serão automaticamente solucionados a partir da incorporação delas, tendo em vista que as tecnologias sozinhas pouco realizam. Elas podem ter um potencial estratégico para o Serviço Social desde que sua utilização supere posturas *fetichizantes*, segundo as quais as tecnologias seriam uma solução mágica para os problemas a serem enfrentados pela profissão, “[...] como se sua simples presença garantisse a produção de mudanças qualitativas e, até mesmo, uma espécie de revolução” (BARRETO, 2005, p. 142). Assim, para um efetivo processo de apropriação, as tecnologias devem estar subordinadas a finalidades projetadas pela categoria, no sentido do fortalecimento profissional, com consequências positivas para o aperfeiçoamento e a qualidade do trabalho, superando tendências reducionistas, tecnicistas, burocratizantes e *fetichizantes*.

Lidar com as tecnologias de forma crítica pressupõe contrapor-se a qualquer postura de “reverência” ou “encantamento” com o seu uso, construindo um processo de apropriação, com envolvimento da categoria profissional, que deve se dar não pelo fascínio com as diversas novas tecnologias disponíveis, mas sim por uma necessidade de aprimoramento e qualificação do trabalho. As tecnologias devem ser criticamente apropriadas ao nosso trabalho, auxiliando a organização e sistematização, possibilitando a formulação de propostas de intervenção inovadoras e contribuindo para

a consolidação de um exercício profissional cada vez mais competente, crítico e qualificado.

De acordo com pesquisas realizadas ao longo dos últimos anos sobre a presença das tecnologias no exercício profissional¹, é possível apontar três elementos básicos que tornam possível a apropriação das novas tecnologias ao trabalho profissional: vontade e interesse das/os profissionais em utilizar a tecnologia; disponibilidade de condições de trabalho adequadas; e tratamento do tema na formação profissional. O principal deles tem sido uma formação profissional que aborde não apenas o uso operacional do recurso técnico, mas também discuta a sua vinculação aos projetos em disputa na sociedade, o que permite uma apreensão dos seus diversos sentidos e significados. Trata-se, portanto, de promover, na formação profissional, a reflexão sobre a apropriação das tecnologias e a criação de espaços de discussão sobre o tema, em que sejam apresentadas, analisadas e problematizadas experiências de aplicação dessa tecnologia ao exercício profissional².

Os outros fatores que impactam a apropriação das tecnologias ao exercício profissional referem-se à existência de condições adequadas de trabalho, que disponibilizem

¹ O Núcleo de Estudos em Gestão & Informação (NEGI) da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) vem desenvolvendo, desde 2011, pesquisas sobre a presença das tecnologias no âmbito do Serviço Social. Dentre os projetos realizados, destacam-se: A presença das TIC na formação profissional em Serviço Social; Cadastro Único: o potencial da tecnologia da informação para o acesso ao Programa Bolsa Família; Tecnologias da informação a serviço do social: uma análise do seu potencial para a gestão pública.

² Neste período de pandemia, temos verificado que o interesse a respeito do tema das tecnologias e a sua presença no Serviço Social aumentaram de forma sensível, indicando uma tendência a ocupar um maior espaço no âmbito da formação. Inúmeros cursos, palestras e debates têm sido organizados, e um dos episódios mais expressivos foi o debate promovido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2020, com o tema “TIC: novas tecnologias para a velha exploração do trabalho” (CFESS, 2020b).

recursos físicos e materiais em quantidade e qualidade necessárias para a condução das atividades com competência crítica e eficácia, e à iniciativa profissional, no sentido de buscar identificar os desafios presentes no trabalho e as possibilidades ofertadas pelas tecnologias para auxiliar a superação desses desafios.

Em relação às possibilidades de utilização, percebe-se que as tecnologias têm estado presentes em alguns processos, como a agilização do trabalho, a dinamização do atendimento, a organização e tratamento de dados e o uso de redes e da internet³. Elas podem ser utilizadas como importante recurso na agilização do trabalho e na dinamização do atendimento prestado a usuários e usuárias, facilitando processos e ações que envolvam comunicação, troca/busca de informações e de registros. Permite agilizar a produção de relatórios, a busca de recursos, instituições, textos e diversos outros materiais de interesse profissional, proporcionando rapidez nos fluxos de trabalho e transparência aos processos.

Quanto ao aprimoramento da organização e do tratamento de dados, o uso das tecnologias está relacionado a atividades como registro, sistematização de dados e produção de informações sobre demandas e atendimentos, por meio da construção de bancos de dados, da produção de perfis de usuários e de atendimentos, estatísticas, relatórios e avaliações dos programas e projetos em andamento. Os dados armazenados e as informações geradas pelo Serviço Social, com a contribuição das tecnologias, podem ser utilizados para pesquisa e avaliação do trabalho, contribuindo para o desenvolvimento e o aprimoramento do exercício profissional.

³ Este último ponto tem se destacado mais fortemente no contexto de isolamento social imposto pela pandemia, devido à generalização do uso das novas TIC, sobretudo a tecnologia do *streaming*, à qual nos dedicaremos mais à frente.

O acesso à internet e às redes de serviços e recursos disponíveis é uma das formas de democratizar as informações e ampliar o acesso de usuários e usuárias aos direitos sociais. Com o uso das tecnologias, é possível a realização de contatos e o acesso a informações, podendo disponibilizar a usuários e usuárias condições mais favoráveis para a realização de encaminhamentos e oferta de respostas às demandas apresentadas. O uso de redes e da internet pode auxiliar o trabalho, oferecendo uma importante contribuição na sua condução, seja na socialização de informações durante os atendimentos propriamente ditos, agilizando encaminhamentos, relatórios, etc., seja na formulação e elaboração de pesquisas mais específicas sobre temas referentes ao trabalho.

Estas vinham sendo as possibilidades mais conhecidas de utilização das tecnologias no âmbito do Serviço Social ao longo da última década. No entanto, com o advento da pandemia de Covid-19, novas ferramentas tecnológicas passaram a ser introduzidas nos processos de trabalho, acompanhadas de um aumento das ações realizadas remotamente e da migração de atividades presenciais para o espaço digital, ocasionando um intenso processo de *remotização* do trabalho e do ensino. A alta incidência, no mundo do trabalho, das novas TIC se expressa na expansão do trabalho *on-line* e dos aplicativos (ANTUNES, 2020) e, na particularidade do Serviço Social, no aumento das práticas de teletrabalho, teleperícia e trabalho remoto (CFESS, 2020a), bem como das experiências recentes de ensino remoto (ABEPSS, 2021), o que tem dado fôlego renovado a estudos sobre a precarização do trabalho e os rebatimentos do ensino a distância nos processos educacionais (SILVA, 2020).

Dentre essas novas tecnologias, encontra-se o *streaming*, que vai permitir a realização de chamadas por vídeo individuais ou coletivas e as transmissões ao vivo de con-

teúdos, conhecidas popularmente como *lives*. Trata-se de uma tecnologia que possibilita a transmissão instantânea de conteúdos de imagem e/ou som pela internet, sem a necessidade de fazer ou aguardar o *download* completo dos arquivos (COUTINHO, 2013). O *live streaming* é uma extensão do *streaming* e permite uma postura mais ativa dos espectadores, alcançando maior envolvimento, interação em tempo real com reações, mensagens, *feedback* instantâneo e engajamento (POTENZA, 2022). Durante o período de isolamento imposto pela pandemia de Covid-19, o número de transmissões por *live streaming* aumentou de forma significativa, dando visibilidade a diversos eventos artísticos, políticos, culturais, acadêmicos, religiosos e esportivos.

Podemos afirmar que, do ponto de vista do uso das tecnologias, as *lives* têm sido uma ferramenta bastante utilizada neste período de isolamento social. Trata-se de transmissões realizadas ao vivo, por *streaming*, pela internet, em plataformas digitais como YouTube, Facebook e Instagram, e sua incidência, juntamente com as videoconferências, foi aumentando com o passar do tempo. Dados referentes ao período inicial da pandemia mostram a magnitude desse aumento. Como exemplo, temos o caso do aplicativo de chamadas em vídeo Zoom, cuja utilização cresceu 19 vezes num período de três meses (CAPELAS, 2020). No Instagram, houve um aumento de 70% nas transmissões ao vivo durante o mês de março de 2020 (R7, 2020), enquanto o YouTube apontou um aumento de 4.900% nas buscas por conteúdo ao vivo no Brasil e, em termos mundiais, um crescimento de 19% nas transmissões ao vivo, no fim de março de 2020, com cerca de quase 3,5 bilhões de minutos de conteúdo por dia (AGRELA; CURY; VITORIO, 2020).

Essa alta incidência das *lives* também foi sentida no Serviço Social. Vários foram os eventos organizados pela ca-

tegoria de assistentes sociais que foram e ainda estão sendo transmitidos ao vivo pelas diversas plataformas digitais, nos diversos formatos disponíveis. Os temas tratados têm sido os mais diversos, desde aqueles com caráter mais nitidamente acadêmico, como congressos, simpósios e conferências, até aqueles que expressam atividades de organização e mobilização política. Universidades e órgãos estudantis e profissionais têm utilizado essas ferramentas digitais para socializar informações, transmitir conhecimentos, promover debates e comunicar ideias e pontos de vista. Estamos, portanto, num breve período de experimentação dessas ferramentas, lidando com as suas limitações na realização cotidiana do trabalho, mas também identificando algumas possibilidades que permitem refletir sobre as contribuições que essa tecnologia pode oferecer ao Serviço Social⁴.

Como se percebe, as possibilidades oferecidas pelas tecnologias são inúmeras. Sua apropriação está em construção e, para não se correr o risco de vê-las sendo utilizadas para reforçar práticas conservadoras ou tradicionais, o Serviço Social precisa articular a construção de modalidades de uso numa perspectiva crítica e democratizante. Para isso, alguns cuidados são fundamentais:

- Evitar privilegiar a parte técnica, sem demonstrar as conexões possíveis dessas tecnologias com a

⁴ Uma das experiências de aplicação do *live streaming* no Serviço Social realizadas pelo NEGI é o canal do YouTube “Serviço Social na Pandemia” (bit.ly/seasonapandemia), que vem promovendo uma série de atividades organizadas em parceria com projetos e grupos de pesquisa. O canal foi criado em abril de 2020 e possui, até o momento, quase quatro mil inscritos, com um alcance de mais de 46 mil visualizações, dentre alunos, profissionais e público em geral. As atividades vêm sendo produzidas e transmitidas com o uso de *softwares* livres, os quais, segundo Santos e Hetkowski (2008), permitem o reforço da liberdade e da coparticipação, fazendo da rede um espaço político, em oposição aos ideais meramente capitalistas, que visam à venda e à obtenção do lucro, característicos do *software* proprietário.

construção de um projeto de sociedade e um projeto profissional, esvaziando, dessa forma, o potencial estratégico das tecnologias para o trabalho profissional;

- Enfatizar que as tecnologias devem ser utilizadas como um recurso a serviço do fortalecimento do exercício profissional parametrado pelo Projeto Ético-Político Profissional;
- Não se submeter e se adequar acriticamente à forma hegemônica como as tecnologias vêm sendo utilizadas, forma essa que confere prioridade para interesses privados e mercadológicos;
- Não permitir que a perspectiva capitalista de utilização das tecnologias determine o uso que será feito desse instrumento;
- Captar o potencial das tecnologias para o trabalho profissional, tendo como horizonte a satisfação das demandas e o estabelecimento de modalidades de uso criativas e compatíveis com as finalidades profissionais buscadas em nosso cotidiano profissional.

As TIC e suas diversas ferramentas vêm sendo gradualmente apropriadas pelo Serviço Social, podendo se constituir como uma relevante contribuição capaz de proporcionar subsídios para, em conjunto com outras competências profissionais, construir soluções para os desafios que permeiam o exercício profissional. Os desafios à sua consolidação como instrumento relevante para o trabalho ainda são muitos, mas, a cada dia, fica mais evidente a necessidade de se aprofundar o tema e de trilhar novos caminhos que levem à superação de tais desafios.

Tecnologias, trabalho e Serviço Social

As TIC são ferramentas que, com um uso crítico, reflexivo e qualificado, podem ocupar um importante lugar no Serviço Social e, com isso, oferecer uma expressiva contribuição para o trabalho profissional. Tal contribuição, no entanto, demanda um esforço reflexivo sobre os diversos sentidos e significados que a tecnologia pode ter em nossa sociedade. Nesse sentido, um dos primeiros desafios consiste em tentar apresentar algumas definições básicas sobre tecnologia, a qual possui caráter histórico e social, sendo entendida como resultado do trabalho acumulado pela sociedade, tratando-se, ao mesmo tempo, de indicador da riqueza socialmente produzida e de um meio para a sua reprodução (VELOSO, 2011).

Segundo Lévy (1999, p. 22), “[...] as tecnologias são produtos de uma sociedade e uma cultura”, e, para Vieira Pinto (2005), a adequada conceituação da tecnologia tem como ponto de partida a compreensão do avanço tecnológico como expressão do processo de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, destacando que, em termos gerais, a tecnologia pode ser entendida como o estado de desenvolvimento do trabalho social, explicada pelo conjunto da sociedade.

Em meio à ampla diversidade de inovações tecnológicas, aplicadas em diversos espaços e instâncias da vida social, encontram-se as TIC, cuja conceituação, em geral, oscila entre limitá-las às atividades desenvolvidas pelos recursos da informática (priorizando a automatização de tarefas) ou ainda entendê-las como a aplicação de seus diferentes ramos na geração, processamento e difusão de informações (ênfatizando a manipulação e organização de dados para posterior utilização).

Por um lado, a aplicação das TIC é vista em termos de operacionalização em sentido genérico, priorizando a habilidade de utilizar e interagir com a máquina; por outro, valoriza-se também a atividade de reapropriação e re-elaboração da linguagem informacional voltada para novos usos e finalidades. Fica nítida a coexistência de uma lógica instrumental e uma atividade de criação que mobiliza os diversos recursos com vistas ao estabelecimento de diferentes modalidades de trabalho e conhecimento, denotando que a prioridade não é para o domínio operacional apenas, mas estende-se a uma apropriação mais efetiva, mais crítica do recurso tecnológico.

As TIC são produto da convergência das telecomunicações com a informática e a computação, e, em termos gerais, sua definição remete ao conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos relacionados a uma determinada infraestrutura, composta por computadores, *softwares* e sistemas de redes que têm a capacidade de processar e distribuir informações para as organizações e os sujeitos sociais que compõem a sociedade. Trata-se de novas tecnologias que podem mediar tanto o fortalecimento da acumulação quanto a criação e desenvolvimento de posturas alternativas aos valores capitalistas, a depender do movimento das forças sociais em disputa. Em outros termos, a influência que as TIC podem exercer no campo econômico, político e social depende da sua concretização como instrumento que pode vir a reforçar ou não a lógica da acumulação capitalista (VELOSO, 2011).

O Serviço Social vem se apropriando, ao longo das décadas, de diversas tecnologias e técnicas que cada época disponibiliza. Lembremo-nos, por exemplo, do telefone, recurso fundamental e indisponível ao trabalho de assistentes sociais, além das diversas técnicas de coleta, armazenamen-

to e catalogação de dados e informações, seja de usuários e usuárias, das demandas e dos atendimentos ou ainda dos encaminhamentos realizados. Não se trata, portanto, de pensar se há uma relação entre Serviço Social e tecnologia, já que tal relação, a nosso ver, existe, e há um bom tempo. Como nos lembra Vieira Pinto (2005), a tecnologia expande-se socialmente nos diversos tempos históricos, tendo cada tempo suas próprias inovações. Isso nos permite, como faz o autor, criticar a noção de “civilização tecnológica”, “[...] como se qualquer outra época também não o fosse” (VIEIRA PINTO, 2005, p. 107).

O momento atual de incremento de mecanismos tecnológicos, aplicativos e plataformas não corresponde à criação da tecnologia, mas à reprodução, de forma mais ampla, de um processo que já estava em curso muito antes da nossa época. Portanto, o que se busca é refletir sobre a relação do Serviço Social com algumas das expressões mais atuais do desenvolvimento tecnológico, sobretudo aquelas às quais costumamos nos referir como TIC. Estas, sim, vinham apresentando pouca presença entre assistentes sociais, embora as especificidades do momento atual tendam a alterar esse quadro.

É razoável afirmar que o Serviço Social já vinha promovendo uma articulação com as TIC, sendo possível apresentar alguns dos principais traços dessa articulação. O uso das TIC pelo Serviço Social vinha se dando, basicamente, por meio de três formas principais: tratamento de dados, agilização do trabalho e uso de redes e da internet (VELOSO, 2011). O que tem se verificado é que o contexto atual, de isolamento e distanciamento social, ocasionou uma nítida elevação do acesso às redes, plataformas e ferramentas digitais, concentradas, sobretudo, mas não exclusivamente, nas tecnologias de *streaming*, que, em nosso dia a dia, se mani-

festam nas *lives*, videoconferências, *webinários*, chamadas de vídeo e vários outros recursos com os quais passamos a lidar e nos vimos, na maioria das vezes, obrigadas/os a usar, sem termos tido um momento anterior de aprendizado, reflexão e *apropriação*⁵ dessas ferramentas.

Com a utilização cotidiana das TIC, no bojo desse processo de generalização do seu uso pelo Serviço Social, ficamos frente a uma série de desafios. Se, por um lado, a experimentação das diversas funcionalidades tecnológicas nos levou à percepção de inúmeros pontos positivos, não há, por outro lado, como desconsiderar os pontos negativos que complexificam esse processo de generalização do uso das TIC. As possibilidades de conexão com profissionais e estudantes de vários lugares do país vieram acompanhadas da forma particular de utilização das tecnologias pelo modo de produção capitalista, marcada pela prioridade aos processos de precarização do trabalho (ANTUNES, 2020), pela destruição de direitos (BARBOSA, 2020), pela *mercadorização* dos serviços públicos (HUWS, 2017) e pela expansão do poder das grandes empresas de tecnologia⁶, no âmbito de um fenômeno que vem sendo preliminarmente chamado de “capitalismo de vigilância” (ZUBOFF, 2021) ou “econo-

⁵ Cabe apontar uma rápida distinção entre *incorporação* e *apropriação* das TIC ao trabalho. Muitas vezes, usamos tais termos como sinônimos, sem atentar para as diferenças presentes nos seus sentidos. Considera-se que a mera presença de recursos tecnológicos (um computador, por exemplo) no local de trabalho pode caracterizar uma *incorporação* de tecnologias, mas não corresponde, necessariamente, a uma *apropriação* dessas tecnologias. A *apropriação* corresponde a um processo mais sofisticado, reflexivo, crítico, de aprendizagem e percepção do funcionamento, sentido e utilidade das TIC para o trabalho, em sintonia com valores e objetivos político-profissionais.

⁶ O aumento do poder e influência das chamadas *Big Techs* (MOROZOV, 2018) é cada vez mais evidente. Um acontecimento recente relativo à queda generalizada, em escala planetária, das principais redes sociais (Facebook, WhatsApp e Instagram) dá uma pequena amostra de como a sociedade vem construindo uma dependência dos serviços prestados por essas empresas (PÉREZ COLOMÉ, 2021).

mia da atenção” (PEIRANO, 2019), o qual possui nítidas conexões com o ultraneoliberalismo e o neoconservadorismo (SIERRA *et al.*, 2020)⁷.

A pandemia de Covid-19 trouxe inúmeras consequências para todos nós, e é neste contexto que as TIC passaram a ter uma presença cada vez maior no cotidiano de boa parte da população (FREIRE; MATOS; VELOSO, 2021). O acesso às tecnologias passou a ter centralidade, evidenciando as contradições do modo de produção capitalista, dentre as quais podemos destacar a chamada “exclusão digital”, a qual, segundo Silveira (2008, p. 54), refere-se ao “bloqueio do direito à comunicação em rede”, em que as redes informacionais são impactadas por “[...] um mecanismo econômico que impede o acesso da maioria dos cidadãos”. O conceito de “exclusão digital” aponta para as condições de acesso às inovações tecnológicas, marcado por diversos aspectos que caracterizam o processo social capitalista, expressando-se, dessa forma, como uma das expressões da “questão social” (VELOSO, 2010), ou seja, de um processo de apropriação privada da ri-

⁷ Os limites deste texto não permitem uma reflexão, ainda que breve, sobre o “capitalismo de vigilância”, termo que vem ganhando espaço nas discussões sobre os impactos sociais das novas TIC. Para Zuboff (2021, p. 22), o capitalismo de vigilância “[...] reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais”, que levam, dentre outros, à criação de “[...] produtos de predição que antecipam o que um determinado indivíduo faria agora, daqui a pouco e mais tarde”. Esses “*mercados de comportamentos futuros*” têm proporcionado um aumento da concentração de riqueza a partir das operações comerciais, uma vez que “[...] muitas companhias estão ávidas para apostar no nosso comportamento futuro” (ZUBOFF, 2021, p. 22-23). Embora o uso das TIC, neste contexto de “capitalismo de vigilância”, contribua para o aumento da acumulação, isso não nos parece suficiente para caracterizar uma “nova” ordem econômica, como sustenta a autora, já que, a nosso ver, trata-se não de uma nova fase, mas sim de uma *expansão* da postura capitalista de exploração e expropriação da riqueza socialmente produzida, com fins de valorização do capital. A novidade reside mais nas ferramentas (TIC) utilizadas nesta expansão, estas, sim, inexistentes em fases anteriores do capitalismo.

queza produzida socialmente pelo trabalho coletivo. Apesar de essas tecnologias serem produto do trabalho realizado pelo coletivo de trabalhadores, estes não se apropriam delas. O fenômeno da exclusão digital é produto do desenvolvimento da acumulação capitalista, que produz e reproduz novas mediações, nas quais se expressa a questão social⁸.

Mesmo com uma forte presença da “exclusão digital”, verificamos que o uso das TIC foi aumentando cada vez mais, já que estas se tornaram uma das principais alternativas para enfrentar o isolamento social, o que elevou sua utilização de forma rápida e intensa. Quem já usava passou a usar ainda mais; quem usava pouco intensificou o seu uso; e quem não usava passou a utilizar. Ao mesmo tempo, várias atividades foram migradas para as plataformas digitais, ocasionando o crescimento do trabalho remoto e a imposição das novas tecnologias digitais a atividades como atendimentos, prestações de serviços, aulas, reuniões, dentre outras, o que tem gerado vários impactos para as trabalhadoras e trabalhadores⁹. Com o intuito de acompanhar esse processo

⁸ Se, por um lado, a “exclusão digital” tem se tornado cada vez mais evidente, por outro, o investimento público no seu enfrentamento não tem sido muito animador. Apesar da existência de recursos, estes não são adequadamente aplicados. Um bom exemplo é o caso do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação (FUST), em que se verifica um evidente descompasso entre o volume de recursos arrecadados e a sua aplicação. Entre 2001 e 2015, por exemplo, foram arrecadados R\$ 16,05 bilhões, mas apenas 1,2% foi utilizado na universalização dos serviços de telecomunicações, objeto do fundo. O montante de 69% da arrecadação foi empregado “em outros fins”, como remuneração de instituições financeiras e auxílios para servidores do Ministério das Comunicações. Nos últimos 20 anos, o FUST contou com aportes da ordem de R\$ 22 bilhões, mas os saques para outras finalidades reduziram o superávit financeiro do fundo a R\$ 5,6 bilhões em 2019. Dos R\$ 9,1 bilhões autorizados entre janeiro de 2015 e julho de 2020, só foram efetivamente pagos R\$ 573,2 mil, o que corresponde a apenas 0,006% dos recursos (ACCIOLY, 2020).

⁹ Para ilustrar esses impactos, vale lembrar a “sugestão” que o presidente de um banco, no Brasil, fez de que os funcionários que estivessem trabalhando em casa propusessem uma “redução voluntária dos salários”, já que, em sua visão, estariam tendo menos gastos e “uma vida mais fácil”. Convém lembrar

e oferecer subsídios para lidar com as suas consequências, entidades de Serviço Social, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), produziram e divulgaram documentos tratando sobre alguns dos principais impactos desse processo de generalização e imposição das TIC, seja no âmbito do teletrabalho (CFESS, 2020a), seja no do Ensino Remoto (ABEPSS, 2021).

Como temos visto ao longo dos últimos dois anos, o cenário é complexo, marcado por contradições e limites, mas também por possibilidades e perspectivas. Isso coloca em destaque a importância de se realizar uma abordagem crítica das tecnologias, visando a identificar e entender os seus sentidos e significados como instrumentos a serviço de projetos societários distintos. Por isso, para tentar compreender adequadamente o seu significado, é preciso um esforço para identificar os projetos em disputa na sociedade capitalista, para, aí sim, identificar o potencial das novas tecnologias para o alcance das finalidades e objetivos de cada projeto. Consideramos a existência de dois projetos antagônicos, que disputam o potencial estratégico das novas TIC: um *projeto capitalista* e um *projeto de radicalização da democracia*, oriundo da defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O projeto *capitalista* está voltado ao reforço dos interesses do mercado e à reprodução de seus processos socio-

que um dos mitos mais recorrentes dos “benefícios” da tecnologia é justamente a falsa ideia de que ela reduz custos, quando, na verdade, o que ela permite é o repasse desses custos aos trabalhadores. O que aparece para o capital como economia se objetiva para os trabalhadores como aumento de gastos domésticos, como ilustra a reportagem do jornal *Valor* de fevereiro de 2021, que aponta uma economia para o Governo Federal de R\$ 3 bilhões com o *home office*; os gastos que foram contidos referem-se justamente a energia elétrica, água, telefone, material de consumo, internet, despesas estas que passaram a ser de responsabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras (CARTA CAPITAL, 2020).

econômicos fundamentais, como a concentração e a centralização de capital, a *mercadorização* acentuada das relações sociais, a intensificação da exploração do trabalho, a precarização das condições de trabalho e o aumento do controle sobre o/a trabalhador/a. Nesse projeto, as novas tecnologias são instrumentos para o aumento de ganhos privados, a redução de custos com o trabalho para empresas, o repasse desses custos para os próprios trabalhadores e a eliminação de direitos, como vemos acontecer em fenômenos como *uberização*, *home office* e ensino a distância. Aqui, a tecnologia é usada numa perspectiva de *substituição* de trabalhadores em perfeita sintonia com a lei geral da acumulação capitalista (MARX, 1971), de aumento do capital constante às custas do capital variável, de substituição de trabalho vivo por trabalho morto. Trata-se de uma *apropriação capitalista da tecnologia*, em que esta se subordina aos processos de acumulação, *mercadorização* e *pauperização*¹⁰.

O projeto de *radicalização da democracia* tem caráter civilizatório, em consonância com demandas da classe trabalhadora. Nesse projeto, as novas tecnologias podem ter um papel estratégico, como instrumento que permite a defesa e

¹⁰ Como expressão dessa *apropriação capitalista da tecnologia*, temos os processos de *plataformização* ou, nos termos de Filgueiras e Antunes (2020), *uberização* do trabalho, cujas principais características são o repasse dos custos e riscos do negócio para os trabalhadores e trabalhadoras; a negação, por parte dos empregadores, da relação de assalariamento e o aumento da precarização e do controle sobre o trabalho. Já em relação ao Serviço Social, a perspectiva de *substituição* pode ser detectada na homologação, pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), da forma final assumida pelas diretrizes curriculares no texto legal, que, tal como denunciou Iamamoto (2012, p. 43), “[...] sofreu uma forte descaracterização tanto na sua direção social, quanto na base dos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho profissional do assistente social”, destacando que “[...] no perfil do bacharel em Serviço Social constava ‘profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social’, o que foi retirado e substituído por ‘utilização dos recursos da informática’”.

a ampliação de direitos, o aumento do acesso à informação e ao conhecimento (expressões da riqueza socialmente produzida), a socialização de informações, o acompanhamento e fiscalização de políticas públicas, a participação em processos de mobilização e organização de formas inovadoras de resistência social. Aqui as tecnologias podem ser usadas numa perspectiva de *acréscimo*, e não de substituição; elas se acrescentam e se combinam a outras formas e mecanismos de manifestação e resistência social, auxiliando o combate a opressões e contribuindo para a construção de relações sociais mais igualitárias e de processos sociais democráticos e participativos¹¹.

A *apropriação* das tecnologias é também uma tarefa política. Uma apropriação crítica, competente, sustentada por uma fundamentação teórica sólida da vida social e de seus processos e também por uma postura ético-política comprometida com valores e princípios emancipatórios, não deve se limitar à dimensão tecnológica, restrita ao domínio do recurso técnico, mas entendê-lo como um dos recursos disponíveis para a promoção de mudanças na estrutura de desigualdades que marca a nossa sociedade. A tecnologia não deve ser deificada, tampouco mistificada, mas também não deve ser despojada do potencial que detém para, em

¹¹ Um exemplo de *apropriação democratizante da tecnologia* é a atuação de coletivos de comunicação voltados ao *mediativismo*, tais como o *Mídia Ninja*, que, a partir de 2013, começaram a transmitir, por *live streaming*, não apenas protestos e manifestações que ocorreram em vários pontos do país, como também eventos relacionados à mobilização popular, ampliando, com isso, as formas de participação dos sujeitos sociais na vida pública (EXAME, 2013). Castells (2013) destaca a importância das tecnologias e das redes sociais digitais baseadas na internet para os movimentos sociais. Para o autor, trata-se de “[...] ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir”, que permitem manter “[...] a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral” e fortalecer a “cultura da autonomia”, característica de tais movimentos (CASTELLS, 2013, p. 166).

conjunto com outros fatores, assumir a condição de recurso de grande importância para o combate às opressões.

Não se trata, portanto, de uma mera *incorporação* por parte dos sujeitos. Uma apropriação crítica não considera apenas a sua contribuição quantitativa, substitutiva, voltada à automação de tarefas, preocupada com o aumento da rapidez dos processos e com a redução de custos, ou seja, produzir mais, mais rápido e mais barato. A maior contribuição dessas novas tecnologias é o potencial que possuem de promover mudanças qualitativas, dando suporte a processos de reflexão, mobilização, conscientização, ampliando o acesso ao conhecimento, à informação e a condições que promovam melhorias concretas e efetivas nas condições de vida e trabalho da população.

Expressões como *tecnofobia*, que denotam medo ou resistência às tecnologias atuais, perdem boa parte do seu sentido quando identificamos que o problema, a “fobia” real, não é em relação à tecnologia em si, mas ao uso social que dela é feito, a forma como o projeto capitalista dela se apropria, já que, como sabemos, as consequências dessa apropriação serão a intensificação da exploração, a precarização das condições de trabalho, o aumento do desemprego e a eliminação de direitos.

As novas tecnologias devem ser apreciadas de forma crítica, livre das amarras do pragmatismo e das armadilhas da mistificação, reconhecendo o caráter contraditório das relações sociais na sociedade de classes. Elas são *objetos de disputa*, o que abre novas sendas à sua apropriação crítica. Caracterizam-se como espaço de disputa social e possuem conexões com as finalidades e projetos dos segmentos que as instrumentalizam. A tecnologia é expressão do desenvolvimento das forças produtivas, marcada pelo caráter contraditório constituinte do padrão específico de relações sociais

capitalistas, e se, por um lado, ela vem sendo largamente utilizada pelo capital para alcançar suas finalidades de aumento da *mercadorização* e da intensificação da exploração do trabalho, com o intuito de extrair e acumular parcelas cada vez maiores de mais-valia, potencializando a produtividade e o lucro, por outro lado, no mesmo processo social, podem ser engendradas possibilidades históricas de apropriação desse recurso numa perspectiva alternativa, crítica e de resistência, voltada, por exemplo, à defesa dos direitos sociais e ao fortalecimento de projetos sintonizados com a superação dos valores capitalistas.

As TIC, embora sejam usadas hegemonicamente para satisfazer interesses do capital, podem entrar em sintonia com experiências de luta e resistência social. Ao tomá-las com base em sua natureza contraditória, pode-se sugerir que esse recurso seja utilizado tanto para conservar e reproduzir aspectos do modo de organização vigente quanto para buscar negá-los e superá-los. Apreendidas numa perspectiva de totalidade, as redes sociais e as ferramentas digitais podem atender a interesses contraditórios do capital e do trabalho, constituindo-se como um campo de disputas em que projetos societários se confrontam. A inserção nesse campo de disputas e a construção de uma contribuição voltada para os interesses não hegemônicos requerem dos sujeitos sociais (individuais e coletivos) tanto o domínio operacional do recurso tecnológico quanto a postura crítica que lhes permitam apropriar-se desse recurso e colocá-lo a favor de valores e princípios civilizatórios.

Uma apropriação crítica da tecnologia, voltada ao atendimento das legítimas necessidades da população, numa perspectiva de acréscimo (e não de substituição), pode fornecer subsídios valiosos para a criação de alternativas para os sérios problemas que enfrentamos na atualidade, muitos

dos quais amplificados pelas próprias consequências da pandemia. As TIC têm o seu valor, estamos percebendo isso a cada dia, à medida que as experimentamos e identificamos os seus limites e as suas possibilidades, o seu potencial e as suas insuficiências técnicas e éticas. São ferramentas que, com um uso crítico, reflexivo e qualificado, podem ter uma importante contribuição para o trabalho. Isso não significa, no entanto, que elas sejam a única solução para os desafios que enfrentamos. A lógica substitutiva presente no projeto capitalista busca justamente construir essa percepção, ofuscando outras respostas igualmente necessárias, tais como a redução da concentração de renda, o financiamento de políticas sociais, a realização de concursos públicos, a melhoria das condições de trabalho, dentre várias outras. São reivindicações históricas da classe trabalhadora cujo alcance deve ser potencializado pelas TIC, e não por elas substituídas.

Considerações finais

O momento atual expõe de forma dramática as condições presentes no modo de produção capitalista. Evidencia que a lógica capitalista não estimula a preocupação com o coletivo, com a solidariedade entre os sujeitos ou a busca de alternativas emancipatórias. Sua preocupação principal reside na satisfação de interesses privados, baseados na (super)exploração, na concentração de capital e na *mercadorização* cada vez mais acentuadas das relações sociais. O projeto capitalista encontra neste contexto pandêmico condições propícias e favoráveis à sua ampliação. Neste complexo cenário, as novas TIC, como instrumento a serviço dos projetos societários, ganham relevância, podendo ser

usadas para reproduzir e ampliar as desigualdades ou para contribuir para a construção de alternativas civilizatórias.

Buscamos apontar, ao longo do texto, alguns elementos para problematizar esse processo, auxiliando a identificação das intencionalidades e projetos presentes no uso das tecnologias ou, em outras palavras, o seu potencial contraditório, já que, como vimos, ela pode ser usada a serviço do capital ou do trabalho. Por isso, tão importante quanto a crítica aos usos concretos das tecnologias é também a percepção e crítica aos projetos subjacentes a tais usos, descortinando seus reais sentidos.

No contexto pandêmico, a lógica destrutiva do capital foi ainda mais aprofundada. As tecnologias, as redes sociais, as plataformas digitais entraram nesse circuito, adensaram a lucratividade, contribuíram para processos de sucateamento, precarização e desfinanciamento das políticas sociais, num quadro em que se tem uma presença cada vez mais baixa do Estado na produção de respostas às expressões da questão social, criando uma maior exposição das pessoas a esses efeitos deletérios do capitalismo, pelo uso das novas tecnologias de comunicação nas condições definidas pelo capital.

Ao mesmo tempo, é difundida uma série de inverdades relacionadas às novas tecnologias, muitas vezes tratando-as de forma mistificada, deificada, como recursos milagrosos que podem resolver todo e qualquer problema. Dentre esses mitos, podemos destacar a pretensa “redução de custos” nos processos de trabalho, quando, na verdade, o que se tem é um repasse desses custos aos trabalhadores. Outro mito se refere à noção de maior eficiência e eficácia, quando, de fato, o que ocorre é o aumento da exploração, do controle, do alcance de metas e da extração máxima de mais-valia. E, por fim, a ideia de uma democratização proporcionada pela tec-

nologia, quando, na verdade, tem-se uma restrição de acesso e uma obliteração da chamada neutralidade da internet, promovida por práticas conhecidas como zero *rating* (tarifa zero) (TECHTUDO, 2015).

Este quadro demonstra que os desafios no campo tecnológico são enormes e vão demandar uma ampla capacidade de articulação teórica e política. Nos dias atuais, o tema da tecnologia é central, por isso pautá-lo nos debates é fundamental. Problematizar os sentidos das tecnologias e de seus usos e perceber as possibilidades de vinculação com o fortalecimento de práticas emancipatórias são tarefas das quais não podemos nos furtar.

Toda tecnologia é adjetiva. O fator substantivo sempre será a pessoa, o sujeito, homem ou mulher, que faz uso dessa tecnologia, desde uma caneta até a mais avançada máquina ou computador. A tecnologia é um dos meios disponíveis para se chegar a um fim ou, como preferimos, um importante recurso que tem a propriedade de potencializar as habilidades necessárias à realização de uma determinada atividade.

As plataformas digitais atuais não neutralizam os desafios e contradições presentes nas relações sociais, tampouco devem ser encaradas como substitutas dos reais sujeitos que promovem tais relações. Possuem caráter adjetivo, e não substantivo; a tecnologia (e sua utilização) sempre estará subordinada à vontade e à ação do sujeito que, direta ou indiretamente, a utiliza. Como recurso que é, a tecnologia se subordina à vontade dos sujeitos e conseqüentemente serve para alcançar objetivos estipulados por essa vontade.

O maior ou menor êxito na aplicação das tecnologias possui alguns requisitos, dentre os quais a disposição de usá-las, a boa capacitação/formação e a disponibilidade de bons equipamentos. O envolvimento do Serviço Social com

um processo de apropriação das TIC tem sido construído ao longo dos últimos anos, e um dos seus avanços consiste em perceber que as consequências derivadas de uma forma capitalista de uso das TIC não podem ser confundidas com as próprias TIC¹².

Ainda que a apropriação capitalista da tecnologia seja hegemônica em nossa sociedade e que os seus efeitos sociais sejam flagrantes nos processos de intensificação da exploração do trabalho e de *mercadorização* das relações sociais, isto não significa que formas críticas e criativas de apropriação das TIC, opostas à lógica capitalista, não possam ser criadas e reproduzidas. Isso demonstra o caráter político que marca o debate sobre a apropriação das TIC, não se tratando apenas de uma questão meramente tecnológica. Por isso, é fundamental ao Serviço Social perceber os inúmeros desafios presentes no debate sobre as novas TIC e identificar que “lugar” elas podem ocupar no exercício da profissão, de forma crítica, competente e articulada aos valores e princípios fundamentais presentes em nosso projeto profissional.

Referências

ABEPSS. *A formação em Serviço Social e o ensino remoto emergencial*. Brasília, DF: Abepss, 2021.

ACCIOLY, D. Após 20 anos e R\$ 22,6 bi arrecadados, Fust falha em ampliar acesso à internet. *Senado Notícias*, Brasília, DF, 17 ago. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/17/apos-20-anos-e-r-22-6-bi-arrecadados-fust-falha-em-ampliar-acesso-a-internet>. Acesso em: 14 maio 2022.

¹² Zuboff (2021, p. 30) nos auxilia neste entendimento, ao afirmar, tratando do chamado “capitalismo de vigilância”, que este “[...] não é tecnologia; é uma lógica que permeia a tecnologia e a direciona numa ação”.

AGRELA, L.; CURY, M. E.; VITORIO, T. Na quarentena, o mundo virou uma live. *Exame*, [S.L.], 23 abr. 2020. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/o-mundo-e-uma-live/>. Acesso em: 14 maio 2022.

ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBOSA, R. N. C. Trabalho e mediação digital: captura de tempo e erosão de direitos. In: MAURIEL, A. P. O. et al. (org.). *Crise, ultraneoliberalismo e desestruturação de direitos*. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 69-104.

BARRETO, R. G. A presença das tecnologias. In: FERRAÇO, C. E. (org.). *Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 141-157.

CAPELAS, B. Como o app de chamadas de vídeo Zoom cresceu 19 vezes em meio à quarentena. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,como-o-app-de-chamadas-de-video-zoom-cresceu-19-vezes-em-meio-a-quarentena,70003257968>. Acesso em: 14 maio 2022.

CARTA CAPITAL. Presidente do Santander sugere que funcionários cortem salários para “dividir” com empresa. *Carta Capital*, [S.L.], Sociedade, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/presidente-do-santander-sugere-que-funcionarios-cortem-salarios-para-dividir-com-empresa/>. Acesso em: 14 maio 2022.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CFESS. *Novas tecnologias de comunicação e informação (Tic) para a velha exploração do trabalho!*. Brasília, DF: CFESS, 2020b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1759>. Acesso em: 14 maio 2022.

CFESS. *Teletrabalho e teleperícia: orientações para assistentes sociais*. Brasília, DF: CFESS, 2020a.

COUTINHO, M. Saiba mais sobre streaming, a tecnologia que se popularizou na web 2.0. *Techtudo*, [S.l.], 27 maio 2013. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2013/05/conheca-o-streaming-tecnologia-que-se-popularizou-na-web.ghhtml>. Acesso em: 14 maio 2022.

EXAME. Coletivo Mídia Ninja usa 4G para transmitir manifestações. *Exame*, [S.l.], Tecnologia, 17 jul. 2013. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/coletivo-midia-ninja-usa-4g-para-transmitir-manifestacoes/>. Acesso em: 14 maio 2022.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberiização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, R. (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 59-78.

FREIRE, S. M.; MATOS, M. C.; VELOSO, R. S. Políticas sociais, Covid-19 e tecnologias de informação e comunicação. In: VIANNA, G. S. et al. (org.) *Retratos da pandemia: vida, sociedade e política frente ao novo coronavírus*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021. p. 141-157.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 45-74.

HUWS, U. *A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real*. São Paulo: Unicamp, 2017.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. In: CFESS (org.). *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília, DF: CFESS, 2012. p. 13-50.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 1999.

MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia*. Livro I, Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Cap. XXIII.

MOROZOV, E. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu, 2018.

PEIRANO, M. *El enemigo conoce el sistema: manipulación de ideas, personas e influencias después de la economía de la atención*. Madrid: Debate, 2019.

PÉREZ COLOMÉ, J. WhatsApp, Facebook e Instagram sofrem queda generalizada no mundo todo por mais de seis horas. *El País*, Madrid, DE, Tecnologia, 4 out. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/tecnologia/2021-10-04/whatsapp-facebook-e-instagram-sofrem-queda-generalizada-no-mundo-todo.html>. Acesso em: 14 maio 2022.

POTENZA, A. Live streaming: tudo o que você precisa saber sobre esta tecnologia. *Netshow.me*, [S.L], Tendências de mercado, 22 mar. 2022. Disponível em: <https://netshow.me/blog/live-streaming-tudo-o-que-voce-precisa-saber>. Acesso em: 14 maio 2022.

R7. Lives no Instagram crescem 70% em março e ganham novas funções. *R7*, [S.L], Tecnologia e ciência, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/lives-no-instagram-crescem-70-em-marco-e-ganham-novas-funcoes-20042020>. Acesso em: 14 maio 2022.

SANTOS, A. J. P.; HETKOWSKI, T. M. *Software livre: políticas públicas de inclusão digital*. In: HETKOWSKI, T. M. (org.). *Políticas públicas e inclusão digital*. Salvador: UFBA, 2008. p. 67-84.

SIERRA, V. *et al*. Neoconservadorismo, Estado e vigilância. In: BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. (org.). *Política social e ultraneoliberalismo*. Uberlândia: Navegando, 2020. p. 53-70.

SILVA, A. M. Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, Nova Iguaçu, v. 5, n. 9, p. 587-610, 2020.

SILVEIRA, S. A. A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In: HETKOWSKI, T. M. (org.). *Políticas públicas e inclusão digital*. Salvador: UFBA, 2008. p. 43-65.

TECHTUDO. O que é Zero Rating? Entenda polêmica que envolve Facebook e operadoras. *Techtudo*, [S.L], Notícias, 25 maio 2015. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2015/05/o-que-e-zero-rating-entenda-polemica-que-envolve-facebook-e-operadoras.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2022.

VELOSO, R. Exclusão digital: uma abordagem crítica. *Advir*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 50-59, 2010.

VELOSO, R. *Serviço Social, tecnologia da informação e trabalho*. São Paulo: Cortez, 2011.

VIEIRA PINTO, A. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

15 O USO DO CINEMA NO TRABALHO SOCIAL COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM MARACANAÚ

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap15>

RÉGIA MARIA PRADO PINTO

Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestra e graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Assistente social do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) de Maracanaú e do Instituto Doutor José Frota em Fortaleza (IJF).
E-mail: regiapradop@gmail.com

Introdução

E cada vez mais expressiva a presença de indivíduos e/ou famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e sustento nos diversos espaços urbanos, principalmente nos grandes centros, sob uma suposta (in)visibilidade frente à sociedade e ao poder público. Vale ressaltar que o conjunto de pessoas em situação de rua é um grupo populacional extremamente heterogêneo, que tem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular, conforme definem a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (Ciamp-Rua), Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Essa população caracteriza-se ainda pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e de áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de habitação e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como das unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

Silva (2009) acrescenta também que as pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia e sustento possuem características diversas em relação ao tempo de rua, às causas imediatas que as conduziram à situação de rua, às rela-

ções que estabelecem com o trabalho antes e após a situação de rua e ao perfil socioeconômico.

Maracanaú, no Ceará, não possui dados oficiais acerca do quantitativo e da caracterização da população em situação de rua. No entanto, é visível a presença significativa de indivíduos e/ou famílias que têm as ruas como espaço de moradia e/ou sustento. Esses indivíduos vivenciam diversas formas de violações, como desemprego, dificuldade de acesso à água potável, fome, frio, calor, sede, exposição a chuvas, violências física, moral, psicológica e institucional, perda/tomada de pertences e documentos, preconceito, indiferença, bem como inúmeras barreiras no acesso às políticas públicas.

Em consulta ao Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais de transferência de renda do governo federal, existem 312 pessoas em situação de rua cadastradas em Maracanaú, segundo dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania (SAGI/MC) de janeiro de 2022.

Desde 2012, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) de Maracanaú aderiu à implantação do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) em face do número significativo de pessoas em situação de rua, indivíduos em trânsito ou que têm prédios abandonados como espaços de moradia. Ademais, o Centro Pop é uma das estratégias de garantia de acesso aos serviços públicos para essas pessoas.

O Centro Pop é uma unidade pública e estatal, previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, vinculado à Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSE) da Política de Assistência Social. Nessa direção, o Centro Pop de Maracanaú oferta o serviço especializado para população em situação de rua com a finalidade de assegurar o atendimento individualizado e o

Trabalho Social como espaços de análise das demandas dos/as usuários/as e realizar orientações, bem como encaminhamentos aos serviços socioassistenciais, às demais políticas públicas e aos órgãos de defesa de direitos.

O serviço especializado para população em situação de rua prevê o desenvolvimento da sociabilidade, o incentivo ao ingresso no mercado de trabalho, o fortalecimento de vínculos familiares e/ou comunitários e as ações que proporcionem a construção de novos projetos e novas trajetórias de vida, bem como o processo gradativo de saída da situação de rua. O Trabalho Social deve propiciar ainda espaços de reflexões da realidade e de vivências que favoreçam a mobilização, a participação social e a organização da população em situação de rua em torno da ampliação dos seus direitos sociais.

O Trabalho Social ofertado aos/às usuários/as do Centro Pop de Maracanauá prevê a realização de atividades coletivas ou de grupos¹ com o intuito de discutir as demandas individuais e coletivas na perspectiva de ampliar a consciência crítica e os direitos sociais. Aqui se destacam duas atividades coletivas, o projeto Cine Pop e o projeto Curta Meio Ambiente. Ambos têm o cinema como recurso político-pedagógico como uma das estratégias de discutir as expressões das desigualdades sociais, a exemplo do fenômeno população em situação de rua. Vale ressaltar que as expressões das desigualdades sociais na totalidade da sociedade capitalista são extremamente complexas, considerando-se ainda as particularidades do capitalismo no Brasil, o qual tem como pilares o racismo e a pobreza estrutural.

Este capítulo traz aspectos dos dois projetos em que a autora (e assistente social da experiência em questão) se apropria de filmes como recurso para uma experiência crítica e reflexiva sobre temas que rodeiam a sociedade e o

¹ Canceladas desde o início da pandemia de Covid-19.

universo dos/as usuários/as do Centro Pop, sem prescindir das três dimensões da intervenção profissional do Serviço Social, quais sejam: a ético-política, a técnico-operativa e a teórico-metodológica.

O presente texto está dividido em quatro seções: na primeira, tem-se uma síntese das linhas norteadoras do trabalho social ofertado à população usuária do Centro Pop de Maracanaú; na segunda, o debate se dá em torno do cinema como recurso político-pedagógico com vistas a contribuir no processo reflexivo e na consciência crítica; na terceira, há o relato da experiência do uso de filmes no trabalho social com a população local em situação de rua; na quarta, por fim, tem-se a conexão entre o uso do cinema como um recurso político-pedagógico e a instrumentalidade no trabalho do/a assistente social no Centro Pop de Maracanaú.

O trabalho social com a população em situação de rua

De acordo com o Manual de Orientações Técnicas para o Centro Pop, o trabalho social realizado pela equipe multiprofissional² ofertado à população em situação de rua tem a finalidade de promover momentos de reflexão sobre as suas vivências e as suas demandas, bem como compreendê-las inseridas nas trajetórias de vida de cada um/a, nas suas relações familiares e comunitárias, em especial, considerando os contextos social, histórico e econômico, o mundo do trabalho e as manifestações culturais das cidades do Brasil.

² Os recursos humanos constituem elemento fundamental para a efetividade do trabalho social e para a qualidade dos serviços prestados pelo Centro Pop. Para a adequada composição da equipe da unidade, deve-se observar o prescrito na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos de 2006 e ainda na Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 17/2011. No Centro Pop, a equipe multiprofissional tem sido formada por assistente social, pedagoga e psicóloga.

Nessa direção, o trabalho social oferta a escuta e a análise das demandas expostas pelos/as usuários/as com o intuito de prestar orientações sobre os direitos sociais, bem como os encaminhamentos à rede socioassistencial e às demais políticas públicas, na perspectiva de contribuir no acesso aos serviços existentes na cidade. Cabe ainda acrescentar que o trabalho social propõe estimular a organização e a participação social dessa população nos espaços do controle social e nos órgãos de defesa de direitos e de denúncias das violações vivenciadas nos espaços urbanos da cidade de Maracanaú.

Vale destacar que o trabalho social deve respeitar as diversas expressões da subjetividade dos/as usuários/as, como os sonhos, a construção de projetos individuais e coletivos, suas formas de pensar, a história de vida, seus vínculos familiares e comunitários, além de realizar ações para a superação do preconceito, estigma e discriminação da sociedade em relação à população em situação de rua.

O Trabalho Social é realizado por meio das atividades coletivas ou de grupo, que se configuram como espaços de reflexão crítica acerca da realidade dessa população, da rede socioassistencial, das barreiras no acesso às políticas públicas e ainda das articulações necessárias no sentido de superá-las. Cabe ressaltar que as atividades coletivas são espaços de registro, denúncia, compartilhamento e debate sobre as diversas formas de violações de direitos vivenciadas cotidianamente por essa população em particular no acesso às políticas públicas, bem como construção dos percursos, das vivências e das estratégias no sentido de satisfazer às necessidades humanas.

As atividades coletivas ou grupais promovem a troca de experiência, o fortalecimento da identidade individual e coletiva, o despertar das potencialidades, a criação de novas referências relacionais, a resignificação das vivências e a

construção de novos projetos de vida, visando, inclusive, ao processo de saída das ruas. É importante identificar que o planejamento de atividades coletivas ou grupais deve estar sintonizado com a realidade e os interesses dos/as usuários/as, bem como considerar a história do território e suas potencialidades, as relações e as redes sociais construídas pelas pessoas e suas dificuldades para a reconstrução de trajetórias de vida.

As atividades coletivas são planejadas pela equipe multiprofissional com a participação dos/as usuários/as. Durante o planejamento das ações, o/a profissional de Serviço Social deve atentar para o rigor teórico-metodológico e o compromisso com os princípios do Código de Ética, a Lei nº 8.662/1993. As atividades coletivas são conduzidas pela equipe técnica de nível superior, os/as educadores/as sociais e os/as convidados/as de uma rede de parcerias de diversas áreas: educação, saúde, habitação, trabalho, segurança alimentar, cultura, arte, lazer e outras.

Em síntese, o Trabalho Social deve orientar-se por uma perspectiva crítica da realidade e por uma construção de estratégias e alternativas para atender às complexas demandas das pessoas em situação de rua e para enfrentar as inúmeras violações dos seus direitos nos centros urbanos. Com esse norte, as atividades coletivas podem ser realizadas por meio de diversas metodologias, tecnologias e expressões artísticas, como: oficinas temáticas, palestras, rodas de conversa, fotografia, cinema, literatura, oficinas com material reciclável, confecção de jornal, cordel, desenho, teatro, oficina de instrumentos, artesanato, poesia, música, dança, grafite, pintura, jogos, espaço de leituras e outras. Este escrito, entretanto, traz um destaque para o uso do cinema como recurso político-pedagógico no Trabalho Social com a população em situação de rua do Centro Pop de Maracanaú.

A sétima arte³ como recurso político-pedagógico

É notório que a sétima arte é um dos entretenimentos mais apreciados em todo o mundo. Sabe-se também que a produção de um filme envolve diversas áreas, como financiamento, divulgação, produção e consumo de produtos, tecnologias, empregos e lucros. Do ponto de vista cultural, a tela dimensiona uma série de conexões de hábitos, criatividade, valores, simbolismos, narrativas, visões de mundo, imagens, ideologias, costumes, histórias, estéticas, temas, músicas, modos de vida e diversas dimensões da vida humana e da sociedade. O cinema retrata, segundo Ann Hornaday (2021), um amálgama de quase todas as formas de expressão, como a pintura, o teatro, a dança, a música, a arquitetura, a fotografia e a escrita.

Muito além de entretenimento, o cinema é um recurso político-pedagógico que pode contribuir no processo reflexivo e na formação da consciência crítica de um indivíduo, grupo ou comunidade, pois cada filme tem um cunho ideológico, expressa comportamentos socioculturais, visões de mundo, interpretações acerca de um determinado tema, princípios éticos e valores que norteiam um grupo, uma comunidade e uma sociedade. Em síntese, o cinema é um instrumento que pode proporcionar a reflexão e o debate sobre uma infinidade de temas da existência humana e da sociedade. A sétima arte, como recurso político-pedagógico, pode vislumbrar uma práxis transformadora, em especial quando transcende o caráter de entretenimento e de consumo alienante próprio da sociedade do capital. Nesse sentido, a

³ A partir de 1911, o intelectual italiano Ricciotto Canudo atribuiu o título de sétima arte ao cinema, por compreendê-lo como a síntese de todas as artes existentes ao lançar mão da imagem, fotografia, música, dança, figurino e outras.

experiência realizada concorda e se afina com o pensamento de Alves (2010, p. 2):

Na verdade, a re-significação do filme que implica a formação humana é uma operação de formação de consciência crítica capaz de constituir sujeitos humanos com um espírito questionador no sentido de desvelar as contradições objetivas da ordem do capital. Assim, ir além do filme implica assumir uma visão crítica de mundo e dotá-la de ferramentas categoriais capaz de extrair das Imagens Audiovisuais novas significações capazes de produzir nos sujeitos-receptores/sujeitos produtores, novas percepções e entendimentos da ordem social.

Recorrer ao filme como recurso político-pedagógico, entretanto, não é uma tarefa fácil, principalmente ao considerar que a intervenção do/a assistente social possui três dimensões, quais sejam: a ético-política, a técnico-operativa e a teórico-metodológica. Mesmo diante de desafios das condições de trabalho, os projetos Cine Pop e Curta Meio Ambiente mostram a conexão do cinema como recurso político-pedagógico e as três dimensões elencadas acima do fazer profissional, ao propiciar espaços de reflexão e de formação da consciência crítica da população em situação de rua atendida pelo Centro Pop de Maracanaú.

O uso do cinema não é um instrumento meramente pragmático com o objetivo de prender a atenção das pessoas ou de um grupo. Ao recorrer ao cinema como recurso na intervenção profissional, o/a assistente social deve ater-se ao arcabouço teórico-metodológico, ao conjunto de conhecimentos e às habilidades adquiridas ao longo do processo de formação.

O cinema, como um instrumento de reflexão, pode permitir ao/à profissional conhecer a realidade dos/as usuá-

rios/as nos diversos espaços sócio-ocupacionais. No entanto, Chagas e Vale (2021) chamam a atenção que é necessário recorrer ao aprofundamento teórico para a leitura da realidade social para apropriar-se do cenário da vida das pessoas não apenas como um retrato de suas histórias singulares de vida, mas como essas histórias são constituídas na dinâmica da história e nas estruturas sociais na luta de classes.

Nesse sentido, a experiência do uso do cinema no trabalho social com os/as usuários/as do Centro Pop vem se configurando como uma das ferramentas importantes na intervenção do/a profissional que não pode prescindir de todo o arcabouço teórico-metodológico e das considerações que dão a direção ético-política do exercício profissional. O relato desta vivência encontra seu detalhamento na próxima seção.

A experiência do uso de filmes no trabalho social com a população em situação de rua

Com objetivo de socializar a experiência do uso do cinema no trabalho social como atividade constituinte do serviço especializado para população em situação no Centro Pop de Maracanaú, aqui se detalham os processos do projeto Cine Pop e do projeto Curta Meio Ambiente, realizados com os/as usuários/as do Centro Pop de Maracanaú, em que o cinema é o principal recurso.

Os projetos têm sido fundamentais no processo reflexivo crítico acerca das expressões da questão social⁴ inerentes

⁴ Para Yamamoto (2001, p. 28), “[...] a questão social eclodiu na segunda metade do século XIX como um fator perturbador à ordem burguesa, e exigindo uma intervenção do Estado e da burguesia. Sendo assim, a questão social reflete as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. Assim, a

tes às desigualdades sociais, a exemplo do fenômeno população em situação de rua. O uso do cinema pode propiciar discutir a realidade dessa população como resultante do contexto de exploração da força de trabalho e da degradação do meio ambiente com o único impulso da acumulação do capital.

Em Maracanaú, as desigualdades sociais advêm de um modelo de urbanização aliado à construção do I Complexo Industrial do Ceará nos anos de 1960, com a implantação de indústrias concentradas na região Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, com o objetivo de expandir o capital por meio da conquista de mercados, das isenções fiscais oferecidas pelos governos e da mão de obra de baixo custo.

Esse modelo alterou visivelmente os espaços da cidade de Maracanaú, impondo-lhe transformações importantes na organização do espaço urbano e expondo diversas expressões da questão social, como a violência, a oferta de serviços públicos e privados de má qualidade, a degradação ambiental, o aumento da discriminação social e racial, a favelização e privatização dos espaços e a especulação imobiliária. Nesse contexto, é cada vez mais visível a presença de homens e mulheres que têm as ruas como espaço de moradia e sustento em Maracanaú.

Os projetos Cine Pop e Curta Meio Ambiente buscam discutir também as violações dos direitos vivenciados pela população em situação de rua; temas sobre o trabalho precarizado, o acesso à renda e a população em situação de rua;

questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. [...] Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sobrevivência. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construída no cotidiano, pois é no presente que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado”.

as formas de organização dessa população; os motivos que levam as pessoas a terem as ruas como espaço de moradia e sustento; a pobreza e as desigualdades sociais no capitalismo; as políticas e direitos sociais, entre outros.

Projeto Cine Pop: filme, debate e pipoca

O projeto Cine Pop⁵ surgiu a partir do interesse dos/as usuários/as que utilizam os serviços ofertados pelo Centro Pop em assistir à exibição de filmes em face das dificuldades vivenciadas cotidianamente no acesso à programação ofertada pelas emissoras de televisão reguladas e dos cinemas. Então, a solicitação exposta é uma demonstração de que os/as usuários/as do Centro Pop apreciam a sétima arte como entretenimento. Desde a sua implantação, o Centro Pop disponibiliza uma televisão na recepção para que os/as usuários/as tenham acesso à programação disponibilizada pelas emissoras.

O projeto Cine Pop foi implantado em 2012. Desde então, uma vez por mês é realizada uma sessão de filme em uma tela de *data show*, no período da tarde, com a oferta de pipocas e bebidas não alcoólicas. A seleção dos filmes é realizada a partir de uma caixa de sugestão disponibilizada na recepção da unidade do Cine Pop ou também indicada ao final de cada sessão. A participação no projeto é voluntária, bem como é grupo aberto. Todas as obras exibidas são dubladas, propiciando a participação do maior número de pessoas.

Convém colocar que a seleção dos filmes é desafiante e requer um planejamento prévio por parte da equipe e o envolvimento dos/as usuários/as para que a atividade cinema-

⁵ Projeto ainda suspenso por conta da pandemia de Covid-19. No entanto, são constantes as demandas pelo retorno das atividades coletivas, a exemplo do projeto Cine Pop.

tográfica seja atraente e o debate participativo. A seleção dos filmes sempre considera a diversidade de gêneros, as estruturas narrativas, os matizes dramáticos, a linguagem e as preferências dos/as usuários/as e as temáticas relacionadas às questões sociais no mundo e no país. O título do filme é divulgado em dias anteriores à exibição, com a exposição sintética de uma sinopse para que os/as usuários/as tomem conhecimento da temática do filme. As obras exibidas propiciam aos/às usuários/as o contato com diferentes gêneros, narrativas, estéticas e culturas cinematográficas.

Após a exibição do filme, são lançadas algumas questões disparadoras para os/as participantes como forma de incentivar o debate, a saber: “Qual a cena que mais chamou a atenção?”; “Qual a relação do filme exibido com os motivos da pobreza e as desigualdades sociais?”; “Existem questões presentes no filme relacionadas ao cotidiano dos/as participantes?”; “Quais as reflexões que o filme mostra?”; “Quais aspectos relevantes retratados no filme que remetem às diversas expressões da questão social e da sociedade capitalista?”; “Quais as temáticas e as demandas que o filme revela para a equipe multiprofissional e, em particular, para o Serviço Social?”.

Após o debate, esta autora realiza uma síntese das reflexões apontadas pelo grupo a partir de pontos concorrentes e divergentes, bem como dos problemas sociais que perpassam pelo filme. É realizada de forma sintética a contextualização do filme com informações sobre a ideia central, o gênero, as temáticas que o envolvem, os/as personagens, o país, o período, o contexto sócio-histórico e econômico, as dimensões culturais, a trilha sonora, as questões estéticas, as premiações obtidas e outros elementos que circundam o filme, despertando, com isso, um senso crítico da película em cartaz.

Dentre os diversos temas que já foram discutidos no projeto Cine Pop, destacam-se: pobreza; população em situação de rua; trabalho precarizado; desemprego, organização e participação social; saúde mental; uso de álcool e outras drogas; trabalho infantil; relações familiares e comunitárias; racismo estrutural e direitos humanos; discriminação e diversas formas de preconceitos contra as etnias, as raças e as classes sociais; violência contra as mulheres e temas relacionados às concepções que o sujeito tem de si e sua relação com a sociedade.

O projeto Cine Pop tem contribuído para a reflexão crítica da realidade e o exercício da linguagem pelos/as participantes por meio da exposição de suas ideias e análises dos filmes, além de propiciar momentos de troca de experiências, debate sobre os direitos sociais, organização e participação social na perspectiva de ampliar a dimensão de direitos sociais.

Em síntese, o projeto Cine Pop tem contribuído para a instrumentalização e enriquecimento da prática profissional do/a assistente social, afirmando a dimensão político-pedagógica da profissão nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, comprometida com a materialidade do projeto ético-político. Potencializam-se trocas entre o Serviço Social e esses/as usuários/as, mediados/as pela arte que facilita e tem uma linguagem envolvente.

Projeto Curta Meio Ambiente

A metodologia do projeto Curta Meio Ambiente ocorre a partir da exibição de uma sequência de dois ou três filmes de curta-metragem que abordam diversas temáticas relacionadas ao meio ambiente, como: a poluição ambiental; os impactos da destruição da natureza e dos recursos natu-

rais; a produção de lixo; a pobreza; as desigualdades sociais; o acesso à alimentação; o racismo ambiental e a relação do meio e as formas de exploração da força de trabalho; e o trabalho precarizado e análogo à escravidão.

O projeto Curta Meio Ambiente⁶ é realizado uma vez ao ano em decorrência do Dia Mundial do Meio Ambiente⁷, no dia 5 de junho. Na realidade, esse projeto acontece durante uma semana com o objetivo de discutir a relação homem e natureza no modo de produção capitalista, bem como práticas que possam reduzir os impactos ambientais e promover a luta pela preservação das riquezas naturais. Ademais, o projeto tem como objetivo fundante contribuir no debate dos impactos ambientais e sociais e da pobreza no Brasil, em especial a produção e a reprodução do fenômeno população em situação de rua na cidade.

O projeto acontece por meio da exibição de filmes de curta-metragem que tratam da relação homem e meio ambiente no contexto capitalista, em que a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho tem como único objetivo a acumulação do capital. Nessa lógica, o projeto tem propiciado um debate sobre o consumo e a exploração desmedida dos recursos naturais, o que causa a produção desenfreada de lixo, a contaminação dos rios, das lagoas, das praias e dos lençóis freáticos, a aceleração do aquecimento global e as consequentes mudanças climáticas, mostrando a face destrutiva do capitalismo. A expansão da produção e do

⁶ Cancelado desde o início da pandemia de Covid-19.

⁷ Em 1972, na Assembleia Geral das Nações Unidas, foi criado o Dia Mundial do Meio Ambiente. A criação da data marcou a abertura da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, conferência essa que ficou conhecida como Conferência de Estocolmo. Nessa conferência, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e apresentou a Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, que apresenta princípios que visam à melhoria da preservação do meio ambiente.

consumo em escala mundial tem contribuído para o aumento da poluição ambiental.

A coleta de materiais recicláveis é uma das principais ocupações da população em situação de rua. Nesse sentido, o projeto Curta Meio Ambiente tem dedicado momento de reflexão sobre o trabalho precarizado e a catação de materiais recicláveis como partes constituintes da cadeia produtiva da reciclagem, estando inseridos/as no circuito da reprodução de capital à medida que coletam a matéria-prima para novas mercadorias. Nesse circuito, as indústrias acumulam capital por meio da superexploração da força de trabalho, sem custos com a coleta dos materiais recicláveis coletados nos sacos e latas de lixo nas ruas.

Vale ressaltar que o projeto Curta Meio Ambiente contribui com a reflexão crítica sobre a lógica entre a produção e o consumo em uma perspectiva destrutiva do planeta e da garantia dos lucros de empresas. O ciclo reprodutivo tem gerado enormes desperdícios e uma produção de mercadorias destrutiva, com severos prejuízos ao meio ambiente e à saúde da população, nos termos de Mészáros (2011). É fundamental a construção de significados sociais e mudanças de pensamentos sobre a relação do homem e o meio ambiente como necessária para a construção de nova ordem social. Entretanto, a execução do projeto é um desafio, pois pretende dialogar sobre a preservação do meio ambiente com um contingente populacional que não tem ou acessa os serviços básicos de forma extremamente precarizada, consume o mínimo de mercadorias e tem péssimas condições de vida e trabalho.

O uso de filmes de curta-metragem favorece ao/à assistente social a possibilidade de discutir com os/as usuários/as nos espaços sócio-ocupacionais o desvelamento das contradições sociais inerentes ao capitalismo, sem desco-

nectar das três dimensões do fazer profissional: ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Na perspectiva crítica de instrumentalidade acumulada pelo Serviço Social, o fazer é potência quando acompanhado de reflexões dos fundamentos da vida social.

A interface entre o cinema e a instrumentalidade no trabalho do/a assistente social no Centro Pop de Maracanã

O relato de experiência profissional em tela sintetiza que a intervenção do/a assistente social nos diversos espaços institucionais tem direção ético-política e dimensão técnico-operativa fundamentadas no Projeto Ético-Político do Profissional, formado pelo Código de Ética do Assistente Social (1993), pela Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira em Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996).

Com essa direção, o Serviço Social articula os projetos Cine Pop e Curta Meio Ambiente como estratégia de intervenção profissional, ou seja, os projetos estão imbuídos de uma intencionalidade e uma instrumentalidade que concretizam objetivos. Conforme Guerra (2007, p. 2), a instrumentalidade:

Possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em

condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

Assim, os projetos aqui em pauta têm como intencionalidade contribuir no processo reflexivo e na consciência crítica dos/as usuários/as que utilizam os serviços ofertados pelo Centro Pop de Maracanaú acerca das desigualdades sociais, identificando as potencialidades e estimulando a organização social frente às violações vivenciadas nos espaços urbanos de Maracanaú. Nas palavras de Chagas e Vale (2021, p. 40-41):

Essa é uma perspectiva de instrumentalidade que tem concretude operacional e amparo teórico-intelectual e ético-político, constituindo uma indicação de instrumentalidade articulada em suas várias dimensões. O olhar sobre a dinâmica histórica vivenciada pelos sujeitos oferta o caminho técnico-operacional do trabalho do assistente social. O privilégio do contato cotidiano com o usuário, próprio da natureza interventiva do Serviço Social, oferta condições de realização de sistematizações importantes, do perfil socioeconômico desse usuário às suas percepções culturais sobre as experiências.

Assim, o uso de diversas metodologias e de tecnologias pode propiciar ao/à assistente social também identificar e refletir sobre as demandas expostas pelos/as usuários/as e as respostas profissionais na perspectiva da ampliação dos direitos sociais. Para isso, os dois projetos estão imbuí-

dos de uma fundamentação teórico-metodológica fundada à luz da Teoria Social Crítica, que permite não desconectar da leitura de que o fenômeno da população em situação de rua está inserido na totalidade das desigualdades sociais, produzidas no contexto das contradições materiais e históricas da sociedade capitalista, bem como desvelar os nexos entre as contradições sociais e as respostas institucionais por meio das políticas sociais precarizadas que não mexem nas estruturas capitalistas. Segundo Conceição (2010, p. 5):

A dimensão pedagógica do Serviço Social está vinculada à intervenção do assistente social na maneira de agir e de pensar da sociedade e aos elementos políticos e culturais da luta pela hegemonia, visto que está inserido nos processos diferenciados de organização e reorganização da cultura. Enquanto isso, a possibilidade de emancipação e humanização inerentes à arte pode oferecer aos sujeitos condições para criticar a situação vivida e redimensioná-la. Desse modo, indaga sobre as contribuições que a arte pode trazer quanto ao caráter pedagógico da prática profissional.

Por fim, os projetos Cine Pop e Curta Meio Ambiente são importantes espaços de debate sobre o cotidiano da população em situação de rua, identificando as suas demandas e as articulações necessárias entre as diversas políticas públicas na cidade. Esses projetos reafirmam a dimensão político-pedagógica da intervenção do/a assistente social à medida que possibilitam espaços de reflexão e de fomento da consciência crítica acerca das expressões da questão social na perspectiva da totalidade da complexidade da sociedade capitalista brasileira.

O/A assistente social pode recorrer às diversas tecnologias, metodologias e expressões artísticas, a exemplo do acervo cinematográfico, como recursos que propiciem aos/às usuários/as que demandam atendimento a verbalização

e a ampliação da compreensão do mundo, da sociedade, da relação homem-natureza no contexto brasileiro, bem como contribuir em sua organização na defesa da ampliação dos direitos sociais.

Considerações finais

A experiência relatada neste capítulo, para além de disseminar a apreciação pela sétima arte, tem se constituído como um espaço de reflexões, em momentos de debates importantes e de trocas de experiências entre os/as usuários/as que utilizam os serviços ofertados pelo Centro Pop de Maracanáu. Cabe apontar que os projetos têm contribuído na reflexão crítica e no desenvolvimento da linguagem por meio da análise dos filmes pelos/as participantes.

Convém relembrar que os projetos aqui relatados consistem em experiências para além da exibição de um filme, uma atividade de entretenimento ou uma discussão apenas da dimensão narrativa do filme. Reafirmo que os projetos têm o compromisso com uma experiência crítica na oferta de espaço de acolhimento e na busca pela consciência crítica no contexto da sociedade capitalista brasileira e na realidade local.

Além disso, os projetos Cine Pop e Curta Meio Ambiente são demonstrações de que o/a profissional de Serviço Social pode se apropriar de inúmeras metodologias e novas tecnologias nas intervenções nos diversos espaços sócio-ocupacionais, sem prescindirem de todo o arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que compõe os pilares do seu fazer profissional. Ao recorrer às diversas técnicas nos atendimentos individualizados ou coletivos, o/a profissional de Serviço Social deve estar alinhado/a ao Projeto Ético-Político da profissão.

Os projetos Cine Pop e Curta Meio Ambiente mostram que o/a profissional pode utilizar o acervo cinematográfico para discutir as demandas expostas pela população a que atendemos e as respostas do Estado nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Com isso, possibilitam ao/à profissional a superação de abordagens tecnicistas e burocráticas. Contudo, para a realização dos projetos, exigem-se um rigor técnico-operativo e o compromisso com os valores e os princípios éticos que dão materialidade ao projeto ético-político dos/as assistentes sociais. A realização dos projetos aqui citados não invalida a utilização das diversas técnicas a que historicamente o/a assistente social recorre, como a entrevista social, a elaboração de relatórios, as articulações com a rede, os pareceres sociais, as reuniões, as visitas domiciliares e outras. As diversas metodologias e as tecnologias podem contribuir para uma intervenção reflexiva com a população usuária, como recursos no desvelamento das diversas expressões da questão social, e para a ampliação dos bens produzidos coletivamente.

Sem pretensão de esgotar o debate, cabe ampliar estudos sobre a inclusão do cinema como recurso político-pedagógico na intervenção profissional, bem como o uso de outras expressões artísticas com a população usuária que demanda atendimentos dos/as assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais.

Por fim, o/a profissional, ao lidar com as demandas cada vez mais complexas tanto expostas pela população usuária ao solicitar atendimento ao/à assistente social quanto pelas novas demandas institucionais, deve ser crítico/a, no sentido de respondê-las na direção do Projeto Ético-Político, ocupando espaço na dinâmica institucional, reforçando e ampliando a competência crítica. Nessa perspectiva, o/a assistente social deve estimular a participação social e

a organização dos/as usuários/as a que atende nos diversos espaços sócio-ocupacionais na perspectiva da mobilização para o enfrentamento coletivo frente às desigualdades sociais.

Referências

ALVES, G.; MACEDO, F. *Cineclube, cinema & educação*. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jun. 1993.

BRASIL. *Orientações técnicas*: Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro Pop. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011.

BRASIL. *Relatório de Informações Sociais*. Brasília, DF: SAGI, 2022.

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 nov. 2009.

CHAGAS, J. L.; VALE, E. S. A dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social: reflexões e indicações da literatura crítica. In: ALVES, D. C.; VALE, E. S.; CAMELO, R. A. (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social*: desafios

cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza: UECE, 2021. p. 25-54.

CONCEIÇÃO, D. G. O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 51-67, 2010.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2007, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: CRESS, 2007.

HORNADAY, A. *Como falar sobre cinema: um guia para apreciar a sétima arte*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2021.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, M. L. L. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

16 RESSIGNIFICARTE: A MÚSICA COMO INSTRUMENTO DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO 1º JUIZADO DA MULHER DE FORTALEZA

<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap16>

JORDIANNE MOREIRA GUEDES

Mestra em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista em Estratégias no Enfrentamento à Violência contra a Mulher pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE) e em Educação Especial pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), bacharela em Serviço Social pela UECE e técnica em Música pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Cantora e compositora. Assistente social do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

E-mail: teresa.bezerra@uece.br

TERESA CRISTINA ESMERALDO BEZERRA

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora do curso de Serviço Social e do mestrado acadêmico em Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Coordenadora do Núcleo de Acolhimento Humanizado às Mulheres em Situação de Violência (NAH) da UECE.

E-mail: jordguesdes@gmail.com

Introdução

Compreender a atuação profissional do Serviço Social no campo das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres é um desafio para a categoria, pois esta é uma das pautas mais caras aos movimentos feministas, remetendo às lutas históricas de diferentes gerações de mulheres contra a violência de gênero¹, em outras palavras, às lutas contra uma violência estrutural direcionada às mulheres e aos corpos femininos ou que os afeta desproporcionalmente em nossa sociedade, constituindo-se numa grave violação dos seus direitos humanos (CNJ, 2019).

A violência de gênero direcionada às mulheres é um fenômeno social complexo e polissêmico, que tem no patriarcado colonial-moderno e na dominação simbólica masculina

¹ As violências de gênero não se reduzem àquelas especificamente direcionadas às mulheres cis e heterossexuais, pois remetem também àquelas que afetam lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e as diversas identidades de gênero e expressões das sexualidades que não se enquadram ao padrão cis-heteronormativo hegemônico. Neste capítulo, reportamo-nos, especificamente, à violência de gênero direcionada às mulheres e aos corpos femininos, compreendidos em sua pluralidade, diversidade e heterogeneidade. O uso do conceito de gênero pressupõe a crítica ao essencialismo da categoria mulher, exigindo que pensemos não apenas nas diferenças e desigualdades de poder entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas nos modos como masculinidades e feminilidades são construídas, em intersecção com raça-etnia, classe social, naturalidade, idade, dentre outros marcadores sociais da diferença (PISCITELLI, 2009).

um dos seus principais pilares de sustentação (BANDEIRA, 2017; SEGATO, 2016). Ademais, intersecciona-se com outras estruturas desiguais de poder, como o racismo estrutural e as desigualdades de classe, configurando-se como uma das mais endêmicas expressões da questão social no Brasil, agravada sobremaneira no contexto da pandemia de Covid-19 (ONU MULHERES, 2020; VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020).

Conforme a última edição da pesquisa *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil* (2021), realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Data Folha, uma a cada quatro mulheres acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência ou agressão durante a pandemia de Covid-19, correspondendo a 17 milhões de brasileiras que sofreram violência física, psicológica ou sexual em 2020. Quanto aos tipos de violência mais frequentes, 13 milhões de brasileiras (18,6%) sofreram agressões verbais e 4,3 milhões (6,3%) foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes, revelando que a cada minuto oito mulheres apanharam no Brasil.

Quanto ao perfil, a pesquisa revela que as mulheres negras (pretas e pardas, conforme a metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) são mais vulneráveis à violência de gênero, conforme demonstram os dados: preta (28,3%), parda (24,6%) e branca (23,5%). Destaca-se ainda que, quanto mais jovens, maior a prevalência de violência, sendo que 35,2% das mulheres de 16 a 24 anos relataram ter vivenciado algum tipo de violência, 28,6% das mulheres de 25 a 34 anos, 24,4% das mulheres de 35 a 44 anos, 19,8% das mulheres de 45 a 59 anos e 14,1% das mulheres com 60 anos ou mais. Ademais, em 2020, o país registrou 1.350 casos de feminicídio, o que significa dizer que uma mulher foi morta a cada seis horas e meia no país pelo fato de ser mulher.

As respostas do Estado brasileiro a essa questão são relativamente recentes e se devem sobretudo às pressões dos

movimentos feministas nacionais e internacionais, que, a partir da década de 1970, contribuíram para a promulgação de tratados internacionais para combater a discriminação e a violência contra as mulheres e para a criação de leis e políticas para o seu enfrentamento, a exemplo da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e da Lei nº 13.104/2015 (Lei do Femicídio).

Em consonância com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979), ratificada pelo Brasil em 1984, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), ratificada em 1995, a Lei Maria da Penha (2006) contribuiu para ampliar as políticas de enfrentamento à violência contra mulheres. Tais políticas se fortaleceram sobretudo a partir da criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM), em 2003, da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em 2007, e do Programa Mulher Viver sem Violência, em 2013.

Dentre as principais inovações trazidas pela Lei Maria da Penha (2006), destacam-se:

[...] o reconhecimento da violência baseada no gênero como violação de direitos humanos (artigo 6º), constituindo um novo paradigma no ordenamento jurídico brasileiro, rompendo com a lógica da criminalização como remédio para acabar com a violência contra as mulheres. [...] a ampliação da definição de violência para abarcar a violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral (artigo 7º), pois cada uma dessas categorias abrange um conjunto igualmente amplo de comportamentos e ações que vão além do que se encontra previsto no Código Penal, alertando para a complexidade da violência baseada no gênero. Outra importante inovação da Lei é a conjugação de ações de proteção, punição e prevenção que devem ser apli-

çadas de forma articulada, equilibrada e compatível com os recursos necessários para que as mulheres possam superar e sair da situação de violência em que se encontram. (PASINATO, 2015, p. 534).

A Lei Maria da Penha (2006) também foi determinante para a articulação em rede dos serviços já existentes desde a década de 1980, como as Delegacias de Defesa da Mulher e as Casas-Abrigo, e para a criação de novos serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (artigos 29 e 35), a saber: Centros de Referência de Atendimento à Mulher; Casas-Abrigo/Serviços de Abrigamento; Núcleos de Defensoria Pública; Serviços de Saúde e Centros de Perícia Médico-Legal Especializados; Centros de Educação e Reabilitação dos Agressores; Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e Equipe de Atendimento Multidisciplinar para auxiliar o trabalho dos juizados (BRASIL, 2006).

Os Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher integram a chamada *Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência*, compreendida como conjunto articulado de ações e serviços, em especial, nas áreas da assistência, justiça, segurança e saúde, que visam a assegurar a intersetorialidade, a integralidade e a humanização do atendimento a mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011). Os referidos juizados devem contar com equipes de atendimento multidisciplinares, que têm entre as suas principais atribuições: realizar estudos de caso; produzir laudos e pareceres para embasar as decisões do/a magistrado/a para a concessão/permanência/revogação das medidas protetivas e na elaboração das sentenças; e atender às mulheres em situação de violência, bem como aos agressores e aos familiares das partes envolvidas nos processos judiciais de violência doméstica e familiar.

No Ceará, a Lei Estadual nº 13.925, de 26 de julho de 2007, criou os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas comarcas de Fortaleza e Juazeiro do Norte, como desdobramento do que preconiza a Lei Federal nº 11.340/2006. A legislação estadual prevê também a criação dos cargos de assistente social e psicóloga/o em face da necessidade de uma equipe técnica multidisciplinar que atue de modo interprofissional e intersetorial nos referidos juizados.

A incorporação de profissionais do Serviço Social na equipe multidisciplinar do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Fortaleza é fruto desse processo histórico mais amplo, no qual a violência contra as mulheres deixa de ser considerada uma questão privada e passa a ser reconhecida como questão pública. Tal reconhecimento se deve às lutas históricas dos movimentos feministas, que resultaram na ampliação da demanda de atendimento a mulheres em situação de violência, sobretudo após a promulgação da Lei Maria da Penha (2006) e a criação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007).

Nesse processo, há que se considerar a histórica inserção do Serviço Social no campo sociojurídico, em particular, no sistema judiciário, um dos primeiros espaços de trabalho de assistentes sociais no país, desde os anos 1940 (FÁVERO, 2003). Também não se pode esquecer da aproximação do Serviço Social brasileiro aos movimentos sociais e feministas, sobretudo a partir dos anos 1980, no contexto mais amplo do Movimento de Renovação Profissional, o qual resultou na “[...] opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 2012, p. 24). Ademais, dentre os princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social (2012, p. 24), destaca-se o:

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Atuar na rede de atendimento às mulheres em situação de violência, na perspectiva da defesa intransigente do direito das mulheres a viver uma vida sem dominação e violência de gênero, é um desafio para o Serviço Social, especialmente nos últimos anos. O golpe midiático-parlamentar contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, em processo desde 2015, e a ascensão de governos de direita no Brasil, a partir de 2016, trouxeram impactos negativos para a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em particular os “vários e profundos cortes orçamentários”, que têm afetado diretamente os serviços especializados de atendimento às mulheres (ZIGONI, 2022)².

Conforme Pasinato e Colares (2020, s.p.), se até 2014 as batalhas se concentravam em garantir, minimamente, uma política nacional articulada de enfrentamento à violência contra as mulheres, com estrutura institucional capaz de elaborar e monitorar tal política, além de um orçamento público previsto:

Desde 2015, cada um desses pilares foi sendo deliberadamente desestruturado no Governo Federal. O efeito dominó, chegando até as portas dos serviços de atendimento, foi inevitável e notório quando os serviços que atendem mulheres em situação de violência doméstica e familiar e violência sexual (sobretudo na área da saúde) passaram a enfrentar res-

² O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) tem produzido análises comparativas sobre o orçamento destinado às políticas públicas para as mulheres nas últimas décadas, revelando vários e profundos cortes orçamentários. Para uma análise comparativa recente, ver Zigoni (2022).

trição de recursos técnicos e financeiros, incluindo o fechamento de algumas unidades.

Considerando esse contexto adverso, o capítulo aqui proposto tem o objetivo de discutir a atuação do Serviço Social do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Fortaleza, com foco na experiência do Projeto ResignificArte. Tal Projeto surgiu a partir da necessidade de se desenvolver uma estratégia metodológica lúdica e criativa para o atendimento às mulheres em situação de violência que demandam do 1º Juizado o arquivamento dos seus processos e das medidas protetivas. Para tanto, o Projeto se utiliza da música popular brasileira como instrumento de comunicação, sensibilização e reflexão sobre a violência doméstica e familiar junto às mulheres atendidas.

Nesse sentido, este capítulo busca refletir sobre o perfil e as demandas das mulheres atendidas pelo Serviço Social do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar da Mulher de Fortaleza³, além de contextualizar e esclarecer a estratégia metodológica utilizada no Projeto ResignificArte. Para tanto, destaca-se a importância de se articular a dimensão estética à instrumentalidade do Serviço Social como estratégia para a sensibilização e a reflexão sobre a violência doméstica e familiar junto às mulheres atendidas.

Perfil e demandas das mulheres atendidas pelo Serviço Social

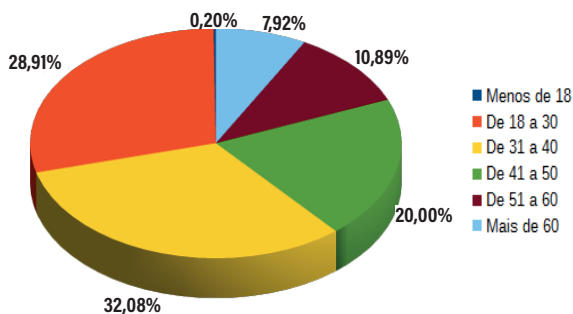
Refletir sobre o perfil das mulheres atendidas pelo Serviço Social no 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar de Fortaleza e a particularidade da demanda por “desistência”

³ Para este capítulo, apresentamos dados do perfil traçado em 2018, última tabulação disponível dos casos atendidos pelo Serviço Social do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar da Mulher de Fortaleza.

das ações judiciais é importante para se compreender a complexidade do ciclo da violência (FERNANDES, 2018)⁴, as dificuldades de acesso das mulheres à justiça e a estratégia do Projeto RessignificArte. Conforme os últimos dados tabulados pela Equipe Multidisciplinar do 1º Juizado da Mulher de Fortaleza, foram atendidas 505 mulheres no ano de 2018. A maioria, correspondendo a 78% das mulheres atendidas, solicitou arquivamento de seus processos e medidas protetivas, ou seja, apenas 22% deram continuidade às ações judiciais.

Quanto ao perfil etário das mulheres atendidas, 32,08% se situam na faixa de 31 a 40 anos, 28,91% de 18 a 30 anos, 20% de 41 a 50 anos, 10,89% na faixa de 51 a 60 anos e 7,92% com mais de 60 anos. Conforme se pode observar no Gráfico 1, a violência de gênero afeta mulheres em todas as fases de suas vidas, com certa prevalência de mulheres relativamente jovens.

Gráfico 1 – Faixa etária

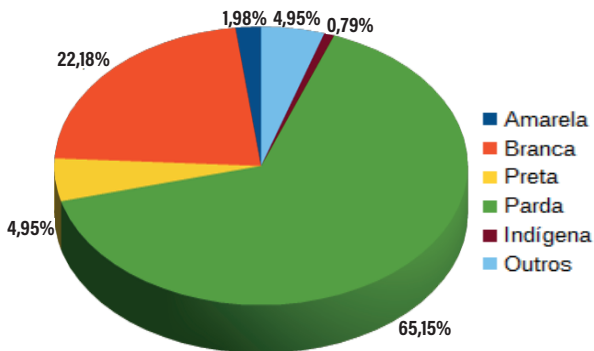


Fonte: Ceará (2018).

⁴ O ciclo da violência doméstica e familiar contra as mulheres foi descrito por Lenore Walker (1979), psicóloga norte-americana, como um ciclo que se caracteriza por fases (aumento da tensão, explosão e trégua ou lua de mel). Tais fases não são fáceis de se perceber nem acontecem, necessariamente, da mesma forma com todas as mulheres, combinando-se com determinantes sociais, culturais e individuais que dificultam a segurança da mulher (WALKER, 1979).

Quanto ao perfil étnico-racial, 65,15% das mulheres atendidas se autodeclararam pardas, 22,18% brancas, 4,95% pretas e apenas 0,79% indígenas. Ou seja, a maioria (70,1%) é constituída por mulheres negras, de acordo com a metodologia adotada pelo IBGE, conforme se pode perceber no Gráfico 2.

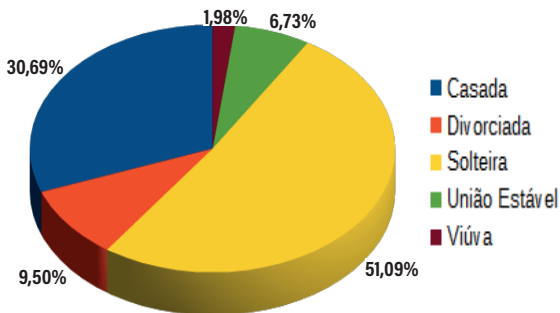
Gráfico 2 – Raça-Etnia



Fonte: Ceará (2018).

No tocante ao estado civil, 51,09% das mulheres atendidas se declararam solteiras, 30,69% casadas, 9,50% divorciadas e 6,73% em união estável, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Estado civil

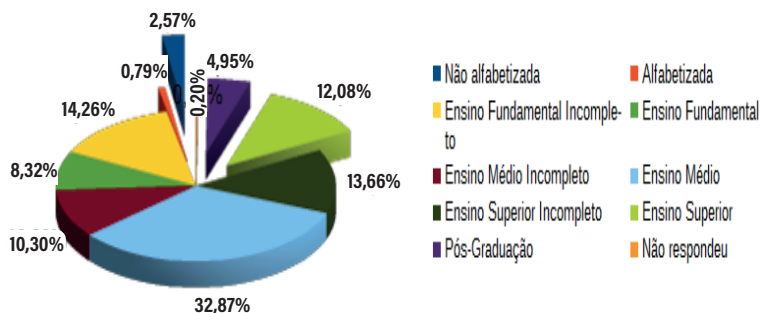


Fonte: Ceará (2018).

Contudo, é importante destacar que, independentemente do estado civil, a maioria das mulheres atendidas (80,79%) sofreu violência doméstica e familiar por parte de companheiros, maridos ou ex-maridos, com os quais mantinham ou mantiveram relacionamentos afetivos, por um período que variou entre 4 e 20 anos (75%). Ademais, 84,95% das mulheres atendidas afirmaram ter filhos com o acusado, em sua maioria menores de idade (95,62%), o que torna ainda mais complexa a situação de violência por elas vivenciada, considerando-se os danos psíquicos que a violência de gênero produz na vida delas e de seus filhos e filhas.

Em relação à escolaridade, 43,17% das mulheres atendidas tiveram acesso ao ensino médio, sendo que 32,87% delas concluíram e 10,30% não concluíram o ensino médio. Ademais, 30,66% acessaram o ensino superior, sendo que 13,66% delas não concluíram a graduação, 12,08% concluíram e apenas 4,95% cursaram pós-graduação. Destaca-se ainda que 22,58% acessaram o ensino fundamental, mas apenas 8,32% o concluíram.

Gráfico 4 – Escolaridade

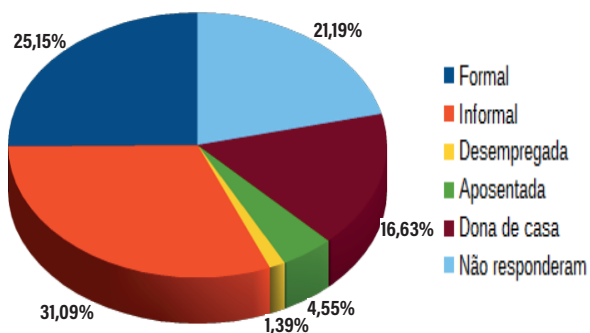


Fonte: Ceará (2018).

No que concerne às condições socioeconômicas, a maioria das mulheres atendidas é constituída por mulhe-

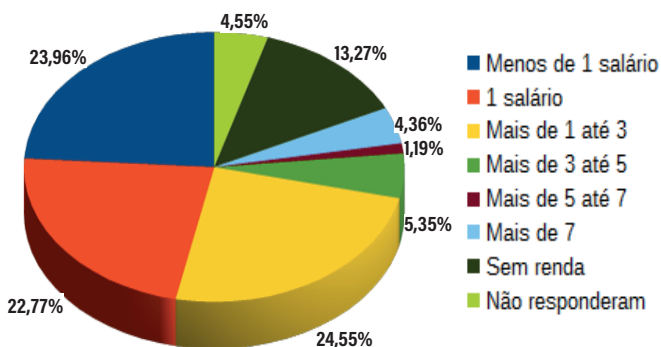
res trabalhadoras (57,63%), sendo que 31,9% estavam inseridas em empregos informais, 25,15% em empregos formais e 1,39% desempregadas. Ademais, 21,19% não responderam, 16,63% afirmaram ser donas de casa e 16,63% declararam que estavam aposentadas, como se pode observar no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Trabalho



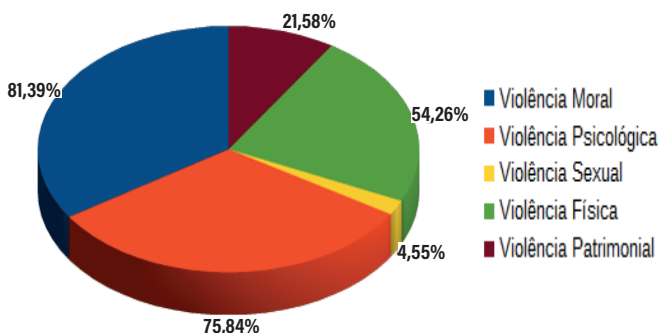
Fonte: Ceará (2018).

Apesar de a maioria estar empregada, seja em empregos formais ou informais, e de um significativo percentual de aposentadas, a renda individual da maioria das mulheres é baixa, conforme se pode observar no Gráfico 6, ou seja, 23,96% têm uma renda de menos de um salário mínimo (SM), 22,77% de um SM, 24,55% de mais de um até três SM, sem se mencionar ainda que 13,27% delas declararam não possuir renda.

Gráfico 6 – Renda

Fonte: Ceará (2018).

Quanto aos dados sobre os tipos de violências, é importante esclarecer que a maioria das mulheres atendidas sofre simultaneamente mais de uma violência, conforme a classificação da Lei Maria da Penha (2006), correspondendo à seguinte ordem: violência moral (81,39%), violência psicológica (75,84%) e violência física (54,26%).

Gráfico 7 – Tipos de violência

Fonte: Ceará (2018).

Desse modo, o que se pode depreender, em linhas gerais, sobre o perfil das mulheres em situação de violência que demandaram o cancelamento das ações judiciais contra seus agressores no 1º Juizado da Mulher de Fortaleza é que a maioria é constituída por mulheres negras, relativamente jovens, trabalhadoras e mães de filhos menores dos seus agressores, que tiveram acesso ao ensino médio, cuja renda varia de menos de um SM a três SM.

Trata-se de um perfil que revela a situação de vulnerabilidade econômica e social das mulheres negras e pertencentes às camadas populares à violência doméstica e familiar, em razão das opressões entrecruzadas de gênero, raça e classe que atravessam seus corpos em uma sociedade estruturada com base no patriarcado, no racismo e nas desigualdades de classe. Daí a necessidade de se considerar fatores sociais, culturais e econômicos na compreensão das motivações para que a maioria das mulheres atendidas demande o arquivamento das ações judiciais contra seus agressores.

Apesar das conquistas obtidas com a Lei Maria da Penha (2006), ainda é considerada “comum” a demanda por “desistência” ou “renúncia” das mulheres em prosseguir com as ações judiciais contra seus agressores, mesmo que a renúncia só seja possível antes do recebimento da denúncia, em uma audiência específica com o/a juiz/juíza e ouvido o Ministério Público, conforme determina o artigo 16 da Lei Maria da Penha (2006). Ademais, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2012, que reafirmou a constitucionalidade da Lei Maria da Penha (2006) e a não aplicabilidade da Lei nº 9.099/1995⁵ aos casos de violência

⁵ Lei que prevê a conciliação entre as partes como primeira etapa e objetivo da audiência preliminar, para evitar o processo e extinguir a punibilidade, visando a solucionar o conflito entre a vítima e o acusado. A conciliação é totalmente contrária aos preceitos da Lei Maria da Penha (2006), pois representa impunidade para o agressor, conforme seu artigo 41: “Aos crimes

doméstica e familiar, o crime de lesão corporal passou a ser tratado como ação pública incondicionada, isto é, não precisa mais da representação da vítima (BRASIL, 2019).

Entretanto, para se compreender a recorrência da demanda por desistência da ação judicial, é necessário não generalizar nem reduzir esta demanda a um simples “querer”, compreendido “[...] como vontade racionalmente orientada de mulheres que agem de forma calculada no acionamento e abandono da via judicial para a resolução da situação de violência na qual se encontram” (PASINATO, 2015, p. 423). Um conjunto de sentimentos e de circunstâncias precisa ser considerado para se compreender as motivações dessa demanda, que não pode ser analisada sob a óptica da “vontade” puramente individual da mulher em situação de violência.

Nesse sentido, dentre as motivações para a desistência, destacam-se: as pressões de familiares e dos próprios agressores; a dependência emocional ou econômica; as preocupações com filhos/as menores numa sociedade que ainda atribui a elas a responsabilidade exclusiva pelo cuidado dos/as filhos/as e pela manutenção do laço conjugal; as dificuldades de ficarem sozinhas em comunidades e cidades com altos índices de violência, dentre outros fatores sociais, que provocam sentimentos de medo, insegurança e dúvida nas mulheres, podendo influenciá-las num possível retorno ao relacionamento com os agressores e na demanda pela “desistência” das ações judiciais (PASINATO, 2015).

Além disso, é preciso considerar também as dificuldades de acesso à justiça por parte das mulheres em situação de violência. Ao lado das resistências de profissionais do sistema de justiça à compreensão sobre a violência decorrente

praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995”.

do gênero, pode-se destacar: a violência institucional⁶, o não reconhecimento das mulheres como cidadãs e sujeitos de direito, além de outros fatores relacionados à cultura institucional patriarcal, que tendem a dificultar um atendimento digno, respeitoso, acolhedor e humanizado às mulheres, conforme preconizam a Lei Maria da Penha, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as normas técnicas e os manuais de enfrentamento à violência.

Nesse sentido, a ideia de se utilizar a música popular brasileira como instrumento de sensibilização e reflexão sobre a violência contra as mulheres adveio dessa reflexão e da experiência da profissional da área de Serviço Social do juizado, que, além de ser feminista, também é cantora e compositora. Considerando sua experiência artística e a militância feminista, a profissional se sentiu provocada a desenvolver uma metodologia sensível ao perfil e à demanda das mulheres por arquivamento dos processos e das medidas protetivas, dada a alta procura por “desistência” identificada no 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Fortaleza.

Conforme Yamamoto (1998), o Serviço Social é uma profissão, ao mesmo tempo, investigativa e interventiva, que precisa analisar e compreender criticamente a realidade na qual se insere para propor ações que contribuam com a sua transformação. Assim, a criação de estratégias metodológicas para o atendimento às mulheres que solicitam desistência de seus processos no 1º Juizado da Mulher de Fortaleza norteou-se pela busca de compreensão e análise do perfil socioeconômico dessas mulheres, dos contextos sociocultu-

⁶ Segundo Chai, Santos e Chaves (2018, p. 641), “[...] a violência institucional contra a mulher é aquela praticada, por ação ou omissão, nas instituições públicas ou privadas prestadoras de serviços, como, por exemplo, o Judiciário. Essa espécie de violência é consumada por agentes que deveriam prestar uma atenção humanizada, preventiva e reparadora de danos”.

rais nos quais estão inseridas e das motivações para a desistência, compreendendo que a investigação e a intervenção devem se pautar em parâmetros teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos.

Para tanto, a escuta qualificada e a criação e aplicação de instrumentais de coleta de dados foram fundamentais na construção da estratégia metodológica do Projeto ResignificArte, a qual busca articular a dimensão estética à instrumentalidade do Serviço Social, utilizando-se da música popular brasileira para sensibilizar e instigar a reflexão sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

O ResignificArte como estratégia metodológica: a música na instrumentalidade do Serviço Social

Para uma compreensão sobre a estratégia de utilização da música popular brasileira para sensibilização e reflexão acerca da violência contra as mulheres no Projeto ResignificArte, é importante contextualizar a metodologia geral de atendimento às mulheres em situação de violência desenvolvida pelo Serviço Social do 1º Juizado da Mulher de Fortaleza, a qual se desenvolve em duas etapas. Na primeira etapa, dão-se o atendimento individual e a escuta qualificada da mulher em situação de violência, quando ela narra para a assistente social a situação de violência vivenciada e os motivos da solicitação da desistência. Nesse momento, a assistente social também orienta sobre a Lei Maria da Penha (2006) e sobre as condicionalidades e efeitos da desistência das ações judiciais para a vida das mulheres, ocasião em que são aplicados instrumentais para traçar o perfil socioeconômico das mulheres e o perfil da desistência. Esses dados são tabulados e o resultado converte-se em relatório no final de cada ano.

No segundo momento, após a realização do atendimento individual, as mulheres que solicitam arquivamento das ações judiciais são encaminhadas para participarem do grupo ResignificArte, o qual é realizado em uma sala privativa, com cadeiras dispostas em círculo, numa perspectiva de quebra de hierarquia e compreensão de troca de saberes, diferentemente do modelo formal da educação ou propriamente do formato de palestra, no qual o público se dispõe em fileiras e assume um lugar relativamente passivo.

O grupo é facilitado pela assistente social e por uma estagiária, que planejam previamente o trabalho, mediante o estudo dos perfis das mulheres encaminhadas para essa etapa, bem como a escolha das dinâmicas e das músicas a serem apresentadas e discutidas. O grupo se inicia com uma dinâmica de apresentação das participantes, quando estas têm oportunidade de falar os seus nomes, suas expectativas em relação ao momento do grupo e, caso se sintam à vontade, compartilhar um pouco da situação de violência doméstica vivenciada por elas. À medida que as apresentações avançam, seguindo o círculo formado, cada mulher precisa lembrar o nome das anteriores. Dessa maneira, a última a se apresentar cita o nome de todas. Tal dinâmica facilita a quebra de uma tensão observada, já que as mulheres não se conhecem e enfrentam certo constrangimento inicial diante da possível exposição em um grupo desconhecido. As facilitadoras também seguem o ritual de apresentação e explicitam o objetivo do grupo, que é refletir sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres, a Lei Maria da Penha (2006) e a sociedade patriarcal na qual todas estamos inseridas.

Após a apresentação, abre-se então a roda de conversa, provocada pela escuta de músicas, cujas letras são projetadas, através de *slides*, e distribuídas de forma impressa

entre as participantes. Conforme explicitado anteriormente, as canções são escolhidas a partir do estudo e do levantamento prévio do perfil e do tipo de violência mais recorrente nas situações vivenciadas pelas mulheres encaminhadas ao grupo, seguindo a tipologia prevista pela Lei Maria da Penha (2006). Contudo, cabe destacar que a maioria das mulheres atendidas costuma sofrer, simultaneamente, mais de um tipo de violência, para além daquelas que constam no Boleim de Ocorrência. Também são escolhidas e ouvidas canções que empoderam as mulheres e estimulam a denúncia da violência.

Após a escuta das canções e da roda de conversa em torno de seus conteúdos, quando se tem oportunidade de discutir o patriarcado, o machismo, a misoginia e o racismo como estruturas geradoras da violência contra as mulheres em nossa sociedade, passa-se ao diálogo sobre os tipos de violências previstos na Lei Maria da Penha (2006) e sobre os crimes passíveis de arquivamento das denúncias, considerando-se as orientações do STF (2012) acerca da sua não aplicabilidade nos casos dos crimes de lesão corporal. Ademais, dialoga-se com as mulheres sobre o ciclo da violência e as estratégias para a sua superação.

Conforme sinalizado antes, o veículo para o debate no Projeto RessignificArte é a dimensão estética, compreendida como dimensão mais ampla da cultura, que diz respeito ao princípio antropológico da *aisthesis* ou da sensibilidade⁷, trabalhada no grupo através da música, mais especificamente, o cancionário brasileiro. Através de escuta atenta das músicas e da percepção das mensagens veiculadas nas le-

⁷ O princípio antropológico da sensibilidade é compreendido aqui a partir da Estética, pensada de forma ampla como uma *teoria geral da sensibilidade* ou do *conhecimento sensível*, que remete ao *mundo do ver, do sentir, do gostar, do tocar, do cheirar*, cuja *chave do acesso não é o pensamento*, mas a *percepção*. Sobre a Estética como teoria geral da sensibilidade, ver Ferraris (2010).

tras das canções, busca-se estimular a reflexão, compreendendo-se que a música popular não é mero entretenimento, podendo ser instrumento de respaldo ou questionamento da cultura vigente.

Ademais, essa estratégia foi construída considerando-se também o reduzido número de profissionais e a alta demanda por desistência dos processos, que dificultam o acompanhamento ou o monitoramento dos casos de forma continuada, revelando as dificuldades enfrentadas pelo Serviço Social no campo das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres sobretudo nas últimas décadas. Conforme Melo e Thomé (2018, p. 169):

A lei Maria da Penha é seguramente uma das maiores conquistas das mulheres brasileiras na história recente. No entanto, o grande desafio para coibir a violência doméstica do ponto de vista institucional se apresenta em vários níveis: primeiro, transformando as mentalidades, os valores e as ideias; segundo, o da constituição de uma vontade política em direção à democratização das relações sociais de gênero; como terceiro obstáculo, têm-se as restrições orçamentárias e a falta de treinamento dos recursos humanos dos operadores do direito para lidar com as mulheres vítimas de violência doméstica.

Essa é uma realidade desafiante na qual se insere a profissão em diversos campos de atuação, conforme alertam Cruz e Neto (2020, p. 196), ao argumentarem:

Em meio à rotina estafante de trabalho, diretamente relacionada ao aumento da complexidade e da diversidade das manifestações da questão social, à minimização das políticas públicas pelas diretrizes neoliberais na condução do Estado, ao processo de precarização do trabalho que atinge o Serviço Social e os usuários, pode parecer difícil para o(a) assistente

social refletir sobre as demandas que se apresentam e acerca dos meios e dos fins desse atendimento.

No tocante ao exercício profissional, no campo sociojurídico, mais especificamente voltado às mulheres em situação de violência que acessaram a Lei Maria da Penha (2006), pode-se considerar o trabalho realizado como mediações necessárias e possíveis, afinadas ao projeto ético-político do Serviço Social (CRUZ; NETO, 2020), articulando a instrumentalidade à dimensão estética, por meio de ações criativas. É importante destacar que:

[...] a instrumentalidade do Serviço Social é entendida como a capacidade adquirida pela profissão em seu amadurecimento histórico e social para responder às demandas que lhe são colocadas. (SOUSA; VALE, 2020, p. 100).

Desse modo, entre os instrumentais utilizados para a abordagem das mulheres, destaca-se o uso de canções⁸, meio de comunicação empregado pela profissional da área, que também é cantora e compositora.

A violência doméstica contra as mulheres está estreitamente relacionada a um modelo de sociedade patriarcal, o qual consiste no poder simbólico atribuído aos homens no que concerne ao controle dos corpos e das sexualidades das mulheres, mediante o uso legítimo da força (SAFFIOTI, 2015). As ideias e valores que sustentam o patriarcado podem ser violentos e se manifestam nas mais diversas expressões da vida, a exemplo das artes e, mais especificamente, na música.

A atuação do Serviço Social do 1º Juizado da Mulher de Fortaleza baseia-se na problematização da violência en-

⁸ “O canto sempre foi uma dimensão potencializada da fala” (TATI, 2008, p. 41). A canção, para Tati (2008), está relacionada à sua regularidade rítmica, algumas com temas recorrentes em refrões, e à entoação coloquial do canto, que se aproxima da fala.

dêmica e estrutural contra as mulheres e das dinâmicas sociais que a sustentam na nossa sociedade, mediante o questionamento ao patriarcado e a tentativa de desconstrução da cultura machista juntamente às mulheres atendidas. Destaca-se aqui a estratégia do Projeto RessignificArte, com a utilização de música brasileira como veículo de comunicação, sensibilização e reflexão acerca das raízes históricas e estruturais da violência doméstica contra as mulheres, por se compreender que:

A música, sobretudo a chamada ‘música popular’, ocupa no Brasil um lugar privilegiado na história sociocultural, lugar de mediações, fusões, encontros de diversas etnias, classes e regiões [...]. O Brasil, sem dúvida, uma das grandes usinas sonoras do planeta, é um lugar privilegiado não apenas para ouvir música, mas também para pensar a música. (NAPOLITANO, 2005, p. 7).

Nesse sentido, observa-se, em diversos estilos musicais do repertório brasileiro, a recorrência de mensagens que aludem às representações de gênero e à violência contra as mulheres, desde as músicas mais antigas, de compositores como Noel Rosa, datadas do início do século XX, até as canções atuais do estilo sertanejo, por exemplo. Há também aquelas que se contrapõem a uma cultura opressora, tematizando a emancipação e a autonomia femininas. Canções com esses vieses são utilizadas no debate com as mulheres atendidas no 1º Juizado da Mulher de Fortaleza, por se reconhecer também que:

[...] a importância em estudar as possibilidades de produção de sentido da música popular, no que se refere às questões de gênero [...], deve-se à inquestionável centralidade desse artefato cultural nos ambientes urbanos atualmente. (SENRA, 2014, p. 29).

Ademais:

[...] sabe-se que o sistema das relações de gênero está ligado às atribuições sociais de papéis, poder e prestígio, sendo sustentado por ampla rede de metáforas e práticas culturais associadas ao masculino ou ao feminino. (LIMA; SANCHES, 2009, p. 181).

Dentre essas redes de metáforas e práticas culturais, destacam-se aqui canções selecionadas para discussão no grupo, por trazerem em suas letras passagens que aludem à violência contra as mulheres. Daí se trabalhar no grupo ResignificArte canções como “Mulher indigesta”, composta por Noel Rosa em 1932, representando a violência física; “Ciúme de você”, de Luiz Ayrão, gravada por Roberto Carlos em 1968, a qual remete à violência psicológica; e “Se te agarro com outro, te mato”, versão gravada por Sidney Magal em 1976, da canção de mesmo nome, do argentino Cacho Castaña. Esta última representando o feminicídio, que tem sua lei específica, a Lei nº 13.104/2015, mas que guarda estreita relação com a violência doméstica, pois pode representar um ponto final trágico do ciclo da violência.

Na canção “Mulher indigesta”, as mulheres atendidas se defrontam com um refrão que diz: “[...] mas que mulher indigesta, indigesta, merece um tijolo na testa”. Outro trecho da letra diz: “E, quando se manifesta, o que merece é entrar no açoite”. Conforme Garcia e Santana (2020, p. 446):

No repertório de Noel Rosa, os fatores de objetificação física e social da mulher, o sentimento de posse do homem e o julgamento moral quando ela não cumpre com os pré-requisitos da normatividade são latentes.

O refrão diz que a mulher “merece um tijolo na testa”, expressão que denota uma justificativa, pois trata-se de uma

mulher “indigesta”. Cabe então o questionamento sobre quais comportamentos ou atributos teria uma mulher indigesta. Que tipo de comportamento se espera ou se esperava de uma mulher, tomando por base a época em que a música foi feita, para que ela, não seguindo tal cartilha, fosse considerada indigesta e, por isso, merecesse sofrer uma violência física?

Já na música “Ciúme de você”, o refrão diz: “Mas é ciúme, ciúme de você [...]”, após estrofes que remetem claramente ao controle sobre os corpos e comportamentos das mulheres e, por conseguinte, à violência psicológica, camuflada como “amor” e “cuidado”, conforme se percebe nos seguintes trechos:

Se você demora mais um pouco, eu fico louco de ciúme de você / Se você põe aquele seu vestido, lindo, e alguém olha pra você, digo que já não gosto dele / Esse telefone que não para de tocar / quero então saber logo quem lhe telefonou.

Aqui cabe destacar que tal música suscita uma espécie de arrebatamento nas mulheres que participam do grupo; algumas delas manifestam-se dizendo nunca terem observado a letra da canção de forma crítica, mostrando-se surpresas com o conteúdo da letra, no qual identificam a violência psicológica já vivenciada.

A terceira canção, “Se te agarro com outro, te mato”, alude abertamente a um crime de assassinato, que, ao longo da história, foi entendido como crime passional, associado à suposta legítima defesa da honra masculina, remetendo aos muitos feminicídios que ocorrem porque o autor do crime não aceita o fim do relacionamento. O refrão – “Se te agarro com outro, te mato, te mando algumas flores e depois escapo” – é cantado com toda a irreverência da *performance* de Sidney Magal. Outro trecho da música fala de amor como

justificativa para a violência, a saber: “Dizem que eu estou errado, mas quem fala isso é quem nunca amou”.

Segundo Garcia e Santana (2020, p. 446), ao se traçar uma linha do tempo ao longo das décadas, “[...] começando pelos sambas da década de 1930 até músicas de hoje, pode-se perceber que o padrão comportamental machista é tão evidente na sociedade”. Contudo, há também na música brasileira, principalmente tomando por referência os últimos anos, já no século XXI, canções que questionam o machismo e os papéis de gênero tradicionalmente estabelecidos.

Como exemplo de canções utilizadas durante o grupo, que enaltecem a figura da mulher e estimulam a denúncia da violência, destacam-se: “Respeita as mina”, de Kell Smith, lançada em 2017, e “Maria da Vila Matilde”, de Douglas Germano, gravada por Elza Soares no disco *A mulher do fim do mundo*, lançado em 2015.

Na primeira, o refrão diz: “Respeita as mina, toda essa produção não se limita a você, já passou da hora de aprender, que o corpo é nosso, nossas regras, nosso direito de ser”. Destaque também para alguns trechos de estrofes que dizem:

Cê fica em choque por saber que eu não sou submissa, e quando eu tenho voz cê grita ‘Ah lá a feminista!’. Não aguenta pressão, arruma confusão, para que tá feio, irmão! Não leva na maldade, não, não lutamos por inversão, igualdade é o ‘x’ da questão, então aumenta o som. Em nome das Marias, Quitérias, da Penha Silva, empoderadas, revolucionárias, ativistas.

A música “Respeita as mina” representa um recado das mulheres para os homens; sua mensagem fala de uma autonomia feminina que ainda incomoda. Cita, no refrão, que o corpo das mulheres pertence a elas, e não aos homens; é um direito existencial. Faz alusão à Lei Maria da Penha,

ao citar aquela que deu nome à lei, assim como cita outros nomes de mulheres, anônimas ou que se destacaram na história. Tem uma letra extensa e várias passagens significativas que citam o Dia Internacional da Mulher e a situação de desigualdade de renda entre os gêneros ainda existente na sociedade. Traz muitos pontos para o debate com as mulheres que participam do ResignificArte.

Já a canção “Maria da Vila Matilde” faz menção direta à Lei Maria da Penha e cita o número 180, canal de comunicação para denúncia. Inicia dizendo: “Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180, vou entregar teu nome e explicar meu endereço. Aqui você não entra mais, eu digo que não te conheço”. Já o refrão adverte o agressor: “Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”. Nesse sentido, “Maria da Vila Matilde” é um recado claro ao agressor, em que a mulher diz que sabe de seus direitos e da legislação que a protege. A canção foi composta por Douglas Germano, mas gravada por Elza Soares, uma diva da música popular brasileira, que trouxe em sua história a marca de ter sido uma mulher negra que morou na favela e passou por situação de violência doméstica. A personagem cantada na música é claramente uma mulher preta, da favela. Muitas das mulheres atendidas no 1º Juizado da Mulher de Fortaleza têm o perfil da Maria da Vila Matilde.

A música, mais propriamente a canção, linguagem artística de largo alcance entre classes, gêneros e raças diferentes, tem o poder de (re)produzir valores e condutas ou de questioná-los, pois “[...] irrompe como uma manifestação cultural e retrato social em um corte espaço-temporal que relata os valores e costumes da população” (GARCIA; SANTANA, 2020, p. 446). Desse modo, pode legitimar a violência ou contestá-la em denúncia, pois reproduz ou tensiona a ordem de gênero vigente.

Lançar mão dessa linguagem para uma comunicação lúdica e direta com as mulheres atendidas possibilita reflexões e questionamentos sobre a ordem social estabelecida. Sua audição atenta e transformada em debate tem o poder de sensibilizar e suscitar questionamentos acerca da manutenção de um *status quo* relacionado à cultura hegemônica, que ainda se referencia nos valores do patriarcado, do machismo e das desigualdades sociorraciais vigentes em nosso país.

Considerações finais

A estratégia metodológica utilizada no grupo ResignificArte proporciona às mulheres participantes uma visão mais ampla sobre a violência doméstica vivenciada. Uma reflexão que se baseia no lúdico, com o aporte da música, a qual permite que um assunto doloroso e cruel presente na vida das mulheres possa ser debatido, mesmo que de forma pontual.

Ao longo de cinco anos, de 2015 a 2019 – 2020 foi um ano atípico, em face do isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19 –, foram realizadas cerca de 60 reuniões do grupo ResignificArte pelo Serviço Social do 1º Juizado da Mulher de Fortaleza. Considerando-se a frequência de um grupo por mês, com uma média de 15 participantes por grupo, ao todo 900 mulheres foram sensibilizadas por meio dessa estratégia.

Desse modo, o ResignificArte procurou sensibilizar mulheres que buscaram arquivamento de seus processos, as quais puderam, mesmo que de forma pontual, refletir com a ajuda da música – linguagem artística presente no cotidiano que atravessa classes, gêneros, raças e gerações – sobre a violência que sofreram, a relação desta com uma cultura

historicamente marcada pelo patriarcado e pelo machismo, bem como sobre as possibilidades de superação de tal situação e a legislação em vigor, a qual tem por objetivo coibir a violência doméstica contra a mulher.

O Serviço Social do 1º Juizado da Mulher de Fortaleza compreende que a questão social se apresenta em suas diversas facetas, uma das quais diz respeito à violência doméstica contra a mulher e as dificuldades de romper o ciclo da violência, o que se expressa na elevada demanda por arquivamento das ações judiciais. Como contraponto a esses desafios, o trabalho desenvolvido através do grupo Res-significArte alia arte, mais precisamente música popular brasileira, à instrumentalidade da profissão e ao que preconiza a Lei Maria da Penha (2006), no intuito de garantir direitos e facilitar o processo reflexivo em torno do ciclo da violência, do patriarcado e de uma cultura opressora que ainda atinge milhares de mulheres no Brasil e no mundo. A realização do referido trabalho faz-se importante e necessária, assim como são necessárias “[...] ações educativas permanentes que permitam, num futuro próximo, o empoderamento feminino e uma melhor vida social” (MELO; THOMÉ, 2018, p. 171).

Referências

BANDEIRA, L. M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: STEVENS, C. *et al.* (org.). *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 14-35.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social*. Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras pro-

vidências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 set. 1995.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

BRASIL. *Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). *Proteção da mulher*: jurisprudência do STF e bibliografia temática. Brasília, DF: STF, 2019.

CEARÁ. Lei nº 13.925, de 26 de julho de 2007. Cria os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas Comarcas de Fortaleza e de Juazeiro do Norte e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Ceará, Poder Executivo, Fortaleza, 31 set. 2007.

CEARÁ. *Relatório da Equipe Multidisciplinar 2018*. Fortaleza: 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Fortaleza, 2018.

CHAI, C. G.; SANTOS, J. P.; CHAVES, D. G. Violência institucional contra a mulher: o poder judiciário, de pretensão protetora a efetivo agressor. *Revista Eletrônica do Curso de Direito*, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 640-665, 2018.

CNJ. *Recomendação geral nº 35 sobre violência de gênero contra as mulheres do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW)*. Série Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 2019.

CRUZ, D. P.; NETO, E. C. Desafios e perspectivas da dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social no Sociojurídico. In: VALE, E. et al. (org.). *Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social*. Fortaleza: UECE, 2020. p. 192-218.

FÁVERO, E. T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área jurídica. In: CFESS (org.). *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos*. São Paulo: Cortez/CFESS, 2003. p. 9-52.

FERNANDES, T. O que é, como enfrentar e como sair do ciclo da violência. *Agência Patricia Galvão*, [S.L.], Destaques, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/o-que-e-como-enfrentar-e-como-sair-do-ciclo-da-violencia/#:~:text=Em%20resumo%2C%20a%20mulher%20que,por%20perd%C3%A3o%20e%20promete%20que>. Acesso em: 1º fev. 2021.

FERRARIS, M. Estética como aisthesis. In: RUSSO, L. (ed.). *Dopo l'estetica*. Palermo: Il centro Internazionale Studi di Estetica, 2010. p. 103-117.

FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 3. ed. Brasília, DF: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

GARCIA, R. M.; SANTANA, W. K. Objetificação da mulher na música brasileira: perspectivas discursivas com base nos es-

tudos de gênero. *Macabea: Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 9, n. 3, p. 441-457, 2020.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, C. D.; SANCHES, N. P. A construção do eu feminino na música popular brasileira. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 181-205, 2009.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. *Mulheres e poder*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NAPOLITANO, M. *História & música: história cultural da música popular*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ONU Mulheres. Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres. *ONU Mulheres Brasil*, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>. Acesso em: 19 maio 2021.

PASINATO, W. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, São Paulo, n. 11, v. 2, p. 407-428, 2015.

PASINATO, W. Oito anos de Lei Maria da Penha. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, 2015.

PASINATO, W.; COLARES, E. S. Pandemia, violência contra as mulheres e a ameaça que vem dos números. *Boletim Lua Nova*, [S.L], 2020. Disponível em: <https://boletimluanova.org/pandemia-violencia-contra-as-mulheres-e-a-ameaca-que-vem-dos-numeros/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SEGATO, R. L. 10 anos da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos - DUBDH. *In: JORNADA DE BIOÉTICA DO DISTRITO FEDERAL*, 3., 2016, Brasília, DF. *Palestra* [...]. Brasília, DF: UNB, 2016.

SENRA, I. Z. M. *Canções vadias: mulheres, identidades e música brasileira de grande circulação no rádio*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SMITH, K. *Respeita as mina*. São Paulo: Midas Music, 2017. Disponível em: <https://soundcloud.com/kellsmithofficial/respeita-as-mina>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SOUSA, R. B.; VALE, E. S. Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social: a dimensão técnico-operativa em ONGs, instituições públicas e privadas. *In: VALE, E. et al. (org.). Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social*. Fortaleza: UECE, 2020. p. 95-117.

TATI, L. *O século da canção*. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2004.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 23, p. 1-5, 2020.

WALKER, L. *The battered woman syndrome*. New York: Harper and Row, 1979.

ZIGONI, C. *Nota técnica: análise do orçamento das políticas públicas para as mulheres – 2019 a 2021*. Brasília, DF: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2022.

17 O USO DA LITERATURA NAS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS DO SERVIÇO SOCIAL


<https://doi.org/10.47149/978-85-7826-890-9/cap17>

RICHELLY BARBOSA DE MEDEIROS

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), especialista pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC/UFC) e graduada em Serviço Social pela UECE.

E-mail: richellybarbosa@ufc.br

Introdução

 presente capítulo consiste em um ensaio sobre o uso da arte, especialmente da literatura, nas ações socioeducativas do Serviço Social. A necessidade em estudar sobre o assunto decorreu da experiência com o projeto *Encontros: arte, saúde e cidadania*, o qual criamos e coordenamos na Divisão de Apoio Psicossocial (Diaps), ligada à Coordenaria de Qualidade de Vida no Trabalho da Universidade Federal do Ceará (UFC). Antes de expormos as ações, dialogaremos acerca da função social da arte e do seu reflexo estético com base na teoria marxiana da estética, de György Lukács.

Em seguida, debateremos o assunto da literatura em relação à instrumentalidade e às ações socioeducativas do Serviço Social, em que apresentaremos um panorama dos fundamentos do projeto profissional alinhados às dimensões constitutivas da profissão e suas interlocuções com a arte e a literatura literária. Por fim, analisaremos a dimensão técnico-operativa na atuação pedagógica do Serviço Social com o uso da arte literária, ocasião em que refletiremos acerca da experiência com o referido Projeto, sugerindo replicação e adequação das ações em outros espaços sócio-ocupacionais.

A metodologia consistiu em uma exposição teórico-prática dos fundamentos do uso da literatura no Serviço Social, a partir da experiência profissional desenvolvida no *Encontros*. A bibliografia estudada versou sobre as categorias: estética, instrumentalidade, educação e literatura.

Além disso, sistematizamos os processos de trabalho com foco na descrição do contexto e das ações do Projeto.

A função social da arte e o Serviço Social

A arte literária vem sendo analisada sob diversas perspectivas, isso quando se torna objeto de reflexões de algum tipo ou natureza. Nesse contexto, ganham relevância perguntas como: o que é a literatura?; Quem é o leitor? (questão sobre a qual se debruça, por exemplo, o escritor Ricardo Piglia – 2006); Qual a história da leitura e da literatura? Outras grandes inquirições são: qual a função social da arte? Existe nela essa função social? Que tipo de função social seria essa (seu tipo) e como medi-la? Quem a determina (seria o escritor, o leitor?) e em que estágio de apropriação da obra isso se dá?

Particularmente, dentre todos os outros temas que circundam a arte, a sua função social foi o assunto escolhido para abordarmos neste texto o uso da literatura no trabalho socioeducativo do Serviço Social e logo iremos explicar o motivo, certos de que não seja possível exaurirmos as várias formas de pensar e debater o assunto na profissão e em outras áreas. Primeiramente, o Serviço Social é uma categoria, inserida na divisão social e técnica do trabalho, que participa da reprodução de contraditórias relações sociais¹. Isso demarca um lugar e exigiu uma direção e localização social.

Ainda que compostos por indivíduos diversos, como cita Netto (2006), os projetos profissionais apresentam uma autoimagem viva (que é histórica), que se movimenta e se relaciona com outros projetos coletivos microscópicos, em defesa ou recusa de projetos societários, macroscópicos, que se voltam para toda a sociedade, geralmente de classe

¹ Conferir a biblioteca básica do Serviço Social. *Vide*, especialmente, Yamamoto (2020).

(acrescento raça e gênero). São como bússolas a serem consultadas toda vez que se buscam novas direções, horizontes, ou quando estamos à deriva.

Cada categoria de trabalhadores/as, ademais, mesmo que não aparente, posiciona-se, ativa ou apaticamente (e, de tal forma, ativa), quanto aos projetos societários em disputa e hegemonicamente em curso. Isso ancora todas as nossas ações profissionais numa projeção de escolhas coletivas (cientes ou não, seguidores ou não, problematizadores ou não), que só podem ser revistas pela mesma via que as instituiu e que as hegemoniza, no caso: a coletividade, ou seja, algo que se disputa.

Em segundo lugar, todas as ações de uma profissão, seja do Serviço Social ou outra, agitam-se (termo mais adequado do que repousam) diante das suas escolhas coletivas (certamente, políticas), progressistas ou conservadoras, e na relação que estabelecem com os projetos macroscópicos. Desse modo, as ações socioeducativas do Serviço Social se inserem, firme e fortemente, nesse quadro, bem como as ações socio-assistenciais, as de incentivo ao controle social, as articulações com as equipes multiprofissionais, as de planejamento, assessoria, gestão e todas as outras que se institucionalizam.

É nesse terreno fecundo do projeto profissional e na sua relação com os desafios postos (teleologia e objetividade) em cada política pública e privada, em áreas, setores e dinâmicas institucionais, que a instrumentalidade põe em perspectiva e dinamismo a materialização do Serviço Social. Desse modo, como parte da atuação desenvolvida pela categoria, assume-se ter por fins o que a fundamenta em si e para si, logo, a defesa de direitos sociais, humanos e de valores ético-políticos emancipatórios.

A partir de então, é tácito que a arte a qual se defende não é e não poderá ser neutra diante dos Projetos Coletivos

– profissional e societário. A arte, e aqui a literatura, irá se colocar como crítica da realidade, em um processo de objetivação ligado à vida do povo, a partir desta vida, tal como teorizou Lukács (2018) em sua análise sobre estética, matriz teórica que neste texto escolhemos para nortear este pequeno ensaio sobre literatura e Serviço Social. Essa escolha determina a nossa análise!

Chamamos a atenção para o fato de que não se deve pensar isso de modo abstrato, pois o Serviço Social não se realiza em condições reais idealmente favoráveis, como bem sabem aqueles/as que vivem a profissão no dia a dia e como bem lembra Guerra (2011). A profissão sofre tensões provenientes da racionalização do Estado burguês, que lhe demanda legitimação, de si e do capital, ante as classes sociais da sociedade brasileira, na mesma esteira da sua institucionalização.

Acerca do assunto da literatura, é importante salientar que Lukács era um homem de práxis políticas, mesmo antes de sua aproximação com os escritos filosóficos *marxianos*. Quando muito jovem, sem que ainda fosse um revolucionário, Lukács, conforme Vedda (2013) – um dos maiores especialistas sobre estética de Lukács na América Latina –, era um inconciliado com sua realidade. Aos 13 anos, leu duas grandes obras que o afetaram completamente, diz Vedda (2013), que foram *Iliada*, de Homero, e *O último dos moicanos*, de James Fenimore Cooper, passando a descrever do êxito social: *eram derrotas!*

O poema épico e o romance citados tratam de duas guerras em momentos distintos da história humana, a Guerra de Troia (que dura 10 anos) e a Guerra dos 7 anos. Nada mais natural que dessas duas narrativas não se perceba nenhum tipo de vitória, tamanha as condutas antissociais. Esse “beco sem saída” passa a não ser bem-visto por Lukács na medida em que o contato com Hegel e Marx o transforma: a literatura não deve ser espelho da realidade, mas sim a sua crítica (VEDDA, 2013).

Diferentemente dos grupos políticos aos quais Lukács se filiou, o Serviço Social é uma profissão que se vale de um projeto microscópico, como já balizamos, porém também foi afirmado por Netto (2006) que tais projetos se ligam a projetos macroscópicos. Não à toa, um dos princípios que tanto orgulham a categoria, no afronte ao que demanda a racionalização do Estado burguês e da sociedade capitalista madura, é a “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, s.p.).

O que aproxima o Serviço Social do conceito atribuído por Lukács à arte é inclusive essa grande necessidade que tem a profissão de promover nos indivíduos sociais a crítica das expressões da questão social, das formas de exploração do trabalho, das opressões de classe, raça, gênero e outras, porque toda arte de valor, segundo Lukács (2018, p. 155), “[...] discute intensamente a totalidade dos grandes problemas de sua época [...]”, do mesmo modo que parte da vida cotidiana dos sujeitos.

Para Lukács (2018), a capacidade de promover essa relação dialética entre singularidade e universalidade, ainda que superados aspectos formais e técnicos, conserva a validade artística de uma literatura. Não por acaso, livros escritos em séculos passados são considerados até hoje como clássicos, sobrevivendo ao avanço do tempo, como há casos no Brasil e no mundo. Essas obras, em síntese, possivelmente expressam fenômenos concretos da vida, em colóquio com a totalidade.

Essa mediação que o filósofo atribui à categoria da particularidade (em que se superam e se conservam a singularidade e a universalidade) é aquela que se pauta em quanto:

[...] maior for o conhecimento que o artista tiver dos homens e do mundo quanto mais numerosas forem

as mediações que descobrir e (se necessário) acompanhar até a extrema universalidade, tanto mais acen- tuada será esta superação [...]. (LUKÁCS, 2018, p. 155).

Assim, tem-se uma relação dialética entre a vida do povo, ponto de partida para a arte, para a ciência e para a filosofia, e o seu “amálgama social”, atingindo-se uma verdadeira concreticidade.

Esse ponto médio, consoante o pensador, quando alcançado pelo escritor, em uma determinada literatura, por exemplo, por um lado, faz com que se distancie de uma singularidade como fetiche, como realidade puramente imediata, equívoco que conduz a arte a um “beco sem saída”, tão grande é, nesses casos, a forma singularmente anunciada. Por outro lado, ao se fazer o caminho de volta da universalidade, é-se capaz de dar sentido social aos elementos sociais que foram detidos no cotidiano dos indivíduos.

Esse é um ponto central para que possamos identificar nas obras de arte analisadas as reflexões necessárias acerca do contexto social no qual vivemos, em que nos reconheçamos na imediaticidade, e não apenas nos fenômenos sociais em narrativa estética, e para que nos percebamos na universalidade.

O reflexo estético da arte

A posição de Lukács, mediante a qual a obra de arte deve expressar dialeticamente singularidade e universalidade, impõe uma questão, para ele, insolúvel quanto à teoria do reflexo estético: existe uma norma para a localização desse ponto médio onde o artista possa se situar? Ou seja, ele optará em que medida pela imediaticidade e em que medida pela totalidade dos fenômenos? O autor responde que inexistente critério teórico, e esse movimento estimula a pluralidade das artes, dos gêneros, dos estilos, etc.

Não existe formalidade para combinações e, nesse sentido, Lukács (2018, p. 159) afirma:

[...] no quadro da teoria do conhecimento, deve estar claro que o seu principal conteúdo é a posição das obras de arte em face da realidade, o modo, a amplitude, a profundidade com que uma obra de arte mostra uma realidade *sui generis*.

Baseados igualmente no autor, Macário *et al.* (2022) apontam que esse tipo de arte pode estimular a criação de sínteses superiores sobre a vida cotidiana, transitando vividamente entre o particular/individual e o particular/genérico, pondo-nos a crescer em outras atividades humanas.

Dessa maneira, numa perspectiva diferente da ciência, mesmo que se nutrindo do mesmo ponto de partida – a realidade social –, “[...] o homem responde a carecimentos postos na realidade objetiva” (MACÁRIO *et al.*, 2022, p. 12). É diante dessas condições objetivas, destacam os autores (2022), que a arte, na sua dimensão verdadeira, sintetiza elementos da singularidade (indivíduos) e da universalidade (gênero humano), colocando-nos na condição de pensar virtudes, defeitos, coragem, covardia, vida, etc.

Caracterizar isso e o ponto médio do reflexo estético como livre de normatizações dogmáticas, conforme Lukács (2018), é inclusive reconhecer que é na escolha desse ponto médio que também reside, no interior das artes, a multiplicidade de estilos. O autor não se detém em analisá-los, visto que atribui isso à estética dos estilos, mas utiliza como exemplos a épica e o romance, bem como o drama e a novela, em que os primeiros se voltam mais para a singularidade, enquanto os dois últimos para a universalidade.

Essa avaliação, conforme mostrado acima, é bem abstrata, pois só sinaliza para uma tendência, diz-nos Lukács (2018), não se tratando, esclarece, de nenhum defeito em re-

lação aos estilos citados, cabendo aos dogmáticos esse tipo de deposição. E que, mesmo se pegarmos dentro dos estilos, por exemplo, o drama clássico, este impele muito mais para o universal do que o drama burguês moderno, que impulsiona o reflexo estético para a singularidade, o que pode ocorrer com o mesmo autor ao produzir obras distintas.

Esse apanhado caracterizado por Lukács em sua estética nos interessa na medida em que depura e refina a nossa visão, o nosso olhar, sobre o tipo de conteúdo e sobre a forma com que se emprega na arte (livros, filmes, quadrinhos, pinturas, etc.) a relação entre os dois eixos, a singularidade e a universalidade. Não é qualquer coisa, é a arte que tenha como função social ampliar a nossa crítica sobre a realidade social. Ela é, como descreveram Macário *et al.* (2022, p. 12), com base na mesma teoria, “[...] um caminho para apanhar e compreender os fatos cotidianos à luz da dialética entre aparência e essência”.

Para isso, deve-se superar e, ao mesmo tempo, conservar a singularidade e a universalidade dos fatos cotidianos, “[...] cobrindo as possibilidades de uma crítica da superficialidade que permeia a vida cotidiana [...]” (MACÁRIO *et al.*, 2018, p. 12). Ou seja, objetivando expor o movimento entre os dois eixos. Não diz respeito, então, a universalizar, nem a singularizar, mas a encontrar as “interfaces”.

Isso nada mais é do que o método do materialismo histórico aplicado na reflexão estética das obras de arte, por onde estes problemas, segundo Lukács (2018), podem e devem ser tratados em suas contradições. A particularidade, afirma Lukács (2018, p. 163), como ponte entre esse trânsito que deve fazer o escritor e que devem fazer os apreciadores das obras literário-artísticas, consiste na categoria central da reflexão estética, um “ponto central organizador”, como se verifica nas palavras do autor: “[...] não se trata tanto de

um ponto central no sentido estrito, mas antes de um ponto central de um campo de movimento”.

Lukács (2018) é enfático ao afirmar que não se pretende determinar o sistema de movimento no interior de uma obra de arte. Não há o certo ou o errado nesse processo, pois não consiste em um dogma a ser seguido, que desqualifique esta ou aquela obra de arte. A teoria do reflexo pretende apenas expor de forma mais geral a problemática; o modo como os elementos se movimentam, diz ele, vai depender das condições histórico-sociais, de gênero e artístico-pessoais. Em uma verdadeira obra de arte deve existir tal movimento, o que não tem a ver com uma retórica voltada ao *singularismo* e ao *universalismo*.

O que cabe, para qualquer reflexão estética nessa perspectiva *lukasiana*, seja individual, como leitor, ou educativa, voltada para grupos ou coletivos leitores, é identificar os pontos altos e baixos desse movimento na obra literária ou na arte, para que se possa, inclusive, explorá-los em seu potencial. Nesse caso, o materialismo dialético se fixa no terreno da estética, diz Lukács (2018). E, após esse momento, em que se identifica o referido ponto médio da obra, a análise estética não finaliza, pelo contrário, amplifica-se, afinal:

[...] a tarefa concreta da estética e da crítica consiste em pesquisar concretamente, em cada caso concreto, se o ponto central particular escolhido pelo artista corresponde ao conteúdo das ideias, à matéria, ao tema etc. da obra [...]. (LUKÁCS, 2018, p. 167).

Para tanto, é preciso conhecer a obra, explorá-la, o autor, personagens, dilemas individuais e coletivos que ela expressa, questões em si (dinâmica e motivação dos comportamentos individuais) e para si (classe, gênero, raça/etnia, projetos societários), historicidade, se ela dialoga com indivíduos em situação semelhante, ações e contradições...

Seguem direções para a reflexão estética literária adaptadas do roteiro de Macário *et al.* (2022):

Quadro 1 – Primeiro momento da análise literária

Roteiro de análise literária para subsidiar ações socioeducativas do Serviço Social	
Identificação da obra literária	
Escritor	Edição
Editora	Data da primeira edição
Data da publicação	Escola literária
Estudo aprofundado sobre o/a escritor/a	
1) Estude sobre o/a autor/a – vida, obra, trajetória profissional, literária e política.	
Nesse campo, você deve se deter em conhecer o/a autor/a, seus tipos de narrativas, obras, prêmios literários, seu tempo histórico, reconhecimento, ideias, carreira, influências, etc.	

Fonte: Adaptado de Macário *et al.* (2022, p. 16).

Quadro 2 – Segundo momento da análise literária

2) Resuma a narrativa (seja poesia, conto, crônica, novela, romance ou outro gênero. Levante o tema, a estrutura da obra (divisão dos capítulos, estrofes), personagens, enredo, conflitos e desfecho.
Compreenda o gênero literário, porque o texto se enquadra nessa perspectiva. Analise o contexto histórico do enredo e seus assuntos centrais, aqueles singulares, específicos, e os mais gerais. Deve-se estudar o desenvolvimento da narrativa, suas fases de início, clímax e desfecho, identificando, caso existam, os principais conflitos afetivos, sociais, políticos e culturais, bem como personagens, não cabendo neste momento o confronto pessoal com o enredo, mas a elaboração de como a narrativa se desenvolve.
3) Explore os conteúdos abordados pelo texto (categorias, conceitos, etc.). Discuta com o/a autor/a, apoiando ou confrontando perspectivas, de modo fundamentado.
Nesta fase, deve-se explorar os conteúdos de acordo com as matérias que interessam ao Serviço Social. O/A profissional deve estabelecer relações com os saberes acumulados, com a realidade dos usuários, etc. Deve-se lançar mão de estudos fundamentados em categorias, conceitos, noções históricas e sociológicas, a fim de que se extraiam conexões entre a literatura e a realidade social, ganhando vida em dilemas humanos.

Fonte: Adaptado de Macário *et al.* (2022, p. 16).

Quadro 3 – Terceiro momento da análise literária

Apreciação pessoal
4) Avalie a obra, no que ela acrescentou para você e para a sua atuação como profissional.
Refleta sobre as repercussões sociais, afetivas, políticas, culturais e profissionais da leitura sobre si.
5) Fontes pesquisadas.
Atualmente, o mundo da literatura conta com o reforço de análises em videorresenhas, falas dos próprios autores, videoaulas e artigos de especialistas (em plataformas virtuais), <i>blogs</i> , <i>podcasts</i> , artigos científicos. Registre possíveis materiais a serem usados nas ações socioeducativas, caso se adéquem.

Fonte: Adaptado de Macário *et al.* (2022, p. 16).

O roteiro acima consiste em três etapas que podem ajudar à/ao profissional a sistematizar, por escrito ou não, a leitura feita das obras literárias. Essa sistematização colabora com o levantamento de obras, mediante análise do conteúdo desenvolvido pela narrativa e outros elementos que necessitam ser avaliados. Caso considere relevante, é possível criar um banco de dados na Instituição. Não se trata de uma ficha a ser aplicada com os usuários, mas sim de um roteiro de análise estética, a fim de se produzir o conhecimento necessário à avaliação imanente das obras literárias, subsidiando as ações pedagógicas.

Instrumentalidade do Serviço Social, ações socioeducativas e literatura

A literatura, na sua estética, cumpre o papel de pôr em evidência os dilemas e contradições da realidade concreta, colocando leitores/as diante de uma infinidade de contradições e elementos sociais. Cabe-nos, inclusive, recolocar uma indagação feita por Lukács (2018, p. 165): “[...] não se corre o risco de cair em uma subespécie do idealismo platônico?”. Para ele, na verdade, ocorre o contrário, porque a arte con-

siste numa criação do homem que não pretende ser uma realidade no sentido real da realidade, ao mesmo tempo que nela deve conter o máximo de reflexos, como foi dito, desse amálgama concreto.

Uma das coisas importantes que menciona essa teoria *lukacsiana* da estética é que a arte – no caso, para nós, a literatura – não consiste em algo artisticamente contemplativo, ela se faz verdadeira na medida em que sua originalidade consegue:

[...] captar traços decisivos na luta entre o velho e o novo, em sublinhar artisticamente os momentos específicos do novo através de uma forma orientada para reproduzir e expressar precisamente esse particular novo. (LUKÁCS, 2018, p. 195).

Toda obra de arte, assim, assume posição política, pois seu conteúdo essencial, desse modo, seria uma luta dessa natureza. Explica Lukács (2018) que ela é partidária e se enganam os teóricos burgueses que queiram atribuir a ela neutralidade, supervalorizando uma unilateralidade teórico-contemplativa, uma verdadeira obra de arte que esteja apartada ou que seja superior a “desordens da luta cotidiana”, assim como se enganam, diz o autor, os marxistas que atribuem o partidarismo ao realismo socialista, como privilégio de seus precursores, ainda que a concepção marxista do mundo seja algo novo em relação ao que se tinha antes.

Dessa forma, Lukács (2018) alerta que essas grandes obras podem: 1) ser partidárias em benefício da conservação da sociedade burguesa, bem como podem pôr em evidência suas fraturas e contradições, e 2) elas podem ser produzidas pelo/a artista que esteja “antenido/a”, situado/a em seu tempo histórico, mesmo que não seja ele/a revolucionário/a. Isso é interessante para que possamos desvelar preconcei-

tos, pois, por exemplo, Balzac, afirma Lukács (2018), foi um dos mais admirados por Marx, possivelmente porque suas obras se colocavam em oposição aos seus posicionamentos sociais e políticos, longe de serem revolucionários.

Não se trata, desse modo, da arte verdadeira em decorrência deste ou daquele artista, mas da sua capacidade de retratar uma posição política na obra de arte:

[...] uma tomada de posição a mais concreta possível, em face de problemas e tendências concretas da vida. [...] Importa antes o seu próprio conteúdo concreto e o princípio geral que rege esses conteúdos concretos. (LUKÁCS, 2018, p. 199).

Isso se dá a exemplo do sucesso ou fracasso de certos propósitos, como aparecem, se de modo trágico, dignificante, cômico ou humilhante; nos esforços em concretizá-los, na atmosfera, nos conteúdos expostos, dilemas...

Isso posto, as obras de arte refletem uma posição política! E, sendo assim, o trabalho pedagógico do Serviço Social ou outra área que porventura faça uso da arte, literatura, filmes, quadrinhos, telas, música, entre outros, deve ter ciência da necessidade de captação de seus elementos políticos. Toda ação é dotada de teleologia e causalidade; são atravessadas de fins e se dão mediante condições objetivas, no nosso caso, nas quais as intervenções profissionais realizam-se, objetivam-se socialmente (GUERRA, 2011).

Nesse sentido, Guerra (2011, p. 30) nos diz que assistentes sociais devem:

[...] atuar sobre as limitações, com uma modalidade de razão que mantenha seu foco voltado às finalidades e não apenas para as dificuldades; e ainda que, ao se defrontar com elas, possa estabelecer um plano de ação capaz de se constituir no meio para o alcance da finalidade.

A autora, em seguida, acrescenta: “Assim, o método converte-se em projeto e a ação em potência, a mobilizar as condições objetivas da realidade” (GUERRA, 2011, p. 30).

É nesse sentido que se situam as ações pedagógicas na intervenção profissional, pois elas, como atividades constitutivas da profissão, devem ser compreendidas e analisadas em suas finalidades e nos propósitos políticos os quais movimentam socialmente. São ações capazes de romper com demandas meramente institucionais, incentivando os usuários:

[...] a partir das suas individualidades, apreender a realidade de maneira crítica e consciente, construir o caminho para o seu acesso e usufruto de seus direitos (civis, políticos e sociais) e interferir no rumo da história da sociedade. (MIOTO, 2009, p. 4).

As ações socioeducativas se articulam com as socioassistenciais e se efetivam no planejamento, na gestão e nas ações de mobilização político-organizativas. O desafio é, segundo Mioto (2009), efetivar o papel transformador da profissão na execução dessas atividades nesta sociedade capitalista atual, em um contexto adverso em que se estimulam a *refuncionalização* e a *mitificação* das funções pedagógicas por meio da reorganização da cultura em benefício da classe dominante (MIOTO, 2009). Nessa lógica, observa-se que a estética, na perspectiva *marxiana*, alinha-se ao projeto profissional do Serviço Social.

Moraes (2021) analisa que diversas concepções de educação e pedagógicas foram desenvolvidas ao longo da história do Serviço Social, muitas delas presentes no cotidiano profissional como herança, como a pedagogia da ajuda e a pedagogia da participação, necessitando serem reconhecidas e repensadas na direção de um projeto pedagógico emancipatório, em conformidade com o nosso projeto profissional. Como caracterização, a educação emancipatória

se funda numa contracultura à educação capitalista e neoliberal, estabelecendo compromissos com as *classes que dependem do trabalho* (MORAES, 2021).

A literatura, desse modo, possui grande potencial para ser usada nessas ações pedagógicas por incorporar elementos importantes para a crítica social (singularidade, particularidade e universalidade), movimentando, inclusive, artes, sensações, sentimentos, reações, afetos, percepções, reflexões, etc. De certo modo, é isso que a particulariza diante de outras esferas de produção humana, como a filosofia e a ciência, que têm igualmente o cotidiano como ponto de partida e chegada; mesmo que todas elas possam expressar a essência dos fenômenos da vida social (conteúdo), a arte conta com a forma estética.

É possível, então, que a discussão com usuários/as feita pelo Serviço Social a partir de filmes, livros e outros tipos de arte seja mais bem absorvida e refletida do que horas de falas sem esses recursos estéticos. Mesmo quando se usem esses recursos, as poucas experiências dessa natureza podem se tornar um desafio a ser vencido, até que se crie familiaridade com a arte e o debate em torno dela. Destaca-se a necessidade de que essas ações sejam pensadas na dimensão técnico-operativa, não apenas nas dimensões teórico-metodológica e ético-política, a fim de que se efetive a instrumentalidade.

A dimensão técnico-operativa nas ações socioeducativas com literatura

Como fazer essas ações socioeducativas com literatura acontecerem? Não há um único caminho ou uma fórmula que se possa replicar idealmente, mas faremos um esforço em levantar proposições técnico-operativas, na direção da racionalidade dialética e não instrumental (SILVA; BEZER-

RA, 2020). *Como?* Essa indagação é o centro deste tópico, considerando que já refletimos sobre o *para que* (função social da arte ligada aos projetos profissional e societário), o *onde* (terreno político, contexto institucional e histórico) e o *para quem* fazer (classes que vivem do trabalho e as subalternizadas em gênero, raça, etc.).

Antes de abordarmos especificamente a literatura literária nesse *como fazer*, exporemos algumas questões relevantes de contextualização apresentadas por Chagas e Vale (2021). Destacam os autores que o foco no instrumental técnico-operativo necessita ser situado no contexto das condições objetivas da realidade social, a fim de que se possa atuar para além do imediatismo e do pragmático. Eles apontam que é fundamental para a atuação profissional crítica entender: 1) as amplas necessidades de uma prática socialmente orientada e 2) os desafios criados pela herança conservadora e pela reprodução do cotidiano.

À vista disso e considerando que estamos tratando das ações educativas no exercício profissional das/os assistentes sociais, reafirmamos que Chagas e Vale (2021) se conectam apropriadamente, na referida argumentação, com Abreu (2010), que resgata as heranças pedagógicas da profissão (da ajuda e da participação), as quais porventura convivem até hoje com a pedagogia emancipatória crítica². Também carece que estudemos as características desse cotidiano (HELLER, 1992)³, como ele deve ser refletido pelo Serviço Social no contexto da formação social e histórica brasileira (SANTOS, 2012).

² Indicamos a própria autora para a compreensão desse tema das heranças pedagógicas dentro do Serviço Social, Abreu (2010), bem como a excelente produção crítica elaborada pela professora Elivânia Moraes (2021).

³ Sobre o assunto do cotidiano, indicamos a leitura de Heller (1992), bem como sobre a relação dessa categoria com a ética: Barroco (2008); sobre sua relação com a instrumentalidade do Serviço Social: Chagas e Vale (2021); e, sobre a sua relação com educação e literatura: Macário *et al.* (2022).

Acerca dos desafios à instrumentalidade do Serviço Social, Chagas e Vale (2021) assinalam no mínimo três, que seriam: 1) o agente – o profissional como sujeito social; 2) a sociedade capitalista e sua forma de estruturação das relações de trabalho (inclusive de produção da cultura); e 3) a profissão em seu significado sócio-histórico, que se encontra em um vivo movimento de reconstrução frente às mudanças societárias em curso (a exemplo da conjuntura atual social, política, econômica e cultural neoliberal). Esses são três elementos fundamentais para se tratar a instrumentalidade com o princípio na totalidade.

Não nos deteremos nesse debate, certos de que existem muitas fontes para a compreensão desses desafios, inclusive a trilogia da qual faz parte este livro, mas os situamos para que se possa entender que reflexões sobre o aparato técnico-operativo ou, de forma mais ampla, sobre a instrumentalidade não repousam em cenários harmônicos e ideais, mas em jogos de força locais, institucionais e da totalidade social. Partilhamos, pois, da preocupação de Iamamoto (2000, p. 37), “[...] em tratar da dimensão técnico-instrumental da instrumentalidade como princípio da totalidade”.

A atuação profissional, em todas as instituições nas quais o Serviço Social intervenha, dar-se-á (esse *como fazer*) em cenários de precarização e focalização geral das políticas sociais públicas, de rebaixamento das condições de vida do povo trabalhador, de empobrecimento das massas, de novas exigências postas pelo mundo da produção, de perda de direitos sociais, em um contexto de negativa dos fundamentos éticos essenciais à vida e aos direitos humanos (cultural capitalista), entre outros. E é considerando esse arsenal antidemocrático e ético que devemos pensar a contracultura nessas atuações.

Por todos os citados motivos associados a esse arsenal – de um verdadeiro *combate*, em que vêm perdendo e perecendo maciçamente os/as trabalhadores/as brasileiros/as –, é que o Serviço Social deve pôr em benefício da contracultura a sua atuação profissional, superando o messianismo e os tecnicismos. Deve, assim, articular as três dimensões do exercício profissional, fortalecendo as competências que não são as da burocracia institucional, do discurso da organização e da subordinação do fazer a esse mesmo fazer: as primeiras perguntas consistem em *para que fazer* e *em que direção* (CHAGAS; VALE, 2021).

Isto dito, que há uma articulação orgânica e dialética entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, considerando que já nos detivemos em enfatizar tais fundamentos, iremos expor, a fim de colaborar com as competências técnicas a serem desenvolvidas por profissionais, as ações educativas com a literatura na atuação do Serviço Social em duas perspectivas, a saber: 1) a partir da nossa experiência com arte-literatura como assistente social da UFC, como doutoranda em educação pela mesma Universidade e como integrante de projetos de extensão e de iniciação artística do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros); e 2) demonstraremos algumas das possibilidades para o uso da arte em outros espaços sócio-ocupacionais.

Acreditamos que esta socialização acerca da atuação desenvolvida na UFC faça maior sentido caso estimule o uso da arte por assistentes sociais em outros ambientes de trabalho, mesmo que sejam imprescindíveis readequações, novas formulações, atendimento a demandas e públicos específicos, acerca de matérias que se façam atinentes à intervenção sobre as expressões da questão social em curso, etc. E mais, diante de tudo o que foi dito, apostamos na capaci-

dade do reflexo estético da arte em inovar, estimular, educar e politizar a relação dos indivíduos sociais com a realidade concreta em que vivemos. Na UFC, atuamos na Diaps⁴, que conta com assistentes sociais e psicólogos/as. Nela, estamos ligados/as à política de atenção à saúde do/a trabalhador/a, com foco no desenvolvimento de ações de promoção e proteção à saúde dos/as servidores/as, docentes e técnicos/as. São desenvolvidos projetos em diversas áreas, saúde da mulher, idosos, promoção da saúde, mediação de conflitos, prevenção ao uso abuso de álcool e outras drogas, etc⁵. Iremos apresentar, de forma específica, o projeto *Encontros: arte, saúde e cidadania*, no qual utilizamos a literatura nas ações.

Um passo fundamental para o desenvolvimento do Projeto foi a elaboração do planejamento, em que foram elaborados justificativa, objetivos, metodologia e referencial teórico. Estabeleceu-se como objetivo, de acordo com as demandas e o público do exercício profissional do Serviço Social: reunir trabalhadores/as da UFC, utilizando o cinema e a literatura, em torno de debates sociais e em função dos direitos sociais e da educação em saúde e em direitos humanos. Sua proposta visa a somar-se a grupos de ações já desenvolvidas pelas profissionais da Diaps na perspectiva coletiva pedagógico-educativa.

⁴ Além de trabalharmos com arte na UFC, ainda integramos, como vice-coordenadora e editora audiovisual, o projeto de extensão e de iniciação artística da Universidade Estadual do Ceará (UECE) *Ao pé da letra*, ligado ao Laboratório Cetros. Em 2020 e 2021, foram transformados mais de 25 crônicas e outros gêneros de escritores cearenses em audiovisual, com a participação de diversos artistas, bordadeiras, desenhistas, atrizes e atores, intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), musicistas, etc. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCipxq9QDosj8xhbXglAliqg>. Acesso em: 21 mar. 2022. O livro *Ao pé da letra: literatura no balaio de artes* resultou das atividades desenvolvidas nesse projeto multiartístico.

⁵ O Programa Mais Saúde no Trabalho, da Diaps, instituído pela Portaria nº 1.553/Gabinete do Reitor, de 2 de maio de 2016, está disponível em: <https://progep.ufc.br/wp-content/uploads/2019/08/programa-saude-bem-estar06082019.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

Na justificativa para o uso da arte, fizemos uso de várias das referências teorizadas sobre a função e a importância da arte, considerando também o fato de que ela representa uma importante prática social do ponto de vista da formação geral e especialmente cultural. O projeto já se encontra em desenvolvimento há quatro anos, com a realização de oficinas e a criação de vídeos e materiais educativos a partir da promoção de debates, colaborando também com a formação do alunado de extensão da UFC.

A escolha das obras literárias, como foi discutido, é um ponto relevante do andamento das ações, pois é a partir da realidade a ser tratada nas ações socioeducativas e a partir de um estudo denso da obra que as escolhemos. Por exemplo, uma das importantes obras tem sido *A metamorfose*, de Franz Kafka. Embora não possamos aqui avaliar o seu mérito literário, tendo já sido criticada pelo realismo crítico⁶, o que observamos foi a produção de debates riquíssimos sobre o mundo do trabalho e as classes sociais.

Como conduzimos, portanto, esses *Encontros*? É importante salientar que o planejamento de todo e qualquer projeto de forma compartilhada, a escolha das obras, etc. engrandecem a interação entre assistentes sociais e usuários/as. Isso considerado, é imprescindível que os/as profissionais levem as obras conforme os fins que pretendem alcançar, tempo dos encontros, formatos, escolaridade do público, etc. No caso de usuários/as no geral de baixa escolarização, o/a profissional se torna, além de debatedor/a, um/a expositor/a do conteúdo, o que irá viabilizar para que todos/as alcancem o reflexo artístico da obra.

Além do mais, nesses casos, articula-se com outras políticas sociais públicas quando avaliada a realidade indi-

⁶ Sobre a crítica de Carlos Nelson Coutinho a respeito de como Lukács avalia a obra de Franz Kafka, leiam Coutinho (2005).

vidual concreta, para que o direito à educação seja cumprido, consoante o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, realizando encaminhamentos aos programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou outros que atendam às faixas etárias dos participantes, de acordo com o que apregoam as legislações. De toda forma, a exposição da obra literária garante, em certa medida, o acesso ao conteúdo a ser debatido.

Essa exposição pode se dar, quando necessário, por meio da leitura pelo/a próprio/a profissional, pela síntese da obra, pela narração acerca de determinados personagens, sobre elementos da narrativa... Imaginem o poder que possui a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (2014), de Carolina Maria de Jesus, para tratar do assunto da pobreza no Brasil, dos dilemas das comunidades pobres, das formas de vida e de sobrevivência de grande massa do povo, em contraposição ao acúmulo de riquezas.

29 de maio. Até que enfim parou de chover. As nuvens desliga-se para o poente. Apenas o frio nos fustiga. E várias pessoas da favela não tem agasalhos. Quando uns tem sapatos, não tem palitol. E eu fico condoida vendo as crianças pisar na lama. [...] Percebi que chegaram novas pessoas para a favela. Estão maltrapilhas e as faces desnutridas. Improvisaram um barracão. Condoí-me de ver tantas agruras reservadas aos proletários. Fitei a nova companheira de infortúnio. Ela olhava a favela, suas lamas e suas crianças paupérrimas. Foi o olhar mais triste que eu já presenciei. Talvez ela não mais tem ilusão. Entregou sua vida aos cuidados da vida. [...] Há de existir alguém que lendo o que escrevo dirá... isto é mentira! Mas as miserias são reais. [...] O que eu revoltado é contra a ganancia dos homens que espremem uns aos outros como se espremesse uma laranja⁷. (JESUS, 2012, p. 46).

⁷ Ortografia mantida do diário original.

Certamente um livro como esse merece adentrar nas nossas Instituições, ser lido e sentido como um direito à leitura, à cultura e à cidadania (produzida pelo povo, para o povo). A ficha literária que expusemos em tópico anterior orienta as/os assistentes sociais a conhecerem e explorarem as diversas possibilidades de avaliação estética da obra (como exemplo, *Quarto de despejo*: raça, gênero, desemprego, precarização do trabalho, monoparentalidade, violência, saúde-doença nas periferias, solidariedade, Estado, etc.). Devemos, nas ações socioeducativas com arte, conduzir a extração de sua forma e conteúdo.

O exemplo de Carolina foi exposto especialmente por, a partir desse fragmento, visualizarmos que os usuários dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), dos programas de habitação, das unidades de saúde, etc., em todo e qualquer espaço sócio-ocupacional, são capazes de compreender Carolina e se politizar com ela. Além da literatura nacional, podemos fazer uso da cearense, neste caso citamos o recente livro publicado por Mailson Furtado Viana: *Ele* (2020), no qual é possível falar sobre a rotina do/a trabalhador/a, seu automatismo diante da vida alienada, sua mecanização no trabalho e em outras esferas da vida social.

[...]
 o ônibus inerte o embrulha e sacode
 noutra rua sem-pai-nem-mãe
 o patrão sempre ao braço
 palitando entre dois ponteiros
 e ele sei lá
 num 'tá e não 'tá
 num ser e não ser
 ora só pernas
 ora sem olhos

ora a mochila
 ora só a hora de chegar

e vai o dia
 que é um
 nenhum
 e mais seis
 a tropeçar no domingo
 que é um acidente

repete bom-dias
 repete o café
 repete o anteontem
 (que tanto faz ser amanhã)
 e também o que nunca fez
 e também o mesmo horário
 lotado doutros ausentes
 e
 vai
 no ir do mesmo caminho
 e ele às voltas
 vai
 futrica o mesmo martelar
 das oito nove dez
 às seis
 no mesmo do mesmo
 do mesmo no mês
 e já setembro [...]. (VIANA, 2020, p. 39).

Carolina e Mailson, Luiz Rufato (com os dilemas da cidade e da urbanidade), Jorge Amado e Graciliano Ramos (com o seu regionalismo), Franz Kafka, Jarrid Arraes, o grande Lima Barreto, Conceição Evaristo (com temas de classe, gênero e raça) e outros foram os autores que utilizamos no projeto *Encontros*. Definir determinadas obras resultou de estudos, de investigação sobre autores, de aprofundamento sobre as narrativas, foram feitas avaliações de aceitação, tema, até que chegássemos a um determinado acervo.

Além da literatura, usamos quadrinhos, como *Mafalda*, de Quino; outros de Mauricio de Sousa; *Jeremias (Pelé)*, de Rafael Calça e Jefferson Costa (2018), que aborda o racismo; *Tina – respeito*, de Fefê Torquato (2019), que se volta para o tema do assédio, e vamos incorporando outros na medida em que nos é possível verificar a função social da arte e sua adequação aos fins da atuação profissional. De fato, essa etapa requer ler e conhecer o conteúdo, algo muito necessário para a objetivação das ações educativas. Quando se alcança isso, temos a possibilidade de debates que narrativas como esta criam:

Zaíta seguia distraída em sua preocupação. Mais um tiroteio começava. Uma criança, antes de fechar violentamente a janela, fez um sinal para que ela entrasse rápido em um barraco qualquer. Um dos contendores, ao notar a presença da menina, imitou o gesto feito pelo garoto, para que Zaíta procurasse abrigo. Ela procurava, entretanto, somente a sua figurinha-flor... Em meio ao tiroteio a menina ia. Balas, balas e balas desabrochavam como flores malditas, ervas daninhas suspensas no ar. Daí a um minuto, tudo acabou. Homens armados sumiram pelos becos silenciosos, cegos e mudos. Cinco ou seis corpos, como o de Zaíta, jaziam no chão. A outra menina seguia aflita à procura da irmã para lhe falar da figurinha-flor desaparecida. Como falar também da bonequinha negra destruída? (EVARISTO, 2016, p. 76).

Assim, tanto os usuários como nós, assistentes sociais, vamos acessando esse universo literário, o que depende também de se ter interesse pela arte, algo que pode ser estimulado também na graduação. Em 2021, participamos de uma experiência com o uso de literatura na disciplina de Economia Política do curso de Serviço Social da UECE, que foi estudada e descrita por Macário *et al.* (2022). Outras

dessa natureza estão em andamento em disciplinas do curso na mesma e em outras universidades. Isso ajuda para que se crie uma educação literária na formação profissional, podendo repercutir no trabalho à frente.

Na UFC, participam do projeto *Encontros*, no geral, servidores/as públicos/as graduados/as, especialistas ou, quando não apenas, mestres/as e doutores/as. Portanto, as ações pensadas consideram a efetividade da leitura individualmente, tornando coletiva apenas a discussão, o que também não exclui o uso da leitura conjunta e da exposição. Aqui é um ponto importante: o que mais interessa ao Serviço Social é provocar a reflexão conjunta, para que possamos criar identidade de classe, gênero e raça entre os/as participantes.

Foram produzidos, no período de isolamento decorrente da pandemia de Covid-19, devido à suspensão dos encontros presenciais, videorresenhas sobre obras da literatura cearense, nacional e internacional. Produzimos, ao longo de quase dois anos, mais de 20 vídeos, disponibilizados no canal Conexão da UFC no YouTube, muitos deles inseridos na plataforma UFC Play⁸, endereço que visa a reunir no mesmo canal todo o material socioeducativo criado por docentes e técnicos/as da instituição.

Vêm sendo realizadas palestras relacionando os temas com literatura. Por exemplo, na Semana do Servidor 2021, propusemos, em contrapartida à sugestão da gestão, a palestra *Perdas e finitude na literatura*, em que contamos com a discussão em torno do livro *Memória dos ossos* (2018), com a presença da escritora, professora da UFC, Juliana Diniz. Ademais, a literatura ganhou oficinas, rodas de conversas,

⁸ Conexão UFC, disponível em: <https://www.youtube.com/channel/ucoqd0uzoghsvtfr7clwr9ug>. Acesso em: 21 mar. 2022. UFC Play, disponível na seção cultura e extensão, endereço: <https://ufcplay.ufc.br/>. Acesso em: 21 mar. 2022.

quando eram possíveis serem presenciais, em ambientes livres e arborizados da universidade. Quando do isolamento, essas atividades passaram a ser *on-line*, atingindo muitas participações virtuais.

Em 2021, lançamos uma nova ação do *Encontros*, chamada “Alô histórias e afetos”, em que, com a colaboração de bolsistas de extensão da UFC integrados/as ao projeto, ligávamos para servidores/as da UFC previamente cadastrados/as, familiares e/ou amigos/as de trabalho (registrados/as) contando-lhes uma história, cuja temática remetesse a direitos sociais e humanos. Era possível estabelecer uma conversa e tratar do assunto. Elencamos como proposta serem histórias sobre mulheres heroínas negras, em alusão ao mês da Consciência Negra, tendo por referência a literatura de cordel da escritora Jarid Arraes (2020).

A partir dessa atividade, começamos a montar um banco de pequenas histórias, que levem uma média de seis minutos para serem contadas e que tratem de temas do mundo do trabalho, gênero, raça (pautando o racismo e o machismo), envelhecimento, finitude, saúde, entre outros. A proposta que está programada para 2022 é criar também um banco de contadores/as, que possam ser capacitados/as pela Instituição quanto à contação e orientados/as pelo Serviço Social sobre as finalidades a serem alcançadas.

Essas são algumas das ações que vêm sendo tecidas nesses últimos anos. Nos encontros em si, rodas de conversas e oficinas, fazemos uso de várias atividades, dinâmicas de grupo, expomos, mesmo com tempo prévio para a leitura, o enredo da obra, fazemos destaques de passagens dos textos sobre personagens, discutimos situações semelhantes com a realidade atual, estimulamos pensarem sobre as soluções individuais e políticas dos dilemas presentes na narrativa e vamos aprendendo e aprimorando.

Considerações finais

Alguns dos desafios para o desenvolvimento do projeto *Encontros: arte, saúde e cidadania* é o fato de que se faz necessário criar uma contracultura em benefício da literatura crítica, que faça frente ao entretenimento corriqueiro da cultura capitalista contemporânea. O trabalho com literatura requer a dedicação às leituras e aos estudos das obras de arte, o que contrasta com o exíguo tempo que se tem para a capacitação, para o planejamento e para a avaliação das atividades de muitos/as profissionais. Além disso, os/as trabalhadores/as compartilham do mesmo cenário, dificultando a prática de grupos.

Romper com a supremacia das demandas emergenciais, pondo em movimento ações de natureza socioeducativa, reforça a superação da burocratização e da institucionalização, dando voz aos indivíduos e aos grupos sociais na perspectiva de sua conscientização sobre a realidade social em que vivem e sobre os rumos da sociedade. Como assistentes sociais, nosso norte consiste em perseguir o desenvolvimento de competências críticas e criativas, ainda que se faça necessário: *identificar e superar as contradições*.

Referências

- ABREU, M. M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2010.
- ARRAIS, J. *Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis*. São Paulo: Seguinte, 2020.
- BARROCO, M. L. S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

CALÇA, R.; JEFFERSON, C. *Jeremias: Pelé*. Barueri: Panini, 2018.

CAMELO, R. A. (org.). *Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social*. Fortaleza: UECE, 2020.

CFESS. *Código de ética do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10. ed. Brasília, DF: CFESS, 2012.

CFESS; ABEPSS. *Serviço Social e competências profissionais*. Brasília, DF: CEAD/UnB, 2009.

CHAGAS, J. L.; VALE, E. S. A dimensão técnico-operativa da instrumentalidade do Serviço Social: reflexões e indicações da literatura crítica. In: ALVES, D. C.; VALE, E. S.; CAMELO, R. A. (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: UECE, 2021. p. 25-54.

COUTINHO, C. N. *Lukács, Proust e Kafka: literatura e sociedade no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DINIZ, J. *Memória dos ossos*. Fortaleza: Drummar, 2018.

EVARISTO, C. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

JESUS, C. M. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KAFKA, F. *A metamorfose*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*: sobre a particularidade como categoria da estética. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

MACÁRIO, E. *et al.* Metodologia dialética no ensino superior: sobre o uso da literatura em aulas de Economia Política. *In: [...]*. Fortaleza: EdUECE, 2022. (no prelo).

MIOTO, R. C. T. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. *Cadernos de Capacitação em Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais, Brasília, DF, v. 5, p. 1-16, 2009.

MORAES, E. S. A dimensão pedagógica do trabalho do assistente social: as pedagogias subjacentes à profissão. *In: ALVES, D. C.; VALE, E. S.; CAMELO, R. A. (org.). Instrumentos e técnicas do Serviço Social*: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza: EdUECE, 2021. p. 84-110.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In: MOTA, A. E. et al. (org.). Serviço Social e saúde*: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006. p. 141-160.

PIGLIA, R. *O último leitor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, J. S. *Questão social*: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, S. G. M.; BEZERRA, L. M. P. S. Dimensão técnico-operativa da instrumentalidade na formação profissional em Serviço Social: esboços de uma interpretação crítica do ensino na prática. *In: VALE, E. S.; SOUSA, R. B.; CAMELO, R. A. (org.). Trabalho e instrumentalidade do Serviço Social*. Fortaleza: UECE, 2020. p. 33-60.

TORQUATO, F. *Tina: respeito*. Barueri: Panini, 2019.

VEDDA, M. *A estética literária em György Lukács*. [S.L]: YouTube, 2013. Disponível em: <https://youtu.be/dc6b6FGxo00>. Acesso em: 25 mar. 2022.

VIANA, M. F. *Ele*. Varjota: Produção Independente, 2020.

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO VERNÁCULO

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado¹, foi procedida a correção gramatical e estilística do livro intitulado **Serviço social, instrumentalidade e movimentos sociais**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos do novo Acordo Ortográfico Lusófono, vigente desde 1º de janeiro de 2009.

Fortaleza-CE, 15 de maio de 2022.

Felipe Aragão de Freitas Carneiro

Felipe Aragão de Freitas Carneiro



DECLARAÇÃO DE NORMALIZAÇÃO TÉCNICA

Declara-se, para constituir prova junto à Coleção Práticas Educativas, vinculada à Editora da Universidade Estadual do Ceará (EdUECE), que, por intermédio do profissional infra-assinado, foi procedida a normalização técnica do livro intitulado **Serviço social, instrumentalidade e movimentos sociais**, razão por que se firma a presente declaração, a fim de que surta os efeitos legais, nos termos das normas vigentes decretadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fortaleza-CE, 15 de maio de 2022.

Felipe Aragão de Freitas Carneiro

Felipe Aragão de Freitas Carneiro

¹ Número do registro: 89.931.

COLEÇÃO PRÁTICAS EDUCATIVAS

01. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente infrator no Brasil: breve contextualização histórica*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 105 p. ISBN: 978-85-7826-199-3.
02. VASCONCELOS, José Gerardo. *O contexto autoritário no pós-1964: novos e velhos atores na luta pela anistia*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 63 p. ISBN: 978-85-7826-211-2.
03. SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRANDENBURG, Cristine; SANTOS JÚNIOR, Francisco Fleury Uchôa (org.). *Educação e saúde: um olhar interdisciplinar*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 212 p. ISBN: 978-85-7826-225-9.
04. SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula (org.). *Golpe de 1964: história, geopolítica e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 342 p. ISBN: 978-85-7826-224-2.
05. SILVA, Sammia Castro; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Capoeira no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 156 p. ISBN: 978-85-7826-218-1.
06. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; PETIT, Sandra Haydée; SANTOS, Iraci dos; GAUTHIER, Jacques (org.). *Tudo que não inventamos é falso: dispositivos artísticos para pesquisar, ensinar e aprender com a sociopoética*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 488 p. ISBN: 978-85-7826-219-8.
07. PAULO, Adriano Ferreira de; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo; MARQUES, Janote Pires; LIMA, Jeimes Mazza Correia; VIEIRA, Luiz Maciel Mourão (org.). *Ensino de História na educação básica: reflexões, fontes e linguagens*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p.
08. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; PAZ, Sandra Regina (org.). *Políticas, currículos, aprendizagem e saberes*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 381 p. ISBN: 978-85-7826-245-7.
09. VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *História e práticas culturais na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 229 p. ISBN: 978-85-7826-246-4.
10. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Teologia, História e Educação na contemporaneidade*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 160 p. ISBN: 978-85-7826-237-2.
11. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (org.). *Biografia de mulheres*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 163 p. ISBN: 978-85-7826-248-8.
12. MIRANDA, José da Cruz Bispo de; SILVA, Robson Carlos da (org.). *Entre o derreter e o enferrujar: os desafios da educação e da formação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 401 p. ISBN: 978-85-7826-259-4.
13. SILVA, Robson Carlos da; MIRANDA, José da Cruz Bispo de (org.). *Cultura, sociedade e educação brasileira: teceduras e interfaces possíveis*. Fortaleza: EdUECE, 2014. 324 p. ISBN: 978-85-7826-260-0.
14. PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afrodescendente e tradição oral africana na formação de professoras e professores – contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 253 p. ISBN: 978-85-7826-258-7.
15. SALES, José Albio Moreira de; SILVA, Bruno Miguel dos Santos Mendes da (org.). *Arte, tecnologia e poéticas contemporâneas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 421 p. ISBN: 978-85-7826-262-4.

16. LEITE, Raimundo Hélio (org.). *Avaliação: um caminho para o descortinar de novos conhecimentos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 345 p. ISBN: 978-85-7826-261-7.
17. CASTRO FILHO, José Aires de; SILVA, Maria Auricélia da; MAIA, Dennys Leite (org.). *Lições do projeto um computador por aluno: estudos e pesquisas no contexto da escola pública*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 330 p. ISBN: 978-85-7826-266-2.
18. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2015. 269 p.
19. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CACAU, Josabete Bezerra (org.). *Juventudes e políticas públicas*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 247 p. ISBN: 978-85-7826-298-3.
20. LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a escola*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 245 p. ISBN: 978-85-7826-296-9.
21. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 145 p. ISBN: 978-85-7826-293-8.
22. SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena; CAVALCANTE, Maria Marina Dias (org.). *Didática e prática de ensino na relação com a sociedade*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 213 p. ISBN: 978-85-7826-294-5.
23. CAVALCANTE, Maria Marina Dias; SALES, José Albio Moreira de; FARIAS, Isabel Maria Sabino de; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Didática e prática de ensino: diálogos sobre a escola, a formação de professores e a sociedade*. EdUECE, 2015. 257 p. ISBN: 978-85-7826-295-2.
24. VASCONCELOS, José Gerardo; RODRIGUES, Rui Martinho; ALBUQUERQUE, José Cândido Lustosa Bittencourt de (org.). *Contratualismo, política e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 73 p. ISBN: 978-85-7826-297-6.
25. XAVIER, Antônio Roberto; TAVARES, Rosalina Semedo de Andrade; FIALHO, Lia Machado Fiuza (org.). *Administração pública: desafios contemporâneos*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 181 p.
26. FIALHO, Lia Machado Fiuza; CASTRO, Edilson Silva; CASTRO, Jéssyca Lages de Carvalho (org.). *(Auto)Biografias e formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 229 p. ISBN: 978-85-7826-271-6.
27. FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula; MARTINHO RODRIGUES, Rui (org.). *História, literatura e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 299 p. ISBN: 978-85-7826-273-0.
28. MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germano; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (org.). *Ensino & linguagens da História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 371 p. ISBN: 978-85-7826-274-7.
29. NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos; VASCONCELOS, Larissa Meira de (org.). *Diálogos sobre Gênero, Cultura e História*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 175 p. ISBN: 978-85-7826-213-6.
30. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade II*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 471 p. ISBN: 978-85-8126-094-5.
31. MARINHO, Maria Assunção de Lima; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (org.). *Economia, políticas sociais e educação: tecendo diálogos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-317-1.

32. FIALHO, Lia Machado Fiuza; MACIEL, Francisco Cristiano Góes (org.). *Polifonia em juventudes*. Fortaleza: EdUECE, 2015. 234 p. ISBN: 978-85-7826-299-0.
33. SANTANA, José Rogério; BRANDENBURG, Cristine; MOTA, Bruna Germana Nunes; FREITAS, Munique de Souza; RIBEIRO, Júlio Wilson (org.). *Educação e métodos digitais: uma abordagem em ensino contemporâneo em pesquisa*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 214 p. ISBN: 978-85-7826-318-8.
34. OLINDA, Ercília Maria Braga de; SILVA, Adriana Maria Simião da (org.). *Vidas em romaria*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 438 p. ISBN: 978-85-7826-380-5.
35. SILVA JÚNIOR, Roberto da (org.). *Educação brasileira e suas interfaces*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 158 p. ISBN: 978-85-7826-379-9.
36. MALOMALO, Bas'Ílele; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain (org.). *Cá e acolá: pesquisa e prática no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 238 p.
37. FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Assistência à criança e ao adolescente "infrator" no Brasil: breve contextualização histórica*. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2016. 112 p. ISBN: 978-85-7826-337-9.
38. MARQUES, Janote Pires; FONSECA, Emanuelle Oliveira da; VASCONCELOS, Karla Colares (org.). *Formação de professores: pesquisas, experiências e reflexões*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 194 p. ISBN: 978-85-7826-407-9.
39. SILVA, Henrique Barbosa; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CARVALHO, Alanna Oliveira Pereira (org.). *A democratização da gestão educacional: criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação no Ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 144 p. ISBN: 978-85-7826-367-6.
40. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; OLIVEIRA, Roberta Lúcia Santos de (org.). *Estudos em educação: formação, gestão e prática docente*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-433-8.
41. SILVA JÚNIOR, Roberto da; SILVA, Dogival Alencar da (org.). *História, políticas públicas e educação*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 183 p. ISBN: 978-85-7826-435-2.
42. VASCONCELOS, José Gerardo; ARAÚJO, Marta Maria de (org.). *Narrativas de mulheres educadoras militantes no contexto autoritário brasileiro (1964-1979)*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 104 p. ISBN: 978-85-7826-436-9.
43. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade III*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 456 p. ISBN: 978-85-7826-437-6.
44. PORTO, José Hélcio Alves. *Escritos: do hoje & sempre poesias para todos momentos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 124 p. ISBN: 978-85-7826-438-3.
45. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues; BRANDENBURG, Cristine (org.). *Educação, memórias e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 179 p. ISBN: 978-85-7826-452-9.
46. FIALHO, Lia Machado Fiuza; TELES, Mary Anne (org.). *Juventudes em debate*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 355 p. ISBN: 978-85-7826-453-6.
47. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos; CAVAIGNAC, Mônica Duarte (org.). *Educação em debate: reflexões sobre ensino superior, educação profissional e assistência estudantil*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 243 p. ISBN: 978-85-7826-463-5.
48. SILVA, Lucas Melgaço da; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima (org.). *As voltas da avaliação educacional em múltiplos caminhos*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 425 p. ISBN: 978-85-7826-464-2.
49. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; MARTINS, Elcimar Simão (org.). *Ensino médio: políticas educacionais, diversidades, contextos locais*. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-462-8.
50. NUNES, Maria Lúcia da Silva; TEIXEIRA, Mariana Marques; MACHADO, Charliton José dos Santos; ROCHA, Samuel Rodrigues da (org.). *Eu conto,*

- you conta*: leituras e pesquisas (auto)biográficas. Fortaleza: EdUECE, 2016. 235 p. ISBN: 978-85-7826-506-9.
51. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Diálogos transdisciplinares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 142 p. ISBN: 978-85-7826-505-2.
 51. ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra (Org.). *Serviço Social: uma profissão, distintos olhares*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 278 p. ISBN: 978-85-7826-478-9.
 52. VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva (org.). *História, memória e narrativas biográficas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 191 p. ISBN: 978-85-7826-538-0.
 53. SANTOS, Patrícia Fernanda da Costa; SENA, Flávia Sousa de; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; FURTADO, Quezia Vila Flor (org.). *Memórias escolares: quebrando o silêncio...* Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-537-3.
 54. CARVALHO, Scarlett O'hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo. *O pedagogo na Assistência Social*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 122 p. ISBN: 978-85-7826-536-6.
 55. FIALHO, Lia Machado Fiuza; LOPES, Tania Maria Rodrigues (org.). *Docência e formação: percursos e narrativas*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 198 p. ISBN: 978-85-7826-551-9.
 56. LEITE, Raimundo Hélio; ARAÚJO, Karlane Holanda; SILVA, Lucas Melgaço da (org.). *Avaliação educacional: estudos e práticas institucionais de políticas de eficácia*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 242 p. ISBN: 978-85-7826-554-0.
 57. CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima; SILVA, Lucas Melgaço da; ARAÚJO, Karlane Holanda (org.). *Avaliação da aprendizagem: a pluralidade de práticas e suas implicações na educação*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 380 p. ISBN: 978-85-7826-553-3.
 58. SANTOS, Jean Mac Cole Tavares (org.). *Pesquisa em ensino e interdisciplinaridades: aproximações com o contexto escolar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 178 p. ISBN: 978-85-7826-560-01.
 59. MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). *Cultura de paz, educação e espiritualidade IV*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 346 p. ISBN: 978-85-7826-563-2.
 60. MUNIZ, Cellina Rodrigues (org.). *Linguagens do riso, práticas discursivas do humor*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 186 p. ISBN: 978-85-7826-555-7.
 61. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Talvez em nome do povo... Uma legitimidade peculiar*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-562-5.
 62. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *Política, Identidade, Educação e História*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 172 p. ISBN: 978-85-7826-564-9.
 63. OLINDA, Ercília Maria Braga de; GOLDBERG, Luciane Germano (org.). *Pesquisa (auto)biográfica em Educação: afetos e (trans)formações*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 445 p. ISBN: 978-85-7826-574-8.
 64. MARTINHO RODRIGUES, Rui. *O desafio do conhecimento histórico*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 130 p. ISBN: 978-85-7826-575-5.
 65. RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; FAÇANHA, Cristina Soares; COELHO, Tâmara Maria Bezerra Costa (org.). *Costurando histórias: conceitos, cartas e contos*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 182 p. ISBN: 978-85-7826-561-8.
 66. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da; SILVA, Jáderson Cavalcante da (org.). *Interface entre Educação, Educação Física e Saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2017. 211 p. ISBN: 978-85-7826-576-2.
 67. FARIAS, Isabel Maria Sabino de; JARDILINO, José Rubens Lima; SILVESTRE, Magali Aparecida; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de (org.). *Pesquisa em Rede: diálogos de formação em contextos coletivos de conhecimento*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 171 p. ISBN: 978-85-7826-577-9.

68. MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; MARQUES, Cláudio de Albuquerque (Autores). *Implantação e atuação do Sistema de Monitoramento e avaliação do Programa Seguro-Desemprego*: estudo de caso. Fortaleza: EdUECE, 2017. 340 p. ISBN: 978-85-7826-591-5.
69. XAVIER, Antônio Roberto; FERREIRA, Tereza Maria da Silva; MATOS, Camilla Saraiva de (org.). *Pesquisas educacionais*: abordagens teórico-metodológicas. Fortaleza: EdUECE, 2017. 271 p. ISBN: 978-85-7826-602-8.
70. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; COSTA, Hercilene Maria e Silva (org.). *Entrelugares*: Tecidos Sociopoéticos em Revista. Fortaleza: EdUECE, 2017. 273 p. 978-85-7826-628-8.
71. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha*: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-637-0.
72. MACHADO, Maria do Livramento da Silva (org.). *Jovens bailarinas de Vazantinha*: conceitos de corpo nos entrelaces afroancestrais da dança na educação. Fortaleza: EdUECE, 2018. 337 p. ISBN: 978-85-7826-638-7 (E-book).
73. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba*: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-639-4.
74. SANTOS, Maria Dilma Andrade Vieira dos. *Jovens circenses na corda bamba*: confetos sobre o riso e o corpo na educação em movimento. Fortaleza: EdUECE, 2018. 227 p. ISBN: 978-85-7826-640-0 (E-book).
75. SILVA, Kricia de Sousa. *“Manobras” sociopoéticas*: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-641-7.
76. SILVA, Kricia de Sousa. *“Manobras” sociopoéticas*: aprendendo em movimento com skatistas do litoral do Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 224 p. ISBN: 978-85-7826-636-3 (E-book).
77. VIEIRA, Maria Dolores dos Santos. *Entre acordes das relações de gênero*: a Orquestra Jovem da Escola “Padre Luis de Castro Brasileiro” em União-Piauí. Fortaleza: EdUECE, 2018. 247 p. ISBN: 978-85-7826-647-9.
78. XAVIER, Antônio Roberto; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo (Autores). *História, memória e educação*: aspectos conceituais e teórico-epistemológicos. Fortaleza: EdUECE, 2018. 193 p. ISBN: 978-85-7826-648-6.
79. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica*: experiências de pesquisas. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-654-7.
80. MACHADO, Charliton José dos Santos (org.). *Desafios da escrita biográfica*: experiências de pesquisas. Fortaleza: EdUECE, 2018. 237 p. ISBN: 978-85-7826-653-0 (E-book).
81. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-651-6.
82. OLIVEIRA, Mayara Danyelle Rodrigues de. *Rabiscos rizomáticos sobre alegria na escola*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 210 p. ISBN: 978-85-7826-652-3 (E-book).
83. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias*: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-650-9.
84. SOUZA, Sandro Soares de. *Corpos movediços, vivências libertárias*: a criação de confetos sociopoéticos acerca da autogestão. Fortaleza: EdUECE, 2018. 275 p. ISBN: 978-85-7826-649-3 (E-book).

85. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-664-6.
86. SANTOS, Vanessa Nunes dos. *Sociopoetizando a filosofia de jovens sobre as violências e a relação com a convivência na escola, em Teresina-PI*. Fortaleza: EdUECE, 2018. 257 p. ISBN: 978-85-7826-662-2 (E-book).
87. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Gênero e cultura: questões políticas, históricas e educacionais*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 281 p. ISBN: 978-85-7826-673-8.
88. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
89. DAMASCENO, MARIA NOBRE. *Lições da Pedagogia de Jesus: amor, ensino e justiça*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 119 p. ISBN: 978-85-7826-689-9.
90. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-690-5.
91. ADAD, Clara Jane Costa. *Candomblé e Direito: tradições em diálogo*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 155 p. ISBN: 978-85-7826-691-2 (E-book).
92. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Autores). *Tudo azul com dona Neuza: Poder e Disputa Local em 1968*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 141 p. ISBN: 978-85-7826-670-7.
93. XAVIER, Antônio Roberto; MALUF, Sâmia Nagib; CYSNE, Maria do Rosário de Fátima Portela (org.). *Gestão e políticas públicas: estratégias, práticas e desafios*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 197 p. ISBN: 978-85-7826-671-4 (E-book).
94. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-702-5.
95. GAMA, Marta. *Entrelugares de direito e arte: experiência artística e criação na formação do jurista*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 445 p. ISBN: 978-85-7826-703-2 (E-book).
96. LEITINHO, Meirecele Caliope; DIAS, Ana Maria Iorio (org.). *Discutindo o pensamento curricular: processos formativos*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 203 p. ISBN: 978-85-7826-701-8.
97. BEZERRA, Milena de Holanda Oliveira; GADELHA, Raimunda Rosilene Magalhães; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos; FERREIRA, Paulo Jorge de Oliveira (org.). *Educação e saúde: vivendo e trocando experiências no Programa de Educação pelo Trabalho (PET)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 233 p. ISBN: 978-85-7826-713-1 (E-book).
98. SUCUPIRA, Tânia Gorayeb; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO; Lia Machado Fiuzza. *Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: memórias, histórias e práticas educativas*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 151 p. ISBN: 978-85-7826-687-5.
99. RIBEIRO, Luís Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Debates em História da Educação e Formação de Professores: perspectivas da educação contemporânea*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 300 p. ISBN: 978-85-7826-724-7 (E-book).
100. BRANDENBURG, Cristine; SILVA, Jocyana Cavalcante da (org.). *Práticas de ensino: semeando produções científicas parceiras*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 179 p. ISBN: 978-85-7826-725-4.
101. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral (org.). *Exercício da escrita (auto)biográfica*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 398 p. ISBN: 978-85-7826-723-0 (E-book).

102. SILVA; Adryel Vieira Caetano da; NASCIMENTO; Jordana Marjorie Barbosa do; VIEIRA, Lívia Moreira Lima; LOPES, Thaynara Ferreira; CARVALHO, Rhanna Emanuela Fontenele Lima de (org.). *25 Anos de PET Enfermagem: uma trajetória de pesquisa, conhecimento e promoção de saúde*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 215 p. ISBN: 978-85-7826-745-2 (E-book).
103. SILVA, Maria do Socorro Borges da. *De “mulher-maravilha” a “cidadão persi”*: professoras capulana do educar em direitos humanos. Fortaleza: EdUECE, 2019. 109 p. ISBN: 978-85-7826-753-7.
104. COSTA, Hercilene Maria e Silva; ADAD, Shara Jane Holanda Costa (org.). *Círculo de cultura sociopoético: diálogos com Paulo Freire sempre!*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 190 p. ISBN: 978-85-7826-741-4 (E-book).
105. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces: experiências do PIBID na UFAL*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p.
106. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (org.). *Pedagogia do trabalho: a atuação do pedagogo na educação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-774-2.
107. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; MACIEL, Maria José Camelo; OLIVEIRA, Antonio Marcone de (org.). *Pedagogia do trabalho: a atuação do pedagogo na educação profissional*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 214 p. ISBN: 978-85-7826-775-9 (E-book).
108. LEITE, Luciana de Lima Lopes. *Ocupar é reexistir! Práticas artísticas como tática de resistência nas ocupações do coletivo ocupArthe, em Teresina (2014)*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 266 p. ISBN: 978-85-7826-779-7 (E-book).
109. GOMES, Wagner. *Ensino de História e interdisciplinaridade: reflexões epistemológicas*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 185 p. ISBN: 979-65-86445-00-8. (E-book).
110. MELO, Deywid Wagner de; MOTA, Maria Danielle Araújo; MAKIYAMA, Simone (org.). *Letramentos e suas múltiplas faces: experiências do PIBID na UFAL*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 458 p. ISBN: 978-65-86445-05-3. (E-book).
111. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenia Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 411 p. ISBN: 978-65-86445-01-5.
112. NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.). *Paisagens da história da educação: memórias, imprensa e literatura*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 216 p. ISBN: 978-65-86445-07-7.
113. MORAES, Ana Cristina de; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (org.). *Arte, docência e práticas educativas: experiências e contextos*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 656 p. ISBN: 978-65-86445-25-1. (E-book).
114. SILVA, Maria do Socorro Borges da; FARIAS, Emerson de Souza. *Educação e direitos humanos de crianças e adolescentes*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 110 p. ISBN: 978-65-86445-29-9 (E-book).
115. VIANA, Patrícia Ferreira de Sousa; ADAD, Shara Jane Holanda Costa. *A sociopoética como inovação metodológica na pesquisa em saúde bucal coletiva, com jovens em formação*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 186 p. ISBN: 978-65-86445-34-3. (E-book).
116. OLINDA, Ercília Maria Braga de; PAZ, Renata Marinho (org.). *Narrativas autobiográficas e religiosidade*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 421 p. ISBN: 978-65-86445-43-5. (E-book).

117. ARAÚJO, Conceição de Maria Sousa. *Ensinar e aprender filosofia numa perspectiva ética*. Fortaleza: EdUECE, 2020. 236 p. ISBN: 978-65-86445-48-0. (E-book).
118. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-55-8 (E-book).
119. MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva; LACET, Juliana Aparecida Lemos. *Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 216 p. ISBN: 978-65-86445-51-0.
120. ADAD, Shara Jane Holanda Costa; LIMA, Joana D'arc de Sousa; BRITO, Antônia Edna. *Práticas educativas: múltiplas experiências em educação*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 558 p. ISBN: 978-65-86445-62-6 (E-book).
121. RIBEIRO, Luis Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Formação e experiências docentes: práticas pedagógicas em diferentes contextos e cenários: perspectivas da educação contemporânea*. Fortaleza: EdUECE, 2019. 475 p. ISBN: 978-65-86445-70-1 (E-book).
122. CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (Org.). *Psicologia da educação: teorias do desenvolvimento e da aprendizagem em discussão*. 3. ed. Fortaleza: EdUECE, 2021. 277 p. ISBN: 978-65-86445-69-5. (E-book).
123. SILVA, Hebelyanne Pimentel da. *Uma década de prosa: impressos e impressões da professora e jornalista Maria Mariá (1953-1959)*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 289 p. ISBN: 978-65-86445-71-8. (E-book).
124. LIMA, Caciano Silva. *Sociopoética no Brasil: uma pesquisa com Educadores Museais*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-79-4. (E-book).
125. LIMA, Caciano Silva. *Sociopoética no Brasil: uma pesquisa com Educadores Museais*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 193 p. ISBN: 978-65-86445-80-0.
126. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (Org.). *Pedagogia jurídica no Brasil: questões teóricas e práticas de um campo em construção*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. ISBN: 978-65-86445-88-6.
127. AMARAL, Maria Gerlaine Belchior; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; ARAÚJO, Talita Medeiros de (Org.). *Pedagogia jurídica no Brasil: questões teóricas e práticas de um campo em construção*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 453 p. ISBN: 978-65-86445-89-3 (E-book).
128. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro: uma vida dedicada à educação*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 166 p. ISBN: 978-65-86445-95-4. (E-book).
129. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima: educadora cearense referência na formação de professores*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-65-86445-98-5. (E-book).
130. SOUZA, Antoniele Silvana de Melo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Donêta Leite: biografia de uma educadora religiosa*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 207 p. ISBN: 978-65-86445-96-1 (E-book).
131. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenia Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque (Org.). *Instrumentos e técnicas do Serviço Social: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 411 p. ISBN: 978-65-86445-97-8. (E-book).
132. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pesquisa educa-*

- cional: tecituras colaborativas na pós-graduação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. Isbn: 978-65-86445-99-2.*
133. SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. *Por uma educação linguística libertadora: os estudos gramaticais no ensino básico à luz da pedagogia de Paulo Freire. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. Isbn: 978-85-7826-788-9 (E-book).*
 134. FREIRE, Vitória Cherida Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Maria Luiza Fontenele: formação educacional e política. Fortaleza: EdUECE, 2021. 212 p. ISBN: 978-85-7826-790-2 (E-book).*
 135. XAVIER, Antônio Roberto; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; SOUSA, José Weyne de Freitas (org.). *Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável: demandas sociais contemporâneas. Fortaleza: EdUECE, 2021. 176 p. ISBN:978-85-7826-787-2 (E-book).*
 136. XAVIER, Antônio Roberto; SANTOS, José Cleilson de Paiva dos; SILVA, Ana Maria Alves da (org.). *Saberes tradicionais, políticas e ações sustentáveis: múltiplos atores, diversas abordagens. Fortaleza: EdUECE, 2021. 229 p. ISBN: 978-85-7826-786-5 (E-book).*
 137. SANTOS, Francisca Mayane Benvindo dos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; SALES, José Albio Moreira de. *Maria Socorro Lucena Lima: educadora cearense referência na formação de professores. Fortaleza: EdUECE, 2021. 183 p. ISBN: 978-85-7826-796-4.*
 138. CARVALHO, Scarlett O'Hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Irmã Maria Montenegro: uma vida dedicada à educação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 164 p. ISBN: 978-85-7826-795-7.*
 139. GAUTHIER, Jacques; AMARAL, Augusto Luís Medeiros; AMARAL, Raquel Ávila; ARAÚJO, Natan; GAUTHIER, Maria do Rosário da Soledade; STEIN, Yanée Maudia. *A borboleta cuidamor ambiental: uma pesquisa sociopoética herética com medicinas indígenas e leitura de inspiração guarani dos dados de pesquisa. Fortaleza: EdUECE, 2021. 248 p. ISBN: 978-85-7826-792-6 (E-book).*
 140. MACIEL, Jocyana Cavalcante da Silva; BRANDENBURG, Cristine; BARON, Miriam Viviane. *Caminhos para o protagonismo em seus espaços da educação e saúde. Fortaleza: EdUECE, 2021. 172 p. ISBN: 978-85-7826-799-5.*
 141. VIEIRA, Arlindo Mendes; MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra; LIMA, Maria Socorro Lucena; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Tecituras decoloniais da formação de professores: incertezas, desafios e lutas. Fortaleza: EdUECE, 2021. 258 p. ISBN: 978-85-7826-812-1 (E-book).*
 142. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LIMA, Maria Socorro Lucena (org.). *Pesquisa educacional: tecituras colaborativas na pós-graduação. Fortaleza: EdUECE, 2021. 200 p. ISBN: 978-85-7826-803-9 (E-book).*
 143. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém (Org.). *Marcos da constituição da identidade docente: narrativas expressas em cartas pedagógicas. Fortaleza: EdUECE, 2022. 194 p. ISBN: 978-85-7826-817-6. (E-book).*
 144. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; FALCÃO, Giovana Maria Belém (Org.). *Marcos da constituição da identidade docente: narrativas expressas em cartas pedagógicas. Fortaleza: EdUECE, 2022. 194 p. ISBN: 978-85-7826-818-3.*
 145. RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; MATIAS, Emanuela Ferreira; FERNANDES, Maria de Lourdes Carvalho Nunes (org.). *Ética, educação e diversidade. Fortaleza: EdUECE, 2022. 356 p. ISBN: 978-85-7826-822-0.*

146. RIBEIRO, Rosa Maria Barros; SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; MATIAS, Emanuela Ferreira; FERNANDES, Maria de Lourdes Carvalho Nunes (org.). *Ética, educação e diversidade*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 356 p. ISBN: 978-85-7826-821-3. (E-book).
147. RIBEIRO, Luis Távora Furtado; SILVA, Samara Mendes Araújo; CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura (org.). *Perspectivas sobre formação docente: experiências contemporâneas e contextos curriculares*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 270 p. ISBN: 978-85-7826-826-8 (E-book).
148. MACIEL, Maria Jose Camelo; LIMA, Jaqueline Rabelo de; VARELA, Sarah Bezerra Luna; CARVALHO, Marília Nogueira. *Prática docente no ensino superior: bases, relatos e memórias da formação*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 574 p. ISBN: 978-85-7826-823-7 (E-book).
149. PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; MACHADO, Charliton José dos Santos; BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha (org.). *Educação e trabalho na paraíba*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 311 p. ISBN: 978-85-7826-830-5. (E-book).
150. PONCE, Hugo Heredia; RODRÍGUEZ, Susana Sánchez; PINO, Michel Santiago del; RUÍZ, María Remedios Fernández (org.). *Formación docente y educación lingüística*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 318 p. ISBN: 978-85-7826-841-1 (E-book).
151. PONCE, Hugo Heredia; RODRÍGUEZ, Susana Sánchez; PINO, Michel Santiago del; RUÍZ, María Remedios Fernández (org.). *Formación docente y educación lingüística*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 318 p. ISBN: 978-85-7826-839-8.
152. COLLANTES, Milagrosa Parrado; JURADO, Paula Rivera; IBÁÑEZ, Ester Trigo; PÉREZ, Celia Sanz. *Formación docente y educación literaria*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 348 p. ISBN: 978-85-7826-837-4 (E-book).
153. COLLANTES, Milagrosa Parrado; JURADO, Paula Rivera; IBÁÑEZ, Ester Trigo; PÉREZ, Celia Sanz. *Formación docente y educación literaria*. Fortaleza: EdUECE, 2021. 348 p. ISBN: 978-85-7826-837-4.
154. MOREIRA, Francisca de Assis Viana; LOPES, Tania Maria Rodrigues; MEDEIROS, Jarles Lopes de (org.). *Educação a distância e a formação em pedagogia: Experiências da universidade estadual do ceará*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 323 p. ISBN: 978-85-7826-838-1 (E-book).
155. CASTRO, Francisco Mirtiel Frankson Moura; MORAES, Ana Cristina de; RODRIGUES, Cicera Sineide Dantas (org.). *Docência(s): experiências e sentidos*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 240 p. ISBN: 978-85-7826-843-5 (E-book).
156. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisângela André da Silva; ALMEIDA, Emanuel Rodrigues; MOREIRA, Eugenio Eduardo Pimentel; MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva; ALMEIDA, Sinara Mota Neves de (org.). *Ensino e pesquisa na pós-graduação: teoria, prática e práxis*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 350 p. ISBN: 978-85-7826-849-7. (E-book).
157. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenia Sobral do; ALEXANDRE, Tainara (org.). *Serviço social, instrumentalidade e movimentos sociais*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 470 p. ISBN: 978-85-7826-851-0.
158. FALCÃO, Giovana Maria Belém; SANTOS, Aurea Lucia Cruz dos; FERNANDES, Andréia Matias (org.). *Educação inclusiva em diálogos: tessituras sobre formação e experiências docentes*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 292 p. ISBN: 978-85-7826-853-4. (E-book).
159. XAVIER, Antônio Roberto; MUNIZ, Karla Renata de Aguiar; OLIVEIRA, Lucineide de Abreu (org.). *Covid-19, políticas públicas e sustentabilidade: desafios à ciência e aos recursos tecnológicos*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 254 p. ISBN: 978-85-7826-858-9. (E-book).

160. BESERRA, Raquel Carine Martins; KACZAN, Maria Anita Vieira Lustosa; MEDEIROS, Jarles Lopes de (org.). *Educação em tempos de pandemia*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 258 p. ISBN: 978-85-7826-863-3. (E-book).
161. FIDELIS, Cid Nogueira. *Cinematografia indígena: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 237 p. ISBN: 978-85-7826-859-6.
162. FIDELIS, Cid Nogueira. *Cinematografia indígena: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 237 p. ISBN: 978-85-7826-860-2. (E-book).
163. MARTINS, Elcimar Simão; COSTA, Elisangela André da Silva; FUSARI, José Cerchi; ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (org.). *Retratos da escola pública brasileira em tempos neoliberais*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 261 p. ISBN: 978-85-7826-869-5. (E-book).
164. FALCÃO, Giovana Maria Belém; SANTOS, Aurea Lucia Cruz dos; FERNANDES, Andréia Matias (org.). *Educação inclusiva em diálogos: tessituras sobre formação e experiências docentes*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 292 p. ISBN: 978-85-7826-871-8.
165. MORAES, Ana Cristina de; LIMA, Izabel Cristina Soares da Silva; QUEIROZ, Juliane Gonçalves (org.). *Cultura(s), educação e arte nos caminhos da (auto)formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 285 p. ISBN: 978-85-7826-872-5. (E-book).
166. COSTA, Maria Aparecida Alves da; FIALHO, Lia Machado Fiuza (autoras). *Maria Cinobelina Elvas: docência na Escola Normal (1981-1988)*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 285 p. ISBN: 978-85-7826-879-4. (E-book).
167. HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira; GOSSELIN, Anne-Sophie Marie Frédérique (org.). *Mulheres na ciência: diálogos sobre gênero e diversidade nas escolas e na universidade*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 576 p. ISBN: 978-85-7826-877-0.
168. HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira; GOSSELIN, Anne-Sophie Marie Frédérique (org.). *Mulheres na ciência: diálogos sobre gênero e diversidade nas escolas e na universidade*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 576 p. ISBN: 978-85-7826-878-7. (E-book).
169. ALVES, Maria Alda de Sousa; ANDRADE, Michely Peres de; OLIVEIRA, Anderson Souza (org.). *Narrativas e práticas de ensino em Ciências Sociais: diálogos com a pesquisa e a extensão*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 290 p. ISBN: 978-85-7826-883-1. (E-book).
170. NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. *Mobile collaborative learning e a prática docente com o suporte de tecnologias móveis*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 312 p. ISBN: 978-85-7826-886-2. (E-book).
171. NASCIMENTO, Karla Angélica Silva do. *Software educativo livre para o ensino de Geometria*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 228 p. ISBN: 978-85-7826-884-8. (E-book).
172. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira. *Literatura de cordel em impulsos criativos na formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 148 p. ISBN: 978-85-7826-887-9.
173. MORAES, Ana Cristina de; MACEDO, Eloilma Moura Siqueira. *Literatura de cordel em impulsos criativos na formação docente*. Fortaleza: EdUECE, 2023. 148 p. ISBN: 978-85-7826-885-5. (E-book).
174. ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlenias Sobral do; ALEXANDRE, Tainara (org.). *Serviço social, instrumentalidade e movimentos sociais*. Fortaleza: EdUECE, 2022. 470 P. ISBN: 978-85-7826-890-9. (E-book).

Autores/as:

ALBANY MENDONÇA SILVA **LUIZ ANDRÉ BARROSO MOREIRA**
ANDRÉA ALICE RODRIGUES SILVA **MARIANA BESSA GURGEL**
ANDRÉA PACHECO DE MESQUITA **MIRLANIA LEMOS PEIXOTO**
ANDRÉ DE MENEZES GONÇALVES **NARA GABRIELLY OLIVEIRA CRUZ**
ANTÔNIA ROZIMAR MACHADO E ROCHA **NATANAEL NOGUEIRA**
BETIZA SANTOS TOMAZ **NEYLA PRISCILA DE ARAÚJO CASTRO**
CÍCERO RENATO RIBEIRO JACOB **PAULA RAQUEL DA SILVA JALES**
DANIELLE ARAÚJO MONTEIRO **RAQUEL FERREIRA CRESPO DE ALVARENGA**
DANIELLE COELHO ALVES **RÉGIA MARIA PRADO PINTO**
ELIVÂNIA DA SILVA MORAES **RENAO VELOSO**
ERLENIA SOBRAL DO VALE **RICHELLY BARBOSA DE MEDEIROS**
EVELINE CHAGAS LEMOS **ROBERTA MENEZES SOUSA**
GABRIELLY VIANA SOUZA **SILVANA MARA DE MORAIS DOS SANTOS**
INGRID LORENA DA SILVA LEITE **SOLANGE MARIA TEIXEIRA**
IRENE JUCÁ PAIVA AGUIAR **SUÉLLEN BEZERRA ALVES KELLER**
JORDIANNE MOREIRA GUEDES **TAINARA ALEXANDRE**
JULIANA IGLESIAS MELIM **TÉRESA CRISTINA ESMERALDO BEZERRA**
JULIANA PAIVA GRANGEIRO

Prefácio:

SÁLVEA DE OLIVEIRA CAMPELO E PAIVA



9 788578 268909 >